

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
PUC-SP

**Filhos, Saúde e Migração: O Processo Migratório de Mulheres Angolanas para
a Cidade de São Paulo**

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo

2021

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

PUC-SP

**Filhos, Saúde e Migração: O Processo Migratório de Mulheres Angolanas para
a Cidade de São Paulo**

Dirce Trevisi Prado Novaes

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia, sob a orientação da Profa. Dra. Lucia Maria Machado Bógus.

São Paulo

2021

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura_____

Data_____

e-mail: dirce.trevisi@gmail.com

Novaes, Dirce Trevisi Prado.

Filhos, saúde e migração: o processo migratório de mulheres angolanas para a cidade de São Paulo / Dirce Trevisi Prado Novaes – São Paulo, 2021.

Paginação: 346 f.

Orientadora: Profa. Dra. Lucia Maria Machado Bógus.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

Área de concentração: Sociologia.

1. Angolanas. 2. Migração Feminina. 3. Gravidez. 4. Prole Brasileira 5. Regularização Migratória. I. Bógus, Lucia Maria Machado. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021. III. Título.

CDD

Dirce Trevisi Prado Novaes

Filhos, Saúde e Migração: O Processo Migratório de Mulheres Angolanas para a Cidade de São Paulo

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia, sob a orientação da Profa. Dra. Lucia Maria Machado Bógus.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lucia Maria Machado Bógus
(orientadora)

Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras

Profa. Dra. Dulce Maria Tourinho Baptista

Prof. Dr. José Carlos Alves Pereira

Prof. Dr. Luís Felipe Aires Magalhães

Dedico esta tese ao meu querido irmão Hugo José Trevisi. Ortodontista estudioso e revolucionário, ficou reconhecido internacionalmente por ser um dos idealizadores de uma das técnicas ortodônticas mais utilizadas atualmente no mundo. Faleceu em 11 de janeiro de 2021, em decorrência de complicações da COVID-19 e está fazendo muita falta.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a meus filhos Thiago, Emanuela e Leonora, aos meus agregados Gabriela, Rodrigo e Thiago e aos meus netos Betina, João Francisco, Olívia, Marina, Theo e Matheus, por constituírem meu esteio e coragem de existir;

Agradeço a minha vida a minha numerosa família com quem danço, canto e vivencio momentos de alegria e de profunda tristeza;

À minha estimada orientadora, Prof^a Dra^a Lucia Maria Machado Bógus, que amorosamente me acolheu no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP e que me ajudou em todos os momentos de embates teóricos sempre com muita tranquilidade e sabedoria. Gratidão por esses momentos;

Ao meu estimado amigo e incentivador Padre Paolo Parise pela disponibilidade para refletir sobre a migração de mulheres angolanas, grávidas, auxiliando na escolha do tema desta pesquisa, tema novo e instigante. Agradeço também ao Padre Paolo por permitir que a Missão Paz fosse o local de seleção e entrevista de mulheres participantes da pesquisa e por ceder dados da Instituição;

Agradeço à Marisa Andrade, Diretora do CAEMI Palotinas, que aceitou minha solicitação e abriu as portas da Instituição para entrevistar mulheres angolanas que fizeram parte deste estudo. Agradeço da mesma forma a todos os funcionários do CAEMI Palotinas pelo carinho e atenção;

À Mônica, Assistente Social da Missão Paz, que gentilmente colaborou na realização desta pesquisa, selecionando mulheres angolanas para participarem deste estudo e possibilitando as entrevistas, meu agradecimento;

Meus agradecimentos às demais pessoas encantadoras e colaboradoras que conheci na Missão Paz: Padre Antenor, Letícia, Livia, Berenice, Wellington, Miguel, Maria do Socorro, William, Josicleide, Ana Paula, Cláudia, Márcia e todos que me acolheram com carinho e sempre me ajudaram com muita ternura;

À minha estudiosa e querida amiga Patrícia Nabuco meus agradecimentos pelo incentivo inicial sobre o projeto de pesquisa, discussão sobre o tema e ajuda em muitos dos dados utilizados nesta tese;

Ao Fabrício, companheiro de sempre, meus agradecimentos pela colaboração nas reflexões sobre o início deste trabalho, elaboração de tabelas e pela nossa viagem à história de Angola;

À suave e corajosa Andressa que me ajudou na parte final da tese, na revisão, na formatação e nas tabelas me estimulando e me dando coragem para continuar sempre, agradeço com muito carinho;

Ao meu querido amigo Carlinhos, incansável estudioso, que partilha seus conhecimentos com carinho, gentileza e sabedoria, agradeço por tudo que me auxiliou e incentivou nesta jornada;

Ao Luís Felipe, amigo fraterno, agradeço pelo compartilhamento e discussões sobre esta tese, sobretudo na etapa de campo, colaborando com o roteiro das questões das entrevistas;

Abraços fraternos aos participantes do Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz, por ampliarem minha visão sobre migrações e por me ensinarem muito;

Às amigas e amigos do Observatório das Migrações pelas atualizações e debates de grande relevância no estudo atual das migrações, meus agradecimentos pelas trocas que tivemos;

Agradeço às amigas Fátima e Aline que juntas estudamos, pensamos e escrevemos artigos sobre temas relativos às mulheres angolanas grávidas. Agradecimento especial à querida Fátima que me introduziu na literatura e poesia de mulheres angolanas;

Meus agradecimentos ao amigo Thiago Bonatti pelas transcrições absolutamente completas e perfeitas de todas as falas das mulheres entrevistadas e dos especialistas. Graças a seu trabalho, pude reviver constantemente as experiências vividas durante as entrevistas semiestruturadas e assim tornar realidade a execução desta pesquisa.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais que contribuíram para minha formação neste novo mundo da migração e da pesquisa e a todos os colegas e amigos desta caminhada pela disponibilidade generosa de novos aprendizados;

A todos os especialistas que gentilmente aceitaram ser entrevistados nesta pesquisa, colaborando e fornecendo informações relevantes que fundamentaram e enriqueceram este estudo, meus agradecimentos;

Às 19 mulheres angolanas que aceitaram ser entrevistadas colaborando e compartilhando seus conhecimentos, suas histórias e suas narrativas para que esta pesquisa fosse realizada, meu profundo agradecimento e carinho;

Meus agradecimentos à CAPES, pela concessão de bolsa de Doutorado, que me auxiliou na execução desta tese. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste trabalho são de minha responsabilidade;

A todas as demais pessoas que me ajudaram em muitos momentos deste estudo, meu respeito e gratidão.

Herança

Meu filho:
que os teus braços sejam longos
como a minha esperança
nos longos dias...
e o teu corpo, que antevejo,
venha flexível e liso,
como a justiça que desejo...
Que os teus olhos nasçam poços
onde repouse p'ra sempre
a paz do tempo todo,
e o teu peito seja
tão grande e tão profundo,
que lhe possa confiar o mundo...

Lisboa, 1950
Alda Lara, poeta angolana
(1930-1962)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo entender e mapear as estratégias migratórias adotadas por mulheres angolanas como parte de seus projetos migratórios, considerando principalmente a regularização migratória por filho nascido no Brasil e a busca por melhores condições de saúde e educação para elas, seus filhos e suas famílias. Para tanto, foi realizado um estudo de caso com angolanas que vieram grávidas ou não, com filhos ou não e acompanhadas ou não de seus marido e/ou companheiros para São Paulo durante o período de 2013 a 2018. Como metodologia, foi feita uma revisão bibliográfica de artigos, dissertações e teses que tratam dos temas migração, maternidade, migração feminina e migração angolana para o Brasil. Um dos principais referenciais teóricos mobilizados foi o conceito de “feminização da migração”. Ademais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com 19 mulheres angolanas que chegaram a São Paulo após 2013 para investigar e identificar características pessoais, as motivações do deslocamento e as estratégias utilizadas para migrar. As entrevistas ocorreram, majoritariamente, em instituições que atendem mulheres migrantes em São Paulo após as explicações e assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para complementar a pesquisa, foram também entrevistados 14 especialistas, dentre eles: doutorandos e pesquisadores angolanos e profissionais de instituições que atendem essas mulheres e seus filhos na cidade de São Paulo. Os conteúdos resultantes das entrevistas foram agrupados em categorias, tais como: questões demográficas; questões de origem; migração Angola–Brasil; maternidade, filhos e família; educação; saúde; sociabilidade e integração em São Paulo; e relação com Angola pós-migração. Concluímos que a vinda das mulheres angolanas para o Brasil tem como finalidade a criação dos filhos no país a partir das condições de saúde e educação gratuitas e de qualidade oferecidas no Brasil. A busca por trabalho não era uma motivação prévia à imigração, ela se torna um fator predominante somente depois do nascimento dos filhos e da inserção das crianças em creches e escolas. Além disso, durante a pesquisa foi possível notar que a regularização migratória com base em filho nascido no Brasil (prevista no Estatuto do Estrangeiro nº 6.815/1980, na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente nº 8.069/1990 e na Lei de Migração nº 13.445/2017) foi uma questão relevante para as estratégias da maioria das mulheres entrevistadas, tendo em vista que 14 das 19 mulheres migraram grávidas, sendo que 6 delas estavam no oitavo mês de gestação e 1 no nono mês. Ao tratar do assunto com as entrevistadas, constatamos que elas não dominavam o tema da regularização, mas o que foi observado era que elas tinham certeza de que sendo mãe de filho brasileiro, sua regularização e permanência no país estaria garantida, ainda que os meios para tanto não fossem entendidos em profundidade. Com essa pesquisa, pretendemos ampliar a compreensão das demandas das mulheres migrantes, responsáveis muitas vezes por famílias monoparentais, durante o período gestacional e no processo de criação dos filhos no Brasil e, assim, fornecer maiores subsídios aos órgãos públicos e privados para melhor prestação de serviços a elas e seus filhos, quer sejam brasileiros ou não. De igual modo, este trabalho visa contribuir para evidenciar outra faceta dos movimentos migratórios que não estão apenas relacionados à figura masculina e à busca de trabalho. Intentamos revelar diferentes aspectos do fenômeno da migração feminina em que as mulheres são cada vez mais agentes de seus processos migratórios.

Palavras-chave: angolanas; migração feminina; gravidez; prole brasileira; regularização migratória.

ABSTRACT

The aim of this study is to understand and map the migratory strategies used by the Angolan women as part of their migratory projects, mainly considering the migrating regulation for their Brazil- born children and also the better conditions of health and education for them, their children and families. For this purpose it was conducted a case study among Angolan women who came to São Paulo, pregnant or not, with children or not, together with married / unmarried husbands or not, during the period from 2013 to 2018. As a methodology, it was made a bibliographic review of articles as well as dissertations and thesis which address migration, maternity, female migration and Angolan migration to Brazil. One of the main theoretical references was the concept of the “Feminization of Migration”. Moreover, semi structured in depth interviews were conducted with nineteen Angolan women who arrived in São Paulo after 2013, in order to research and identify the personal characteristics, the reasons for displacement and the strategies used to migrate. Interviews took place mostly at institutions that assist migrant women in São Paulo, after explanation and signatures on the consent form. To complement the search, fourteen specialists were also interviewed: Angolan PhD researchers and professionals from Institutions that attend these women and children in São Paulo. The contents resulting from these interviews were grouped into categories such as: demographic and origin issues; migration Angola – Brazil; maternity, children and family; education; health; socialization and integration in São Paulo; relationship with Angola after migration. We conclude that the purpose of the Angolan women coming to Brazil is to raise their children based on the free and good quality health and education conditions in Brazil. The search for work was not the previous motivation for immigration; it becomes the predominant factor only after the birth and insertion of their children in day-care centers and schools. Furthermore, during the research it was possible to notice that the regulation on Brazil-born children (established in the Statute of the Foreigner 6.815/1980, in the 1988 Federal Constitution, in the Statute of the Child and Adolescent 8.069/1990 and the Migration Law 13.445/2017) was a relevant issue in the strategies of most women, considering that fourteen of the nineteen women who migrated were pregnant, six of them in the 8th month of pregnancy and one was in the 9th. While discussing the subject with the interviewees, we found they did not master the regulation theme but they were sure that by being the mother of a child born in Brazil, their regulation and permanence in Brazil would be guaranteed, even if the means were not understood in depth. This research intends to broaden the understanding of the demands of migrant women, who are often responsible for single - parent families, during their period of pregnancy and the process of raising their children in Brazil, and thus provide greater subsidies for Public and Private Organizations to better offer services to them and their children, whether they are Brazilian or not. Likewise, this thesis aims to contribute to highlight other facets of the migratory movements that are not related only to the male figure and the search for work. We intend to reveal different aspects of the phenomenon of Female Migration in which women are more and more the agents of their migratory processes.

Keywords: Angolan Women, Female Migration, Pregnancy, Brazilian Offspring, Migration Regulation

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Local de nascimento das mulheres entrevistadas.....	186
Mapa 2 – Instituições de acolhimento na chegada das mulheres entrevistadas.....	209
Mapa 3 – Hospitais onde as entrevistadas deram à luz.....	251
Mapa 4 – Residência das mulheres entrevistadas por subprefeitura.....	254

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Chegada de Mulheres Imigrantes na Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (2013-2018).....	22
Gráfico 2 - Mulheres grávidas e chefes de família que chegaram à Cáritas (2013-2017).....	23
Gráfico 3 – Mulheres Angolanas Atendidas pela Missão Paz (2013-2018).....	24
Gráfico 4 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado feitas por angolanos no Brasil (1999-2018).....	122
Gráfico 5 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado feitas por angolanos em São Paulo (2013-2018).....	123
Gráfico 6 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por Unidade Federativa (1999-2018).....	124
Gráfico 7 – Decisões das solicitações de refúgio de angolanos (2013-2018).....	126
Gráfico 8 – Solicitações de refúgio de angolanos deferidas (elegibilidade e extensão) (2013-2018).....	127
Gráfico 9 – Angolanas e angolanos registrados na Polícia Federal (2013-2018)....	130
Gráfico 10 - Registro de angolanas de acordo com os amparos legais por categorias (2013-2018).....	144
Gráfico 11 – Angolanos atendidos pela Missão Paz (2013-2018).....	145
Gráfico 12 – Quantidade de angolanas que migraram grávidas.....	229

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de imigrantes angolanos em relação ao número de imigrantes de todas as nacionalidades vivendo no Brasil.....	131
Tabela 2 – Número de angolanas vivendo no Brasil e na cidade de São Paulo.....	131
Tabela 3 – Perfil das mulheres angolanas residentes na cidade de São Paulo, registradas na Polícia Federal entre 2013 e 2018.....	132
Tabela 4 – Amparos legais dos registros de mulheres angolanas em São Paulo que tratam sobre “Reunião Familiar” (2013-2018).....	133
Tabela 5 – Amparos legais dos registros de mulheres angolanas em São Paulo que tratam sobre “Estudo e Pesquisa” (2013-2018).....	137
Tabela 6 – Amparos legais dos registros de mulheres angolanas em São Paulo que tratam sobre “Refúgio” (2013-2018).....	139
Tabela 7 – Amparos legais dos registros de mulheres angolanas em São Paulo que tratam sobre “Trabalho” (2013-2018).....	140
Tabela 8 – Amparos legais dos registros de mulheres angolanas em São Paulo que tratam sobre “Outros” (2013-2018).....	142
Tabela 9 – Quantidade de mulheres por etnia.....	183
Tabela 10 – Quantidade de mulheres por naturalidade.....	183
Tabela 11 – Quantidade de mulheres por origem.....	183
Tabela 12 – Quantidade de mulheres por escolaridade.....	188
Tabela 13 – Quantidade de mulheres por formação profissional.....	189
Tabela 14 – Quantidade de mulheres por país onde estudou.....	189
Tabela 15 – Quantidade de mulheres por religião.....	194
Tabela 16 – Quantidade de mulheres por segmento religioso.....	194
Tabela 17 – Número de filhos.....	224

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição dos amparos legais da categoria "Reunião Familiar"	134
Quadro 2 – Descrição dos amparos legais da categoria "Estudo e Pesquisa"	138
Quadro 3 – Descrição dos amparos legais da categoria "Refúgio"	139
Quadro 4 – Descrição dos amparos legais da categoria "Trabalho"	141
Quadro 5 – Descrição dos amparos legais da categoria "Outros"	142
Quadro 6 – Indicadores de “População” do Brasil e de Angola.....	161
Quadro 7 – Indicadores de “Saúde de Crianças e de Adolescentes” do Brasil e de Angola.....	163
Quadro 8 – Indicadores de “Saúde da Mulher” do Brasil e de Angola.....	165
Quadro 9 – Indicadores de “Educação” do Brasil e de Angola.....	167
Quadro 10 – Indicadores de “Trabalho” do Brasil e de Angola.....	168
Quadro 11 – Idade das mulheres entrevistadas em relação à data de chegada no Brasil e à data da entrevista.....	181
Quadro 12 – Etnia.....	182
Quadro 13 – Escolaridade.....	187
Quadro 14 – Religião.....	193
Quadro 15 – Participação da família na guerra civil de Angola.....	196
Quadro 16 – Razões migratórias.....	198
Quadro 17 – Deslocamento.....	203
Quadro 18 – Apoio e rede na chegada ao Brasil.....	206
Quadro 19 – Situação migratória e documentação.....	214
Quadro 20 – Importância de filhos para a sociedade angolana.....	218
Quadro 21 – Relacionamento.....	222
Quadro 22 – Relação das entrevistadas que imigraram grávidas para o Brasil.....	228
Quadro 23 – Melhor país para educação dos filhos.....	234
Quadro 24 – Lançamento dos dados coletados no quadro 23.....	236
Quadro 25 – Saúde dos filhos.....	240

Quadro 26 – Melhor país para cuidados de saúde das mulheres em especial ao parto e pré-natal.....	244
Quadro 27 – Pré-natal e instituições de atendimento ao parto.....	248
Quadro 28 – Residência atual.....	252
Quadro 29 – Trabalho e renda.....	255
Quadro 30 – Sociabilidade e discriminação em São Paulo.....	261
Quadro 31 – Benefícios.....	267
Quadro 32 – Relações com o país de origem.....	272
Quadro 33 – Avaliação do Brasil como país de imigração.....	277

LISTA DE SIGLAS

ACNUR - Agência da Nações Unidas para Refugiados

AMA - Assistência Médica Ambulatorial

CAEMI - Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS - Centros de Atendimento Psicossocial da Prefeitura Municipal de São Paulo

CASP - Cáritas Arquidiocesana de São Paulo

CEM - Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz

CIC - Centro de Integração e Cidadania do Imigrante

CIE - Carteira de Identidade Estrangeira

CNIg - Conselho Nacional de Imigração

CONARE - Comitê Nacional para Refugiados

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CPMM - Centro Pastoral e Mediação do Migrante

CRAI - Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes

CRNM - Carteira de Registro Nacional Migratório

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

DPDF - Defensoria Pública do Distrito Federal

DPRNM - Documento Provisório de Registro Nacional Migratório

DPT - Difteria, coqueluche, tétano

DPU - Defensoria Pública da União

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

EUA - Estados Unidos da América

FAA - Forças Armadas Angolanas

FCS - Faculdade de Ciências Sociais

FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

GURN - Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMDH - Instituto de Migrações e Direitos Humanos

ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

MFA - Movimento das Forças Armadas Portuguesas

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública

MONUA - Missão de Observação da ONU em Angola

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OIM - Organização Internacional para Migrações

OIR - Organização Internacional para Refugiado

OMA - Organização da Mulher Angolana

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PIB - Produto Interno Bruto

PLUA – Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RDC - República Democrática do Congo

RNE - Registro Nacional de Estrangeiros

SEFRAS - Serviço Franciscano de Solidariedade

SINCRE - Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiro

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SISCONARE - Sistema do CONARE

SISMIGRA - Sistema de Registro Nacional Migratório

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS - Unidade Básica de Saúde

UN - *United Nations*

UNDP - *United Nations for Development Programme*

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UNHCR - *United Nations High Commissioner for Refugees*

UNIGME - *United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation*

UNITA - União para Independência Total de Angola

UPA - União dos Povos de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP - Universidade de São Paulo

WHO - *World Health Organization*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1. MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....	37
1.1 Migrações no mundo.....	39
1.2 Teorias migratórias.....	41
1.2.1 Teorias macro e micro neoclássicas.....	44
1.2.1.1 Teorias macro.....	45
1.2.1.2 Teorias micro.....	48
1.2.2 Teoria da feminização das migrações.....	51
1.2.3 Teoria das redes migratórias e/ou redes sociais.....	56
1.2.4 Migrações transnacionais.....	60
1.3 Categorias migratórias.....	64
1.3.1 Refúgio.....	65
1.3.2 Fluxos mistos.....	69
1.4 Migrações e refúgio no Brasil.....	72
2. ANGOLA E SUA HISTÓRIA.....	84
2.1 Pré-ocupação portuguesa.....	84
2.2 Colonização de Portugal.....	89
2.3 Anticolonialismo: lutas até a independência.....	94
2.3.1 A Revolução dos Cravos de 1974.....	101
2.4 Lutas Pós-Independência – Guerra Civil.....	106
3. MIGRAÇÃO DE ANGOLANAS E ANGOLANOS PARA O BRASIL.....	117
3.1 A vinda de angolanas e angolanos para o Brasil até 2012.....	117
3.2 Movimento migratório contemporâneo de angolanas e angolanos para o Brasil (2013-2018)	121
3.2.1 Dados do CONARE sobre migração de angolanas e angolanos.....	122
3.2.2 Dados da Polícia Federal sobre a migração de angolanas.....	129
3.3 Instituições de atendimento a imigrantes em São Paulo.....	144
3.4 Indicadores internacionais do Brasil e de Angola.....	161
3.5 Articulações iniciais sobre migração feminina para o Brasil e sua relação com educação, saúde e maternidade.....	169
4. ANÁLISES E CORRELAÇÕES DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO COM AS MULHERES ANGOLANAS.....	176
4.1 Questões demográficas.....	181
4.2 Questões de origem.....	195
4.3 Migração Angola – Brasil.....	198
4.4 Maternidade, filhos e família.....	218
4.5 Educação.....	234

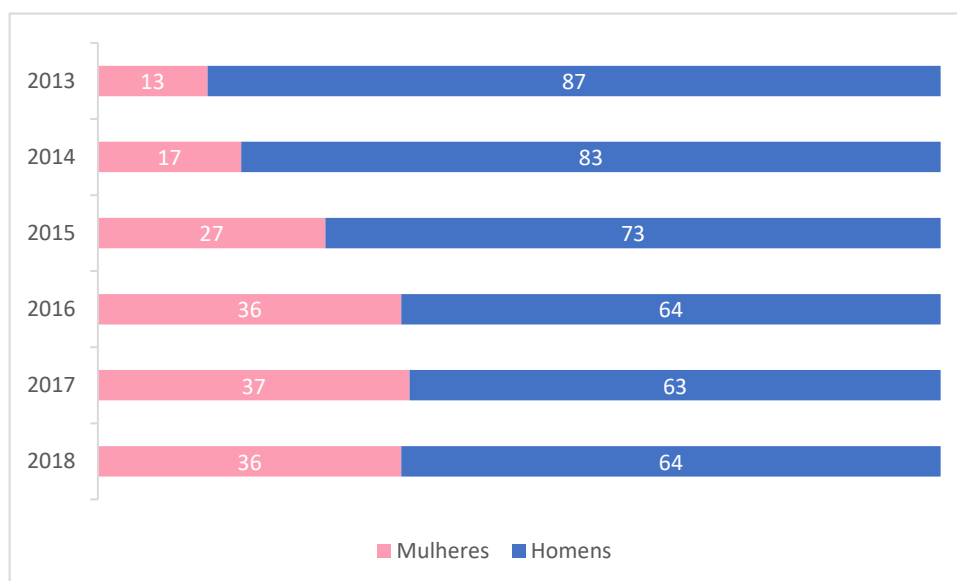
4.6 Saúde.....	239
4.7 Sociabilidade e integração em São Paulo.....	252
4.8 Relação com Angola pós-migração.....	271
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 284
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 297
 APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS MULHERES ANGOLANAS ENTREVISTADAS.....	 312
 APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS ESPECIALISTAS ENTREVISTADOS.....	 313
 APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	 314
 APÊNDICE D – CADERNO DE CAMPO.....	 319
 ANEXO A – MAPA DO CONTINENTE AFRICANO.....	 345
 ANEXO B – MAPA DAS PROVÍNCIAS DE ANGOLA.....	 346

1. INTRODUÇÃO

A imigração de mulheres grávidas tem crescido no Brasil, fato observado nos últimos anos, em especial a partir de 2013, quando a chegada de angolanais se fez notar na cidade de São Paulo. Esse aumento foi visível, principalmente pelas instituições da sociedade civil que atuam com população imigrante¹, como a Missão Paz² e o Centro de Referência para Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo³.

Segundo dados da Cáritas, a proporção de mulheres que buscavam a instituição para atendimento cresceu nos últimos anos. Em 2013, as mulheres representavam apenas 13% do público atendido. Em 2015, foram 27% do total de atendidos, e desde 2016, ocupam por volta de 36%, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Chegada de Mulheres Imigrantes na Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (2013-2018)



¹ Imigrantes devem ser entendidos por pessoas que saem de seu país de origem ou residência habitual e desejam permanecer, viver e/ou trabalhar em um país de destino. Nessa tese, utilizamos o termo amplo imigrante para se referir às mulheres angolanais que chegam ao país e que utilizam diferentes estratégias de regularização migratória, dentre elas a solicitação de refúgio.

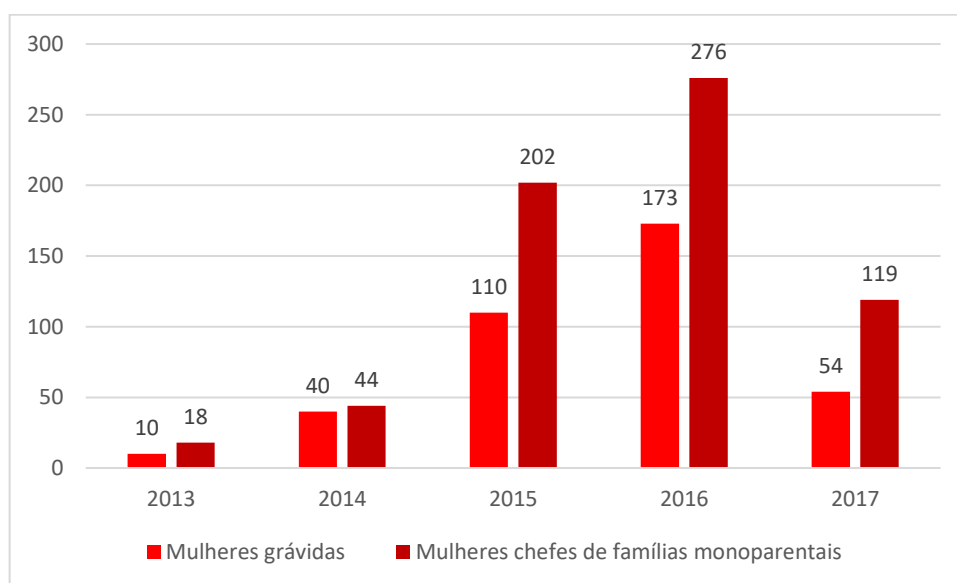
² Entidade filantrópica que pertence à Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos. A Missão Paz é uma instituição filantrópica de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo. Será detalhada no capítulo 3.

³ A Caritas é uma organização não governamental da Igreja Católica que atua em São Paulo desde 1968 por meio da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. Desde esse período, presta serviços de acolhida e orientação para refugiados com objetivo de promover o apoio na integração e proteção de solicitantes de refúgio e refugiados na cidade. Será detalhada, de igual modo, no capítulo 3.

Fonte: Elaboração própria a partir da Cáritas (2021).

A Cáritas também registrou um aumento de mulheres grávidas e chefes de família que buscaram a instituição a partir de 2013:

Gráfico 2 - Mulheres grávidas e chefes de família que chegaram à Cáritas (2013-2017⁴)



Fonte: Elaboração própria a partir da Cáritas (2021).

Complementamos os gráficos 1 e 2, com os registros de que a Cáritas recebeu 173 mulheres grávidas recém-chegadas em 2016, sendo que 145 delas também já eram chefes de família ou, como caracteriza Berquó (1989), trata-se de famílias monoparentais visto que vieram com pelo menos um filho menor de 18 (dezoito) anos de idade⁵ nascido em seu país de origem ou residência habitual. Destacamos ainda o fato de que os angolanos formaram o grupo que mais chegou à Cáritas no ano de 2016, 2017 e 2018. Em 2015, eram o segundo grupo, atrás dos sírios, e em 2014

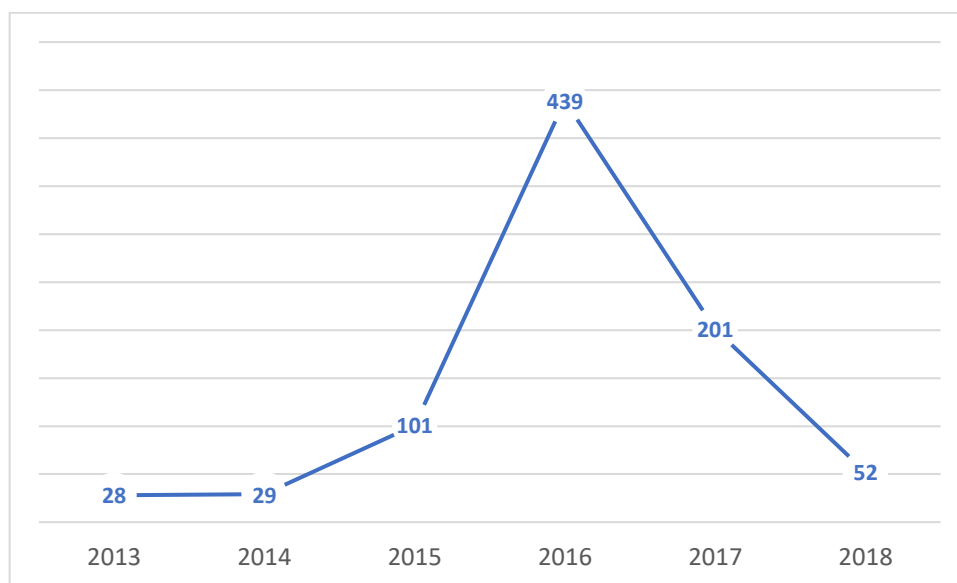
⁴ Dados referentes a 2018 não estavam disponíveis nos relatórios anuais da Cáritas que foram consultados.

⁵ Segundo o artigo 2º, *caput*, da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Excepcionalmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente é aplicado às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, nos casos expressos em lei (BRASIL, 1990).

foram o quarto. Em 2013, os angolanos nem estavam entre os 5 grupos mais atendidos pela organização (CÁRITAS, 2021).

A Missão Paz também registrou aumento da procura de mulheres angolanas buscando atendimento na instituição ao longo dos anos, como se vê no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Mulheres angolanas atendidas pela Missão Paz (2013-2018)



Fonte: Missão Paz (2020).

Diante desta realidade, mais precisamente em 2017, organizações como Missão Paz e Cáritas noticiaram a chegada de angolanos, sobretudo de mulheres com filhos, devido às dificuldades relatadas pelas instituições governamentais e da sociedade civil na oferta de acolhimento e atendimento a essas pessoas. Isso porque, a demanda das mulheres com filhos, grávidas ou não implicava necessidades específicas e diferenciadas daquelas que até então eram recebidas por essas entidades. Em virtude deste fluxo de imigrantes, a Prefeitura de São Paulo solicitou auxílio e investigação aos órgãos públicos, conforme se verifica no trecho de notícia abaixo colacionado:

Segundo o Comitê Nacional Para os Refugiados (CONARE), o número de pedidos de refúgio de angolanos no Brasil está em alta: 630 até esta segunda-feira (mais de 6 por dia), ante 1.100 em todo ano passado. Em 2014, pediram refúgio 189. O boom teve auge em fevereiro, na véspera do carnaval, quando

um grupo de 50 angolanas com filhos chegou em um dia à capital. A demanda não era esperada pela Prefeitura e forçou a administração a abrir dois abrigos emergenciais, que já acolhem 266 mães e crianças. Outros 19 centros de acolhida regulares também acomodam famílias angolanas recém-chegadas. Vinte e sete mulheres já chegaram gestantes e há casos de mães com oito filhos. Maria Cristina Morelli, coordenadora do Centro de Referência para Refugiados (Cáritas) em São Paulo, relata que a organização recebeu 382 angolanas em 2015. Só no primeiro trimestre deste ano, acolheu 346 (DIÓGENES, 2016).

Como expressa Diógenes (2016), a chegada de mulheres angolanas com filhos, grávidas ou não, também chamou atenção das entidades públicas devido ao aumento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado (doravante solicitações de refúgio). Este é um processo conduzido pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão subordinado ao Ministério da Justiça, e amparado pela Lei de Refúgio (nº 9.474/1997).

Durante muito tempo, os angolanos representaram o maior número de refugiados no Brasil⁶ fugindo da Guerra Civil que durou cerca de 27 anos (VISENTINI, 2012)⁷. Porém, em 2012 o CONARE assinou uma Cláusula de Cessação de Refúgio desses nacionais devido ao entendimento de que as causas que motivavam o refúgio haviam cessadas (ACNUR, 2012). Tais elementos serão devidamente apresentados posteriormente, mas, por ora, importa dizer que o CONARE registrou, a despeito da referida cláusula, um aumento no número de angolanos que solicitaram refúgio no Brasil.

Em 2010, 14 pessoas de Angola solicitaram refúgio, em 2011, 32, em 2012, 25 e em 2013, o CONARE registrou 68 novos solicitantes angolanos. Esse número continuou crescendo visto que em 2014, foram 199 pessoas, em 2015, 1.095, em 2016, 1.351 e em 2017 teve o pico de 2.065 pedidos de angolanos. Em 2018, último ano de estudo desta pesquisa, há uma queda significativa quando apenas 681 angolanos solicitaram refúgio perante o CONARE (MJSP, 2020a).

⁶ De acordo com dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), dos 8.863 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro até abril de 2016, 1.420 eram angolanos, ficando atrás dos sírios (2.298), porém, antes do início da guerra na Síria, os angolanos eram o maior número de refugiados no Brasil (MJSP, 2016). Em 2018, no entanto, o número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiados por angolanos caiu para 681 casos (MJSP, 2020a).

⁷ Segundo Visentini, a guerra civil de Angola foi “uma das mais longas guerras civis da história contemporânea” (1961-2002). Nesse período o autor considera as guerras de libertação de 1961 a 1975, data da independência de Angola, e a guerra civil até 2002. (VISENTINI, 2012, p. 88).

Daniel Bertolucci Torres (2016) em seu artigo sobre o aumento de solicitações de refúgio de angolanos no Brasil, demonstra preocupação com as mulheres grávidas que estão vindo para São Paulo. Ele menciona os dados registrados pela Cáritas:

O fator principal que chama atenção da população angolana que busca refúgio no Brasil é o seu perfil. Ainda que mais de 80% das solicitações de refúgio sejam de homens, há uma preocupante - e numerosa - chegada de mulheres angolanas grávidas. Além disso, mulheres sozinhas têm viajado com filhos pequenos e chegam ao Brasil sem qualquer referência e amparo. No ano de 2015, a Cáritas-SP registrou a entrada de aproximadamente 3.900 novos casos: somente de angolanos e angolanas foram 678, ou seja, 17%. Desse número, 364 são mulheres, sendo 74 grávidas, número bastante contrastante com a média nacional de solicitações de refúgio que está em 20% de mulheres (TORRES, 2016).

Apesar da complexidade desse movimento migratório, poucos trabalhos, até então, analisam as peculiaridades da vinda dessas imigrantes angolanas, com filhos e/ou grávidas para o Brasil, especialmente para a cidade de São Paulo (FURTADO, 2018; 2020; ROSSA, 2018; ROSSA; MENEZES, 2017; 2018). Essa mudança no perfil migratório foi determinante na escolha das mulheres angolanas como objeto dessa pesquisa.

A presença constante de mulheres grávidas de várias nacionalidades sempre me inquietou muito. Tentava entender a motivação dessa imigração com todos os seus problemas e dificuldades, acrescida algumas vezes do desafio de terem filhos doentes. Essa inquietação também se fundamenta por compartilhar a perspectiva do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998, p. 15), que compreende a imigração como um processo complexo que pode ser definido como um “fato social completo”, ou seja, um processo que pode apresentar entraves e muitas barreiras a serem vencidas, além de criar um problema de pesquisa que deve ser analisado academicamente por diversas áreas do conhecimento.

A escolha do tema desta pesquisa é fruto da minha vivência acadêmica e profissional como enfermeira obstétrica, por 22 anos, Procuradora do Trabalho na cidade de São Paulo, por 14 anos, e voluntária na Missão Paz por aproximadamente 4 anos. As dúvidas e perguntas relativas à minha inquietação inicialmente não tinham respostas. Na busca desse entendimento e visando ter um tema para estudo que representasse um real interesse e que falasse fundo nos meus sentimentos e nas minhas experiências já vividas, escolhi o desafio de compreender mais sobre essa

realidade com o auxílio do Padre Paolo Parise, Diretor do Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz (CEM).

Mulheres grávidas, nas suas dores, na sua solidão, muitas vezes, sem perspectivas concretas de vida, na falta de condições de subsistência e moradia e na sensação de ter um filho no colo e não ter para onde ir, representavam uma nova história na minha vida, agora como doutoranda e pesquisadora. Deste modo, esperamos que minha bagagem na Enfermagem, na Advocacia, no Ministério Público do Trabalho, na Missão Paz e, atualmente, nas Ciências Sociais possam contribuir para compreensão do fenômeno estudado.

Compartilhamos da perspectiva das autoras Orsolini e Oliveira (2013, p.1) que, ao analisar estudos qualitativos, fazem uma análise poética sobre o ato de pesquisar, entendendo-o como um ato de liberdade:

A pesquisa é ato de liberdade. É bilhete de passagem para sujeitos que se querem sujeitos. A pesquisa legitima o ato de rebeldia de investigar, para formar o novo; para dar à luz o conhecimento que dormiria latente dentro de tantas vidas que se manteriam estanques, não fosse o rebelde ato de investigar e fazer convergir para o mesmo discurso observações e teorias que, juntas, efervescem a pesquisa.

E, posteriormente afirmam:

Esse mergulho no outro, no entanto, necessita de consistência, lógica, critérios e validade científica, além de suporte teórico, que confira o rigor e a seriedade que a pesquisa científica exige. Esse mergulho no outro se faz a partir das teorias estabelecidas - conhecimento produzido no passado, mas revisto e atualizado - que, ao mesmo tempo, produzem um novo conhecimento (ORSOLINI; OLIVEIRA, 2013, p.1).

Assim sendo, buscamos responder às seguintes perguntas de pesquisa: Por que as mulheres angolanas vieram para o Brasil? Por que as mulheres angolanas vieram grávidas ou aqui engravidaram? Por que permanecem no Brasil?

Esta pesquisa se baseia em três hipóteses: A primeira é que mulheres angolanas adotam estratégias migratórias para conseguir a permanência no Brasil, o que envolve a decisão de migrar grávida ou aqui engravidar para conseguir a regularização migratória com base em prole brasileira. A segunda hipótese é que a migração de mulheres angolanas para São Paulo pode ser explicada também devido ao atendimento à saúde precário no país de origem e à crença de que no país de

chegada encontrarão melhores condições de saúde e educação para elas, seus filhos e suas famílias. E, por fim, a terceira é de que o desejo de alcançar melhores condições de vida a partir da reprodução e regularização migratória no Brasil são fatores que precedem a busca por trabalho.

Como objetivo principal buscamos entender e mapear as estratégias migratórias adotadas pela mulher angolana como parte de seu projeto migratório, considerando principalmente a regularização migratória por filho nascido no Brasil e a busca por saúde e educação para suas famílias. Analisaremos também como e quando se dá a inserção laboral dessas mulheres que residem na cidade de São Paulo, assim como sua concentração espacial no território. Além disso, investigaremos o que a imigração significa para elas em termos de saúde, reprodução e melhores condições de vida.

O período estudado neste trabalho compreende os anos de 2013 a 2018, pois os dados acima referidos, da Missão Paz, Cáritas e CONARE, indicam, cada um a partir das particularidades de seus registros, um aumento na chegada de mulheres angolanas grávidas e/ou com filhos neste período. Inclusive, a esse respeito, retomando o gráfico 3, observamos, entretanto, que houve uma redução dos imigrantes angolanos que buscaram a Missão Paz nos últimos dois anos. Contudo, apesar deste dado poder ser um tema de investigação, esta não é a proposta desta pesquisa, ainda que hipóteses relativas à concessão de visto e às condições de vida, emprego e moradia em São Paulo possam ser feitas⁸.

Selecionamos ainda a cidade de São Paulo como *locus* de pesquisa, porque, naquele período, era o município que mais recebia imigrantes e refugiados no Brasil⁹, além de ser uma referência na rede de instituições de acolhimento e atendimento a imigrantes, como será estudado detalhadamente ao longo da pesquisa (MJSP, 2016; 2017; 2018; 2019; SISMIGRA, 2020).

Como fundamentação teórica buscamos artigos, dissertações e teses relativos ao tema desta pesquisa. Utilizamos e analisamos dados obtidos junto à Missão Paz,

⁸ Sobre este tema, ver Martuscelli (2019) e Rossa (2018).

⁹ A partir de 2018, este cenário se modificou por conta do aumento do fluxo de venezuelanos na região norte do país, mais especificamente nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, em Roraima.

Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, CONARE, Polícia Federal (SINCRE e SISMIGRA¹⁰) e também de organismos e relatórios internacionais.

Ademais, como metodologia, optamos pela entrevista semiestruturada com 19 mulheres angolanas que chegaram no Brasil entre 2013 e 2018 grávidas ou não, com filhos ou não, com maridos e companheiros ou não. As mulheres foram contatadas a partir da pesquisa de campo realizada entre 2017 e 2018 na Missão Paz e no Centro de Atendimento Especial para Mulheres Migrantes (CAEMI PALOTINAS). Foram entrevistados ainda 14 especialistas sobre o tema, incluindo representantes de instituições da sociedade civil e pesquisadores acadêmicos. As entrevistas com as mulheres angolanas ocorreram entre 24 de agosto de 2017 a 4 de abril de 2018, e com os especialistas no período de 17 de julho de 2017 a 14 de agosto de 2018.

Elaboramos, para tanto, um roteiro de questões com intuito de ouvir a mulher angolana e entendê-la como sujeito ativo de seu processo migratório, visão que coincide com o que explica Antônio Carlos Gil (2002, p. 117) as entrevistas semiestruturadas são “guiadas por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”. Dessa forma, foi possível mapear o perfil das mesmas em relação a vários indicadores tais como: idade; condições socioeconômicas; região de origem; etnia; se migrou com filhos ou não; se realizou a migração grávida ou engravidou no Brasil; se veio sozinha ou acompanhada de algum familiar; se deixou filhos em Angola; se havia redes sociais no país de origem e de chegada; a importância da assistência hospitalar ao parto e da assistência de saúde e educação para elas e seus filhos; saudades e relações afetivas nos dois países; e como esses fatores teriam impactado sua decisão de migrar.

Com todos esses dados coletados através do roteiro de perguntas na entrevista, pretendemos entender a mulher angolana e a regularização da sua situação migratória por filho nascido no Brasil, bem como os fatores sociais, políticos e econômicos que impulsionaram sua imigração para a cidade de São Paulo a partir de 2013.

Essas mulheres estão em situação vulnerável devido ao gênero, a raça e a vivência da gravidez, da amamentação, dos cuidados e da criação de filhos longe de

¹⁰ Siglas para os sistemas utilizados pela Polícia Federal: Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (vigente durante o Estatuto do Estrangeiro, nº 6.815/1980) e Sistema de Registro Nacional Migratório (Lei de Migração nº 13.445/2017).

seus locais de origem. Elas se tornam responsáveis pela subsistência e pelo cuidado delas próprias e dos filhos, pela procura de vagas nas creches e escolas para os filhos nascidos ou não no Brasil, pela busca de hospitais e instituições públicas de saúde onde dar à luz, cuidar e fazer o acompanhamento de saúde de si mesmas e de seus filhos; bem como pela inserção social e educação das crianças na sociedade brasileira. E, ainda, providenciam toda a documentação para regularizar a sua situação migratória e de seus filhos, quase sempre com a ajuda de instituições de acolhimento. A atuação dessas instituições sociais, como a Missão Paz e a Cáritas, por exemplo, é importante, como discutiremos nesta pesquisa, para o apoio aos imigrantes que precisam de ajuda concreta e eficaz, especialmente, na cidade de São Paulo. Como aponta Pereira (2016, p.102), “a acolhida aos migrantes e refugiados constitui uma questão social, ética, política, cultural, econômica e humanitária”, valores estes que norteiam a prática das referidas instituições da sociedade civil.

Como referencial teórico, esta pesquisa parte da literatura sobre migração feminina. A esse respeito, é importante citar o artigo publicado em 1885 por E. G. Ravenstein, um dos primeiros sobre o tema em que afirma:

[...] A mulher migra mais do que o homem. Esta afirmação pode surpreender aos que associam a mulher à vida doméstica, embora os resultados do Censo provem-na claramente. Também é verdade que as mulheres não deixam os distritos rurais para as cidades em busca apenas de serviços domésticos, mas sim que migram com bastante frequência para distritos manufatureiros onde a oficina passa a constituir rival importantíssimo da copa e cozinha (RAVENSTEIN, 1885, p. 196, tradução nossa).

O artigo de Ravenstein representa uma inovação nos estudos da migração feminina, pois prevalecia e ainda prevalece uma visão de que a mulher na imigração é simplesmente uma acompanhante do marido ou da família. Com o desenvolvimento desta área de estudos, a autonomia e o protagonismo das mulheres imigrantes passaram a ter maior visibilidade, de modo que a perspectiva de que as mulheres são apenas acompanhantes vem perdendo espaço na academia (MILESI, MARINUCCI, 2015; PERES; BAENINGER, 2012).

Nesse contexto, especificidades da migração feminina também passaram a ser analisadas por diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e disciplinas, o que nos remete ao conceito de fato social proposto por Sayad (1998). Este é o caso da relação entre mulheres imigrantes e a questão da maternidade apresentada por Cintia Kuramoto (2016). Em sua pesquisa sobre parto de mulheres

imigrantes, a autora relata a importância do preparo dos profissionais de saúde no atendimento a essas mulheres de diferentes culturas.

O trabalho de Kuramoto (2016) não foca em um movimento migratório de uma nacionalidade específica. Apesar de não nos ajudar a compreender elementos fundamentais que motivam as especificidades de fluxos como a imigração de mulheres angolanas grávidas para a cidade de São Paulo, seu estudo demonstra situações novas no atendimento médico e de enfermagem às pessoas estrangeiras, que precisam ser estudadas e entendidas.

Assim sendo, o objeto desta pesquisa é a migração essencialmente de mulheres. Apesar de muitos trabalhos discutirem a questão de gênero (ARAÚJO, 2005; DUTRA, 2013; PERES; BAENINGER, 2012), este terá como enfoque a feminização da migração, conceito mobilizado por Assis e Kosminsky (2007), Marinucci (2007) e Milesi e Marinucci (2015), que pode ser definido como:

A feminização pode ser interpretada como aumento numérico das mulheres migrantes, como mudança dos critérios analíticos do fenômeno migratório mediante a inclusão do enfoque de gênero e/ou como transformação do perfil da mulher migrante (MARINUCCI, 2007, p.5).

Este aporte teórico estuda a mulher como agente do fenômeno migratório, com toda sua vitalidade, coragem, sofrimento, solidão e com seu empoderamento sobre os fatos que circunscrevem sua nova vivência na imigração. O enfoque da feminização da migração é fundamental, bem como uma visão atenta sobre os diferentes papéis que a mulher experiencia, dentre eles, o da maternidade. Consideramos, nessa pesquisa, a mulher imigrante como sujeito ativo de seu projeto migratório. Isso decorre do fato de que, ao olhar e estudar a mulher imigrante, grávida ou não, constatamos coragem e força que se reveste de um poder de decisão importante para enfrentar, na grande maioria das vezes sozinha, todas as dificuldades e desafios envolvidos no processo de: decisão, documentação, viagem, chegada ao Brasil, regularização migratória, parto e o cuidado dos filhos.

Além disso, esse trabalho também se propõe a discutir as questões ligadas ao empoderamento feminino (BERTH, 2019), tendo em vista que as mulheres, com ou sem filhos, se empoderam de muitos valores tornando a imigração feminina importante. Muitas delas viajam com pouco ou nenhum recurso financeiro. Nesse processo, transparece o empoderamento feminino na coragem e força para enfrentar seu projeto migratório. Empoderam-se de seu papel, reelaborando-o e, muitas vezes,

assumem, sozinhas, os papéis de mãe, provedora e educadora, dentre outros. Surge, assim, a questão da mulher, que reforça a visibilidade atual da imigração que tem cada vez mais a sua face feminina, observada em vários relatos, pesquisas e estatísticas.

Para tanto, em termos de organização, esta tese foi dividida em 4 capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo estudamos as migrações contemporâneas. Iniciamos tratando das migrações no mundo que existem desde o começo da humanidade, que sobreviveu às grandes modificações climáticas, acompanhou a evolução do homem e levou ao povoamento das diferentes regiões do planeta (BARBOSA, 2007; 2020; BÓNIFACE; VÉDRINE, 2009; ENRICONI, 2017; MBEMBE, 2019).

Buscamos apresentar uma fundamentação teórica que possa contribuir para a compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos estudados nesta tese. Deste modo, analisamos algumas das principais teorias que tentam explicar os movimentos migratórios. A respeito destes referenciais, serão abordados algumas das defendidas por autores e autoras clássicos da área como: Ernst Ravenstein (1885), Abdelmalek Sayad (1998), João Peixoto (2004), Mauro Augusto dos Santos *et al.* (2010), Iuri Duque Incarnação (2015) e Elisa Sasaki e Glaucia Assis (2000), Rosana Baeninger (2015; 2016), Roberto Marinucci (2007), Rosita Milesi e Roberto Marinucci (2015), Lucia Maria Machado Bógus e Viviane Mazine Rodrigues (2011), Lucia Maria Machado Bógus e Viviane Mazine (2015), dentre outros. Seguimos apresentando as Macros e Micros Teorias Migratórias. Dentre as Macros Teorias são estudadas: a Teoria da Atração e Repulsão de Ravenstein (*Push-Pull*), a Teoria Histórico-estrutural e a Teoria do Mercado Segmentado ou Dual. Nas Micros Teorias abordamos a Teoria do Capital Humano e a dos Novos Economistas. Na mesma seção, ainda são aprofundadas as teorias da Feminização das Migrações, das Redes Sociais Migratórias e das Migrações Transnacionais, com especial atenção às famílias transmigrantes. Essas três últimas teorias migratórias nos parecem ser as mais adequadas às características e parâmetros das mulheres estudadas nesta pesquisa, visto que as teorias anteriores explicam os fluxos com base na busca de trabalho ou em diferenças no mercado laboral entre os países de origem e destino, fatores estes que não foram verificados como determinantes na decisão de migrar das mulheres pesquisadas.

Após esse levantamento teórico, são abordadas as categorias migratórias contextualizando as diferenças entre fluxos voluntários ou forçados e as dificuldades em distingui-los, o que tem levado pesquisadores a discutir os fluxos mistos. Além destes, apresentamos um breve panorama da institucionalização da categoria do refúgio. Dentre os pesquisadores mobilizados destacamos: João Carlos Jarochinski Silva, Lúcia Bógus e Stéfanie-Angélica Silva (2017), Hannah Silva (2017), Amanda Rossa e Marilda Menezes (2018), Julia Bertino Moreira (2017), Alexander Betts (2013), Susan Martin, Sanjula Weerasinghe e Abbie Taylor (2014). Além desta bibliografia, foram estudados documentos internacionais como a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (ACNUR, 1951); o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, de 1967 (ACNUR, 1967); a Convenção da Organização União Africana, de 1969 (ACNUR, 1969) e a Declaração de Cartagena, de 1984 (ACNUR, 1984).

Por fim, aproximamos este referencial teórico à realidade brasileira, propondo um breve histórico das migrações e refúgio no Brasil. Para tanto, utilizamos, dentre outros, Luiz P. T. F. Barreto (2010), Laurentino Gomes (2019), Lucia Bógus e Rosana Baeninger (2018), Liliana Lyra Jubilut (2007). Apresentamos como tais instrumentos foram sendo incorporados ao ordenamento jurídico do país pelos governos brasileiros no século XX. Discutimos aspectos do Estatuto do Estrangeiro (nº 6.815/1980), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) também da Lei de Refúgio (nº 9.474/1997), que são considerados marcos jurídicos de proteção aos direitos humanos, aos imigrantes e aos refugiados.

No segundo capítulo será estudado com profundidade a República de Angola, que foi dominada pelos portugueses aproximadamente por 500 anos cuja independência foi declarada em 11 de novembro de 1975. Depois de sua independência, enfrentou guerra civil que durou 27 anos, de 1975 até 2002 – ou segundo Visentini (2012, p.88), a duração da guerra civil deve englobar também o período colonial, desde 1961 até 2002 –, por rivalidade entre três grupos políticos que lutavam pela obtenção do domínio do país: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), cada partido seguindo uma ideologia. A guerra provocou grandes perdas econômicas e humanas, desestruturação e

perseguições que resultaram em índices de desenvolvimento social e econômico muito baixos (SILVA, 2015).

O capítulo demonstra, em certa medida, minuciosas informações sobre a história de Angola com a finalidade de destacar a relevância de seu processo histórico para a atual conjuntura socioeconômica e política do país, sobretudo, os fatores que levaram uma parcela significativa da população angolana a migrar para outros países.

Angola será analisada em vários aspectos para, através de seu contexto histórico, entender seu momento atual e seu futuro, seu povo, suas mulheres, suas crianças e suas migrações. Será visto brevemente sua geografia e história; a longa e perversa colonização portuguesa de mais de 500 anos, a escravidão; as lutas anticoloniais contra Portugal; a independência e a guerra civil angolana, entre os três grupos que tinham lutado juntos contra o colonizador e que, praticamente destruiu grande parte da infraestrutura angolana e quase devastou o país, levando-o à miséria, sem contar os resquícios das minas terrestres que assombram até hoje a população (BAPTISTA, 2007; RODRIGUES, 2012; RIBAS, 2015; SILVA, 2015).

O capítulo é construído a partir da revisão teórica da literatura especializada na história do povo angolano e que possui pertinência com toda a tese. Dentre outros, podemos citar: Maria do Carmo Medina (2013); Paulo Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira (2014); Paulo Visentini (2012); L.L. Fituni (1985); Rui Ramos (2015); Paul Hare (1999); Douglas Wheeler (2016a; 2016b; 2016c; 2016d; 2016e; 2016f; 2016g); Pedro P. R. Ventura (2014); Doringny e Gainot (2017); Indira Monteiro (2012); Cláudio Bartolomeu Lopes (2010); Filomena Carreira (1998); Justin Pearce (2017); Cristina Rodrigues (2012).

No terceiro capítulo é analisada a migração de angolanos para o Brasil com ênfase no período da guerra civil até 2018. O objetivo deste retrospecto é compreender como esse grupo migratório tem sido recebido e tratado pelo Estado brasileiro em termos de regularização migratória. Buscamos retratar um breve histórico do movimento migratório de angolanos para o país a partir da década de 1960 perpassando o reconhecimento da condição de refugiados desses imigrantes, nos anos 1990, a cláusula de cessação desse *status* em 2012 até chegar ao fluxo atual de mulheres angolanas grávidas e/ou com filhos na condição de solicitantes de refúgio.

Também foram analisados os dados do CONARE e da Polícia Federal com intuito de verificarmos mais detalhadamente os amparos jurídicos das mulheres angolanas registradas pelos referidos órgãos durante os anos de 2013 a 2018. Realizamos considerações acerca das hipóteses e estratégias migratórias disponíveis e utilizadas pelas imigrantes, avaliando como elas se regularizam ou tentam se regularizar no Brasil. Apresentamos dados referentes a refúgio, solicitações de refúgio, regularização via reunião familiar, estudos, pesquisa e trabalho, dentre outras.

Além disso, discorreremos sobre as principais instituições que compõem a rede de atendimentos a imigrantes em São Paulo, devido ao papel que essas entidades têm, não apenas em termos de acolhimento e auxílio em necessidades básicas, mas também no apoio jurídico e de documentação. Para isso, neste momento, mobilizamos os depoimentos dos especialistas entrevistados.

Refletimos posteriormente acerca de indicadores de população, saúde, educação e trabalho divulgados em relatórios de organismos internacionais sobre Angola e Brasil com a finalidade de compará-los. Utilizamos, para tanto, dados de programas da Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento (UNDP), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Organização Mundial da Saúde (OMS) e World Economic Forum para verificar informações como: mortalidade materna, infantil, neonatal e de crianças até 1 ano; escolaridade; alfabetização; índice de desenvolvimento humano; gravidez na adolescência, mortalidade de adolescentes grávidas, trabalho informal e desemprego e outros indicadores relevantes. Esse levantamento foi feito na tentativa de ter instrumentos quantitativos para verificar possíveis correlações com as informações qualitativas obtidas a partir das entrevistas realizadas com as 19 mulheres angolanas.

Finalmente, no último e quarto capítulo realizamos a análise da pesquisa de campo e dos relatos coletados nas entrevistas com as 19 mulheres angolanas e com os 14 especialistas (pesquisadores sobre o tema e representantes de instituições da sociedade civil atuantes com imigrantes). Esses conteúdos foram organizados em oito seções: (1) questões demográficas que incluem nome, idade, etnia, naturalidade, local de nascimento, origem urbano/rural; idioma e dialetos; escolaridade; religião; (2) questões de origem que contemplam se houve participação familiar na Guerra Civil Angolana; (3) Migração Angola-Brasil, em que foram organizados os motivos pelas quais as 19 mulheres vieram para o Brasil; deslocamento e viagem; apoio e rede para

migração; situação migratória e documentação; (4) Maternidade, filhos e família em que enfocamos a importância de ter filhos para a sociedade angolana; nascimento dessas crianças no Brasil, relacionamentos com maridos, companheiros e/ou pais dos filhos; quantidade de filhos (angolanas e brasileiros); (5) Educação, onde registramos respostas que tratam da educação dos filhos e qualidade de ensino; (6) Saúde, tema que inclui condições de saúde para crianças e também para a própria mulher em termos da maternidade, pré-natal e parto; (7) Sociabilidade e integração em São Paulo, local de residência, condições de trabalho, renda e benefícios recebidos; racismo; (8) Relação com Angola pós-migração, onde descrevemos fatores como saudades, lembranças, avaliação do projeto migratório.

Esses dados coletados foram organizados em mapas, gráficos, tabelas e quadros articulados com os referenciais teóricos e os relatórios das organizações internacionais que foram apresentados nos capítulos anteriores. Com a junção dos depoimentos das mulheres migrantes e dos especialistas, da análise das legislações existentes, bem como os estudos teóricos relativos ao campo das migrações, realizamos uma intersecção de dados para responder e explicar as perguntas, as hipóteses e os objetivos propostos para este trabalho.

Esta pesquisa e todos seus documentos vinculados à Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foram submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, Campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Plataforma Brasil. Após análises do conteúdo e dos documentos juntados, o Comitê o considerou “aprovado”, conforme Parecer nº. 2.742.170 de 28/06/2018. Os documentos estão na posse desta pesquisadora, devidamente guardados. Também estão na posse desta pesquisadora: o roteiro de pesquisa respondido pelas 19 mulheres angolanas e pelos 14 especialistas entrevistados devidamente guardados e que podem ser conferidos no apêndice C.

1. MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Neste capítulo, buscamos apresentar uma fundamentação teórica que possa contribuir para a compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos estudados nesta tese. Para tanto, revisitamos algumas das principais teorias que tentam explicar as migrações, contextualizamos os debates e os conceitos das categorias vigentes (migração forçada, voluntária, fluxos mistos e refúgio). Finalmente, descrevemos um breve histórico da migração no Brasil, com ênfase no século XX.

O texto está dividido em quatro seções. Iniciamos tratando das migrações no mundo que existem desde o começo da humanidade, sobreviveu às grandes modificações climáticas, acompanhou a evolução do homem e levou ao povoamento das diferentes regiões do planeta. Para esta seção foram analisados e estudados os seguintes autores: Bóniface e Védrine (2009), Muryatan Barbosa (2007; 2020), Enriconi (2017) e Achille Mbembe (2019).

Em seguida, na segunda seção, apresentamos a fundamentação teórica deste estudo sobre a literatura da migração internacional, quanto à sua evolução histórica, quanto aos efeitos da globalização, da mudança rápida do capital e dos postos de trabalho. E também quanto aos temas da crescente migração feminina, familiar e das redes sociais formadas por imigrantes.

Muitas teorias buscam explicações sobre o fenômeno migratório, sendo na sua maioria as migrações internacionais e com enfoque econômico. Cada migração revela um comportamento humano específico que, ao ser analisado, pode demonstrar fatos e razões particulares com novos conceitos, tipos e fundamentos.

A respeito das teorias migratórias, serão abordadas algumas das cunhadas por autores e autoras clássicos da área como: Ernst Ravenstein (1885), Maria Beatriz Rocha-Trindade (1995), Abdelmalek Sayad (1998), João Peixoto (2004), Mauro Augusto dos Santos *et al.* (2010), Iuri Duque Incarnação (2015) e Elisa Sasaki e Glaucia Assis (2000).

Serão também estudados os trabalhos contemporâneos de Rosana Baeninger (2015; 2016; 2018), Jesús Javier Sánchez Barricarte (2010), Roberto Marinucci

(2007), Milese e Marinucci (2015), Lucia Maria Machado Bógus e Viviane Mazine (2015) e Carpenedo e Nardi (2017), dentre outros.

As migrações têm sido estudadas por diversos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, dentre elas, geografia, ciências sociais, psicologia, demografia, saúde, história, economia, antropologia, teologia e segurança nacional, em consonância com a definição de Abdelmalek Sayad (1998) sobre a migração ser um “fato social completo” pelo seu caráter interdisciplinar. Os autores Incarnação (2015), Santos *et al.* (2010), Peixoto (2004) e Sasaki e Assis (2000), do ponto de vista sociológico, discutiram diversas correntes teóricas que tentam explicar as migrações e analisar as motivações e características dos deslocamentos humanos.

Inicialmente apresentamos algumas teorias sobre as migrações: as Macros e Micros Teorias Migratórias. Dentre as Macros Teorias são estudadas: a Teoria da Atração e Repulsão de Ravenstein (*Push-Pull*), a Teoria Histórico-estrutural e a Teoria do Mercado Segmentado ou Dual. Nas Micros Teorias analisamos a Teoria do Capital Humano e a dos Novos Economistas.

Na mesma seção, ainda são aprofundadas as teorias da Feminização das Migrações, das Redes Sociais Migratórias e das Migrações Transnacionais, com especial atenção às famílias transmigrantes. Essas três últimas teorias migratórias nos parecem ser as mais adequadas às características e parâmetros das mulheres estudadas nesta pesquisa, visto que as teorias anteriores explicam os fluxos com base na busca de trabalho ou em diferenças no mercado laboral entre os países de origem e destino e, a princípio, este fator não foi verificado como determinante na decisão de migrar das mulheres pesquisadas.

Em seguida, após a exposição das teorias acima mencionadas, são abordadas, na terceira seção, as categorias migratórias contextualizando as diferenças entre fluxos voluntários e forçados e as dificuldades em distinguir os fatos sociais ocorridos, o que têm levado os pesquisadores a discutir os fluxos mistos. Além destes, apresentamos um breve panorama da institucionalização da categoria refúgio.

Dentre os teóricos mobilizados nesta seção, destacamos: João Jarochinski Silva, Lúcia Bógus, Stéfanie Angélica Gimenez Jarochinski Silva (2017), Hannah Silva (2017), Amanda Rossa e Marilda Menezes (2018), Julia Moreira (2017), Alexander

Betts (2013), Susan Martin, Sanjula Weerasinghe e Abbie Taylor (2014). Além dessa bibliografia, foram estudados documentos internacionais como a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951; o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967, a Convenção da Organização União Africana de 1969 e a Declaração de Cartagena de 1984.

Por fim, na quarta seção, aproximamos este referencial teórico à realidade brasileira, propondo um breve histórico das migrações e do refúgio no Brasil. Para tanto, utilizamos, dentre outros, Luiz P. T. F. Barreto (2010), Laurentino Gomes (2019), Lucia Bógus e Rosana Baeninger (2018), Lúcia Bógus e Viviane Mazine (2015), Liliana Jubilut (2007), Andressa Martino e Paulo Côrrea (2018), Laura Sartoretto (2018). Somadas a esses autores, apresentamos aspectos da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e também da Lei de Refúgio (nº 9.474/1997).

Apesar da menção específica por seção, ressaltamos que vários autores são articulados em mais de um momento do texto, contribuindo com seus conhecimentos e compreensão e do fenômeno migratório.

1.1 Migrações no mundo

As migrações existem há milênios em diferentes regiões da Terra. Elas fazem parte da história da humanidade, da evolução do homem e do crescimento populacional no mundo. Nos últimos anos, intensificaram-se muito como resposta ao avanço da globalização, da revolução tecnológica e também aos graves problemas da desorganização em vários Estados que levaram à pobreza, desrespeito aos direitos humanos, perseguições políticas, religiosas e étnicas, guerras e regimes autoritários, dentre outros. As catástrofes climáticas são também responsáveis por intensos movimentos migratórios internos e externos da atualidade.

No Atlas do Mundo Global, os autores Pascal Bóniface e Humbert Védrine (2009, p.9) questionam se “seremos sábios o bastante para gerir os problemas advindos do sucesso de nossa espécie?” afirmando que:

O homem é uma espécie recente na história do mundo. Embora a vida tenha surgido há 3,8 bilhões de anos, o homem moderno (*Homo sapiens sapiens*) – isto é nós, - tem apenas 35.000 anos [...]. Ainda na África, mas ao leste, a primeira espécie do gênero *Homo* aparece há 2,5 milhões de anos: é o *Homo habilis*, o “homem hábil”, que usa suas ferramentas e do qual provêm o homem moderno. Nessa época nosso ancestral é pequeno (de 1,20 a 1,50 metro), pesa 40 quilos e dispõe de um pequeno cérebro (de 600cm³). A segunda espécie é o *Homo ergaster*. Surgido há cerca de 1,7 milhão de anos, este “homem artesão” é maior que seu ancestral (de 1,5 a 1,7 metro), mais pesado (60 quilos) e mais inteligente, com cérebro de 900 cm³. É o primeiro do gênero *Homo* a se aventurar fora do continente africano pelo nordeste; foram descobertos indícios dele perto do lago Tibete e, mais ao norte, na Geórgia, 400.000 anos depois esse caçador chega ao leste e ao sudeste da Ásia. E 300.000 anos mais tarde (há um milhão de anos) estava presente no sul da Europa. Mais 300.000 anos, e ele estava na Europa temperada (há 700.000 anos). Todos esses deslocamentos terrestres foram facilitados pelo baixo nível dos mares (período glacial). Foi a domesticação do fogo (há 400.000 anos) que permitiu ao *Homo ergaster* progredir nas regiões frias da Europa, Ásia (no Japão) e América[...]. O homem de *Neandertal* aparece há 300.000 anos[...]. Há cerca de 120.000 anos descendendo provavelmente das linhagens *Homo ergaster* africanas, aparece na África o *Homo sapiens* (“homem sábio”), com cérebro volumoso (1.450 cm³).

A respeito do surgimento do *homo sapiens* no continente africano, Muryatan Santana Barbosa (2007, p.1) afirma que este evento ocorreu há cerca de 160 mil anos atrás. Homens e mulheres tinham faces negróides e “formaram os primeiros núcleos urbanos na Europa mediterrânica, América, Ásia (Oriente Próximo, Médio, Ásia Central e do Sul) e Oceania [...] e também no Brasil”. Com isso, Barbosa (2007, p. 1) declara que “as primeiras populações humanas no continente americano não sido grupos mongolóides, mas negróides”.

No que tange à Europa, Bóniface e Védrine (2009, p.13) apresentam fatores que influenciaram o crescimento populacional, tais como:

[...] as Cruzadas no Oriente, de 1095 a 1291. Mas é com as grandes descobertas e os grandes viajantes do século XV (Vasco da Gama, Cristóvão Colombo, Fernando de Magalhães) que ela (Europa) começa de fato a estender sua influência pelo mundo. Esses grandes descobridores abriram caminho para os primeiros impérios coloniais europeus: inicialmente português e espanhol, depois inglês e francês (na Ásia e América), e holandeses. A África ficou assim dividida entre britânicos, franceses, belgas, portugueses, espanhóis e alemães. Desse modo, no século XIX, os franceses e britânicos estão cada um à frente de um imenso império global. China e Japão, por sua vez, precisaram abrir seus mercados sob a ameaça e as condições europeias.

Conforme apresentado pelos autores acima, o surgimento na Terra ocorreu há 3,8 bilhões de anos, mas o homem moderno (*Homo sapiens sapiens*) tem apenas 35.000 anos. O homem sempre se movimentou na Terra, tendo cruzado oceanos e

espaços terrestres que os levaram de norte ao sul do planeta. Pela história do apogeu da Europa, os homens com mais conhecimento e domínio de várias ciências, cruzaram mares e fizeram grandes invasões terrestres, dominando espaços e tornando senhores de regiões estabelecendo impérios coloniais, deixando seus vestígios através do poder econômico e da força, na grande maioria das vezes com absoluta destruição e domínio das populações locais. Sobre isso Enriconi (2017) diz:

Historiadores em geral concordam que o estilo de vida migratório e o sedentário coexistiram em todos os períodos da história mundial, apesar das fundações legais e administrativas da migração moderna somente terem surgido no final do século XIX [...]. Historiadores conjecturam, por exemplo, que algumas migrações ocorreram na pré-história (período anterior à escrita) graças a mudanças climáticas. No entanto, naquela época, não havia países, fronteiras ou controles administrativos do modo como hoje existem.

A respeito da existência de fronteiras, Mbembe (2019), em seu trabalho *‘A ideia de um mundo sem fronteiras’* discute a diferença entre o início da migração no mundo e o mundo atual, e afirma que “a utopia da livre circulação entre os países é hoje solapada pelo reforço das restrições de movimento que reproduzem e intensificam a vulnerabilidade de grupos estigmatizados e mais marcados racialmente”. O autor se questiona: A quem pertence a terra? Quem determina sua distribuição ou sua divisão? E, ainda, quem tem o poder de regular e distribuir as populações humanas e não humanas, sobre o corpo da terra? Seria possível no mundo atual existir um mundo sem fronteiras? (MBEMBE, 2019).

Com a consolidação dos Estados-nação, passou-se a controlar as fronteiras, estabelecendo regras próprias para controlar quem entra e quem sai de seus territórios, modificando a dinâmica de livre circulação que se colocava até então. Com isso, novas pesquisas têm surgido tentando compreender melhor estes fenômenos. Na seção seguinte, apresentamos algumas destas teorias explicativas.

1.2 Teorias migratórias

Os processos migratórios são fenômenos imbricados em seus contextos históricos e culturais. De acordo com Maria Beatriz Rocha-Trindade (1995, p. 61). podem ser entendidos como movimentos individuais ou coletivos, “cujo impacto afeta o desenvolvimento das populações e não podem ser separados dos factos sociais e culturais que, em larga medida, os determinam”. Tais movimentos migratórios são

influenciados por fatores socioeconômicos e políticos de ordem interna e externa do local de origem, de trânsito e de destino.

Diversos são os recortes possíveis que podem compor os estudos das migrações, podendo ser estudadas enfocando as motivações individuais e do grupo social do sujeito que migra, assim como nos efeitos e consequências do deslocamento. Como as migrações são permeadas por elementos variados e complexos, torna-se praticamente impossível uma única teoria dar conta de compreendê-la e abarcar toda sua amplitude. Por conta disso, as migrações precisam ser analisadas por diferentes teorias ao mesmo tempo. A esse respeito, Barricarte (2010, p. 19) afirma:

No hay una única teoría aceptada ampliamente por los científicos sociales que sea capaz de explicar el inicio y la perpetuación de los flujos migratorios internacionales. Tan solo disponemos de una serie fragmentada de teorías, muchas veces elaboradas de forma aisladas unas de otras. Difícilmente podremos entender la complejidad de los procesos migratorios si solo nos apoyamos en un único modelo conceptual. La naturaleza compleja y polifacética de las migraciones exige una teoría que incorpore una variedad de perspectivas, niveles y supuestos

Para o sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998, p.16) a migração é um “fato social completo” ou um “fato social total”, pois tem que ser estudada por diversas disciplinas, visto que “falar de migração é falar da sociedade como um todo” no seu aspecto histórico (diacrônico) e também das estruturas sociais que a compõe (sincrônico). Explica Sayad (1998, p.15) que “todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma [...] como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas”. Por isso, as migrações têm sido estudadas por diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento como a geografia, ciências sociais, psicologia, demografia, saúde, história, economia, antropologia e teologia.

Tendo em vista o que discute Sayad, ao escolher um enfoque de estudo na temática das migrações, deve-se atentar que este é parte integrante de um todo, de um “fato social total”. Definir um referencial específico, contudo, é importante para lançar luz às particularidades de fenômenos pouco estudados, como é o caso da migração de mulheres angolanas que vêm grávidas para o Brasil.

Grande parte das teorias migratórias explicam os fluxos com base na busca de trabalho ou em diferenças no mercado entre os países de origem e destino como

motivação para o deslocamento (INCARNAÇÃO, 2015; PEIXOTO, 2004; RAVENSTEIN, 1885; SANTOS *et al.*, 2010). Todavia, entendemos que essas motivações não se apresentam como o foco desta tese que tende a dialogar mais com novas teorias migratórias que, apesar de considerarem o fator trabalho, apresentam outros elementos de análise para os fluxos migratórios contemporâneos. Nelas são apontados fatores como as redes familiares, os laços afetivos, a importância da maternidade, a busca por saúde e educação dos filhos. Assim, partimos da ideia de que as migrações podem ser interpretadas pelos processos de decisão a nível individual e também familiar (PERES; BAENINGER, 2012).

Essas considerações iniciais revelam que o estudo sobre as teorias migratórias pode ser abordado sob variados enfoques metodológicos e por diferentes disciplinas “oferecendo as mais diversas perspectivas no tratamento das questões relativas às migrações” (INCARNAÇÃO, 2015, p. 1).

Massey (1990, p.4 *apud* SANTOS *et al.*, 2010, p.6) conclui que o resultado dessa fragmentação é que “nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para pesquisa e políticas públicas”. A consequência desse estudo teórico incompleto ou fragmentado foi justamente a criação de um vasto acervo de teorias sobre o assunto, mas que pouco se comunicam.

Nas próximas subseções serão apresentadas e discutidas algumas teorias migratórias que podem nos ajudar a compreender o fenômeno da migração de forma geral e algumas teorias que entendemos aplicar-se no estudo das mulheres angolanas que vieram grávidas para o Brasil, sujeitos desta tese. Acreditamos que esses referenciais teóricos poderão ajudar nas respostas à pergunta central desta tese que é: quais são as razões da migração das mulheres angolanas grávidas para o Brasil, mais especificamente para a cidade de São Paulo, considerando que temos como hipótese que este fluxo se insere em um movimento migratório composto por elementos como saúde, maternidade, filhos, estratégias e redes migratórias.

1.2.1 Teorias macro e micro neoclássicas

No início dos estudos da migração, prevalecia uma abordagem econômica, sendo os imigrantes considerados como agentes racionais, isto é, tomavam decisões a partir de análises e cálculos de custo-benefício, tendo em vista as informações que possuíam sobre determinadas regiões de origem e de destino (PEIXOTO, 2004). Assim, a migração seria sempre um meio de obter mais benefícios econômicos para ele próprio e sua família ou comunidade.

O precursor considerado um clássico nos estudos migratórios e citado em praticamente todas as pesquisas sobre teorias migratórias é E.G. Ravenstein, cujos estudos identificaram que os imigrantes se deslocavam após cálculos racionais. Era alemão, porém em 1885, publicou seus estudos realizados em Londres e no País de Gales, a partir da análise dos Censos Britânicos de 1871 e 1881. Com esses dados estabeleceu a teoria da Atração e Repulsão, conhecida também pela teoria do *push-pull*, em que se determina que as condições dos países de origem e de destino induzem ou expulsam os migrantes. Mauro Augusto dos Santos *et al.* (2010, p. 11) explica que qualquer local “apresentaria fatores positivos (ou de *pull*), capazes de atrair os migrantes; negativos (ou de *push*), responsáveis pela expulsão de migrantes; e neutros”.

Destacam-se nos estudos de Ravenstein “as Leis da Migração”, criadas por ele para identificar os movimentos migratórios que constavam nos censos pesquisados. Tais “leis” constituem um primeiro ponto de partida para a teoria das migrações, de acordo com Rocha-Trindade (1995). Segundo Lee (1966), as leis de Ravenstein tratavam das migrações em termos das distâncias e das etapas dos deslocamentos, assim como da relação entre as regiões urbano-rural e da importância das tecnologias e das motivações econômicas. A primeira delas indicava que “grande parte dos migrantes se desloca a curtas distâncias” (RAVENSTEIN, 1885, p. 198), em correntes migratórias que se orientam para os grandes centros comerciais e industriais que absorvem mão de obra imigrante. A segunda lei trata justamente dessa absorção ocorrida pelas grandes cidades. Ravenstein define que esses locais atraem a população de cidades vizinhas e estas o fazem para cidades próximas e assim sucessivamente. A terceira afirma que “o processo de dispersão é o inverso do de absorção e apresenta características semelhantes” (RAVENSTEIN, 1885, p. 199). Em

seguida, a quarta lei diz respeito ao equilíbrio das correntes migratórias, tendo sempre uma compensação entre as principais e as inversas. A quinta, por sua vez, explica que os migrantes de longa distância também preferem se deslocar para centros comerciais ou industriais. Na penúltima lei, o autor afirma que aqueles que moram nas cidades migram menos do que os que moram nas zonas rurais. E por fim, a sétima lei argumenta que as mulheres migram mais do que os homens.

Lee (1966) também aponta, em seu trabalho sobre Ravenstein, que existem fatores migratórios denominados obstáculos intervenientes que podem interferir no local de origem e de destino, dificultando ou favorecendo a migração. Esses obstáculos são sentidos de forma distinta pelas diferentes pessoas. Dentre eles podemos mencionar: a obrigatoriedade das mulheres acompanharem seu marido, e dos filhos acompanharem seus pais; as longas distâncias entre o local de origem e de destino; as etapas do ciclo vital dos migrantes; clima saudável que atrai e clima insalubre que repele; bons sistemas de ensino para os casais que têm filhos, dentre outros obstáculos intervenientes. Esses fatores podem favorecer ou afastar a tomada de decisão para migrar (LEE, 1966, p. 101-104).

A abordagem econômica, por sua vez, oferece duas grandes e diferentes perspectivas para compreensão do fenômeno migratório: as teorias macro e micro. A macro é uma abordagem que analisa os fatores econômicos em grande escala, isto é, trata dos contextos social e global das migrações. A micro, por sua vez, analisa os interesses e as avaliações dos imigrantes em nível individual. Vejamos a seguir.

1.2.1.1 Teorias macro

No mesmo sentido que a teoria de Ravenstein a respeito do *push-pull*, dos fatores de atração e repulsão, a macro teoria neoclássica analisa o fenômeno migratório a partir de explicações de natureza econômica. São considerados os deslocamentos migratórios internacionais decorrentes de espaços geográficos desiguais devido a diferença entre oferta e demanda de trabalho, que se apresenta pela relação entre força de trabalho e capital (INCARNAÇÃO, 2015). Em outras palavras, nos países com excesso de mão-de-obra as taxas salariais tendem a ser mais baixas, e vice-versa, os que têm pouca força de trabalho os salários são mais altos. Explica Incarnação (2015, p.5):

O movimento migratório ocorre no sentido de países de menor taxa salarial em direção aos países que possuem taxas salariais mais elevadas. Desta forma, depois de um tempo, o contingente de força de trabalho nos países que antes apresentava-se baixa, aumenta. O contrário ocorre com os países que aparecem com excesso de força de trabalho.

Para a macro teoria, portanto, os deslocamentos humanos estariam condicionados apenas à diferença salarial entre os países, de modo que, se esta deixasse de existir, não haveria razões para migrar (INCARNAÇÃO; 2015; SANTOS *et al.*, 2010).

Também na perspectiva macro se insere a Teoria Histórico-Estrutural que surgiu nos anos 1970, segundo a qual, em síntese, entende os movimentos migratórios como estratégias de deslocamentos que estão submetidos a obstáculos e constrangimentos estruturais. Fatores econômicos e o capital seriam a causa das migrações, ao passo que motivações individuais e coletivas das pessoas são pouco ou nada relevantes para os defensores dessa corrente (INCARNAÇÃO, 2015).

Santos *et al.* (2010) ainda explicam que existem fatores de expulsão e de atração relacionados com os deslocamentos populacionais. Os fatores de expulsão dividem-se em fatores de mudança e fatores de estagnação, em que os primeiros resultariam da introdução de relações capitalistas em áreas rurais gerando desempregos em massa. Os fatores de estagnação seriam decorrentes da incapacidade de produtores rurais elevarem sua produção e se adaptarem aos novos padrões de economia. Já o fator de atração seria a demanda por trabalho, cujo fator motivacional do migrante seria as oportunidades econômicas, sobretudo, a possibilidade de angariar salários mais elevados.

Ainda na perspectiva macro, consta a teoria do Mercado Segmentado ou Dual. Esta abordagem, segundo Incarnação (2015), foca nos estudos do funcionamento do mercado de trabalho e nos processos de inserção dos migrantes neste mercado, tendo como expoentes os autores Michael Piore e Alejandro Portes. A teoria do mercado segmentado defende que há uma complementaridade entre o imigrante e o nativo quanto à inserção no mercado de trabalho e que esses dois grupos de trabalhadores atenderiam a diferentes oportunidades de emprego nesse ambiente, o qual seria segmentado em dois níveis: primário e secundário. Como explicam Sasaki e Assis (2000, p.8):

O primário se caracteriza por requerer alta qualificação, melhores salários e possibilidades de ascensão hierárquica e estão presentes nas grandes empresas capitalistas. O secundário frequentemente oferece baixos salários, alta rotatividade, baixa qualificação e poucas possibilidades de ascensão hierárquica. Este mercado secundário seria ocupado por trabalhadores migrantes, mulheres e jovens

Piore (1979 *apud* Santos et al., 2010) aponta que a existência de um mercado segmentado parte do pressuposto de que a migração internacional é algo inerente à estrutura econômica de países considerados desenvolvidos, tendo como principal fator motivacional a constante demanda pelo trabalho de imigrantes nesses países. Piore ressalta que a migração é resultado de fatores de atração nos países de destino, como por exemplo, os países em desenvolvimento que promovem maiores ofertas de trabalho. Esta perspectiva contraria a visão de que a migração é causada primordialmente por elementos de expulsão do país de origem do imigrante.

Peixoto (2004, p. 23) melhor explica a relação entre a atração exercida pelos países tidos como desenvolvidos com a criação desse mercado segmentado:

Compreendeu-se, assim, que grande parte das atracções específicas exercidas sobre a migração internacional, em particular a dirigida de países menos para mais desenvolvidos, têm a ver com os mercados "secundários" (e na actualidade, com as zonas de economia informal). É o facto de existirem actividades que funcionam com base num mercado de trabalho deste tipo que afasta a maioria dos cidadãos nacionais e atrai migrantes provenientes de regiões pobres (que, mesmo em condições económicas deficientes, poderão aumentar o seu padrão anterior de vida, ou - pelo menos - criar expectativas de mobilidade futura). É esta situação, também, que nos permite afirmar que não existe imigração sem uma "procura" económica específica.

Relativamente à inserção no mercado secundário, Incarnação (2015) acrescenta que não só o fator econômico é levado em consideração pelos nativos para resistirem em desempenhar atividades no setor, visto que além dos baixos salários, são trabalhos de baixo prestígio social. Por conta disso, esses empregos são ocupados, em sua maioria, por imigrantes em situação vulnerável, como é o caso dos indocumentados e daqueles que não conseguem atividades de acordo com sua qualificação anterior à emigração. Isso ocorre, pois segundo Peixoto (2004, p. 24) o acesso ao mercado secundário está relacionado, muitas vezes, com um “estado jurídico precário; recrutamento baseado nas origens étnicas e não nas qualificações; ocupação de tarefas pontuais, sem perspectivas de mobilidade; e uma função disciplinadora da força de trabalho local”.

Entretanto, apesar de mais comum, os migrantes não ocupam apenas os mercados secundários. Peixoto (2004) e Incarnação (2015) explicam que quando estes são atraídos pelo mercado primário o fazem por acesso distinto do anterior, visto que a entrada se dá por meios legais e as oportunidades de emprego são resultante das competências e qualidades individuais (e não relativas às origens nacionais e étnicas dos migrantes). Nesses casos, os imigrantes possuem condições de vida semelhantes, ou até idênticas, aos nativos. Comumente, quando os imigrantes ocupam o mercado primário se fala de fuga de cérebros (*brain drain*).

Com isso, Peixoto (2004, p. 24) resume que na teoria macro “o facto de existirem grupos migrantes passa, então, não pela vontade e cálculos individuais dos imigrantes, mas por factores estruturais que apelam ao seu trabalho”.

1.2.1.2 Teorias micro

Quanto à microteoria, entende-se que o deslocamento migratório resulta de cálculos que consideram inúmeros fatores racionais e que visam maximizar as necessidades dos indivíduos, especialmente, no âmbito econômico e laboral (BRZOZOWSKI, 2012). Incarnação (2015) também argumenta que, para os teóricos da microteoria, a decisão de migrar decorre da soma de decisões individualizadas:

Destaca-se que o migrante promove um cálculo entre o custo e o benefício da experiência migratória, e é exatamente este cálculo que vai determinar a decisão do deslocamento. A migração, para estes teóricos, é um fenômeno que parte da soma de decisões individuais. Nesta perspectiva, além das diferenças das taxas salariais (macroteoria), é levada em conta a taxa de emprego dos locais de origem e destino, na decisão do indivíduo. (INCARNAÇÃO, 2015, p. 5).

Essa corrente teórica compreende o migrante de forma individual e racional, pois percebe que essas pessoas escolhem migrar a partir de um cálculo de custo e benefício, que envolve os salários que serão obtidos no local de destino e os custos relativos ao deslocamento. Espera-se, assim, ter resultados economicamente favoráveis. Segundo Santos *et al.* (2010, p. 7), os migrantes “escolherão como destino locais onde, levando em consideração as suas habilidades pessoais, possam ser mais produtivos”.

A Teoria do Capital Humano é classificada dentro da perspectiva micro e leva em conta os investimentos pessoais que o migrante e sua família realizam com a finalidade de ser bem-sucedido na migração, em termos de inserção e permanência no país de destino (INCARNAÇÃO, 2015). Tais investimentos derivados da melhora na educação, conhecimento da língua e dos costumes, cultura, tradições do país de destino, entre outros, são vistos como rendimentos que serão contabilizados no futuro quando poderão gerar resultados positivos na migração. Peixoto (2004) explica que a avaliação do indivíduo sobre os investimentos pessoais deve considerar retornos em médio ou longo prazo, ou seja, os benefícios não devem ser esperados a curto prazo.

E em razão do acesso a bens e serviços básicos pelos imigrantes nos países de destino, os teóricos dessa corrente observam uma política migratória que prioriza a contratação de imigrantes com maiores qualificações profissionais, culturais e sociais, o que demanda uma avaliação a longo prazo, por isso, as pessoas, comumente, preparam seu capital humano para migrar (INCARNAÇÃO, 2015, p. 6). A esse respeito, Sasaki e Assis (2000, p.8) nos apresentam exemplos práticos das razões que justificam essa prática migratória com prioridade em imigrantes mais bem qualificados:

[No] âmbito do mercado de trabalho, os imigrantes com baixa qualificação são acusados de tirar os empregos dos nativos e rebaixar os salários das regiões ou cidades onde se concentram. Estes teóricos acreditam que a política migratória deve priorizar a entrada e a permanência de imigrantes com melhor qualificação, a fim de atingir um sistema econômico mais produtivo.

Fato é que, a despeito dos impactos (positivos ou negativos) gerados por tais deslocamentos, a teoria em questão ganhou especial destaque pela maior facilidade em compreender as razões que justificariam o fenômeno migratório, independentemente dos resultados benéficos gerados no local de destino ou não.

A segunda teoria que compõe a perspectiva micro é a dos Novos Economistas que propõem um estudo que afasta a explicação de que a decisão de migrar parte apenas dos atores individuais. Santos *et al.* (2010, p.8), explica que “muda-se o foco da análise, centrada não mais no indivíduo, mas no domicílio ou outra unidade de produção e consumo, culturalmente definida”. Incarnação (2015) situa que para Douglas Massey, autor referência desta teoria, essa nova vertente partindo do princípio de que as redes de relação no local de destino são fatores que influenciam

sobremaneira a decisão de migrar, apontando para a insuficiência de aspectos meramente econômicos para explicar os fenômenos migratórios.

A principal contribuição dos novos economistas é a de que as decisões migratórias são tomadas por grupos de pessoas relacionadas, como famílias ou pessoas que coabitam na mesma residência, e agem de forma coletiva, não individualmente, com a finalidade de não só aumentar sua renda, mas também minimizar os constrangimentos associados a uma variedade dos mercados de trabalho (SASAKI; ASSIS, 2000).

Nessa mesma linha os Novos Economistas destacam “que os indivíduos agiriam coletivamente visando não apenas maximizar os ganhos, mas também minimizar os riscos” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 8). Isto porque, os indivíduos visam reduzir os riscos e constrangimentos associados à falha de mercado (SASAKI; ASSIS, 2000), em outras palavras, para evitar a queda do padrão de vida no local de origem, a migração de pelo menos um dos membros é vista como uma alternativa familiar.

Nesse sentido, os autores dessa corrente ressaltam que a decisão de migrar geralmente é tomada em conjunto com um grupo de não imigrantes, levando-se em consideração os custos e os retornos, de forma a refletir o poder de barganha entre as partes envolvidas. Ademais, defendem que, mesmo na ausência de diferenças salariais, os deslocamentos migratórios continuariam a ocorrer – ao contrário do que preconizam os economistas da perspectiva macro – uma vez que os grupos poderiam se deslocar por razões outras que não apenas à econômica e laboral.

Apresentamos brevemente algumas das principais teorias neoclássicas que buscaram entender a migração por perspectivas macro e micro. Ao compará-las, pudemos concluir que para este estudo as teorias micro são mais pertinentes aos objetivos deste trabalho, visto que ao analisar a imigração de angolanas para o Brasil, temos como enfoque as estratégias e razões individuais e domésticas de cada umas das dezenove mulheres entrevistadas e suas famílias, que envolvem a busca por minimizar as adversidades que elas acreditam que teriam para criar seus filhos em Angola.

A seguir, serão estudadas outras três teorias migratórias que entendemos se adequar a esta pesquisa sobre mulheres angolanas que migram para o Brasil

grávidas. São elas: a Feminização da Migração, Redes sociais migratórias e a Migração Transnacional.

1.2.2 Teoria da feminização das migrações

Para discutirmos o conceito de “feminização das migrações” serão utilizados como referenciais teóricos as pesquisas de Marinucci (2007), Milesi e Marinucci (2015), Peres e Baeninger (2012), Rodrigues e Maisonave (2013), Márcia Oliveira (2017), Jaqueline Bertoldo (2018) tendo em vista que estes autores apresentam conceitos, reflexões e problematizações importantes que dialogam com o tema estudado. Inicialmente, é importante compreender o conceito de “feminização das migrações”, definido por Marinucci (2007, p. 5) como:

A feminização pode ser interpretada como aumento numérico das mulheres migrantes, como mudança dos critérios analíticos do fenômeno migratório mediante a inclusão do enfoque de gênero e/ou como transformação do perfil da mulher migrante.

A autora Marcia Oliveira (2017, p.2) em artigo sobre a feminização das migrações nas fronteiras da Amazônia dá ênfase ao fato de que as mulheres sempre migraram, contudo, não eram “contabilizadas e mensuradas pelos indicadores das migrações enquanto dinâmica específica”, perspectiva que tem se modificado nos últimos anos dando mais evidência a esse movimento composto por muitas especificidades, incluindo, por exemplo, a dinâmica de famílias chefiadas por mulheres. Ao discutir o conceito, Oliveira afirma que, além do aumento real quantitativo de mulheres nos fluxos de deslocamento populacional, há de se considerar a aceitação da mulher migrante, isto é, “tal aceitação confere à mulher outro “lugar” social e político nas coordenadas das migrações, deixando de ocupar o lugar secundário na perspectiva da dependência e assumindo os riscos e as responsabilidades da condição de mulher e migrante” (OLIVEIRA, 2017, p. 4).

A feminização da migração também pode ser analisada quando considerado as diferentes estratégias e as especificidades que compõem as trajetórias de uma mulher migrante, incluindo vivências no país de origem, durante o deslocamento e

mesmo depois ao chegar no país de destino. Além disso, Oliveira (2017) e Bertoldo (2018) chamam atenção para estudos que demonstram que as mulheres migrantes frequentemente ocupam mais trabalhos precarizados e de exploração nos locais de chegada do que os homens, visto que são relegadas, muitas vezes, a trabalhos temporários, informais, em zonas rurais, prestação de serviços sexuais, trabalhos domésticos ou no setor de cuidados com idosos e crianças. O fenômeno das migrações femininas também aponta que as mulheres migrantes mobilizam mais as redes sociais, que discutiremos posteriormente, para cumprir seus projetos migratórios. Peres (2012) ainda destaca que os papéis são modificados, passando a mulher a assumir funções que normalmente eram relacionadas à figura masculina.

Milese e Marinucci (2015, p. 56) complementam o conceito da “feminização das migrações” relacionando-o a três fenômenos principais: “o aumento quantitativo das mulheres migrantes, a mudança do perfil e a maior visibilidade do universo feminino no âmbito migratório”. Quanto ao primeiro fenômeno apontado pelos autores, os dados da Organização das Nações Unidas demonstram que desde a década de 1990 até 2019 a proporção de mulheres migrantes é em torno de 48% da população de migrantes internacionais (MILESI; MARINUCCI, 2015; ONU NEWS, 2019). No tocante às migrações forçadas, que discutiremos adiante, dados do ACNUR revelam que as mulheres representam aproximadamente 50% das pessoas que se deslocam por motivos de perseguição e violação de direitos (UNHCR, 2020).

No que diz respeito à mudança de perfil da migração de mulheres, até pouco tempo, as migrações eram essencialmente masculinas e ocorriam por questões relativas ao trabalho. O objeto do estudo era apenas o homem. As mulheres apareciam nas pesquisas das migrações somente como agentes passivas, acompanhando a família, principalmente o marido. Elas eram apenas mães, filhas ou irmãs. Acrescentar seus desejos, sua história e seus sonhos não eram considerados. Hoje o número de mulheres que migram por motivações individuais tem crescido bastante como mencionado acima (MILESI, MARINUCCI, 2015).

Nos últimos anos, o papel feminino se modificou e as mulheres passaram a ter voz ativa nas decisões pessoais, familiares e do casal, isso pode ser consequência de melhor e maior preparo na sua educação, maior inserção no mercado de trabalho,

como consequente maior participação na manutenção da família. Sozinha, dona de seu destino, as mulheres se emanciparam. Tornaram-se agentes ativas na migração.

A presença feminina nas migrações se transformou significativamente e passou a ser objeto de estudo e investigação. Os pesquisadores, como Marinucci (2007, p.6), passaram a indagar “em que sentido as migrações contemporâneas seriam mais femininas? Estamos diante de uma nova realidade ou de uma nova leitura de uma realidade antiga?”. Talvez um novo olhar sobre o mesmo, com a diferença de que essas mesmas mulheres se emanciparam e passaram a decidir sobre seus destinos. E assim, passaram a buscar seus direitos e garantias, bem como sua dignidade.

A migração feminina pode ser desestimulada a depender dos papéis culturais e familiares que as mulheres ocupam ou representam no contexto social de seu local de origem. Quanto ao trabalho, muitas vezes às mulheres são reservados os trabalhos menos valorizados e com menor salário, principalmente se estas tiverem pouca escolaridade e baixa renda (OLIVEIRA, 2017). Além disso, as mulheres frequentemente estão expostas a sofrerem situações de violência, exploração sexual, tráfico de pessoas, entre outras ameaças durante todas as etapas da migração (MARINUCCI, 2007).

Com esse novo olhar acerca da participação das mulheres nas migrações internacionais, aumentaram os estudos sobre este novo fato social, sobretudo, com enfoque especial no papel da maternidade, dos filhos e na estruturação familiar como elementos importantes para se pensar o deslocamento humano. A respeito da família, Marinucci (2007) nos mostra que, não raro, as mulheres deixam seus filhos, parentes e entes queridos para assumir trabalhos domésticos e/ou de cuidado de crianças e idosos no local de destino.

Nessa mesma direção, Rodrigues e Maisonave (2013), no estudo sobre a feminização da migração cabo-verdiana e o seu impacto nas famílias, identificam que a feminização das migrações está diretamente imbricada ao que os autores denominam por “globalização dos cuidados”, isto é, uma percepção de que o trabalho de cuidar e servir é uma tarefa que continua sendo atribuída às mulheres, com ou sem remuneração, em todo o mundo. Quase sempre as mulheres se submetem a pequenos salários, pois precisam fazer remessas para o sustento de sua casa no local

de origem, mesmo que isso implique em viver com muito pouco, visto que praticamente todo seu ganho é enviado para família (MARINUCCI, 2007). Assim, “as mulheres migrantes e mães reúnem numa mesma pessoa a condição de mãe cuidadora e ao mesmo tempo de sustentadora econômica” (RODRIGUES; MAISONAVE, 2013, p. 5).

Jaqueline Bertoldo (2018) discute como é complexo o movimento de mulheres mães, visto que, não raro, elas são estigmatizadas como mulheres que abandonam ou “negam sua condição natural como mães” no intuito de conquistar melhores condições de vida para si e suas famílias em outro país. Na visão da autora, este preconceito é “carregado de desconhecimento e contradição, visto que o projeto migratório justamente é marcado pela dor da distância e muitas vezes têm como motivação justamente a possibilidade de dar melhores oportunidades aos filhos que ficaram no país de origem” (BERTOLDO, 2018, p.321).

Esta nova postura das mulheres em buscar o sustento de seus filhos e/ou famílias, em outro país, muitas vezes vivendo solitariamente e com muita precariedade, levou autores a relacionarem o conceito de “feminização da pobreza” ao fenômeno migratório. Este conceito pode ser definido como “a situação de vulnerabilidade econômica decorrente da dificuldade que a mulher tem de entrar no mercado de trabalho ou, então, de se sustentar em empregos tipicamente “femininos”, mal remunerados e extremamente precários” (CASTELLANOS, 2005 *apud* MARINUCCI, 2007, p.15). A esse respeito, Bertoldo (2018, p. 314) afirma:

Atualmente, sabe-se que mais da metade da população migrante é feminina e que ao mesmo tempo, em níveis mundiais, a pobreza também tem rosto feminino. Assim, cada vez mais se constata a presença de mulheres que se inserem em fluxos migratórios para poder trabalhar, dar sustento à família e aos filhos, garantir acesso à educação, fugir de relações violentas, em função de arranjos familiares ou pelas redes de migração.

Apesar de muitas vezes estarem sozinhas, essas mulheres resolvem todas as dificuldades inerentes à sua jornada, se tornando autodeterminadas, mais fortes, mais corajosas e mais empoderadas, mesmo que o percurso e a vida no novo local de moradia se mostrem perigoso e difícil. Nesse sentido, compreendemos empoderamento (*empowerment*) como a possibilidade de autodeterminação e autonomia, isto é, “assumir o poder, neste caso, não significa ter direito de coerção sobre o outro, e sim, estabelecer relações simétricas em que cada um é reconhecido

como sujeito de direitos e, portanto, protagonista das próprias escolhas” (MARINUCCI, 2007, p. 16).

De acordo com Joice Berth, feminista brasileira, empoderamento “é uma palavra de origem inglesa, no Brasil, é um neologismo, fenômeno linguístico que cria uma palavra ou expressão nova, ou ainda atribui um novo sentido a uma palavra já existente” (BERTH, 2019, p. 28-29). Esta palavra foi introduzida pelo sociólogo estadunidense Julian Rappaport, em 1977, e significa “o processo de ganhar liberdade e poder, para fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você” (BERTH, 2019, p. 29).

Peres e Baeninger (2012, p. 3) explicam que, de acordo com Castro, o “interesse pelo estudo da migração feminina ocorreu a partir de constatações de volume significativo de mulheres em fluxos migratórios onde predominavam homens ou ainda pela captação de fluxos migratórios essencialmente femininos”.

Os estudos da migração feminina ganharam maior relevância nos anos 1990, quando pesquisadoras feministas da área passaram a questionar se os padrões, as causas, as experiências e os impactos da migração seriam os mesmos para homens e mulheres. Com a constatação de que há sim particularidades entre os sexos, as atuais pesquisas buscam compreender os motivos que levam ao deslocamento, as estratégias empregadas, os meios de integração no local de destino e também o uso das redes sociais, entre outros elementos que diferenciam as trajetórias masculinas e femininas (PERES, BAENINGER, 2012, p. 5)

As autoras acima destacam que estudar o papel das mulheres na migração implica também no uso de diferentes fontes metodológicas, pois no estudo do deslocamento feminino abordagens que focam em unidades de análise individual e familiar podem oferecer perspectivas mais ricas de compreensão deste fenômeno (PERES; BAENINGER, 2012).

Délia Dutra (2013, p.343) acrescenta ainda que a migração feminina, na maioria das vezes, é uma estratégia de sobrevivência, uma estratégia ante a feminização da pobreza, tanto no âmbito individual da mulher migrante, quanto no coletivo, no que diz respeito às suas famílias, principalmente os filhos.

Para aumentar a visibilidade da migração feminina, torna-se importante auxiliar e estimular a elaboração de políticas públicas que visem ampará-las em suas situações específicas. Como conclusão do trabalho, Milese e Marinucci (2015, p. 68) apresentam propostas de políticas públicas que atuem na regularização migratória, na atenção às necessidades próprias das mulheres e em sua integração social e laboral. Estes são aspectos fundamentais, segundo os autores, para que a mulher migrante se aproprie do processo de desenvolvimento social, econômico, cultural e político como sujeito ativo na sua nova etapa de vida.

1.2.3 Teoria das redes migratórias e/ou redes sociais

As migrações atuais, bastante diferentes do que preconizavam as teorias tradicionais, recebem grande influência das redes sociais migratórias. Com o deslocamento do primeiro emigrante em busca de oportunidades e com a manutenção do contato com a família e amigos do local de origem, é iniciado o processo de construção de redes. Os primeiros imigrantes são os responsáveis por descobrirem mecanismos que facilitam o deslocamento e, a partir de novas migrações vão surgindo as redes sociais com o escopo de ajudar, acolher, hospedar imigrantes recém-chegados e contribuir para sua inserção no mercado de trabalho (INCARNACÃO, 2015; SASAKI; ASSIS, 2000).

Devido à perseverança dos fluxos migratórios e à sua continuidade no tempo devemos ressaltar a importância das redes sociais, chamadas também de redes migratórias. Essas conexões facilitam o fluxo de capital e informação sobre as condições de vida e as possibilidades de emprego no local de destino. Ajudam os novos imigrantes na adaptação no novo ambiente e tornam os futuros fluxos migratórios mais prováveis (PEIXOTO, 2004).

Sasaki e Assis (2000, p. 10) defendem que essa abordagem teórica demonstra que as análises sobre migração internacional não devem se restringir a aspectos meramente econômicos, e sim passar a considerar toda a complexidade da questão para uma melhor compreensão e análise do fenômeno.

Oswaldo Truzzi (2008) apresenta o conceito de redes migratórias definido por Douglas Massey: “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes

anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (Massey, 1998, p. 396 *apud* TRUZZI, 2008, p.203). Interessa-nos notar que Massey também é considerado um autor expoente da corrente dos Novos Economistas, como vimos anteriormente na perspectiva neoclássica micro, isto porque, sua definição de redes migratórias dialoga com ambas as teorias. Ainda sobre as redes Truzzi (2008) destaca o que discute Kelly:

Outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como “agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos” (Kelly, 1995, p. 219 *apud* TRUZZI, 2008, p, 203).

Truzzi demonstra que as redes migratórias têm um papel fundamental na decisão de emigrar, visto que muitas pessoas buscam informações prévias com migrantes que já se deslocaram, seja por meio de cartas, novas tecnologias ou quando estes retornam ao local de origem.

Sayad (2000) também trabalhou em suas obras as relações que são mantidas entre a pessoa que migrou e aqueles que ficaram no local de origem. Para o autor, “é a própria condição do humano, é a sua finitude que está em causa: não se pode estar presente simultaneamente em dois lugares diferentes, mas se pode ir de um lugar a outro, o espaço se deixa percorrer e permite, assim, uma multipresença sucessiva no tempo” (SAYAD, 2000, p. 11). Como explica Truzzi (2008), não há em Sayad uma relação explícita com a teorias das redes migratórias, mas a perspectiva da multipresença pode ser relacionada a essa corrente, visto que considera o papel das relações sociais entre país de destino e de origem.

Referendando a importância das redes sociais, Santos *et al.* (2010, p. 13-14) melhor explica como essa rede contribui sobremaneira com o processo migratório:

As redes migratórias constituiriam uma forma de capital social que propiciaria às pessoas terem acesso ao mercado de trabalho no exterior. A partir do momento em que a rede de contatos entre duas regiões atinge um ponto crítico, a migração se torna um processo que se auto-perpetua. [...] O crescimento das redes faz com que os custos e os riscos dos movimentos migratórios caiam gradativamente, até atingirem um ponto em que estes movimentos tornam-se independentes dos fatores que os originaram.

Sasaki e Assis (2000, p. 11) discorrem sobre as migrações de longa distância e os riscos vinculados a esse deslocamento: segurança pessoal, conforto, renda,

possibilidade de satisfazer as relações sociais, etc. Para essas autoras, parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho, já instalados no local de destino, contribuem significativamente para aumentar a confiança das informações recebidas daquele local e reduzem os riscos existentes para aqueles que pretendem emigrar.

Ainda quanto às migrações internacionais de longa distância, com acordos bilaterais estabelecidos ou não, muitas organizações empregadoras, agências de empregos, ajudam no processo administrativo e de regularização de documentos, viagens e segurança de todo o processo. Geralmente estes imigrantes são de uma classe socioeconômica alta ou média, com capital social diferenciado. (PEIXOTO, 2004, p. 28-29).

No mesmo sentido, Santos *et al.* (2010) demonstra que as redes sociais de amizade, parentesco, de comunidade são fontes seguras para que aqueles que migraram obtenham informações confiáveis. Assim sendo, deve-se considerar amigos e pessoas da mesma cidade e país que possuem informações e que se disponibilizam em ajudar e orientar.

Peixoto (2004), que nos apresentou as teorias neoclássicas micro e macro anteriormente, também nos explica o papel das redes migratórias para se entender tais fenômenos. Em sua visão, as migrações não ocorrem isoladamente, pois estão sempre relacionadas às decisões coletivas, sejam de amigos, familiares e a comunidade em que o imigrante está inserido. As informações que os imigrantes obtêm com outros que já se deslocaram costumam ser sólidas e estimulam os sujeitos a terem coragem para empreender a emigração.

As redes migratórias são formadas por aqueles que efetivamente migram, por aqueles que contribuem para minimização dos riscos, por aqueles que já estão instalados no local de destino e também por familiares e amigos que contribuem com a tomada de decisão, mas que permanecem no local de origem. São construídas redes sociais no local de saída e no lugar de chegada. Podem durar vários anos, podem ser redes de ajuda, redes religiosas que ajudam e protegem, redes da família e de amigos que já estão no local de imigração e redes que facilitam toda a acomodação durante a partida, a viagem e a chegada.

Devemos destacar que nem sempre as redes são benéficas, haja visto que há redes de agenciadores ou de coiotes (pessoas ou grupos que cobram para introduzir migrantes, de modo clandestino, nas fronteiras entre países) que atuam explorando e extorquindo economicamente migrantes em troca de informações e facilidades para trajeto e ingresso no país de chegada (CAMPOS, 2015; SÁ; FERNANDES, 2016)¹¹.

As características da rede social, quanto à viagem, documentação, segurança na saída e na chegada e o tipo de emprego buscado, dependem, em grande maioria das vezes, da situação socioeconômica do imigrante e de seu capital social, sobretudo escolaridade, como vimos na seção anterior.

Podemos afirmar que as redes sociais existem há muito tempo. A família, os amigos, o grupo sempre buscam assessorar e ajudar na realização do processo migratório e na escolha do país de imigração. Os imigrantes costumam frequentar instituições e entidades sociais nos locais de destino em que há concentração de pessoas do seu país de origem. Esse apoio é fundamental para fornecer as orientações nos locais de chegada, como o imigrante faz para buscar ajuda, casas e entidades de acolhimento e instituições de regularização migratória.

Como veremos com mais profundidade no capítulo 3 e 4, podemos observar que as mulheres entrevistadas neste trabalho, apesar de reiteradamente afirmar que migraram sozinhas, quase todas fizeram o mesmo percurso: Luanda até Guarulhos de avião, com visto de turista, táxi até o centro da cidade de São Paulo, em seguida, buscaram entidades de acolhimento para obter orientações e se regularizar na Polícia Federal. Poucas tinham amigos e familiares que as recebiam, porém elas tinham informações de uma rede prévia, pois sabiam onde buscar mais apoio. Geralmente sabiam o nome das instituições de acolhimentos, e não, raro, sabiam até quem procurar nesses locais para ter atendimento. Podemos adiantar que se trata de uma rede social bem detalhada e organizada, com segurança e grande possibilidade de tudo ocorrer bem, inclusive com as crianças que vinham junto com as mães. É esse o sentido da afirmação de Tilly: “não são os indivíduos que emigram, mas sim a rede” (Tilly, 1990, p. 84 *apud* TRUZZI, 2008, p. 215).

¹¹ A título de ilustração, indicamos ver Sá e Fernandes (2016) para compreender o papel das redes de agenciadores e coiotes que atuam com migrantes que buscam ingresso na fronteira amazônica, região norte do Brasil.

1.2.4 Migrações transnacionais

A teoria da migração transnacional tem como principais autoras as antropólogas americanas Nina Glick-Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton-Blanc (2019). Este conceito é definido como o “processo pelo qual os imigrantes forjam e sustentam relações sociais de múltiplas dimensões simultâneas que unem sua sociedade de origem e de adoção” (GLICK-SCHILLER; BASCH; SZANTON-BLANC, 2019, p.351). Em outras palavras, os imigrantes mantêm relações constantes com a sociedade do local de origem (ou saída) e com a de chegada, não havendo mais a sensação de finitude, perda e abandono dos valores culturais o que, tradicionalmente, entendia-se por desenraizamento nos processos migratórios. Essa perda de raízes evocava a ruptura com o local de origem, tendo em vista que, frequentemente, os imigrantes ao se sentirem sozinhos e ao enfrentarem dificuldades de adaptação (incluindo, em muitos casos, diferentes línguas, costumes, religiões, entre outros) buscavam se adaptar ao novo local de moradia e à nova vida, apagando suas histórias e costumes anteriores à emigração.

Relacionamos a migração transnacional ao processo efetivo de integração (e não de assimilação), cujo princípio é que o migrante consegue se inserir na sociedade sem deixar para trás o que se viveu e ainda continua se relacionando com sua sociedade anterior. As autoras denominam tais migrantes por “transmigrantes”, isto é, “são imigrantes cujas vidas diárias dependem de interconexões múltiplas e constantes por meio de fronteiras internacionais, e cujas identidades públicas estão configuradas em relação a mais do que um Estado-nação” (GLICK-SCHILLER, BASCH, SZANTON-BLANC, 2019, p.350).

Entendemos que essas pessoas sustentam relações, de ordem familiar, econômica, social, laboral, religiosa e política, “que ampliam fronteiras colocando em interrelações o global e o local”, assim percebe-se que as fronteiras geográficas são diluídas tendo em vista as conexões que são mantidas entre o local de origem e destino (SASAKI; ASSIS, 2000, p.12-13).

O fenômeno do transnacionalismo ocorre e é facilitado no mundo contemporâneo pelo grande desenvolvimento do capitalismo, do crescimento tecnológico, da expansão e barateamento da aviação e do avanço e facilidades dos

meios de comunicações (GLICK-SCHILLER; BASCH; SZANTON-BLANC, 2019). Essas facilidades permitem o contato frequente entre os membros da família com a possibilidade de resoluções de problemas familiares no momento presente. Durante as entrevistas das mulheres angolanas, todas, sem exceção, tinham celulares e frequentemente conversavam com seus familiares no local de origem.

Para Rosana Baeninger (2016), as migrações internacionais contemporâneas acompanham a mobilidade do capital em que há aumento da circulação de pessoas, mercadorias e tecnologias. Como consequência, a autora aponta que as migrações estão sendo redefinidas em função dos papéis que os imigrantes desempenham no mercado de trabalho dos países para onde se deslocam.

Esse conceito de transnacionalismo tem sido adotado como um novo campo analítico para compreensão das migrações contemporâneas que atualmente estão sendo estudadas não mais apenas a partir de perspectivas macro-sociais ou do ponto de vista do homem migrante, como vimos na seção “feminização das migrações”. Como afirmam Roberta Peres e Rosana Baeninger (2012), as atuais migrações implicam em novos aportes metodológicos que, dentre outros, incluem as unidades de análise familiar. Nesse sentido, o termo “famílias transnacionais” têm sido empregado para compreender o fenômeno das recentes famílias migrantes, como explicam Machado, Kebbe e Silva (2008, p. 86):

Para Bryceson e Vuorela as famílias transnacionais são definidas “como famílias cujos membros vivem em parte ou na maior parte do tempo separados uns dos outros, porém mantidos juntos por criarem algum tipo de sentimento de bem-estar coletivo e unidade, mesmo quando atravessam fronteiras nacionais” (2002, *apud* MACHADO; KEBBE; SILVA, 2008, p. 86).

Considerando uma visão ocidental e tradicional de família como relativa ao âmbito doméstico, da casa e convivência entre parentescos, os autores Machado, Kebbe e Silva (2008) questionam: como é possível aplicar o conceito de família para esses grupos familiares em que membros vivem ausentes e em outras localidades?

A família continua unida apesar da distância entre seus membros, tendo em vista que o esforço emocional, as promessas realizadas e os anseios de melhorar de vida são compartilhados entre todos. Assim, produzem “não apenas uma “cultura híbrida” entre a “cultura de origem” e a “cultura receptora”, mas memórias e

imaginários particulares quanto à terra natal, nação de origem e os membros da família que ficaram para trás” (MACHADO; KEBBE; SILVA, 2008, p.88).

Um outro elemento importante de vínculo para essas famílias diz respeito ao envio e recebimento de bens e remessas financeiras por parte de membros da família que moram em diferentes localidades, visto que atualmente, pais, filhos ou outros parentes migram com o objetivo principal de garantir a renda familiar.

Os estudos de Patrícia Castellano (2002 *apud* MARINUCCI, 2007) e de Rodrigues e Maisonave (2013) apresentam pesquisas de famílias transnacionais latino-americanas e caboverdianas, respectivamente. Em ambos os casos, com o intuito de sustentar suas famílias, mães migram deixando seus filhos no local de origem para exercer trabalhos domésticos e cuidar de filhos de outras famílias no local de destino. Não raro, essas mulheres se submetem a salários baixos, o que termina por dificultar a possibilidade de envio de remessas financeiras prometidas. Segundo Patrícia Castellano:

La separación de las familias, la responsabilidad económica de la mujer migrante respecto a su familia en el país de origen y la delegación del cuidado de los hijos, ha generado un nuevo tipo de hogar familiar de carácter transnacional. Esta familia sigue cohesionada alrededor de los acuerdos establecidos por sus miembros, pero ahora funciona sin que la madre esté presente en la cotidianidad de la crianza de sus hijos (Castellanos, 2005 *apud* MARINUCCI, 2007, p. 11).

As remessas são entendidas como “um mecanismo de expansão do consumo das famílias receptoras, desencadeando uma relação de dependência, por parte destas famílias, em relação a esses recursos, ou seja, constituindo a chamada “dependência de remessas”, segundo Magalhães e Baeninger (2016, p. 247). Os autores situam, por exemplo, que as remessas enviadas por migrantes são recursos financeiros fundamentais em países da América Latina (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016), como o Haiti, cujo PIB dos últimos dez anos é composto, aproximadamente, por 25% desse tipo de recurso (MAGALHÃES, 2017).

Como se constata as migrações, muitas vezes, são realizadas com a finalidade de suprir os valores das famílias para sua sobrevivência. No caso das mulheres com baixa escolaridade e originária de classes mais pobres em processo de migração transnacional ou em outros movimentos migratórios, percebemos que estas se

submetem a receber baixos salários e passam a ampliar o grupo da feminização da pobreza, referido anteriormente.

Portanto, para Rodrigues e Maisonave (2013) uma das consequências decorrentes das famílias transnacionais é a construção das maternidades e paternidades transnacionais. O conceito de maternidade transnacional se relaciona diretamente com a “globalização dos cuidados” (RODRIGUES; MAISONAVE, 2013, p.9). A mãe migrante, como visto acima, deixa seus filhos no seu local de origem e cuida deles apesar da separação: enviando remessas de dinheiro, presentes e, mais recentemente, fazendo uso de tecnologias de comunicação em suas práticas de maternidade à distância (CARPENEDO; NARDI, 2017).

Dentre as consequências ocasionadas pelas “famílias transnacionais” têm-se a possibilidade de gerar lesões e quebra na estrutura familiar, além do desajustamento dos filhos e até abandono da frequência escolar (RODRIGUES; MAISONAVE, 2013). Muitas vezes, também há a ruptura afetiva na relação do casal que passa a se encontrar esporadicamente.

Verificamos que a migração transnacional tem seus efeitos positivos e negativos a depender da situação socioeconômica e da estrutura familiar de quem migra, debate que será melhor desenvolvido posteriormente.

Como citado acima, entendemos que essas três teorias apresentadas (Migração Feminina, Rede Sociais e Migração Transnacional) irão favorecer o entendimento e explicação da migração de mulheres angolanas para o Brasil, objeto deste estudo.

Nesta seção buscamos apresentar diversas teorias que fornecem recursos para compreender os fenômenos migratórios contemporâneos. Com isso, podemos comprovar o citado por Barricarte (2010, p. 19) que não há uma única corrente migratória capaz e suficiente para, sozinha, abarcar todo o fenômeno migratório aqui estudado. Continuando na tentativa de contextualizar a migração humana contemporânea seguiremos introduzindo os conceitos das categorias migratórias.

1.3 Categorias migratórias

Com a constituição dos Estados-Nação foram estabelecidos os conceitos de fronteiras, de soberania, cidadania, território, população nacional. A partir disso, legislações específicas foram sendo criadas com objetivo de controle e vigilância de fronteira conforme os interesses dos Estados. A mobilidade, a entrada e a saída de pessoas em territórios nacionais, passaram a ser determinadas por regras jurídicas internas. E, segundo Hannah Silva (2017) com a consolidação do Estado-Nação, a partir do século XVII foram desenvolvidas leis buscando atribuir conteúdo e significado aos conceitos de “nacional” e “estrangeiro”, sendo este último dividido entre o “refugiado”, o “exilado” e o “imigrante”. Assim, “a presença dos indivíduos nos espaços passa a ser regulada a partir de novos vocabulários e regulamentos” (SILVA, 2017, p. 22).

A literatura acerca das migrações, tradicionalmente, passou a defini-las em duas categorias: a voluntária e/ou escolhida e a forçada e/ou violenta. A mobilidade voluntária corresponderia à categoria do imigrante que busca, por exemplo, trabalho, tratamento de saúde, estudo, enquanto a migração violenta diz respeito às pessoas que foram forçadas a abandonar seu país de origem ou onde tenha residência habitual, em virtude de conflitos políticos internos ou internacionais, violação de direitos e riscos de vida de diversas ordens.

Segundo o relatório de 2019 da Organização Internacional para Migrações (IOM, 2020) há pouco mais de 270 milhões de migrantes internacionais no mundo, o que equivale a 3,5% da população mundial. Esses números representam um aumento de 23% em relação aos valores registrados em 2010, ano em que havia 220 milhões de migrantes. Dos atuais 270 milhões, 52% são do sexo masculino, 48% são do sexo feminino. Desse total geral, 14% são crianças. Desses, 164 milhões (60%) são migrantes laborais, o que os insere no rol da migração voluntária.

A respeito da migração forçada, os dados do ACNUR (UNHCR, 2020) acumulados até 2019 indicam que 79,5 milhões de pessoas já se deslocaram forçadamente, dentre delas 26 milhões estão na categoria de refugiados, 45,7 milhões são deslocados internos (pessoas que se movem dentro do seu próprio país, sem

cruzar fronteiras internacionais) e 4,2 milhões são solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado (doravante, solicitantes de refúgio).

No escopo das migrações forçadas, a categoria do refúgio é a mais institucionalizada internacionalmente e será estudada com mais profundidade, tendo em vista também que a maioria das mulheres pesquisadas neste trabalho eram, no momento da entrevista, solicitantes de refúgio.

1.3.1 Refúgio

O refúgio como instituto jurídico teve início, com a atuação das Ligas das Nações (1919 até 1946) nos anos de 1920, através do Alto Comissariado para os Refugiados Russos (1921-1930) quando os russos brancos foram perseguidos e forçados a deixarem seus países de origem. Neste momento o direito era coletivo e não individual, a partir de critérios de etnia e nacionalidade, bem como não havia necessidade de provar a perseguição (SILVA, 2017, p. 25).

Na década de 1930 foi criado o “Escritório Nansen”¹² (1930-1938), que oferecia o “Passaporte Nansen” como documento de identidade para os refugiados. Neste período, o refúgio continuou sendo concedido por critérios coletivos de nacionalidade, até que foi criado o “Alto Comissariado da Liga das Nações para Refugiados” (1938-1946), quando o reconhecimento passou a ser orientado por critérios individuais (SILVA, 2017, p. 25-26).

Em 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu alguns princípios, próprios da condição de refugiado: não se deve obrigar o regresso ao seu país de origem de refugiados que expressarem objeções válidas a esse retorno. Foi o início de um princípio hoje consagrado como *non-refoulement*, segundo o qual os países não podem obrigar uma pessoa a retornar ao seu país de origem se houver um receio fundado (BARRETO, 2010, p. 14).

¹² Em homenagem a Fridtjof Nansen, cientista, explorador, diplomata e humanitário norueguês. Ajudou na repatriação milhares de refugiados no contexto da Primeira Guerra Mundial, quando foi Alto Comissário para Refugiados da Liga das Nações de 1920 a 1930 (ACNUR, 2020).

Em 1946 iniciaram os debates para a criação da “Organização Internacional para os Refugiados” (OIR), que passou a funcionar em 1948, com foco na proteção dos refugiados da 2ª Guerra Mundial. Já para os refugiados da Palestina, em 1949, criou-se a “Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos” (em inglês *United Nations Relief and Works Agency for Palestinians Refugees*, UNRWA).

Um documento essencial para o “Direito Internacional dos Refugiados”, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) criada em 1948, que no seu Artigo 14 (1) dispõe que “todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países” (DUDH, 1948). Segundo Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes (2009), a DUDH representa um marco histórico universal para entendimento dos seres humanos como sujeitos de direitos e um instrumento de referência para os estudos dessa temática.

A OIR funcionou de 1946 até 1950, quando foi substituída pelo “Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados” (ACNUR), “agência fundada pela ONU e que se define como instituição apolítica, humanitária e de cunho social com função de proporcionar proteção internacional aos refugiados” (SILVA, 2017, p.26-27). O ACNUR define como refugiado, a pessoa:

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. [...] No caso de uma pessoa que tem mais de uma nacionalidade, a expressão “do país de sua nacionalidade” se refere a cada um dos países dos quais ela é nacional. Uma pessoa que, sem razão válida fundada sobre um temor justificado, não se houver valido da proteção de um dos países de que é nacional, não será considerada privada da proteção do país de sua nacionalidade (ACNUR, 1951).

Como constata no item apresentado a seguir, na Convenção existiam limitações temporária e geográfica:

Para os fins da presente Convenção, as palavras “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951”, do art. 1º, seção A, poderão ser compreendidas no item 3 a) “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa”; ou b) “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa ou alhures” (ACNUR, 1951).

Um dos princípios fundamentais de proteção internacional dos refugiados, de *jus cogen*, isto é, de aplicação obrigatória, é o do *non-refoulement* (não-devolução), que só em casos específicos é permitido sua não aplicação. Esse princípio está previsto no artigo 33 da Convenção:

Art. 33 - Proibição de expulsão ou de rechaço

1. Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.

2. O benefício da presente disposição não poderá, todavia, ser invocado por um refugiado que por motivos sérios seja considerado um perigo para a segurança do país no qual ele se encontre ou que, tendo sido condenado definitivamente por crime ou delito particularmente grave, constitui ameaça para a comunidade do referido país (ACNUR, 1951).

Em 1967, foi instituído o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados que excluiu as reservas geográficas e temporárias, em decorrência de muitos debates tendo em vista que a Convenção não respondia a novas migrações da época, isto é, continuaram a existir migrações fora da Europa e após 1951. Em razão dessas limitações, tornou-se difícil para muitos países aplicarem a Convenção de 1951, por isso, o Protocolo omitiu as palavras “como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951”, tornando, assim, aplicáveis seus dispositivos a casos futuros.

Assim, ficou estabelecido que as pessoas que quiserem pleitear refúgio em um determinado país membro da Convenção, devem se submeter a um processo denominado elegibilidade, isto é, devem passar por uma verificação, cujo procedimento depende da soberania deste Estado, suas regras, sua política de acolhimento e demais instrumentos assinados em termos de política migratória. Deste modo, aqueles que emigraram e pediram refúgio são considerados solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado, pois estão em um ponto intermediário de verificação das razões de sua mobilidade (ROSSA; MENEZES, 2018, p. 384).

Considerando as especificidades de migrações em contextos locais que não eram contempladas pela Convenção, foram criados acordos regionais que pudessem solucionar assuntos específicos, tendo em vista que o instrumento foi elaborado para responder aos problemas específicos da Europa. Apesar das modificações do

Protocolo, os critérios para reconhecimento do refúgio não foram alterados, o que não respondia às demandas regionais.

A Convenção de 1951 e o Protocolo 1967, relativo ao Estatuto dos Refugiados dentro dos seus limites e definições, não contemplavam às novas migrações da época em continentes, como a África que tinha outras peculiaridades decorrentes do processo de descolonização: ocupação externa, dominação estrangeira e acontecimentos que impactam gravemente a ordem pública em uma parte ou na totalidade dos países. Em face dessas dificuldades foi elaborado um instrumento jurídico para responder às necessidades dos seus nacionais, a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA). Em sua definição, determina-se que, para além dos critérios já previstos na Convenção de 1951, o termo refugiado também deveria ser aplicado a:

qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade (ACNUR, 1969).

A Convenção da OUA foi adotada em Addis Abeba, na Etiópia, em 10 de setembro de 1969, entrando em vigor na data de 20 de junho de 1974. Autores como Hannah Silva acreditam que a importância do instrumento “reside no fato deste focar nas circunstâncias objetivas que levam à fuga, de modo que o medo do perigo não está relacionado à reação subjetiva a nível individual que cada um de nós poderia demonstrar face à adversidade” (SILVA, 2017, p. 74). Ou seja, a Convenção 1951 prevê somente situações individuais como causa de refúgio, e a Convenção da OUA estende esses critérios a acontecimentos coletivos.

A Convenção da OUA influenciou diretamente a criação de outros marcos jurídicos regionais que precisavam de uma definição mais abrangente de refúgio. Neste contexto, na América Latina, foi elaborada a Declaração de Cartagena, a partir do “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários”, que ocorreu entre 19 e 22 de novembro de 1984 (SILVA, 2017, p.77). Assim, ficou estabelecido que:

[...] a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do

Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (ACNUR, 1984).

Apesar da Declaração de Cartagena, de 22 de novembro de 1984, ter sido um marco na assistência e reconhecimento de direitos dos refugiados em nível regional, ela não era vinculante, isto é, não era obrigatório que os países da América Latina a aderissem. Conforme Silva (2017), a Declaração lançou o termo “violação maciça de direitos humanos” como elemento da definição mais ampla na proteção dos refugiados. A Declaração de Cartagena apresentou conclusões, além da já apresentada em destaque acima, quanto ao direito a não sofrer violação de direitos humanos e o direito ao *non-refoulement*. A Declaração ratificou de forma pacífica, apolítica e humanitária a concessão do asilo ou do reconhecimento do refúgio e também determinou garantias e regras mínimas de proteção aos refugiados. Como explica Barreto (2010, p. 16):

Então, se estende o conceito não só para aquela pessoa que em razão da raça, naturalidade, grupo social, sexo ou opinião política tenham temor fundado de perseguição, mas também àquelas cujos países de origem tenham entrado em processo de degradação política e social e tenham permitido violência generalizada, violação de direitos humanos e outras circunstâncias de perturbação grave da ordem pública. Em Cartagena se deu um caráter atual ao tema do refúgio, que hoje está mais vinculado aos temas tratados nessa Declaração do que aos previstos na Convenção de 1951, porque tornou a Convenção mais ampla e flexibilizou de maneira positiva o conceito de refugiado.

1.3.2 Fluxos mistos

Considerando as duas definições de migração forçada e voluntária, cabe dizer que existem outros fluxos que não se adequam às essas duas divisões tradicionais. Este é o caso de pessoas que migram por acidentes climáticos, desastres naturais, expulsão devido às construções de grandes obras, fome, pobreza extrema, tráfico humano, violência doméstica ou de ordem psicológica. Não raro, essas pessoas terão dificuldade de ser enquadradas na categoria de refugiado e, comumente, serão classificados como imigrantes sem a proteção do país de destino, ainda que vivam “situações análogas ao refúgio” (*refugee-like situations*) em termos da necessidade de se deslocar para sobreviver (ROSSA; MENEZES, 2018, p. 383).

Com intuito de preencher essa lacuna, a Organização Internacional das Migrações (OIM) passou a utilizar o termo “fluxos mistos” para se referir a trajetos migratórios complexos, que incluem refugiados, solicitantes de refúgio, migrantes econômicos e outros migrantes que podem estar em situação vulnerável:

Um movimento em que várias pessoas viajam juntas, geralmente de forma irregular, utilizando as mesmas rotas e meio de transporte, mas por diferentes motivos. Pessoas viajando como parte de movimentos mistos, têm necessidades e perfis variados e pode incluir requerentes de asilo, refugiados, pessoas traficadas, crianças desacompanhadas/separadas e migrantes em um ambiente irregular de situação (IOM, 2019, p.141-142).

Além dos refugiados e solicitantes de refúgio, a OIM confere atenção também a outros migrantes que podem estar compartilhando desse grupo que está em movimentos irregulares, tais como:

[...] migrantes vítimas de tráfico, migrantes desamparados; menores de idade não acompanhados (e separados); migrantes objeto de violência (incluindo violência de gênero) e traumas psicológicos durante o processo migratório; pessoas vulneráveis como as mulheres grávidas, crianças e idosos; e migrantes detidos em trânsito ou em sua chegada. Ademais, os fluxos mistos podem incluir trabalhadores migrantes, comerciantes transfronteiriços e migrantes que se deslocam por causas ambientais (OIM, 2009, p.1 *apud* SILVA; BÓGUS; SILVA, 2017, p. 21).

É importante esclarecer, nesse momento, que a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 ao estabelecerem a categoria de refugiado, como consequência também excluíram quem não era refugiado. “A categoria dos “não refugiados” está cada vez maior e inclui um número crescente de situações” como são as categorias abarcadas nos fluxos mistos (ROSSA; MENEZES, 2018, p.386). Por vezes, as pessoas com dificuldades de regularização migratória fazem a solicitação de refúgio, no entanto, poucos são reconhecidos e um grande número de pessoas permanecem em situações não regulares ou em categorias novas e heterogêneas que são criadas pelos Estados para solucionar os casos específicos dessas pessoas de modo complementar. O autor Roger Zetter (2007) utiliza-se da expressão rotulação (*labelling*) de migrantes para explicar a postura dos Estados em criar novos “rótulos”, ou categorias, para situações em que não se insere na letra da lei.

Em 1951, a Convenção estava adequada à realidade da época, o que não corresponde mais às demandas atuais, geradas pela globalização, securitização dos países, circulação de capital, dentre outras circunstâncias. Por isso estudos mostram que a categoria de refúgio não abarca todas as situações novas de migrações

forçadas (MOREIRA, 2017; ROSSA, MENEZES, 2018; SILVA; BÓGUS; SILVA, 2017; ZETTER, 2007).

Além disso, discutimos se é possível ter uma migração exclusivamente voluntária ou forçada, pois o que se percebe é que existem várias motivações que se somam e justificam a necessidade de migrar. Cada vez mais as pessoas possuem razões "mistas" para migrar, diferentemente do que a OIM prevê, não são apenas os trajetos que são mistos, mas sim, as motivações que impulsionam a migração.

Novos conceitos estão sendo propostos com objetivo de oferecer novos arcabouços para pensar esses fluxos. Destacamos a “migração por sobrevivência” de Alexander Betts (2013) e a “migração de crise” de Martin, Weerasinghe e Taylor (2014). A “migração por sobrevivência” refere-se a fluxos de “pessoas que estão fora do país de origem devido à uma ameaça existencial da qual elas não possuem acesso às resoluções ou remediações internas”, por isso o deslocamento se faz necessário (BETTS, 2013, p. 4-5). Por sua vez, a “migração de crise” visa contemplar deslocamentos oriundos de crises humanitárias que estão além do controle dos indivíduos em suas múltiplas facetas (MARTIN; WEERASINGHE; TAYLOR, 2014).

O que se verifica na realidade é que há muito mais tipos de situações de migrações mistas do que aquelas previstas legalmente, o que força os indivíduos a criarem meios alternativos para lidar com a sua regularização migratória. Isso tem levado pesquisadores a se questionarem: a categoria de refúgio deveria ser ampliada? ou “existe a necessidade de criar um novo *status* jurídico para esse grupo? E se novos *status* forem criados, como devem se relacionar com os sistemas de proteção para refugiados ou aqueles que já se beneficiam de proteção complementar?” (ROSSA; MENEZES, 2018, p.395).

Esses debates revelam que a aplicação do instituto do refúgio é permeada por interesses políticos, isto é, os Estados escolhem quem eles aceitam como refugiados ou não, podendo gerar várias situações de vulnerabilidade para aqueles que não são protegidos.

[...] os fluxos migratórios mistos e irregulares são um desafio considerável para os Estados, não só porque violam sua prerrogativa soberana de determinar que cidadãos não nacionais podem entrar em seu território e sob quais condições, mas também porque as pessoas que participam desses movimentos são mais propensas a sofrer privações, violações de direitos

humanos e discriminação, e requerem por esta razão assistência individualizada e especial (OIM, 2009, p. 1 *apud* SILVA; BÓGUS; SILVA, 2017, p. 20).

Será discutido a partir deste momento do trabalho a realidade do refúgio e dos fluxos mistos no Brasil no seu contexto histórico até os dias atuais, assim como a implementação de seus respectivos instrumentos jurídicos de proteção.

1.4 Migrações e refúgio no Brasil

O Brasil, desde sua colonização, tem um histórico de migração. Ao longo deste período, povos portugueses, holandeses, franceses, ingleses, dentre outros europeus vieram para o país como colonizadores. Povos africanos foram trazidos forçadamente durante o período da escravidão para trabalhar na lavoura canavieira e em outros serviços. A abolição da escravidão que se deu pela assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, veio findar um período terrível da nossa história, como explica Laurentino Gomes (2019, p. 24):

O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio. Recebeu sozinho quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América [...] O Brasil foi também a nação que mais tempo resistiu a acabar com o tráfico negreiro e o último a abolir oficialmente o cativeiro no continente americano, em 1888 - quinze anos depois de Porto Rico e dois depois de Cuba.

A libertação dos escravos provocou um grande vazio na mão-de-obra brasileira que até então era baseada na lavoura canavieira. Esse fato precisava de respostas e veio ao encontro da política da época de implantação da cultura do café e de permitir e favorecer a migração de brancos para o Brasil, provocando o “embranquecimento” do povo brasileiro. No fim do século XIX e início do século XX muitos imigrantes como italianos, poloneses, alemães e japoneses passaram a vir para o país com políticas de incentivo para trabalharem na agricultura, principalmente de estados como São Paulo (BÓGUS; BAENINGER, 2018; LEVY, 1974).

Sobre esse período migratório, Rosana Baeninger (2016, p.14-15) explica:

A partir da segunda metade do século XIX, a implantação da cultura do café conduziu a uma imigração européia de grande magnitude; na primeira onda de imigração estrangeira (de 1880 a 1903) entraram 1,9 milhão de europeus, principalmente italianos, seguidos de portugueses, espanhóis e alemães, na segunda onda (de 1904 a 1930), entraram outros 2,1 milhões, destacando que nessa etapa – em particular no pós Primeira Guerra Mundial - além dos

italianos, nota-se a presença de poloneses, russos e romenos. A terceira onda de imigrantes estrangeiros (1930-1953) foi marcada por volumes bastante inferiores de entradas, com a chegada dos japoneses entre 1932 a 1935 e das novas imigrações espanholas, gregas e “sírio-libanesas” entre 1953-1960 (imigração dirigidas em parte ao setor industrial).

A respeito da política de embranquecimento, podemos comprovar tal fato através de dois instrumentos legais estabelecidos nos anos 1930 e 1940, regulamentados pelo então presidente Getúlio Vargas. O primeiro é o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional que, em seu artigo 2º, estabelecia: “O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização” (BRASIL, 1938). O segundo instrumento jurídico é o Decreto-Lei nº 7.967, de 27 de agosto de 1945, que dispunha sobre a Imigração e Colonização, e em seu artigo segundo determinava: “atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1945).

No contexto internacional da II Guerra Mundial (1939-1945), muitas pessoas fugiram de seus locais de origem, principalmente os europeus, na condição de refugiados, deslocados internos e apátridas. O Brasil recebeu uma considerável parcela de refugiados (BÓGUS; RODRIGUES, 2011). Mesmo após o fim do conflito, entre dezembro de 1948 e agosto de 1949 vieram para o Brasil mais de 14 mil refugiados de 28 nacionalidades diferentes (BÓGUS; MOZINE, 2015, p. 244). As autoras, explicam que neste período, a vinda de refugiados para o Brasil, e especificamente em São Paulo, se dava por acordos com a Presidência da República e a Comissão Preparatória da Organização Internacional para Refugiados (OIR), cujo escritório funcionou de 1948 a 1952. Durante esse período, o Brasil recebeu 29 mil refugiados (BÓGUS; MOZINE, 2015, p.244-245).

No início da década de 1960, o Brasil aderiu à Convenção de 1951 internalizando-a por meio do Decreto nº. 50.215, de janeiro de 1961. Apesar deste documento, o Brasil reservou o direito da utilização da “limitação geográfica” (item “a”) que restringia o refúgio a acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na

Europa. O Protocolo de 1967, que, como vimos, suprimiu as reservas geográfica e temporal, foi inserido apenas no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº. 70.946, de 7 de agosto de 1972. Entretanto, o Brasil continuou mantendo a reserva geográfica até a década de 1990, quando findou por meio do Decreto nº. 99.757 de 1990 (JUBILUT, 2007).

De 1964 até 1985, o Brasil viveu sob intenso regime ditatorial, optando por receber e atender os latino-americanos perseguidos pelo *status* do asilo, e não do refúgio. Isto se deve ao fato de que nas décadas de 1970 e 1980, o Governo Brasileiro queria estar alinhado politicamente aos demais países que viviam regimes autoritários na época.

O conceito de asilo tem suas origens em 1889 no Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideu. Durante a ditadura, “o instrumento do asilo era mais comumente praticado” provavelmente por causa da constante instabilidade política na região, com sucessivas revoluções e golpes de estado (BARRETO, 2010, p.13). Complementa Hannah Silva (2017, p.46):

O sistema de asilo, por sua vez, é um instituto mais estreito que o refúgio, e não gera direito ao solicitante - de modo que não existe o direito de obter asilo - ainda que este instituto também seja voltado para assegurar o acolhimento de um indivíduo estrangeiro que, em virtude de perseguição política, não possa retornar ao local de residência ou de nacionalidade. Em sentido amplo, este instituto engloba o asilo territorial e o asilo diplomático, e assim, na América Latina os asilados surgiram como categoria distinta dos refugiados.

Em 1977, o ACNUR constituiu escritório *ad hoc* no Brasil, localizado no Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar o reassentamento de latino-americanos que estavam asilados no país. Apesar de permitir a entrada em território, o Comando Militar brasileiro não queria permanecer com opositores de seus parceiros políticos da região. “Durante essa fase, cerca de 20 mil argentinos, bolivianos, chilenos e uruguaios foram reassentados na Austrália, Canadá, Europa e Nova Zelândia” (JUBILUT, 2007, p. 172).

Durante sua atuação, o ACNUR contou com o apoio de organizações da sociedade civil que trabalhavam com direitos humanos e proteção aos refugiados, como a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e de São Paulo. A Cáritas é uma organização sem fins lucrativos da Igreja Católica, que está presente no Brasil desde

a década de 1950, após sua atuação com as vítimas da Segunda Guerra Mundial (JUBILUT, 2007).

Como referido acima, a ditadura no Brasil durou de abril de 1964 a março de 1985. Durante esse período, em 1980 foi promulgada a Lei nº. 6.815 de 19 de agosto de 1980, conhecida por Estatuto do Estrangeiro. Este instrumento definia a situação jurídica dos imigrantes que viviam no Brasil, tidos como estrangeiros. Seus princípios estavam amparados numa visão securitária da agenda migratória que via os “estrangeiros” como ameaça aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do país e como um perigo ao trabalhador nacional (artigo 2º). O Estatuto do Estrangeiro também criou o Conselho Nacional de Imigração para gerenciar os fluxos imigratórios para o Brasil (BRASIL, 1980).

Depois de um período muito duro e violento, com muitas mortes, prisões e fugas para o exterior, através de atos isolados e/ou através de solicitação e negociação, iniciou-se o processo de redemocratização, com abrandamento da política repressiva e aumento das discussões e elaboração de documentos sobre Direitos Humanos.

Como consequência, em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, também conhecida como Constituição Cidadã, instituindo um Estado Democrático de Direitos destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais (BRASIL, 1988). Como marco fundamental dos Direitos Humanos, o instrumento jurídico estabelece a dignidade da pessoa humana (inciso III do artigo 1º).

Ademais, a Constituição da República Federativa do Brasil no *caput* do artigo 5º assegura que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Este artigo é fundamental, pois reconhece o estrangeiro como sujeito de direitos em termos de igualdade ao cidadão nacional. Importante assinalar também a relevância, do parágrafo 2º, do artigo 5º da Constituição Federal: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e

dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (BRASIL, 1988). Este parágrafo determina que os acordos internacionais ratificados e adotados pelo governo brasileiro sejam equiparados às Leis Nacionais, e no que tange aos refugiados, isso diz respeito à adesão à Convenção de 1951 e ao Protocolo 1967, relativo ao Estatuto dos Refugiados e demais instrumentos jurídicos de proteção aos imigrantes.

Ainda, o artigo 3º da Constituição estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que em seu inciso IV afirma: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminações”. Podemos, a partir disso, concluir que imigrantes que vivem no país estão incluídos nesse princípio (BRASIL, 1988).

A Constituição define a diferença entre brasileiros “natos” e “naturalizados”, sendo os primeiros aqueles nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país (artigo 12, inciso I, alínea “a”) e os últimos, aqueles que, na forma da lei, adquiriram a nacionalidade brasileira (BRASIL, 1988).

A nova Constituição, apesar de muito abrangente, foi um marco na restituição do Estado Democrático de Direito que havia se perdido com a ditadura e com os movimentos antidemocráticos da época. Em relação ao tema migratório, por sua vez, os imigrantes residentes no país passaram a ter igualdade perante a lei como todos os brasileiros e também conquistaram acesso aos serviços básicos como saúde, educação, trabalho, assistência social, entre outros (BRASIL, 1988).

Dentre os princípios do artigo 4º, estabeleceu-se no inciso II a prevalência aos direitos humanos, no inciso VIII o repúdio ao racismo — que se tornou crime inafiançável e imprescritível, de acordo com o art. 5º, inciso XLII. E no inciso X, do artigo 4º, foi reiterada a concessão de asilo político (BRASIL, 1988).

No ano seguinte, em 1989, ocorreu a transferência do escritório do ACNUR para Brasília e a denúncia de que o Brasil ainda mantinha a reserva geográfica estabelecida pela Convenção de 1951 - tal limitação, como vimos, foi suspensa no mesmo ano através do Decreto nº 98.602/1989, retificado no ano seguinte pelo

Decreto nº 99.757/1990. Dessa forma, o país passa a receber refugiados de distintas origens, não apenas aqueles que provinham do continente europeu.

Em 1991, já na nova fase de estabilidade política, foi editada a Portaria Interministerial nº 394 pelo Ministério da Justiça que determinava que o procedimento para reconhecimento da condição de refugiado deveria ser executado, primordialmente, pelo ACNUR, que analisava os casos individuais, e pelo governo brasileiro que emitia a decisão final (BARRETO, 2010; BÓGUS; MOZINE, 2015). Como explica Liliana Lyra Jubilut (2007, p. 175):

O ACNUR realizava entrevista com os solicitantes de refúgio e com base nela elaborava um parecer recomendando ou não a concessão de refúgio naquele caso. Esse parecer era encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores, que se pronunciava a seu respeito e fazia sua remessa ao Ministério da Justiça, que proferia a decisão final. Tal decisão era publicada no Diário Oficial da União e era enviado um ofício do ACNUR para as Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir do qual a Polícia Federal emitia documentação para o refugiado.

Neste contexto em que refugiados de outras nacionalidades passaram a vir para o Brasil, aproximadamente 1.200 angolanos chegaram no país, a partir de 1992, fugindo da guerra civil. “Era o início da utilização da definição ampliada pelo Brasil, seguindo as diretrizes da Declaração de Cartagena (1984), e que se positivou alguns anos depois na lei nacional sobre refugiados” (JUBILUT, 2007, p.175). A vinda de angolanos para o Brasil será melhor desenvolvido no capítulo 3.

Nesse momento histórico, com a ampliação dos direitos dos imigrantes pela Constituição de 1988, o Brasil precisava e desejava uma nova legislação de proteção específica para os refugiados, tendo em vista que o Estatuto do Estrangeiro já tinha se tornado obsoleto e, em somente alguns itens, se tratava dos refugiados. Estes demandavam políticas para melhor atendimento à saúde, educação, trabalho, moradia, aprendizagem da língua e de integração ao local onde passaram a residir. Essas necessidades iam além dos direitos estabelecidos na Convenção de 1951, no Protocolo de 1967 e na Declaração de Cartagena de 1984, como argumenta Barreto (2010, p. 18):

Era preciso efetivamente internalizar o mecanismo da Convenção de 1951, com uma lei específica que definisse o conceito de refugiado no Brasil, criasse um órgão nacional para tratar desse tema e, a partir daí, relatasse quais eram os direitos do refugiado e a forma de processo para o reconhecimento, a perda e a manutenção da condição de refugiado no Brasil.

Promover a defesa dos direitos humanos no Brasil era um grande esforço nos anos 1990, após o fim da ditadura militar e o novo período de redemocratização, por isso, o então presidente Fernando Henrique Cardoso enviou um projeto de lei sobre refugiados, acompanhando o Plano Nacional de Direitos Humanos (BÓGUS; RODRIGUES, 2011, p. 105-106.)

Depois de muitas discussões e estudos sobre o tema foi editada a Lei nº 9.474 de 1997, com 49 artigos, tendo ficado definido o mecanismo para implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil:

A lei brasileira, redigida em parceria com o Acnur e com a sociedade civil, é considerada hoje pela própria ONU como uma das leis mais modernas, mais abrangentes e mais generosas do mundo. Contempla todos os dispositivos de proteção internacional de refugiados e cria um órgão nacional – o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) – para ditar a política pública do refúgio e decidir quanto às solicitações de refúgio apresentadas no Brasil (BARRETO, 2010, p. 18).

Assim sendo, a lei brasileira do refúgio, em seu artigo primeiro, define os critérios pelos quais uma pessoa pode ser considerada refugiada no país:

1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:
 I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
 II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
 III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997)

Para a finalidade deste estudo, analisaremos alguns dos artigos da referida lei que julgamos relevantes para o tema tratado nesta tese. Constatamos que são três os critérios para se reconhecer a condição de refugiado no Brasil. Os dois primeiros incisos do artigo primeiro são baseados na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, por isso são tidos como critérios clássicos de refúgio. O terceiro, por sua vez, é inspirado na Declaração de Cartagena de 1984 e, em consequência disso, é considerado como parte da definição ampliada que determina que, além dos elementos de perseguição individual previstos na Convenção, o *status* de refugiado seja reconhecido quando o local de origem do solicitante promove violações massivas de direitos humanos. Apesar da lei brasileira não ter incorporado integralmente as

recomendações que constavam na Declaração, Jubilut (2007) afirma que o “espírito de Cartagena” se manteve no ordenamento jurídico.

A lei brasileira também é inovadora em relação ao direito de reunificação familiar, pois permite que os efeitos da condição de refugiado sejam estendidos para membros da família. De acordo com o artigo segundo, serão garantidos os direitos aos cônjuges, ascendentes e descendentes¹³ e a outros familiares que comprovarem dependência econômica, com o requisito de que estejam no território nacional (BRASIL, 1997).

A lei também prevê, em seu artigo 6º, o direito do refugiado a obter documentos de identificação brasileiros, como carteira de trabalho, cédula de identidade e passaporte. Esses documentos permitem que o refugiado possa trabalhar formalmente, viajar e se identificar em qualquer circunstância que lhe seja solicitado. Barreto (2010, p.160) explica que o refugiado “pode ter acesso a programas sociais do governo do país de acolhida. Pode abrir conta em banco, inscrever-se na previdência social, exercer função empresarial ou função assalariada”.

No artigo 7º, parágrafo 1º, a lei dispõe sobre o princípio básico do *non-refoulement*, que, como vimos acima pela Convenção de 1951, diz respeito à não-devolução dos solicitantes de refúgio e refugiados a territórios em que sua vida corre perigo. Barreto (2010, p. 163) nos conta que este é “o principal treinamento que recebe a autoridade migratória brasileira no tema do refúgio, [...] esse dispositivo é importante não somente nos casos de conflitos em países de fronteira terrestre, mas também importante para as fronteiras internacionais, ou seja, aeroporto e porto”.

Considerando que a decisão pelo reconhecimento da condição de refugiado é um ato declaratório que deve estar devidamente fundamentado, a lei instituiu, no artigo 12 e seguintes, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) que gerencia o processo de reconhecimento da condição de refugiado (denominado processo de elegibilidade). Além disso, também é função do Comitê orientar e coordenar políticas

¹³ Barreto (2010, p.190) explica que “a definição de cônjuge é a de pessoas unidas por casamento civil. O Conare, todavia, também outorga o refúgio por reunião familiar ao companheiro, com união de fato devidamente comprovada. Quanto aos filhos, claro, trata-se dos naturais ou adotivos. Consideram-se ascendentes os pais, avós ou bisavós ou até mesmo trisavós”.

públicas de proteção e assistência a solicitantes de refúgio e refugiados. O CONARE é um órgão de deliberação coletiva com estrutura tripartite composto por representantes governamentais, da sociedade civil e internacionais (BRASIL, 1997).

O Comitê é subordinado ao Ministério da Justiça, mas conta também com membros do Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e do Departamento da Polícia Federal (BRASIL, 1997). No âmbito da sociedade civil, participam com voto a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro e o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH). O ACNUR também integra o CONARE com direito à voz, mas sem voto.

As organizações não governamentais são fundamentais para o processo de integração local dessas pessoas na sociedade brasileira. Bógus e Rodrigues (2011, p. 102) descrevem que os imigrantes:

recebem assistência, que abrange moradia (albergues e abrigos públicos), alimentação, proteção e orientação jurídica. Além disso, a inserção nas sociedades locais tende a ser favorecida pela formação de redes que se originam nas ONGs e se difundem para outros grupos sociais sensíveis à condição dos refugiados, que passam a ser vistos como parte dos fluxos de migrantes.

Os imigrantes que desejam solicitar refúgio no Brasil devem comparecer em qualquer posto da Polícia Federal e preencher o documento “Formulário de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado”¹⁴. Neste, o imigrante apresenta seus dados de identificação e deve brevemente relatar os motivos que o levaram a deixar seu local de origem e pedir proteção do Estado brasileiro.

Ao receber a solicitação de refúgio, a Polícia Federal emite, conforme previsto no artigo 21º, o “Documento Provisório de Registro Nacional Migratório” (DPRNM), popularmente conhecido como protocolo de refúgio. Este documento acompanha o solicitante de refúgio durante todo o trâmite de seu processo, ou seja, enquanto aguarda a decisão o solicitante continua com o protocolo, que deve ser renovado anualmente para que este imigrante mantenha sua autorização de residência provisória em situação regular no país (BRASIL, 1997). Neste mesmo artigo, no

¹⁴ Em 2019, o procedimento para solicitar refúgio sofreu alterações com a implementação do SISCONARE, sistema eletrônico do CONARE. Atualmente, os migrantes devem se cadastrar no sistema, preencher o formulário de modo eletrônico e em seguida comparecer à Polícia Federal para finalizar e formalizar o pedido. Contudo, esse trâmite não estava em vigor no período deste trabalho e não foi verificado durante a pesquisa de campo.

parágrafo 2º, determina-se que os pedidos de refúgio de menores de 14 anos serão mencionados por averbamento, isto é, vinculados aos protocolos de seus representantes legais quando houver.

O *status* de solicitante de refúgio – isto é, aqueles que estão aguardando o julgamento de seu pedido de refúgio – se mantém até o recebimento de uma resposta final, seja ela positiva ou negativa. Quando o reconhecimento da condição de refúgio é deferido, o imigrante tem direito a requerer na Polícia Federal o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) – que, em 2017, foi substituído pela Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) –, documento equivalente à carteira de identidade de um nacional brasileiro (MARTINO; CORREA, 2018). Já em caso de indeferimento, o solicitante tem o direito de protocolar recurso no CONARE, como previsto no artigo 29 da lei (BRASIL, 1997). Este deverá ser interposto em até 15 dias após o recebimento da notificação de indeferimento e é julgado pelo ministro de Estado da Justiça. Mesmo enquanto aguardam a decisão em segunda instância, os solicitantes continuam com seu protocolo de refúgio.

É importante ressaltar que, no que diz respeito aos solicitantes, alguns direitos garantidos aos refugiados também lhe são permitidos. É o caso da obtenção de documentos como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Assim, essas pessoas têm a possibilidade de exercer formalmente atividade remunerada, abrir conta bancária, acessar serviços básicos de saúde, assistência social, educação, dentre outros (artigo 21º, parágrafo 1º). Tais condições diferenciam o Brasil, visto que as possibilidades de livre circulação, trabalho e acesso a direitos não são vislumbradas em todos os países membros da Convenção de 1951. Também por conta disso, a lei brasileira de refúgio foi considerada de vanguarda quando de sua elaboração e assim continua até os dias atuais (SARTORETTO, 2018).

Martino e Correa (2018) alertam, contudo, para algumas limitações dos documentos oferecidos aos solicitantes de refúgio, pois sua formatação é completamente distinta dos demais documentos emitidos pelo Estado brasileiro, visto que é apenas uma folha de papel sulfite A4 e sua autenticidade é verificada apenas via assinatura eletrônica e *QR Code*. Explicam os autores:

Apesar da existência desses direitos, muitos solicitantes de refúgio se deparam com obstáculos das mais variadas ordens, tais como: abertura de conta bancária, emissão de bilhetes de transportes públicos, obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e efetivação de matrículas em curso superior. Verificam-se, ademais, diversas queixas tanto a setores empregatícios que oferecem resistência ao contratar migrantes que possuem cédula de identidade provisória como, com menor regularidade, ao desconhecimento da referida documentação por parte dos brasileiros – inserido em um cenário mais amplo de insuficiente atenção à situação dos solicitantes e refugiados no país – e à excessiva desconfiança em relação a sua validade e credibilidade (MARTINO; CORREA, 2018, p.42).

No último título da lei, determina-se que o processo de refúgio deva ser gratuito tratado com caráter de urgência. Apesar disso, cabe destacar que o CONARE não oferece prazo para o julgamento dos pedidos (JUBILUT, 2007), o que resulta, não raro, em pleitos que levam mais de 3,5 anos para serem analisados de acordo com as informações no site do comitê (MORTARI A.C.; MARTINO, 2019).

A partir do exposto, é possível avaliar, de acordo com Jubilut (2007) e Sartoretto (2018), que a lei nacional de refúgio é uma evolução do sistema internacional de proteção aos refugiados, pois esta expande as hipóteses de reconhecimento da condição de refugiado, ao incluir um critério inspirado em Cartagena, estabelece os procedimentos para elegibilidade e determina os direitos dos refugiados e dos solicitantes de refúgio. A criação do CONARE, em uma estrutura tripartite, também é vista como inovadora, pois assegura a participação de órgãos que atuam com essa população. Jubilut (2007, p.195) ressalta, porém, que “os direitos econômicos, sociais e culturais dos refugiados não estão expressos diretamente na lei, havendo somente referência aos direitos assegurados pela Convenção de 51 e ao fato de os refugiados terem os mesmos direitos dos estrangeiros no Brasil”.

O cenário das solicitações e reconhecimento de refúgio sofreu significativas modificações ao longo do tempo. De acordo com os relatórios do CONARE (MJSP, 2020a), em 2011 foram realizadas 3.537 novas solicitações de refúgio, dado que praticamente se equipara a toda quantidade acumulada no período de 1994 a 2010 (3.556). Nos anos subsequentes, registrou-se 4.282 novos pedidos em 2012, e entre 2013 e 2018, contabilizaram-se 200.540 pedidos, com destaque para o ano de 2018 em que 80.343 foram computados. Destas solicitações de refúgio, interessa destacar que 1.510 pessoas foram reconhecidas como refugiadas pelo ACNUR entre 1993 e 1997, isto é, em momento anterior à promulgação da Lei nº 9.474/1997. De 1997 até 2012, 2.267 casos foram deferidos pelo CONARE (MJSP, 2020b). Entre 2013 e 2018,

somente 6.065 pessoas (das mais de 200 mil acima referidas) receberam o *status* de refugiado, quer sejam por elegibilidade ou por extensão da condição de refugiado (reunião familiar) – os demais casos foram indeferidos (2.928), extintos (3.949), terminaram em arquivamento, perda ou cessação (2.329), encaminhados para o Conselho Nacional de Imigração (4.971) ou estão ainda pendentes de julgamento (aproximadamente 175 mil) (MJSP, 2020b).

Neste capítulo procuramos estudar as migrações sobre diversas perspectivas teóricas, percorrendo um caminho iniciado pelos estudos clássicos de Ravenstein e demais correntes e em seguida aprofundamos nas categorias migratórias, especialmente as solicitações de refúgio. Por fim, apresentamos uma breve história dos fluxos migratórios no Brasil e seus ordenamentos jurídicos relativos à temática com uma análise mais acurada da Lei do Refúgio. No capítulo a seguir, continuaremos com o esforço de fundamentação teórica desta tese apresentando um breve histórico dos contextos políticos e socioeconômicos de Angola, no século XX que influenciaram a emigração desses nacionais para o Brasil.

2. ANGOLA E SUA HISTÓRIA

Este capítulo tem como objetivo descrever a história de Angola relacionada à descoberta, ocupação, colonização, independência, lutas pós-independência e reestruturação política e social do povo angolano, visando auxiliar na compreensão da evolução dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da atual sociedade angolana e que podem afetar a migração angolana.

Maria do Carmo Medina (2013, p.28) afirma que o conhecimento da história de Angola traz os ensinamentos do passado para a compreensão do momento presente:

Falar do passado não é um exclusivo dos historiadores, muito menos em matérias tão recentes como a luta pela independência de Angola, mas o trabalho do historiador deve distinguir-se de outros tipos de discurso. Apoiado em métodos adequados à exploração e análise das fontes, tem de procurar compreender o que se passou mais do que julgar os protagonistas dos acontecimentos; perceber como e porquê foram feitas as escolhas desses personagens mais do que rotular os “verdadeiros nacionalistas” e os “traidores”; encontrar os sentidos dos movimentos sociais ou das violentas explosões coletivas, mais do que adjectivá-los como “irracionais”, “bárbaros” ou “gloriosos”. Essa abordagem do historiador não pretende substituir-se aos juízos de valor que cada um depois fará, seguindo os seus próprios princípios e critérios, mas visa favorecer uma melhor compreensão das sociedades atuais a partir do conhecimento, tão realista quanto possível, do seu passado. Isto não impede que, como qualquer pessoa, o historiador faça uma leitura valorativa dos factos que estuda.

Assim, para contarmos a história de Angola, teremos como percurso a análise dos principais eventos históricos desde o início da pré-ocupação portuguesa, passando pelo período de colonização de Portugal, seguindo pelas lutas anticoloniais que levaram até a independência até a trágica guerra civil que ocorreu no país já independente.

2.1 Pré-ocupação Portuguesa

A história de Angola antes da colonização portuguesa é pouco conhecida e não há consenso sobre o surgimento das primeiras civilizações no país, como demonstram o autor Douglas Wheeler (2016a, p.48):

Sabe-se pouco da pré-história de Angola, apesar de os arqueólogos terem estudado inúmeros artefactos no nordeste do país. A ausência de vestígios fósseis na região da Lunda, no leste de Angola, torna difícil determinar a

identidade do homem angolano primitivo. J. Desmond Clark, eminente arqueólogo e antropólogo, fez trabalho de campo no nordeste de Angola e não estava inteiramente convencido de que os bosquímanos¹⁵ tivessem sido os primeiros habitantes de Angola

Os autores referidos ainda revelam certa frustração sobre os dados da história antiga do país e apontam como causas que contribuíram para essa escassez de informações históricas, a falta de estudos profissionais realizados por historiadores portugueses da época, de modo que boa parte da história do país ainda está sendo pesquisada a partir de pinturas primitivas em cavernas (WHEELER; 2016a, p. 50). Há relatos de que o território angolano já era habitado na pré-história, como atestam vestígios encontrados em Lunda, Congo e no deserto de Namibe, e que somente receberia povos mais organizados milhares de anos mais tarde, tais como os bosquímanos (ou bochmanes), que eram grandes caçadores, de estatura pigmóide e claros, de cor acastanhada. (ANGOLA, 2020).

Para compreender melhor esse cenário, destacamos que a primeira grande civilização que surgiu na África encontrava-se no território do Egito, embora fosse muito diferente de outras regiões africanas. A região possuía, além das terras férteis, importância estratégica fundamental em virtude de sua localização geográfica: entre o continente africano, Ásia e o Mediterrâneo. Outra grande civilização que se localizava no nordeste da África era a de Axun¹⁶ que com o tempo expandiu-se, assumindo o controle de uma vasta extensão de terras cultiváveis até o Mar Vermelho e ocupando posição intermediária no comércio marítimo entre os impérios do Oriente e o Império Romano. Já, na África Ocidental, surgiram diversos reinos de população negra, cuja base econômica estava no controle das rotas comerciais transaarianas. (PEREIRA, 2014, p. 34-35).

Devido às questões ambientais relacionadas aos desertos, especialmente o Saara, e ao abastecimento de água através de rios, como o Nilo e Níger, o continente africano vivenciou intensos movimentos migratórios de populações em busca de

¹⁵ Bosquímanos é o povo mais antigo da África Austral e basicamente são homens do bosque que representam um tipo étnico único. Fisicamente os bosquímanos se parecem com pigmeus em relação ao tamanho, a cor da pele é de um tom castanho claro. (CULTURA MIX, 2013).

¹⁶ A história do reino de Axun está relacionada a das civilizações que se desenvolveram na África, abaixo do Egito. Isto é, nas antigas regiões da Núbia e da Etiópia. (FERNANDES, 2019).

melhores condições de subsistência (PEREIRA, 2014, p. 31-32). Nesse contexto que o povo banto ganha relevância.

Diante do crescimento numérico do povo banto¹⁷ e do movimento migratório já citado criou-se a cultura Nok¹⁸, iniciando-se a fabricação de utensílios e armas de ferro e, após o desenvolvimento de um conjunto de centros políticos, os bantos novamente iniciaram uma intensa migração, atingindo o Lago Vitória, um dos grandes lagos africanos localizado na região ocidental do continente, e deparando-se com povos primitivos que não tinham condições de enfrentá-los, migrando, novamente, no ano 500, para o sul e oeste de Madagascar (PEREIRA, 2014, p. 32).

Assim, no início do século VI d.C., o então território angolano recebe os bantos, povo mais evoluído em comparação aos que lá habitavam, e que vieram do Norte, muito provavelmente da região da atual República dos Camarões, e que empreenderam uma das maiores migrações da história, impondo facilmente sua tecnologia sobre metalurgia, cerâmica e agricultura aos bosquímanos e demais grupos primitivos que habitavam a região (ANGOLA, 2020).

Para Colin McEvedy (1985 *apud* PEREIRA, 2014, p. 32) a invasão dos bantos pode ser comparada com as invasões espanholas, pois “os bantos, com seu milho e gado, suas armas de ferro e suas castas guerreiras, eram como os conquistadores [espanhóis] do Novo Mundo, operando num nível muito diferente dos nativos”. Wheeler (2016a, p.48-50) reforça que foi graças ao intenso movimento migratório que os bantos foram conduzidos até o território de Angola:

Parece provável que o principal centro das primeiras atividades culturais em Angola tenha sido o nordeste, local de difusão de uma <<cultura da floresta equatorial>>, a bacia do rio Congo. Muitos dos antepassados das actuais populações bantu angolanas migraram para Angola a partir do norte e leste e instalaram-se no norte e no centro do país. Eram caçadores-recolectores que procuravam campo aberto para lá das florestas tropicais do Congo. No norte de Angola, encontraram as extensões abertas da savana, bem irrigadas e com uma fauna rica. Para muitos destes primeiros caçadores, Angola tornou-se uma escola de cultivo e criação de gado; [...] os povos de Angola não estavam organizados naquilo a que Bohannan chamou <sociedades de estado>. Nestas <sociedades sem estado> havia pouca autoridade

¹⁷ Sugerido pelo alemão Wilhelm Bleek, em 1856, o termo “Banto” é utilizado para definir grupos de povos em cujas línguas a desinência “-nto” significa “homem”. “Munto” significa homem no singular, e seu plural, “banto”, significa “homens” (FITUNI, 1985, p. 40-41).

¹⁸ O termo cultura nok refere-se a produção de uma série de objetos que, em virtude de suas características estéticas e de elementos comuns que os compõem, é creditada às populações que habitaram a região próxima à aldeia nigeriana de Nok, entre os anos de 500 a.C. e 200 d.C. (PINTO, 2019).

centralizada e poucos grupos tinham reis ou chefes ou mesmo chefes de aldeia bem definidos.

Wheeler (2016a) e Fituni (1985) ainda enfatizam a grande capacidade de expansão dos povos bantu e sua influência direta com a chegada em Angola, visto que por mais de 2000 anos esses povos migraram do norte e do leste do continente para o Sul. Assim, estimam, que os bantos começaram a chegar a Angola por volta do século XIII.

Além dos bantos, outros povos passaram a migrar para o território de Angola, dando origem a diversos reinos ali situados. Provavelmente o primeiro reino bantu de Angola a definir a sua civilização tenha sido o Reino do Congo, fundado no século XIV e localizado no Baixo-Congo, com sua capital, Mbanza-Congo, a sul do rio, sendo que o território foi dividido em seis províncias (WHEELER, 2016a, p. 51).

Ainda, situava-se ao sul do Reino do Congo o reino do Ndongo, cujo rei chamava-se N'Gola, origem da palavra Angola, tal como veio a ser denominada pelos portugueses, que colonizaram a região. Originários da África Central, os líderes do Ndongo fundaram um pequeno reino ao norte do rio Cuanza e fundaram uma monarquia centrada numa capital em Kabasa, ao norte de Ambaca, em Angola (WHEELER, 2016a, p. 52).

Além dos reinos do Congo e do Ndongo, havia o complexo Lunda-Luba do Catanga que teve suas origens na região da savana do Catanga e que, por decorrência da invasão luba da região central do Catanga, transformou Lunda num estado mais dinâmico, que enviava periodicamente grupos de caçadores para Angola (WHEELER, 2016a, p. 54).

Visentini (2012, p.46) menciona os três reinos em questão como os mais antigos, mas organizados, de Angola:

O território de Angola, antes da chegada dos portugueses, era habitado por koisans e povos bantus, como bakongos, kicongos e outros. Alguns estavam organizados de maneira tribal e outros chegavam até mesmo a constituir reinos. O reino unificado mais antigo da região era o do Kongo, localizado perto do Atlântico, na atual fronteira entre Angola e Zaire. Os outros dois reinos da região eram o Ndongo – que se estabeleceu em volta dos rios Dande e Cuanza -, e o Lunda – que emergiu nas cercanias do Rio Kasai

Além desses reinos, ainda outros povos merecem destaque na história de ocupação de Angola, tais como os povos jaga, que invadiram Angola na década de 1560 e atacaram os reinos do Congo e do Ndongo e se infiltraram em vários locais da Angola Central e Oriental. (WHEELER, 2016a). Já no final do século XIX, os povos de Lunda da Angola Oriental e do Catanga foram atacados por um povo rival, os quioco. Estes eram organizados em uma estrutura matriarcal e sua “expansão quioco do Norte e do Oeste para Angola resultou na tomada de Mussumba, a capital da Lunda, na década de 1880” (WHEELER, 2016a, p. 54).

Outros povos que firmaram raízes no interior de Angola foram os comerciantes ovimbundo, que se deslocaram para Angola do norte e do leste para o planalto de Benguela e o reino de Cuanhama, que se tratava de uma etnia do grupo de língua bantu e que habitaram a região árida a leste do rio Cunene, adjacente à fronteira meridional da África Ocidental (WHEELER, 2016a).

Todos esses reinos, além de diversos outros povos primitivos e de outros que migraram para o território angolano, antes da ocupação portuguesa, contribuíram para a consolidação e evolução de diversos grupos na região:

Segundo a opinião de vários investigadores, os Bantos começaram a chegar a Angola por volta do séc. XIII. Todo o conjunto cultural étnico de Angola actual é a expressão do posterior desenvolvimento da riqueza cultural criada pelos Bantos numa série de regiões. Hoje, a população banto de Angola abrange de 90 a 100 grupos etno-linguísticos e pode ser dividida nos seguintes nove grandes grupos: Bacongós, Quimbundos, Ovibundos, Linda-Tchokué, Nganguelas, Nhanecas-Umbes, Ambós, Hereros, Xindongas (FITUNI, 1985, p. 42).

Vale mencionar, ainda, que os portugueses não foram a primeira nação a ter contato com os povos africanos, uma vez que os árabes já praticavam o comércio negreiro, transportando escravos para a Arábia e para os mercados do Mediterrâneo, indicando que, mesmo antes das grandes navegações europeias, o continente africano já tinha contatos com os europeus (PEREIRA, 2014, p. 40).

Pereira (2014) explica que no século XIV os europeus expansionistas começaram o processo de exploração do continente africano, com a necessidade de encontrar caminhos alternativos para o Oriente, que na época produzia valiosas especiarias, por meio de rotas terrestres. Em busca de acúmulo de metais preciosos para o tesouro real, a política do mercantilismo:

levou à formação de um sistema colonial em que a exploração das colônias vinculava-se fortemente à acumulação de capitais, tanto por parte da burguesia, que se beneficiava do comércio colonial monopolizado (o chamado Pacto Colonial), como por parte do Estado, que recolhia tributos. O tráfico negreiro, fornecedor de mão de obra necessária para a produção nas recém-descobertas colônias americanas, por sua vez possibilitou elevados lucros para ambos. Nos séculos XIV e XV, os comerciantes italianos que não conseguiam competir com os venezianos viram bloqueadas as portas no Mediterrâneo oriental e no ocidental. A única alternativa seria o norte da África. No entanto, não possuíam barcos nem experiência adequada. Coube aos portugueses e à sua capacidade naval a possibilidade de combinar capital e experiência atlântica. Assim, a expansão marítima, organizada de forma sistemática pelos lusos, começou com a conquista da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415. A partir desse momento, Portugal lançou-se a uma série de campanhas de conquista em território mouro. (PEREIRA, 2014, p. 40-42).

2.2. Colonização de Portugal

Como denuncia Hare (1999, p. 34) o período colonial teve início em 1483 e fim em 1975. Esse longo período iniciou com os portugueses aportando pela primeira vez no litoral angolano, caracterizou-se pela exploração da terra e do povo, por meio da escravatura.

Para melhor entender a história de Angola é importante estudar sobre o contexto de Portugal da época. Quando Portugal se tornou um reino independente, em meados do século XII, despontou uma disputa por conquistas de territórios e expansão marítima. As rotas que se dirigiam ao Mediterrâneo ou ao Norte da Europa já eram intensamente percorridas por barcos portugueses há muito tempo, os quais eram incentivados principalmente por mercadores e navegantes italianos (SOUSA, 2015).

O autor destaca que a dinastia de Avis, que governou Portugal de 1385 a 1580, teve importância ímpar na história do país, especialmente no que diz respeito à expansão marítima. A partir do ano de 1415, Portugal iniciou, com a tomada da cidade marroquina de Ceuta, um breve período em que se tornou líder mundial na navegação, exploração, conquista e comércio em três continentes (WHEELER, 2016a, p. 37), como detalha Pereira (2014, p.42):

A conquista de Ceuta representou a abertura, para o Reino de Portugal, das portas ao domínio do comércio que aquele porto exercia. Em 1434, os portugueses ultrapassaram o Cabo Bojador, na costa do Saara Ocidental. A partir de então, o avanço lusitano para o sul seria permanente. Após seu regresso de Ceuta, o Infante Dom Henrique fixou-se em Sagres, onde se desenvolveram novos métodos de navegar, desenharam-se cartas e adaptaram-se navios. O processo de exploração português avançou em

diferentes etapas. A primeira dessas fases durou aproximadamente quinze anos, tempo necessário para reunir forças para ultrapassar o Cabo Bojador. Depois, mais dez anos foram necessários para explorar a costa saariana. Por último, fez-se necessário um período mais amplo para que os navegadores portugueses compreendessem o valor dessas descobertas e suas reais possibilidades comerciais.

Nesse período conhecido como o “Século Maravilhoso”, com o avanço da exploração marítima pelos portugueses e com o avanço das técnicas de navegação, ocorre o primeiro contato entre lusitanos e os reinos situados no território africano. Esse primeiro contato ocorreu mais especificamente em 1482, quando uma frota portuguesa, comandada por Diogo Cão, chega à foz do Congo, que, naquela época, pertencia ao grande Reino do Congo, que se estendia para norte até o rio Ogué (atual Gabão), do Sul até o rio Cuanza, e do Leste até o rio Cuango (FITUNI, 1985).

Fituni (1985, p. 69) ainda esclarece que, tão logo Diogo Cão obteve um acordo com o rei do Congo para convencê-lo a unir-se a Portugal, regressou à sua pátria e retornou ao Congo em 1491, mas acompanhado de muitos padres católicos que realizaram uma intensa atividade missionária. A respeito da catequização do povo africano, Nuno Gonçalo Monteiro (2015, p. 211-212) nos conta:

(...) Diogo Cão dedicou-se também à exploração do estuário do rio Zaire, estabelecendo contactos regulares com o potentado local, chamado pelos portugueses de rei do Congo. Em parte com base numa sucessão de equívocos, presumiu-se que teria aderido à fé cristã, na sequência do que se enviou eclesiásticos para a região e se fez algumas tentativas de formação religiosa de africanos trazidos para Lisboa. Foi este o ponto de origem do futuro bispado de Congo-Angola. No entanto, o tráfico de escravos, que era suposto ser efectuado através da mediação dos africanos convertidos à fé católica, não impediu os portugueses de reduzirem mesmo estes últimos à escravatura, o que deu origem a numerosos conflitos.

É a partir de 1506 que a relação entre Portugal e o reino do Congo evoluem “quando o comércio de escravos teve um grande impulso, tendo em vista que os portugueses precisavam de mão de obra barata para as grandes plantações de cana-de-açúcar, que estavam estabelecendo no Brasil” (VISENTINI, 2012, p. 46).

Em 1520, os portugueses receberam ordem para visitar e converter ao cristianismo o N’Gola do Ndongo, retornando posteriormente, em nova missão, em 1560, sob a liderança do neto do navegador Bartolomeu Dias, Paulo Dias de Novais. No entanto, ao contrário do rei do Congo, N’Gola não tinha interesse no cristianismo, mas apenas nos bens materiais lusitanos, o que gerou uma série de conflitos entre os

missionários e aquele povo africano, razão pela qual, após Dias Novais convencer o rei de Portugal a patrocinar uma expedição de conquista do Ndongo à força, os portugueses retornam ao território para conquistá-lo, sendo Dias Novais nomeado, em 1571, proprietário sucessório da colônia que se estendia da foz do Cuanza para o sul ao longo de cerca de 270 km. (WHEELER; 2016b, p. 68-69)

Enquanto isso, a relação entre portugueses e o Congo aproxima-se ainda mais em 1568, quando o reino do Congo solicita auxílio a Portugal para defender-se de ataque realizado pelo povo Jaga. Nesse sentido, os portugueses são enviados para expulsar os invasores e, com seu êxito, passam a ocupar o reino do Congo e conquistam terras mais ao sul, o que facilitou o ataque e a futura conquista da colônia de Angola (VISENTINI, 2012, p. 46).

Com a chegada à ilha de Luanda os portugueses conseguiram estabelecer um pequeno povoamento nas encostas mais altas com vista para a baía de Luanda, o que se tornaria a cidade capital de Angola (WHEELER, 2016b, p. 69).

Com diversas terras conquistadas por portugueses e com a fundação de Luanda, em 1575, foi iniciado um sistemático aprisionamento e tráfico de escravos, gerando consternação de diversos reinos da região que se opuseram à ocupação lusitana. Esses conflitos, aliados à escravidão, reduziram consideravelmente a população angolana (VISENTINI, 2012, p. 46).

O período colonial tinha como objetivo utilizar Angola essencialmente como uma fonte de escravos para as plantações de cana-de-açúcar no Brasil, o que motivava os portugueses a adentrarem ao interior do continente africano em busca de mais escravos, uma vez que os recursos humanos das regiões do litoral estavam esgotados (FITUNI, 1985, p. 71-72).

Durante o primeiro século de ocupação em Angola, em poucas oportunidades houve mais de mil europeus residindo no território, mas os portugueses logo expandiram a quantidade de residentes através da miscigenação, surgindo um novo tipo de angolano, o mestiço afro-português, também chamado de mulato ou pardo ou fusco, os quais não tardaram em participar das guerras angolanas como soldados ou mesmo como comandantes portugueses (WHEELER, 2016b, p. 70).

O sistema de administração portuguesa em Angola tinha as seguintes características: foi estipulado o costume de os vassallos africanos pagarem tributo ou

taxas aos portugueses que geralmente eram pagas em escravos, marfim, uso de carregadores ou, mais tarde, em dinheiro. Além disso, havia a organização de exércitos de mercenários ou auxiliares que combatiam pelos portugueses, sendo a organização denominada de guerra preta, que contribuiu sobremaneira com a sobrevivência portuguesa em Angola (WHEELER, 2016b, p. 71-72).

Durante esse período, fora do território angolano e paralelamente às conquistas lusitanas no continente africano, ingleses e franceses cobiçavam o tráfico colonial português, mas os holandeses foram os principais interessados e agiram de forma a tentar conquistar, diretamente da fonte, os produtos exóticos a que os portugueses tinham acesso, o que levou à uma guerra que se estendeu da África à Ásia e que durou cerca de setenta anos (MONTEIRO, 2015).

E é nesse contexto que os portugueses enfrentaram grande resistência por parte de africanos e outros europeus: bantus e holandeses tomaram Luanda em 1641 e mantiveram-se no poder até 1648. Em 15 de agosto de 1648, Portugal reconquista o território, que ficaria conhecido como o reino de Angola, situado entre o rio Cuanza e o Reino do Congo. No entanto, após a retomada do território pelos portugueses, considerando que os holandeses haviam expulsado o povo lusitano e que não mais cobravam impostos dos africanos, os conquistadores de Portugal tinham uma enorme tarefa de reconquista e retomada do poder, que foram seguidas de sangrentas guerras ao longo da história (WHEELER, 2016b, p. 73). O autor menciona que com a retomada do território angolano por Portugal, logo é restaurado o comércio de escravos para o Brasil.

Wheeler (2016) apresenta estimativas sobre o número total de angolanos enviados a outros territórios como escravos, indicando que aproximadamente 4 milhões de africanos foram levados de Angola como escravos ao longo dos séculos, o que explicaria o fato da população de Angola ser escassa mesmo no século XX (WHEELER, 2016b, p.73). A respeito do tráfico de escravos Doringny e Gainot (2017, p.28):

Quatro países garantiram mais de 90% de todo o tráfico transatlântico de escravos: Portugal com 4.650 milhões de cativos transportados, seguido pela Inglaterra (2,6 milhões), pela Espanha (1,6 milhões) e pela França (1,25 milhões). O caso de Portugal é excepcional: apesar de seu pequeno porte, esse país desempenhou o papel principal no povoamento africano do continente americano. Os navegadores portugueses, além de terem sido os primeiros a fundar feitorias na África desde o século XV, impuseram-se no interior de imensos territórios (Angola e Moçambique). Tendo tomado posse

do Brasil, eles transformaram esse território em agente ativo do comércio negreiro: aliás, seria preferível falar em tráfico luso-brasileiro de escravos.

Nesse sentido, não há como deixar de mencionar que a história econômica do Brasil colonial se estruturou sobre três grandes pilares: além da dependência externa e do latifúndio, a escravidão foi uma das relevantes bases da economia colonial brasileira. Devido à entrada de milhões de escravos africanos até o século XIX, vindos da Guiné, Moçambique e, principalmente, da Angola sendo que os principais portos negreiros brasileiros foram, nos séculos XVI e XVII, os de Pernambuco e da Bahia (PEREIRA, 2014, p. 51).

O comércio de escravos por Portugal, no entanto, começa a perder forças em razão de crescentes pressões britânicas que geraram, em 1836, a proibição oficial do tráfico de escravos e a abolição da escravidão em Angola, em 1878 (VISENTINI, 2012, p. 46). Tais fatos resultaram na criação de limites territoriais da Angola portuguesa e das demais colônias na África. O processo de formação das atuais fronteiras de Angola foi determinado pela Conferência de Berlim (1884-1885), como explica Fituni (1985, p. 72):

Nas últimas três décadas do século XIX, Portugal perdera completamente o seu poderio de tempos idos. Um país atrasado, estrangulado pelas sobrevivências do feudalismo, não podia concorrer em pé de igualdade com as principais potências imperialistas (Inglaterra, França, Alemanha). Manipulando habilmente e jogando com as contradições das grandes potências, Lisboa conseguia aguentar vastas possessões coloniais em África. No entanto, perante ela pairava permanentemente a ameaça de que estas passassem para a posse dum rival mais forte em pilhagem colonial. O ponto culminante desta luta imperialista pela posse da África deu-se com a Conferência de Berlim realizada em 1884-1885. Precisamente neste período foram também definitivamente fixadas as fronteiras da possessão portuguesa no Sudoeste Africano – as actuais fronteiras de Angola. [...] No período compreendido entre 1885 e 1926 as fronteiras de Angola foram fixadas com precisão nos acordos havidos com a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Bélgica e mais tarde com a União Sul-Africana. Em 1905, tendo o rei da Itália por mediano, Portugal e a Inglaterra regularizaram os seus problemas de fronteira controversos, que diziam respeito à demarcação dos limites de fronteira entre a colônia portuguesa e a Rodésia do Norte. O último problema de fronteiras constituía a fixação dos limites entre o território sob mandato da União Sul-Africana, Sudoeste Africano e Angola. Foi conseguido acordo sobre essa questão em 1926. E é desse tempo a delimitação definitiva das fronteiras de Angola.

Após a Conferência de Berlim e a abolição da escravatura em Angola, os portugueses fizeram diversas tentativas agrícolas com o objetivo de encontrar um produto que substituísse os escravos, tendo o café importante papel nesse processo,

ganhando relevância na economia angolana. No entanto, diante da inexistência de escravos, surgiu o problema da pouca mão de obra barata para o trabalho nas fazendas de café. A solução encontrada foi a instituição do trabalho forçado em Angola, que durou de 1878 até 1961, com a finalidade de estabelecer um sistema legal que previa a submissão de angolanos desocupados a trabalhos compulsórios (VISENTINI, 2012). Essa intensa exploração dos angolanos pelos portugueses foi discutida por Wheeler (2016b, p. 76):

O contacto português com Angola praticamente começou e acabou em guerra. É verdade que até 1575 as relações dos portugueses com os africanos foram essencialmente pacíficas. Mas a partir de 1579 a nova política portuguesa de penetração em Angola foi iniciada por uma campanha militar que desencadeou uma série de guerras, as quais se prolongariam durante um século. Mas a guerra não acabou no século XVII: pelo contrário, em quase todos os anos decorridos desde 1579 até 1921 a guerra foi a regra, não a excepção. (...) Os raros anos de paz chegariam no século XVIII, seguindo-se mais alguns anos no início do século XIX e depois o período de 1921-61.

A sociedade africana, em especial o povo angolano sempre foi uma grande fonte provedora de escravos aos países europeus e suas colônias. Essa exploração continuou inclusive após a proibição da escravidão com o trabalho forçado. É nesse contexto, portanto, que o povo angolano passa a se opor aos mandos e desmandos dos colonizadores portugueses, desencadeando diversos conflitos até a independência de Angola.

2.3. Anticolonialismo: Lutas até a Independência

Enquanto os portugueses dividiam o território e tentavam consolidar sua autoridade, diversos grupos estrangeiros começaram a se estabelecer em Angola, foi o caso dos viajantes bóeres¹⁹, que se instalaram no sul do território. Além destes, havia exploradores, agentes, homens de negócios, soldados e comerciantes alemães e missionários protestantes estrangeiros, que fundaram diversas missões, hospitais e escolas. Todos esses grupos, em diversas oportunidades, entraram em conflitos com

¹⁹ Entre o final do século XVII e início do XVIII, um grupo de fazendeiros de origem holandesa lutou contra o domínio dos ingleses em territórios africanos. Conhecidos como *Böers* (Bôeres, em português), parte deste grupo também descendia de calvinistas franceses, alemães e escandinavos e localizavam-se na região do Cabo (África do Sul), onde mantinham suas colônias e criaram o africâner (idioma neerlandês com inglês e malaio) (ARAÚJO, 2019).

os portugueses sobre questões relacionadas à soberania e ao controle nacional daquele país (WHEELER, 2016c, p. 117).

A exploração frequente do povo de Angola e a chegada dos grupos estrangeiros geraram revolta contra os colonos lusitanos e, em 1902, os angolanos tentaram expulsar os portugueses de suas terras, mas a Guerra do Bailundo - como foi designada -, foi rapidamente encerrada pelas forças portuguesas na colônia (HARE, 1999, p. 34).

As ameaças ao poder português não vieram apenas do exterior e da reação à exploração da mão de obra angolana, como aponta Wheeler (2016d, p. 136-137):

As ameaças internas compõem um quadro que está longe de ser simples, pois os registros apontam para uma interação de múltiplas perspectivas e interesses. Uma história de Angola feita exclusivamente a partir da perspectiva de Lisboa ou do interesse dos africanos não poderá proporcionar uma visão completa dos interesses em disputa entre os vários povos presentes em Angola. Como já vimos, desenvolveu-se um conflito natural entre o governo, em Lisboa, e as autoridades, em Angola. Para além disso, os comerciantes e agricultores portugueses raramente concertavam com Lisboa aquilo que se considerava serem os verdadeiros interesses de Angola. Outro foco de oposição forte a Lisboa veio das elites angolanas, bem como das comunidades angolanas tribais. Apesar de as queixas dos colonos serem de natureza eminentemente económica, o conflito de interesses não limitava às questões económicas. Pelo contrário, o conflito esteve sempre latente em quase todas as facetas da atividade colonial: na lei, na educação, na indústria, na agricultura e nos transportes.

Após a Conferência de Berlim, em resposta às revoltas e insatisfações demonstradas pelos angolanos, os portugueses iniciaram uma série de guerras, chamadas de “campanhas de pacificação”, cujo objetivo era subjugar os povos de Angola por meio da destruição de todas as autoridades tradicionais africanas restantes, através do estabelecimento de povoamentos controlados e da manutenção de diferenças entre grupos étnicos. Esse projeto de destruição visava fragmentar as ligações tradicionais e costumes, bem como enfraquecer quaisquer indicações de unidade, como crenças religiosas e laços linguísticos entre as comunidades africanas (VISENTINI, 2012, p. 47).

Embora Portugal tenha respondido violentamente às tentativas de insurgência, a resistência angolana persistiu, ganhando maior relevância com o surgimento do nacionalismo territorial em Angola a partir do momento em que os angolanos em geral, independentemente de raça ou grupo étnico, começaram a protestar e a resistir de um modo coletivo, com três grandes grupos participando desse movimento: príncipes

e chefes bacongos rebeldes, movimentos de colonos europeus e angolanos assimilados ou civilizados (WHEELER, 2016d, p. 138).

Enquanto isso, mais precisamente em 1910, em Portugal ocorreu a substituição do sistema monárquico para o republicano que provocaram significativas mudanças políticas, sociais e econômicas no país (RAMOS, 2015). Nesse período republicano, de 1910 a 1926, Angola teve alguma liberdade política, pois foi quando surgiu os primeiros movimentos políticos africanos: a criação do Partido Reformista de Angola em 1910 e a Liga Angolana em 1912, que tinham como bandeira unicamente terminar com a escravidão, sem reivindicar a descolonização, só surgindo movimentos nesta linha a partir de 1950 (VISENTINI, 2012).

No entanto, essa aparente autonomia de Angola em razão das mudanças que ocorriam em Portugal favoreceram a instabilidade, pois enquanto os portugueses viviam sob forte onda de violências, greves, assassinatos, desastres econômicos e sob custos da participação na guerra, Angola sofria diversas revoltas que ocorreram em praticamente todos da república portuguesa (WHEELER, 2016e, p. 173).

Indira Monteiro (2012, p. 24) ainda relata outro problema que ocorria no território angolano durante esse período:

(...) a partir de 1900, apesar do alto índice de natalidade, havia uma redução paulatina da população da colônia de Angola. De um lado, essa diminuição pode ser resultado das guerras de ocupação, da expropriação fundiária e de gado e da emigração para os territórios vizinhos. De outro lado, os péssimos resultados agrícolas, especialmente revelados pelas secas cíclicas que atingiram as populações em períodos de um a três anos e pelas pragas de gafanhotos (em 1898), além dos ciclos de fome constante (de 1911 a 1916), provocaram mortes, êxodo, baixa na produção agrícola e surtos epidêmicos.

Essa instabilidade no território angolano foi agravada ainda mais com a queda da democracia em Portugal, em 1926, e a implantação do Estado Novo sob a liderança de António de Oliveira Salazar, em que houve grandes mudanças na política entre colônia e colonizador. O regime salazarista encerrou a existência autônoma das organizações africanas, que passaram a sofrer ingerência estatal e foram reduzidas ao mero *status* de “clubes de cultura”. No entanto, uma minoria de africanos escolarizados passou a criticar ainda mais o regime colonial nas décadas de 1940 e 1950 (VISENTINI, 2012).

Em 1947, surge o grupo que atuava com o tema: “Vamos Descobrir Angola”, que dá origem ao Movimento dos Jovens Intelectuais de Angola, do qual António Agostinho Neto – Agostinho Neto - foi elemento integrante, embora vivesse em Portugal. (VENTURA, 2014).

O movimento rejeitou adesão total à cultura nacional portuguesa e buscou redefinir o passado e planejar o futuro angolano. Seus integrantes passaram a investigar documentos antigos e encontraram vestígios do nacionalismo angolano entre 1870 e 1930, identificando traços da cultura africana. Além disso, os poetas militantes, dentre eles Agostinho Neto, influenciaram movimentos com temas relacionados à negritude e ao protesto político da escola africana francesa (WHEELER, 2016f).

Esses movimentos sociais, políticos e culturais inflamaram ainda mais os grupos nacionalistas a reivindicarem a independência do território angolano. Na década de 1940-1950, aumentam as críticas contra o regime colonialista e é fundado o Partido Comunista de Angola, a partir de Portugal, que trouxe a ideologia marxista e ideias revolucionárias. Em 1950 foi criado em Lisboa o Centro de Estudos Africanos, onde se reuniam os principais líderes dos movimentos de libertação, como Agostinho Neto (VISENTINI, 2012).

A partir da década de 1950, muitos angolanos começam efetivamente a exigir a extinção do domínio português por meio da organização de diversos movimentos (CARREIRA, 1998). Um dos relevantes grupos clandestinos criados nessa época foi o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) o qual reuniu jovens marxistas do Partido Comunista Angolano. O partido, entretanto, durou pouco tempo: em dezembro de 1956 reuniu-se a outras organizações clandestinas menos conhecidas para formar o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (WHEELER, 2016f). O movimento era urbano e liderado por Agostinho Neto, tinha orientações marxistas e ajuda da União Soviética (VISENTINI, 2012).

Fituni (1985) revela que a criação do MPLA significou o início de uma nova etapa na luta contra o colonialismo e que já no documento denominado de Manifesto de 1957 o grupo reivindicava que a luta revolucionária era a única forma de libertação de Angola. No entanto, por conta de divergências políticas e culturais dentro do próprio MPLA, alguns membros opositores formaram um novo grupo denominado Frente Nacional Para Libertação de Angola (FNLA) (CARREIRA, 1998, p. 27).

Criada em 1962, a FNLA foi o segundo maior movimento de libertação de Angola, cujo líder foi Holden Robert. Usava a bandeira racial, ao contrário do MPLA. Era sustentado pela população de Bakongo, norte de Angola. Não defendia uma linha política e era centrada na figura de seu líder. Tinha suas bases no Zaire (VISENTINI, 2012).

A pesquisadora Carreira (1998) ainda revela que as divergências dos membros do MPLA continuaram e os membros que se encontravam ao sul formaram um outro partido: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Esse terceiro grande movimento foi criado em 1964 por Jonas Savimbi. Segundo Visentini (2012), a UNITA tinha as seguintes características: seus principais membros eram de etnias do Sul, eram militarmente muito fracos e tinham sua base na Zâmbia.

Vale mencionar ainda um outro grupo criado nessa época que, embora não tenha a mesma relevância histórica que os outros três movimentos referidos, também contribuiu significativamente com o movimento nacionalista, além de ter especial importância ao presente trabalho: Organização da Mulher Angolana (OMA). Como ensina Indira Monteiro (2012, p. 29):

Em 1962, foi criada a Organização da Mulher Angolana (OMA), considerada a primeira estrutura específica do país para tratar de assuntos pertinentes à mulher, em pleno período de luta armada anticolonial. Seus objetivos estavam relacionados à ampliação do papel da mulher com participação em órgãos decisórios e no suporte à campanha nacionalista. Realizavam-se também ações de formação para as angolanas que faziam parte do partido Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), protegendo-a nas questões familiares, de saúde e de justiça.

Claudio Bartolomeu Lopes (2010, p. 65) relembra os fatores que legitimaram a criação desses movimentos pró-independência:

No decorrer da colonização, Angola viveu diferentes momentos de conflitos sociais, políticos e econômicos, em decorrência da busca pela independência. Luta esta travada pelos legítimos proprietários da terra para acender efetivamente e por direito a um território que originariamente já era deles. [...] Esse processo acirrou-se consideravelmente a partir de 1961 quando os partidos políticos, MPLA (partido majoritário no poder desde 1975), UNITA (conhecido como o partido do Galo Negro) e a FNLA uniram-se com um objetivo único de conquistar a independência do país, fato este que foi celebrado em 11 de novembro de 1975.

Durante o desenvolvimento da luta pelos movimentos em questão, ocorreram várias crises no relacionamento desses grupos, pois tinham bases ideológicas

distintas. A FNLA era apoiada pelo Zaire, Estados Unidos (EUA) e China, e a UNITA, pela África do Sul, China e pelas próprias autoridades portuguesas. Ambas eram movimentos moderados e pró-ocidentais de base étnica do Norte (bacongós) e do sul (lunda, ambó e nganguela), respectivamente. Já o MPLA tinha apoio dos cubanos e soviéticos e seguia uma ideologia marxista, de base urbana e interétnica, mas com predominância dos quimbundos e ovimbundos, da região central e litorânea (VISENTINI; RIBEIRO, 2014, p. 131). O MPLA, ao contrário do FNLA e da UNITA, procurava unir todos os povos angolanos contra o colonialismo português, e sua ação revolucionária somada ao apoio das massas permitiu ao movimento, segundo Fituni (1985, p. 77) a obtenção da vitória na guerra pela independência e a ascensão ao poder.

O MPLA foi o primeiro a iniciar as ações revolucionárias de luta pela independência, em 1959. Como consequência, Portugal reprimiu manifestantes desse grupo em Luanda, por meio de prisão e envio de membros para Cabo Verde (VISENTINI, 2012). Entretanto, a repressão foi vista como uma vitória do grupo, pois, a partir disso, o MPLA ganhou mais visibilidade e reconhecimento e, assim, passaram a se organizar consolidando-se como uma guerrilha urbana.

Em junho de 1960, Agostinho Neto é preso e seu encarceramento motiva uma das primeiras rebeliões angolanas contra o sistema colonial português. As revoltas continuaram com ataques de populações das periferias ligadas ao MPLA à cidade de Luanda, em 1961, e às principais prisões da capital, numa tentativa de libertar os presos políticos. As ações, no entanto, foram reprimidas (VISENTINI, 2012). Carreira (1998) menciona que os ataques promovidos à Luanda, em 1961, se estenderam rapidamente por todo o país e se transformaram em verdadeira guerrilha sangrenta. Essas ações motivaram Portugal a adotar uma série de medidas, como aponta Justin Pearce (2017, p. 58):

Os portugueses reagiram às manifestações de resistência do início da década de 1960 promovendo reformas e intensificando a repressão. Entre as primeiras, contam-se a abolição do trabalho forçado e a revogação do <Estatuto do Indígena>. Em simultâneo, o governo adotou medidas acrescidas para incrementar a colonização branca e intensificou a campanha militar contra a guerrilha, recorrendo inclusivamente à contra-subversão, enquanto a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) mantinha a população civil sob vigilância. Todavia, a mentalidade colonial dos portugueses manteve-se irredutível em dois aspectos. O primeiro foi a insistência na integridade do império e, por conseguinte, uma recusa em tolerar a atividade nacionalista nos territórios coloniais, o outro foi a visão do

império como um projecto de modernização ligado ao aumento da colonização branca.

Anabela Cunha (2011) menciona que a partir dos eventos ocorridos em 1961 é que o povo angolano vê como única saída para conquista da independência a revolta armada, assim passaram a fazer uso de técnicas clandestinas, fugas, ações militares, exílio, manobras políticas e busca de apoios diplomáticos.

Durante a década de 1960 o MPLA passa por uma forte reestruturação, quando Agostinho Neto assumiu a liderança do movimento. Isso desencadeou uma série de divisões internas que culminaram no enfraquecimento do movimento e no abalo de sua credibilidade no âmbito internacional (VISENTINI, 2012, p. 52).

O MPLA começa a se reerguer apenas em 1964, quando consegue estabelecer base no enclave de Cabinda e a receber auxílio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A partir disso é que a imagem do movimento volta a melhorar no continente africano e é significativamente ampliado com a chegada de assistência de Cuba. A UNITA também inicia sua participação na luta pela independência, em 1966, com a abertura de uma frente na região leste do país, assim como o MPLA, em 1968 e 1969, seguiu ampliando o movimento e abrindo novas frentes de grupos militares (VISENTINI, 2012).

Segundo Visentini (2012), no final da década de 1960, a distribuição dos três movimentos se deu da seguinte forma: o MPLA concentrava-se no noroeste do país, entre Luanda e Malange e no leste, na fronteira com a Zâmbia, além da região de Cabinda; a FNLA situava-se no nordeste do país e em uma pequena área ao leste, na região de Luanda, também fazendo fronteira com o Zaire, e a UNITA encontrava-se na região centro-leste do país, entre o MPLA e a FNLA a leste, e entre as forças portuguesas a Oeste. Essa divisão geográfica colocou a UNITA cercada e não restou alternativa a Savimbi senão realizar um acordo com as forças portuguesas em 1971, acordo conhecido como Operação Madeira, que consistia em permitir à UNITA permanecer em um território delineado pelos portugueses, enquanto o movimento revolucionário, em troca, fornecia informações sobre as movimentações dos outros grupos de libertação e os combatia ao lado dos colonos lusitanos (VISENTINI, 2012).

Todas essas ações pela independência finalmente provocaram os efeitos positivos pela resistência angolana no início da década de 1970, o que também estava

relacionado com a Revolução Portuguesa de 1974, como ressalta Visentini (2012, p.55):

A estagnação econômica, a solidariedade internacional à luta pela independência e o desgaste militar português na África levaram ao êxito da resistência angolana. Porém, antes dos conflitos internos do MPLA se resolverem, um evento bem mais importante estava ocorrendo: a Revolução Portuguesa de abril de 1974. Este fato não apenas provocou uma mudança completa no regime político de Portugal, mas também ofereceu aos movimentos de libertação das colônias a oportunidade para reivindicar a independência e acabar com as guerras contra Portugal. Em julho de 1974, o General Spínola anunciou que novo regime português concederia a independência às colônias africanas.

Sem desconsiderar a importância de todas as lutas e disputas travadas pelos movimentos revolucionários angolanos, a independência do país em relação a Portugal deve ser compreendida à luz das mudanças políticas ocorridas em Portugal, decorrentes do contexto da Revolução dos Cravos de 1974.

2.3.1 A Revolução dos Cravos de 1974

A Ditadura Nacional (1926-1933) e o Estado Novo de Salazar e Marcelo Caetano (1933-1974) foram, conjuntamente, o mais longo regime autoritário na Europa Ocidental durante o século XX, estendendo-se por um período de 48 anos. A queda da ditadura portuguesa ocorreu em abril de 1974, com a revolta denominada Revolução dos Cravos, dos oficiais insatisfeitos com o governo de Marcelo Caetano (RAMOS, 2015).

A instalação desse regime de exceção tem origem em 1910, quando a Monarquia Constitucional é derrubada e há a implantação da Primeira República Portuguesa. Esse período republicano foi marcado por problemas econômicos e políticos e, na década de 1920, muitos discursos conservadores e autoritários passaram a ganhar voz como saída à instabilidade vivida em território português. A estagnação do país frente aos problemas mencionados e o crescimento de ideologias conservadoras resultaram em um golpe de militares em 1926, instalando-se novamente um período ditatorial em Portugal (SILVA, 2019).

Em 1932, António de Oliveira Salazar é designado como o novo presidente da República Portuguesa, representando interesses de reacionários, de latifundiários, da

burguesia e do clero (RAMOS, 2015). Salazar, após a Segunda Guerra Mundial, direcionou suas forças para tentar demonstrar à comunidade internacional que os territórios africanos colonizados em nada se diferenciavam do território português e que, na verdade, faziam parte de Portugal como um país único, como reforça João da Costa Pinto (2009, p. 450):

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o regime fascista salazarista do Estado português obrigou-se a uma nova definição estatutária para a caracterização de suas colônias espalhadas pela África e pela Ásia. António de Oliveira Salazar sabia que, se não tomasse providências urgentes naquele momento de redefinição do desenho geopolítico internacional, os espaços coloniais portugueses poderiam sucumbir perante as novas concepções liberalizantes dos autonomismos nacionalistas (África e Ásia, principalmente). Essas concepções, formuladas na década de 1940, se consumariam como práticas políticas efetivas na década de 1950 até meados da década de 1970.

No entanto, como já referido essa ingerência portuguesa na colônia angolana culmina em diversas revoltas por grupos rebeldes que começavam a se formar no país africano. Em 1961, Portugal enfrentou diversas insurreições em Angola e na Índia por recusar-se a abrir mão de suas colônias. Em 1968 pouco mais de um terço do orçamento português era consumido com o exército, ocupado em defender Angola, Moçambique e Guiné contra os movimentos revolucionários (RAMOS, 2015, p. 680).

De acordo com Daniel Silva (2019) essas guerras coloniais, somadas aos problemas econômicos vivenciados em Portugal – claramente atrasado em relação aos seus vizinhos europeus –, gera grande desgaste do regime salazarista.

Não bastasse os problemas políticos e econômicos vivenciados, em setembro de 1968 Salazar é substituído do comando por Marcello Caetano em razão de problemas de saúde. (RAMOS, 2015). A alteração no comando português não gerou significativas mudanças no país e o governo continuou impopular, como melhor elucida Daniel Silva (2019):

Apesar da troca no comando do Estado Novo português, o regime continuou impopular na sociedade. As alas mais conservadoras do Estado Novo recusavam a permitir que reformas acontecessem no sentido de promover a abertura do regime. Por isso, uma ala do exército insatisfeita com a ditadura portuguesa organizou um golpe para derrubar Caetano.

Como adverte João Costa Pinto (2009, p. 452), o golpe sofrido por Caetano ironicamente ocorre quando Portugal começa a “ganhar economicamente com a

exploração intensificada de suas colônias, durante os anos 1960 e 1970, momento em que volta a participar efetivamente da economia internacional” .

Ramos também revela surpresa ao mencionar o golpe sofrido pelo regime ditatorial exatamente quando o país retoma o crescimento:

(...) ninguém até meados de 1973 previu a queda para breve do regime. Nunca se vivera tão bem em Portugal, com pleno emprego, subidas de salários e expansão do Estado social. As forças organizadas da oposição pareciam fracas e a situação militar em África não era dramática. (...) Havia, acima de tudo, apatia, mas o Governo ainda levava vantagem entre os que manifestavam opinião (RAMOS, 2015, p. 704).

Nesse contexto, Visentini (2012) explica que a Guerra Fria entre os EUA e a URSS levou à polarização internacional entre as duas potências e a uma severa crise econômica. No que tange à busca por aliados, cabe destacar que os soviéticos se aproximaram ainda mais de movimentos de libertação nacional e revolucionários do Terceiro Mundo, especialmente na década de 1970.

Especificamente em Portugal, durante esse período, os generais Costa Gomes, Kaúlza de Arriaga e António Spínola, protagonistas das discussões iniciais que originaram a Revolução dos Cravos, conspiravam contra o atual regime já há um longo tempo, dando cobertura a movimentos de contestação entre as patentes mais baixas para aumentar a pressão sobre o Governo. No entanto, Marcello Caetano, ao suspeitar dos generais em questão, despediu Costa Gomes e Spínola. O movimento contra o governo respondeu à demissão de Spínola com um pronunciamento e manifestações nas ruas portuguesas e, paralelamente ao evento, Kaúlza de Arriaga continuava com suas tentativas em convencer outros a exonerar Marcello Caetano. Esses acontecimentos, somados à crise política e econômica internacional, fizeram com que os ministros do Governo comesçassem a sentir um clima de descrédito do regime e da atual administração, ambiente propício ao golpe que estava sendo planejado (RAMOS, 2015). O golpe ocorreu em 25 de abril de 1974, e é chamado de Revolução dos Cravos, que adquiriu contornos populares e esquerdistas e colocou fim ao fascismo mais antigo no poder (RAMOS, 2015).

A revolução de 1974 recebeu o nome supramencionado em razão do cravo ter se tornado o símbolo do dia 25 de abril, uma vez que a população colocou a flor nas armas dos militares que atuavam naquele dia e que encerraram os 48 anos de ditadura no país. Nesse dia, foi instituída a Junta de Salvação Nacional, com a

nomeação de Spínola como Presidente da República e a data passou a ser conhecida como o Dia da Liberdade em Portugal (FALCI; SANTAFÉ, 2018).

A Revolução dos Cravos e a consequente queda do regime ditatorial português impactaram profundamente a autoridade política construída em Angola nos meses anteriores à sua independência. Pearce (2017) ressalta que os fatos ocorridos em Angola, em 1975, são frutos de uma crise de autoridade portuguesa decorrente da inversão de atitude em relação ao projeto imperial lusitano e das contradições entre a recusa do antigo regime em reconhecer as reivindicações políticas dos territórios africanos e a recusa do novo regime em assumir a responsabilidade pelas ações do seu antecessor.

O Movimento das Forças Armadas (MFA) portuguesas tinha a paz como objetivo de sua atuação em Angola. Em maio de 1974, Costa Gomes visitou Angola e pediu aos partidos políticos que se encontravam na clandestinidade ou que lutavam a se apresentarem, pois teriam toda a liberdade desde que cessassem as lutas. No entanto, os partidos independentistas não aceitaram colaborar, uma vez que eram muito fracos politicamente para arriscar eleições: o MFA ameaçou instalar um governo provisório em Luanda. Diante desses fatos e de outros que ocorriam nas demais colônias africanas, Costa Gomes concluiu que seria insensato continuar uma guerra na África em condições muito mais difíceis que antes do golpe da Revolução dos Cravos (RAMOS, 2015).

Nesse sentido, oficiais do MFA sabiam que continuar a guerra colonial era um objetivo inviável, motivo pelo qual eram favoráveis à descolonização integral. No entanto, Spínola não partilhava dos mesmos entendimentos do MFA, o que culminou em seu afastamento em setembro de 1974, sendo sucedido por Costa Gomes que anunciou o compromisso de Portugal com a descolonização (PEARCE, 2017).

Pouco antes de Spínola ser afastado, no entanto, já havia reconhecido o direito das colônias de Guiné e Moçambique à independência e à autodeterminação, mas ainda restava Angola. Com a substituição de Spínola por Costa Gomes, restava o impasse sobre a independência do povo angolano. Ramos (2015) explica que a única medida inicialmente adotada pelo novo governo português em Angola foi promover a UNITA e o MPLA para contrabalançar a força da União dos Povos de Angola (UPA)/Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Essa promoção de dois grupos revolucionários em detrimento ao FNLA e a instabilidade que assolava o país angolano naquele período, com a iminência do reconhecimento da independência de Angola, motivam colonos brancos, segundo Pearce (2017), a recorrerem à violência contra angolanos negros, enquanto a população mais pobre de Luanda reage organizando-se em comitês de bairro. Pearce ainda revela que essa mobilização urbana local estaria na origem do conflito entre o MPLA e a FNLA.

Em meio a essa instabilidade vivida em Angola, em janeiro de 1975 Portugal convida os três principais grupos rebeldes – MPLA, FNLA e UNITA – a formarem, juntamente com Portugal, um governo de transição até a proclamação oficial da independência, que ocorreria em 11 de novembro de 1975. Essa nova administração foi criada e reconhecida através dos chamados Acordos do Alvor²⁰, que estabeleceram um governo provisório de coalizão e que era composto pelos três partidos acima (VISENTINI, 2012). No entanto, os Acordos do Alvor nunca foram colocados em prática, como revela Hare (1999, p. 35):

Em janeiro de 1975, Portugal e os líderes dos três movimentos de libertação – Agostinho Neto do MPLA, Roberto Holden da FNLA e Jonas Savimbi da UNITA – assinaram os Acordos do Alvor, que estipulavam a calendarização e a organização da transição pacífica de Angola para a independência. Mas Portugal, terrivelmente ansioso por abandonar a colônia, mostrou-se extremamente relutante em se envolver em demasia no processo de descolonização, e o acordo nunca chegou a ser devidamente posto em prática. Os três movimentos de libertação depressa se envolveram em lutas pelo controle e do poder.

Ramos (2015) ressalta que a partir dos acordos celebrados, as forças portuguesas em Angola desempenharam um papel reduzido, com a desmobilização dos efetivos africanos, motivando os partidos armados angolanos a disputarem violentamente o poder.

Nesse sentido, MPLA, FNLA e UNITA, após o acordo de janeiro de 1975, passam a se envolver em diversas lutas, com o auxílio e intervenção de diversas potências estrangeiras, fomentando ainda mais as disputas e encerrando qualquer possibilidade de acordo entre os movimentos. O MPLA possuía o apoio da União Soviética e de Cuba, enquanto FNLA e UNITA receberam apoio principalmente dos

²⁰ Não há consenso acerca da exata denominação do acordo em questão. Alguns autores mencionam “Acordo do Alvor” (RAMOS, 2015, p. 719; WHEELER, 2016g, p. 359) enquanto outros “Acordos do Alvor” (VISENTINI, 2012, p.55; FITUNI, 1985, p. 79; HARE, 1999, p. 35).

EUA, China e África do Sul. Ao final da disputa, o MPLA, liderada por Agostinho Neto, triunfa sobre os outros dois movimentos e proclama, em 11 de novembro de 1975, a independência da República Popular de Angola. A FNLA parte para o exílio e a UNITA tenta reagrupar suas forças, estabelecendo um quartel general no extremo sudoeste de Angola (HARE, 1999, p. 35).

Ocorre que mesmo com a independência de Angola os conflitos não cessaram: enquanto o MPLA proclamava a independência da República Popular de Angola em Luanda, a FNLA e UNITA proclamavam, em Huambo, a independência da República Democrática de Angola, constituindo dois governos paralelos, os quais inicialmente não foram reconhecidos por Portugal. Somente em fevereiro de 1976 é que os lusitanos reconhecem a legitimidade do governo da República Popular de Angola, declarada pelo MPLA (VISENTINI, 2012).

Podemos perceber, assim, a dificuldade vivenciada pelo país angolano para conquistar sua independência. Nem mesmo com a declaração da independência de Angola, em 11 de novembro de 1975 – que já constava expressamente nos Acordos do Alvor celebrados pelos três principais movimentos angolanos – ocorreu pacificação e estabilidade no país, havendo a intensificação dos embates entre MPLA, FNLA e UNITA.

2.4. Lutas Pós-independência – Guerra Civil

Como demonstrado na seção anterior, a independência de Angola foi conquistada em razão de uma série de fatores ocorridos em Portugal e de diversas batalhas travadas em território angolano contra os colonos portugueses. Entretanto, a liberdade do país angolano não significou o fim das disputas pelo poder, visto que os três movimentos revolucionários passaram a disputá-lo mesmo após a Proclamação da Independência.

Visentini (2012) explica que a independência de Angola foi a de maior impacto internacional da África portuguesa, uma vez que era o país com maiores potencialidades econômicas e com expressiva minoria branca. Além disso, os colonos retiraram-se em massa em direção a Portugal, ao Brasil e à África do Sul, levando todos os bens móveis e privando o país de técnicos, além de sabotar quase todo

maquinário existente. Todo esse contexto, somado à crise que já havia no país, terminou em uma situação econômica desesperada que os angolanos viviam, com a produção e administração paralisadas.

O MPLA, portanto, estava incumbindo de administrar um país repleto de obstáculos:

Muitos desafios esperavam a administração do MPLA em Luanda. O colapso da autoridade portuguesa, a perda de vidas e a desordem provocada pela guerra civil, bem como o êxodo da maior parte da população europeia até finais de 1975, contribuíra para destruir a economia angolana. Embora houvesse alguns elementos da população africana aptos a assumir posições de chefia, faltavam quadros formados para a administração, o comércio e a economia. Apesar da tentativa de colmatar essas lacunas com pessoal enviado por Cuba, pela União Soviética, pela Alemanha de Leste, pela Polónia e por outros estados comunistas, a economia continuava num estado desastroso. Depois de um breve hiato na guerra civil em finais dos anos 70, a guerra voltou a alastrar em 1978, e a produção agrícola, industrial, pesqueira e mineira ficou praticamente paralisada. (WHEELER, 2016g, p. 362).

Como tentativa de reverter a situação econômica do país, umas das primeiras medidas adotadas pelo MPLA foi a nacionalização do Banco de Angola – antes controlado pelo Banco de Portugal – por meio da Resolução de 1976 e o confisco da principal financeira comercial do país, o Banco Comercial de Angola, que foi renomeado para Banco Popular de Angola, o que conferiu à nova administração 85% das operações bancárias do país. A situação do país começa a avançar quando todos os bancos operantes em Angola são estatizados e a antiga moeda é substituída pelo Kwanza que se torna a moeda oficial do país. Também há uma crescente melhora na economia após o Congresso do MPLA, em 1977, estabelecer novas metas econômicas, mas ainda faltava muito para que o país atingisse os níveis de produção do ano de 1973 (VISENTINI, 2012, p. 69-70).

Relativamente no campo social, conforme afirma Indira Monteiro (2012, p. 33), o MPLA começa a promover ações significativas ligadas à educação, baseando-se em princípios da universalidade, livre acesso e igualdade de oportunidades. O acesso à escola gratuita era defendido como forma de promover rápidas mudanças no quadro social do país, tendo a escola função de uniformizar as diferenças étnicas e culturais no país.

Ocorre que os gradativos passos dados pelo MPLA para sanar os problemas econômicos e sociais em Angola passaram a incomodar outros países que antes exploravam o país africano, como relata Fituni (1985, p. 89):

Os monopólios internacionais não estão dispostos a conformar-se com a perda da possibilidade de continuarem a explorar um País tão rico. As forças da reação vêem também neste novo Estado um fator de peso que contribui para a luta contra o racismo e o apartheid na África Austral. E precisamente por isso, o imperialismo não deixa de procurar intimidar Angola, pretendendo obrigá-la a desviar-se da via progressista do desenvolvimento escolhida.

Esse incômodo gerado aos países de primeiro mundo que exploravam Angola estava ligado principalmente ao principal produto do país: o petróleo. Segundo Visentini (2012), o petróleo era o maior produto de exportação do país e, em 1984, sua contribuição para a economia angolana era de 2 (dois) bilhões de dólares. Além disso, a cooperação com multinacionais petrolíferas era bem-sucedida e o MPLA não demonstrava sinais de pretender acabar com tal parceria no futuro, tendo em vista que o setor demandava mão de obra qualificada a qual era muito escassa em Angola.

Claudio Bartolomeu Lopes (2010, p. 65) sintetiza bem o fomento desses conflitos pelas potências estrangeiras em troca da exploração das riquezas do território angolano:

Tendo em conta que a guerra fria que foi bipolarizada pelos Estados Unidos e pela antiga União Soviética, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte, pelos Estados Unidos e pelo pacto de Varsóvia, pela União Soviética, cujo objetivo principal era o controle mundial por meio das frequentes exposições de seus arsenais bélicos, isso facilitou, em grande medida, a ampliação da guerra civil em todo o território angolano, pois essas grandes potências firmaram acordos com finalidade econômica e militar, que culminaram no fornecimento de armamentos e pessoal treinados para apoiar, e até mesmo fazer parte desse conflito, em troca do acesso à exploração de diamantes e petróleo em solo angolano.

Após acordos celebrados entre Cuba e Angola, em 1979, a África do Sul passa a realizar ataques sistemáticos e constantes às províncias angolanas de Cunene e Cuando-Cubango, especificamente entre 1981 e 1983, sob o argumento de que tropas cubanas em Angola constituíam uma ameaça para a Namíbia. Na verdade, a única intenção da África do Sul, segundo Fituni (1985) era manter a sua privilegiada posição estratégica, militar e econômica e das potências ocidentais naquele país. A partir desses ataques, os EUA, junto com a África do Sul, passam cada vez mais a apoiar

os grupos contrarrevolucionários (UNITA e FNLA) como instrumentos de agressão à Angola e seu governo.

Wheeler (2016g, p. 363-364) relata com mais detalhes o apoio recebido pela UNITA dos EUA e África do Sul:

[...] a UNITA revitalizou-se e reforçou-se. As forças armadas de Jonas Savimbi receberam novo apoio da África do Sul, que usou Savimbi para ajudar a África do Sul a combater o apoio do MPLA à SWAPO, um movimento armado sediado em Angola que combatia pela independência da Namíbia. Savimbi obteve o apoio da administração Reagan durante a maior parte dos anos 80. Logo a partir de 1981, mas sobretudo após a revogação da Emenda Clark (que proibia o auxílio americano aos rebeldes angolanos), Savimbi recolheu apoio sob a forma de fundos, armas e aconselhamento militar de várias organizações americanas, incluindo a CIA. [...] Uma nova dimensão da ameaça ao regime estabelecido em Luanda era o apoio renovado da África do Sul à UNITA a partir das suas bases no norte da Namíbia. Em Agosto de 1981, por exemplo, as forças armadas sul-africanas serviram-se da sua colónia para invadir a província de Cunene, em Angola, tendo continuado a ocupar zonas do extremo meridional de Angola até meados de 1985.

Esse apoio recebido pela UNITA fez com que o movimento reorganizasse suas forças e iniciasse novas ofensivas sistemáticas contra as cidades e estruturas controladas pelo governo administrado pelo MPLA (PEARCE, 2017).

Hare (1999, p. 36-37) relata que, ao longo da década de 1980, Angola tornou-se um peão na Guerra Fria, e a guerra civil no país, fomentada principalmente pelos conflitos entre MPLA e UNITA, não cessou mesmo após a celebração do Acordo Tripartido de 1988 – estipulou a retirada das tropas sul-africanas do rio Orange e a transição da Namíbia para a independência – e do Acordo de Gbadolite, em 1989 – que tinha como escopo cessar os conflitos entre os movimentos em questão –, uma vez que esses acordos nunca foram colocados em prática e rapidamente foram esquecidos.

Vale ressaltar que em meio aos constantes conflitos travados durante a guerra civil em Angola, Agostinho Neto faleceu de causas naturais em 10 de setembro de 1979 em Moscou, segundo a versão oficial. Sua filha Irene Neto, no entanto, admitiu posteriormente que havia fortes indícios de que seu pai veio a óbito por ter sido vítima de envenenamento (FRANCISCO, 2013). Com a morte do presidente Agostinho Neto, a presidência de Angola foi assumida por José Eduardo dos Santos, um engenheiro petrolífero treinado e formado na União Soviética (WHEELER, 2016g, p. 363). O novo

presidente assumiu em meio a guerra civil que cada vez mais se intensificava entre MPLA, UNITA e FNLA, após a independência de Angola em 1975.

No entanto, apesar do insucesso dos acordos de 1988 e 1989, os instrumentos contribuíram para uma nova retomada de negociações entre o governo de José Eduardo dos Santos e a UNITA, em 1990, com o escopo de restaurar o cessar-fogo permanente no país, sob a supervisão dos EUA, Portugal, URSS e ONU. As negociações são convertidas em acordo assinado em 1991, na cidade de Estoril, que incluía cessar-fogo, eleições no ano de 1992 e a criação de uma comissão para formar um exército nacional com tropas tanto do MPLA, como da UNITA e da FNLA (VISENTINI, 2012).

As negociações e o acordo em questão foram fomentados pela ONU, que estabeleceu uma missão específica para Angola com o escopo de sanar os problemas existentes naquele país. No entanto, na prática, a missão da ONU não demonstrou efetivo interesse na pacificação dos conflitos no país, mas sim uma intervenção visando uma rápida saída diante dos problemas gerados pelos EUA e Rússia, como refere Indira Monteiro (2012, p. 38-39):

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a segunda missão para Angola, a UNAVEM II (1991 a 1995), com a responsabilidade de observar e verificar o processo de desarmamento, apoiar a criação de um novo exército nacional único, supervisionar a desminagem, prover auxílio humanitário e facilitar a extensão da autoridade do Estado por todo o território angolano.

A intervenção da ONU mostrou que sua missão, definida como de verificação e de monitoramento, não era nem de construção de paz, nem de mediação, nem de manutenção de paz, nem de imposição de paz.

Como representante especial da ONU, Margaret Anstee argumentava que os países mais intimamente ligados a Angola queriam que a paz fosse restaurada mas desejavam uma “solução rápida”, particularmente as duas superpotências, as principais protagonistas da Guerra Fria. O resultado foi um acordo defeituoso desde o início, e um papel marginal para a ONU, fadado a ser ineficaz. Quando a Resolução 747 do Conselho de Segurança prolongou o mandato da UNAVEN II e autorizou o orçamento eleitoral de 18,8 milhões de dólares, Anstee descreveu seu mandato em Angola com a famosa frase, é como pilotar um 747 com combustível suficiente apenas para um DC-3.

O acordo celebrado foi denominado de Acordo de Paz para Angola ou Acordo de Bicesse. Segundo relata Hare (1999), o acordo e as negociações que o precederam foram motivados pela ausência de perspectivas positivas, de ambos os lados, em conquistar uma vitória militar sobre os demais movimentos. Os detalhes do acordo são esclarecidos por Wheeler (2016g, p. 366):

Um objetivo essencial dos Acordos de Bicesse era o plano para criar um exército angolano plenamente integrado, o que significava que as forças da UNITA seriam acolhidas num novo exército angolano. O processo de paz consistiria no seguinte: um cessar-fogo entre o MPLA e a UNITA; o aquartelamento das tropas da UNITA; a formação de novas forças armadas unificadas; a desmobilização das tropas excedentárias; a restauração da administração governamental nas áreas controladas pela UNITA, e a realização de eleições presidenciais e parlamentares multipartidárias sob supervisão das Nações Unidas. Este processo de paz deveria ser supervisionado pelos próprios partidos, através de uma Comissão Conjunta Político-Militar apoiada pela nova missão da ONU, a UNAVEM II.

Em razão da previsão de novas eleições no ano de 1992 no acordo de Bicesse, Holden Roberto, da FNLA, e Jonas Savimbi, da UNITA, retornam à Luanda em 1991, para suas campanhas eleitorais (VISENTINI, 2012, p. 86).

Em setembro de 1992, quase que a totalidade dos eleitores angolanos participaram de sua primeira experiência democrática ao votarem em um dos três candidatos à presidência de Angola. O resultado anunciado foi o de que o presidente José Eduardo dos Santos havia recebido 49,6% votos e Savimbi 40,1%. No entanto, para a Assembleia Nacional, o MPLA havia recebido, na verdade, 54% dos votos contra 34% dos recebidos pela UNITA. Por essa razão, embora a ONU tenha aprovado internacionalmente a vitória do MPLA e afirmado que as eleições, no geral, foram livres e justas, a UNITA declarou que os resultados das eleições foram fraudulentos (HARE, 1999).

Visentini (2012, p. 87) relata que, no mesmo dia em que Savimbi não reconheceu a licitude das eleições realizadas, reiniciou os conflitos em Angola:

Na sequência, foram realizadas eleições em 1992, com a vitória de Santos, a qual não foi reconhecida por Savimbi. No mesmo dia, as forças guerrilheiras da Unita, que em grande parte permaneceram clandestinas e, dissimuladamente, conservaram suas armas, reiniciaram a guerra civil em Luanda e no interior. O governo havia desmobilizado seus melhores soldados e quase foi vencido, não fosse a resistência de milícias populares.

Esse intenso conflito ocorrido em Luanda, logo após as eleições de 1992, deixou centenas de mortos, sendo a maioria simpatizantes e militares da UNITA, vítimas de apoiadores do MPLA que resistiram aos ataques de Savimbi. O conflito foi denominado de “Massacre de Outubro” (HARE, 1999). Indira Monteiro (2012, p.40-41) relata como foi o início desse novo conflito:

No início dessa fase, as populações das demais províncias afetadas, afluíram à cidade de Luanda em busca de tranquilidade e segurança. Algumas

levaram seus bens e procuraram sobreviver por meios próprios, outras se refugiaram em casa de parentes, invertendo o processo migratório, o que fez com que a maioria da população saísse do campo para a cidade em busca de segurança e melhores condições de vida. [...] Essa guerra civil caracterizou-se por um conflito parcial para gerações mais jovens, porém geral para o conjunto da sociedade que vivenciou todo esse período de guerra, envolvendo a população civil de forma direta e ativa, dividindo-a em “bandos” que lutavam armados, dando força ao conflito. Nesse processo, inseriram-se pessoas, por vezes com pouca ou nenhuma preparação para a guerra, como mulheres e crianças.

Embora muitos simpatizantes da UNITA tenham sido mortos durante o conflito seguido das eleições de 1992, o grupo ocupava mais da metade do país e controlava grande parte do interior, onde se encontravam as jazidas de diamante, enquanto o governo ainda controlava os poços de petróleo no litoral. Isso não impediu com que o MPLA adotasse uma outra estratégia para enfraquecer a UNITA: muitos membros aceitaram uma anistia concedida pelo governo e passaram a integrar cargos governamentais, enfraquecendo o grupo de Savimbi. Isso fez com que Savimbi retomasse, em 1993, as negociações de paz em Lusaka, na Zâmbia, sendo celebrado o Protocolo de Lusaka, em novembro de 1994, que retomava pontos básicos do Acordo de Bicesse, mas que somente foi executado no final de 1995, com o prosseguimento dos conflitos entre os movimentos (VISENTINI, 2012)

Destacamos que o Protocolo de Lusaka foi precedido de uma negociação bastante truncada e Savimbi efetivamente aceitou negociar em razão de seu enfraquecimento pela cooptação de alguns membros pelo governo, mas principalmente pela situação diplomática internacional cada vez mais favorável ao MPLA: o aumento dos preços do petróleo e o consequente crescimento das receitas petrolíferas fez com que o governo se reorganizasse, com o reconhecimento de Angola pelos EUA, em maio de 1993, e a aplicação de sanções à UNITA pela ONU, banindo a venda de armas e combustível ao movimento (WHEELER, 2016g, p. 368).

Com a execução do Protocolo de Lusaka apenas no final de 1995, a UNITA aceitou uma anistia aprovada no ano de 1996 e concordou, em 1997, em participar do governo, com Savimbi continuando a controlar cerca de 40 por cento do território angolano, apesar de sua fraca presença na capital de Angola (VISENTINI, 2012, p. 87).

Apesar de Savimbi não ter participado da cerimônia solene que empossou oitenta e três membros da UNITA, que passaram a integrar a Assembleia Nacional, e

que retomou a formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), previsto no Protocolo de Lusaca²¹, a investidura desse governo de unidade representou um marco importante na implementação desse último acordo: membros da UNITA passaram a ocupar posições no exército, polícia, governo, parlamento e vida política do país (HARE, 1999, p. 175-182).

Novamente, a paz no país não durou por muito tempo: no final de 1998, o MPLA voltou a declarar guerra à UNITA, uma vez que entendia que o processo de paz estabelecido pelo Protocolo de Lusaca não estava funcionando adequadamente. A declaração exigiu o fim do processo de paz previsto no acordo em questão e a retirada da Missão de Observação da ONU em Angola (MONUA). Com a retomada de postura bélica pelo MPLA, as forças da MONUA foram gradualmente retiradas do país e a UNITA passou a sofrer sucessivas derrotas, com membros refugiando-se ao leste e sul do país (WHEELER, 2016g).

Essa retomada dos conflitos perdurou até o ano de 2002, ano em que Savimbi foi morto em meio a um conflito contra tropas das Forças Armadas Angolanas, impactando diretamente o contexto vivido naquele país e abrindo uma efetiva possibilidade de encerramento definitivo da guerra travada entre os movimentos:

A morte de Savimbi, a 22 de Fevereiro de 2002, na sequência de uma troca de tiros com tropas das Forças Armadas Angolanas (FAA), alterou imediatamente o contexto político da guerra e as possibilidades de pôr termo ao conflito. O governo considerou, e com razão, que a eliminação do homem que dirigira a UNITA de forma autoritária durante mais de três décadas criaria um vazio de poder. A ausência de comunicação entre exílio fragilizou ainda mais a posição da UNITA. A situação fortaleceu a posição negocial do governo, que canalizou a sua primeira tentativa de aproximação para a estrutura militar do movimento e não para o seu núcleo político. Os oficiais das FAA receberam ordens para cessar os movimentos ofensivos e foram mandatados para estabelecer contactos com os seus homólogos da UNITA, com o objetivo de formalizar um cessar-fogo total e definitivo. As conversações formais entre as FAA e as chefias militares da UNITA tiveram início a 20 de Março, em Luena, a pequena cidade do interior que funcionara como quartel-general das operações contra a UNITA, no Leste do território (PEARCE, 2017, p. 245).

Com a desmobilização e fragilização da UNITA e a postura do MPLA em tentar se aproximar e retomar as negociações com o movimento rival, os grupos passaram a estabelecer conversas no quartel de operações do MPLA, em Luena, em Moxico.

²¹ Há autores que utilizam a grafia Lusaca (HARE, p. 182; WHEELER, 2016g, p. 369) enquanto outros utilizam a grafia Lusaka (VISENTINI, 2012, p. 87).

Os principais pontos levantados pelo MPLA para estabelecer um cessar-fogo definitivo eram a desmilitarização da UNITA, sua reestruturação em partido político legítimo, uma anistia geral, a reposição da administração do Estado em todo o território, a aprovação de uma nova Constituição, a elaboração de um registro eleitoral antes de realizar eleições e a promoção da tolerância e perdão. Esses pontos constaram do documento denominado de Memorando de Entendimento, assinado pelos movimentos em 4 de abril de 2002 (SEBASTIÃO, 2015, p. 88).

A morte de Savimbi “teve um efeito tão decisivo e imediato” (WHEELER, 2016g, p. 371). Embora tenha sido encerrada, a guerra civil ocorrida ao longo das últimas décadas impactou diretamente na devastada situação política e econômica de Angola. Indira Monteiro (2012, p. 40-41) denuncia essas consequências particularmente sobre a vida de grupos mais vulneráveis, em especial as mulheres:

O conflito apontado como uma das bases impulsionadoras da situação de pobreza de Angola promoveu impactos diferenciados nas condições de vida da população. Particularmente, gerou insegurança no cotidiano de mulheres, crianças e idosos, que constituíam os grupos mais vulneráveis; cerca de 80% da população encontrava-se internamente “deslocada”.

As mulheres sofreram as consequências diretas da guerra de maneiras diversas. Além do grande número de mulheres que morreram em consequência de combates, também se reconhece que muitas eram responsáveis pela coleta de alimentos, outras ficaram viúvas, perderam seus filhos com a guerra, aumentando assim o número de mulheres encabeçando lares.

Os dados recolhidos em 1993, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em Luanda, estimam que 30% das mulheres economicamente ativas eram analfabetas contra 7% dos homens. O referido relatório forneceu ainda a percentagem de 79% de desemprego para as mulheres, contra 53% para os homens (ANGOLA. PNUD, 1997). Por outro lado, no trabalho formal as mulheres empregadas representavam 17% do total contra 82% de homens; no trabalho informal elas já representavam 55% contra 44% de homens (DUCADOS; FERREIRA, 1998, não paginado).

Esses dados são o reflexo das condições socioeconômicas e políticas aliadas ao fato de que muitas empresas faliram ou foram obrigadas a fechar pelo conflito. Outras foram roubadas pela população durante a guerra, colocando à disposição um número considerável de desempregados, cujas famílias precisaram aprender a sobreviver por outros meios diferentes do trabalho formal antes realizado por alguns de seus membros.

Visentini (2012, p. 88) destaca o fim da guerra civil em Angola, as consequências geradas pelos conflitos e o desafio que o povo angolano passaria a enfrentar a partir de 2002:

Encerrava-se, dessa forma, uma das mais longas guerras civis da história contemporânea (1961-2002). Restavam, entretanto – assim como em Moçambique – milhões de refugiados e de minas terrestres dispersas e não detonadas, milhares de mutilados, além do fato de a infraestrutura angolana estar completamente destruída. Somente a chegada dos investimentos

chineses teria um impacto decisivo para a economia angolana. O Brasil, que desde o início apoiou o MPLA, sempre manteve sua presença e apoio econômico a Angola, política que conheceu forte incremento durante o governo Lula

Com o fim do conflito, em 2002, a diplomacia angolana tem buscado sua reinserção regional e ampliação dos aliados internacionais. O novo quadro político angolano proporcionou condições para uma política externa mais pragmática do que a anterior, pois o governo passou a ver como prioridade o desenvolvimento das infraestruturas do país, baseado em busca de parcerias externas sem opções excludentes. O governo tem privilegiado as relações com a China, mas não abandonou os parceiros tradicionais – como o Brasil, por exemplo. Simultaneamente, Angola concentrou sua atenção política de segurança regional, na África Austral e em relação à República Democrática do Congo, para garantir que suas fronteiras sejam seguras. O interesse dos Estados Unidos e da China na região tem aumentado em razão das riquezas minerais, dado que a África já responde por mais de 15% das importações norte-americanas de petróleo e a China chega a importar 30% do petróleo produzido na África, especialmente de Angola.

O final da guerra civil voltou o foco para possibilidade de prosperidade no país, somado à noção de que as prioridades de Angola evoluíram de um contexto de emergência para um contexto de desenvolvimento, com destaque para o crescimento da diversificação, combate a fome e miséria e diminuição da pobreza. No entanto, o impacto da guerra ainda era muito mais claro e relevante para análise da pobreza e desenvolvimento angolano: é quase unanimidade que as décadas de conflito provocaram gigantescas perdas de capital físico (equipamentos, infraestruturas, habitações), humano e redução do bem-estar de todo o povo, intrinsecamente ligados com a pobreza e condições de vida da população, que continuava a se encontrar insegura, com má nutrição e graves dificuldades de acesso à saúde e educação (RODRIGUES, 2012).

Apesar dos enormes desafios que o país passaria a enfrentar a partir do encerramento da guerra civil, a paz constituiu para o povo angolano uma vida nova, mas cheia de desafios, “em um momento em que a esperança já não se fazia presente no interior de muitas famílias” (MONTEIRO, 2012, p. 46).

E é nesse contexto, a partir de 2002, com um país completamente destruído e arrasado pela guerra civil e que perdurou por quarenta e um anos, mas com a esperança ressurgindo nos corações do povo angolano, é que o presente trabalho é explorado e desenvolvido.

Os baixos índices de desenvolvimento do país, a extrema pobreza de boa parte da população, a dificuldade de acesso à saúde e educação, a falta de segurança nas cidades urbanas e os problemas socioeconômicos e políticos existentes em Angola,

geram um constante deslocamento de pessoas para outras regiões que ofereçam qualquer possibilidade de melhora na qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos angolanos.

Além desses problemas, resquícios da guerra civil também permanecem assombrando a população angolana, uma vez que o governo passa a ter como desafio eliminar milhões de minas terrestres espalhadas pelo país ao longo da guerra e que fizeram e continuam fazendo centenas de vítimas (BAPTISTA, 2007).

Como consequência, intensos fenômenos migratórios marcam a história de Angola, devido aos efeitos nefastos gerados em todo o país, em todos os aspectos, pelo período de colonização realizada por Portugal, mas principalmente pela guerra civil travada pelos movimentos revolucionários. Durante este período, angolanos e angolanas, migraram, inclusive para o Brasil, onde receberam o *status* de refugiados, mas, mesmo após o fim do conflito, a atual conjuntura de instabilidade política, social e econômica ainda provocam deslocamentos internos e internacionais (BAPTISTA, 2007; ROSSA; MENEZES, 2018). A relação entre Brasil e Angola será objeto de estudos dos próximos capítulos.

3. MIGRAÇÃO DE ANGOLANAS E ANGOLANOS PARA O BRASIL

Neste capítulo será estudado a migração de angolanas e angolanos para o Brasil. Para tanto, o capítulo foi dividido em quatro seções. Na primeira, trataremos deste movimento migratório no tocante aos acontecimentos históricos relacionados à Independência de Angola e a posterior Guerra Civil que provocaram o deslocamento forçado de muitos desses nacionais até, pelo menos, 2012 quando o ACNUR determinou a Cláusula de Cessação do Refúgio. A segunda seção diz respeito à migração contemporânea, de 2013 a 2018, em que novas dinâmicas, não necessariamente relacionadas aos eventos históricos, se mostram presentes. O contexto histórico desse primeiro momento já foi detalhado no capítulo 2, de modo que aqui será feita apenas a retomada dos eventos necessários para contextualizar os movimentos migratórios desses nacionais para o Brasil neste período, visto que nosso foco é a migração angolana contemporânea. Na terceira seção, aprofundamos o cenário atual da migração no Brasil com ênfase na apresentação das instituições de atendimento e acolhida aos imigrantes na cidade de São Paulo que são referências para se pensar em como essas pessoas se inserem socialmente na cidade. Na última seção, comparamos dados de saúde, educação, qualidade de vida, população, trabalho, maternidade organizados por indicadores internacionais sobre Angola e Brasil para subsidiar nossa análise das motivações que as mulheres entrevistadas alegaram para migrar para o Brasil, que ocorrerá a partir do capítulo 4.

3.1 A vinda de angolanas e angolanos para o Brasil até 2012

A respeito dos fluxos históricos entre Angola e Brasil, Amanda Rossa (2018, p. 40) elenca alguns fatores que motivaram o deslocamento dos angolanos durante o período pré-Independência:

- a) tráfico de pessoas para trabalho escravo no Brasil, paulatinamente substituído por b) mobilidades motivadas por regimes de contrato de trabalho forçado em outras colônias, e, conseqüentemente c) fluxos migratórios nas fronteiras, especialmente entre Angola-RDC, para fugir ao trabalho forçado [...] d) o primeiro grande deslocamento de pessoas, sobretudo para os países vizinhos, que seria, assim, a primeira geração de “refugiados” angolanos.

A autora nos explica que somente após a Convenção da OUA, de 1969, entrada em vigor em 1974, o termo “refugiado” passou a ser aplicado ao continente africano, tema que foi explorado no capítulo 1.

Segundo dados do Human Rights Watch (2007), 350 mil portugueses, isto é, 95% desta população, que viviam em Angola deixaram o país em 1975. De acordo com Amanda Rossa (2018) a guerra civil ocorreu, predominantemente, nas regiões rurais do país, e por isso o conflito ficou conhecido como "guerra no mato". Nesse momento, houve uma migração interna de pessoas partindo do interior para a capital Luanda o que, de acordo com a Human Rights Watch (2007), fez com que a população urbana passasse de 500 mil para 750 mil pessoas no período de 1940 a 1970.

Os angolanos, no período das lutas pela independência e da guerra civil, migraram com muita facilidade para os países vizinhos, principalmente para o então Zaire, atual República Democrática do Congo (RDC), devido à extensa fronteira entre ambos os países. Esses nacionais se deslocaram motivados pela busca de estabilidade, de melhores condições de ensino e de segurança. Como consequência, as crianças e os jovens que cresceram nesses países não falavam o português, língua oficial de Angola, e assimilaram a cultura e as tradições dos locais onde cresceram. Com o fim da longa guerra civil, quando retornaram a Angola sofreram dificuldades de integração local e discriminação, pois eram vistos como estrangeiros e passaram a ser considerados refugiados (ROSSA, 2018).

Essa dificuldade de integração, que se iniciou neste momento histórico, é percebida e tem consequências até hoje. Inclusive, algumas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa (durante o trabalho de campo ocorrido em 2017 e 2018) se declararam como angolanas, mas não falavam corretamente o português tendo dificuldades em se expressar, isso porque viveram toda a infância e estudaram na República Democrática do Congo. Este país, por sua vez, como teve colonização belga, tem como língua oficial o francês e outras línguas, como o lingala.

Retomando a emigração de angolanos, o movimento dessas pessoas para o Brasil só começou a ser percebida em 1970 ainda que de forma muito incipiente quando membros da elite e pessoas com alto poder aquisitivo vieram para o país. Segundo Allan Silva (2018), eram portugueses funcionários da administração colonial angolana e suas famílias, já naturais de Angola, fugindo da nacionalização da

economia angolana e dos conflitos da independência. Em outras palavras, nesse momento, a grande maioria dessa população migrante era formada por brancos e mestiços e seu principal destino era o Rio de Janeiro e, na época, esses imigrantes ainda não eram tidos como refugiados (ROSSA, 2018). Este fluxo é considerado como o primeiro de quatro ondas da migração Angola-Brasil.

A onda seguinte é explicada por Rossa (2018, p. 56):

Um segundo momento seria a chegada de angolanos negros a partir de 1980, parcialmente como estudantes, sendo desta época o estabelecimento de um grande número de convênios com universidades africanas através do PEC-G. A outra parte dos chegados nesse período seria composta por comerciantes, motivados por um circuito de comércio - o *mukunza*- e pela facilidade dos voos Luanda-Rio de Janeiro.

O Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) citado pela autora se refere a oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

A terceira onda desse movimento migratório ocorreu na década de 1990, quando a vinda de angolanos se intensifica. Segundo Aydos (2010), o Brasil foi um dos poucos países que manteve a emissão de vistos para os angolanos mesmo durante os anos em que a guerra civil ocorria no país.

Tratava-se de uma migração essencialmente masculina e jovem, pois havia uma forte pressão para que esses homens de 17 e 18 anos integrassem nas Forças Armadas Angolanas (FAA) ou lutassem pela UNITA (AYDOS, 2010), isso se deve ao aumento da violência e agravamento dos conflitos em decorrência da vitória do MPLA nas eleições que levou a uma retaliação por partes dos grupos vencidos (ROSSA, 2018; PETRUS, 2000).

Neste contexto, muitos angolanos tiveram que se deslocar das zonas rurais do país para Luanda e cerca de 1.200 angolanos vieram para o Brasil, como explica Petrus (2001, p. 52):

Para a geração de jovens angolanos do sexo masculino, negros e pobres, com a idade entre 18 e 29 anos, a emigração parece ter-se tornado a “única saída”. Relatos recolhidos pela pesquisadora entre jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro indicam que a emigração já foi incorporada como uma tradição de gerações em Angola e naturalizada como a etapa subsequente da migração da família para Luanda, pelos que nasceram em outras cidades e províncias. Mais do que isso, a emigração é considerada,

por todos os jovens, como a forma maior de afirmação de seu direito à liberdade e à busca de condições mais dignas e seguras de vida.

Com a imigração dessas pessoas, o Brasil passou, pela primeira vez, a incluir a definição ampliada prevista na Convenção de Cartagena no processo de elegibilidade de refugiados (JUBILUT, 2007). Como vimos no capítulo 1, este movimento integra os antecedentes da criação da Lei de Refúgio nº 9.474/1997. Contudo, vale lembrar que até a criação da lei, os pedidos de refúgio feitos no Brasil eram julgados pelo ACNUR. De acordo com o CONARE (MJSP, 2020b), 859 angolanos foram reconhecidos como refugiados a partir do processo de elegibilidade do ACNUR. Posteriormente, houve a promulgação da lei e a consequente criação do CONARE como órgão responsável pelo reconhecimento. Assim, já no período que compreende os anos de 1997 a 2013, outros 570 nacionais foram incluídos no rol do refúgio brasileiro.

Aydos (2010) explica que antes do Protocolo de Lusaka – tratado de paz assinado em 1994, mas que durou apenas 4 anos –, os pedidos de refúgio dos angolanos eram julgados de forma coletiva, por meio do procedimento *prima facie*. Com o acordo, o ACNUR passou a considerar que Angola não estava mais em guerra, ainda que o conflito tenha perdurado até 2002. Como consequência, o Brasil passou a analisar os pedidos de refúgio de forma individual, isso “acarretou na diminuição do reconhecimento dos pedidos protocolados por solicitantes de refúgio de Angola, concorrendo com o aumento de angolanos no Brasil sob outras condições migratórias” (ROSSA, 2018, p. 57).

A quarta onda mencionada por Rossa (2018) diz respeito ao final do século XX e começo do XXI, período em que a guerra estava terminando. Tratava-se do início do retorno dos angolanos a seu país de origem e de uma suposta diminuição dos fluxos imigratórios desses nacionais para o Brasil. Nesse período, a autora salienta a ida de empresas de grande capital, principalmente brasileiras, para reconstrução de Angola, o que teria motivado o retorno dessas pessoas.

3.2 Movimento migratório contemporâneo de angolanos e angolanos para o Brasil (2013 - 2018)

Mesmo após o fim do conflito, em 2002, os angolanos continuaram vindo ao Brasil pedindo proteção através da solicitação de refúgio. Isso porque, a guerra em Angola provocou deslocamentos em massa, como percebemos pelos dados do ACNUR: foram mais de 4 milhões de deslocados internos e 600 mil refugiados angolanos que se deslocaram para países vizinhos e outros fora do continente africano, como o Brasil.

Esta realidade se alterou em 2012, quando o ACNUR declarou uma Cláusula de Cessação do Refúgio de Angolanos por considerarem que o país havia alcançado ordem e paz após um longo período marcado pelas guerras de independência e a guerra civil (ACNUR, 2012). A origem dessa cláusula também está relacionada às solicitações do MPLA, grupo vencedor da disputa política, tendo em vista a importância de reconhecer que o país tinha entrado em um período de estabilidade política. No Brasil, a Cláusula foi assinada pelo CONARE em 30 de junho de 2012. Inclusive, a partir desse momento, foram promovidas políticas de repatriação voluntária e estímulo ao regresso do país de origem (ROSSA; MENEZES, 2017, p.2)

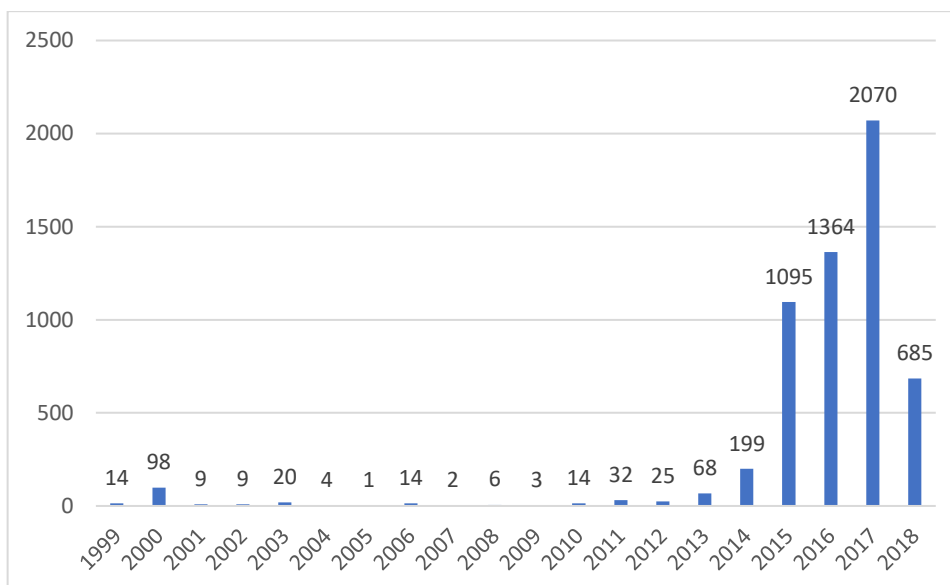
Neste período, os angolanos representavam o grupo mais numeroso de refugiados no Brasil com cerca de 1.600 pessoas reconhecidas como tal (ACNUR, 2012). Com a vigência da cláusula, que foi adotada pelo CONARE, os angolanos que aqui estavam tiveram que buscar a regularização de sua situação migratória por outras vias, estando entre as opções a concessão de residência permanente, a naturalização ou, até mesmo, o retorno a Angola, o que é conhecido como repatriação voluntária.

Como aponta Rossa e Menezes (2018, p. 392), “a edição da cláusula “encerra” a possibilidade de reconhecimento do status de refúgio, contudo, as circunstâncias que lhes deram origem, em primeiro lugar, seguem gerando deslocamentos sendo difícil determinar se são voluntários ou não”. Em outras palavras, o que se notou é que os angolanos continuaram a imigrar, porém perante o ACNUR, tais deslocamentos, de certa forma, passaram a ser caracterizados como migração voluntária. Entretanto, no Brasil, esses nacionais continuaram a solicitar refúgio alegando consequências ou

causas idênticas às anteriores à Cláusula de Cessação. A busca pelo refúgio prevalece até os dias atuais, como podemos ver na seção abaixo em que os relatórios quantitativos do CONARE são apresentados.

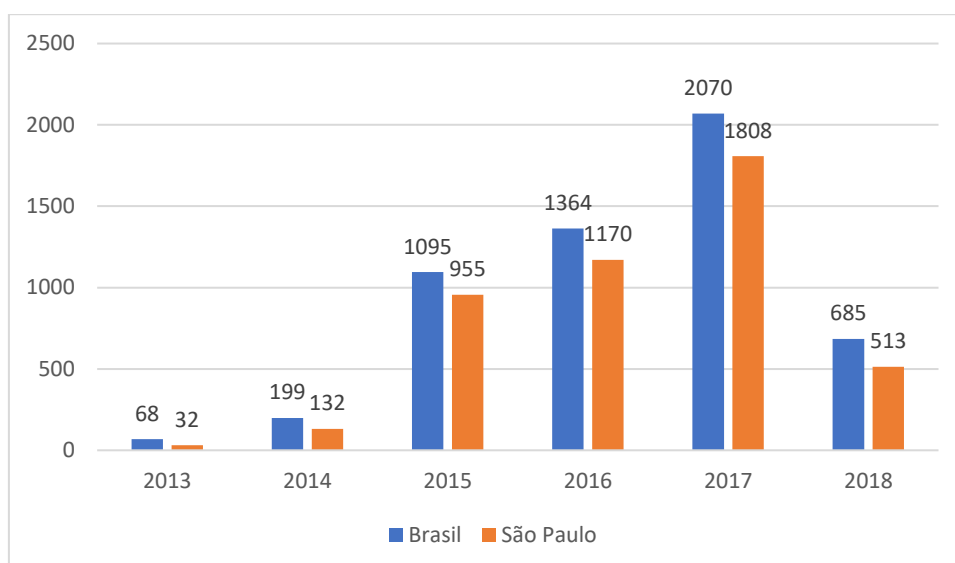
3.2.1 Dados do CONARE sobre migração de angolanas e angolanos

Gráfico 4 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado feitas por angolanos no Brasil (1999 - 2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de MJSP (2020a).

Gráfico 5 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado feitas por angolanos em São Paulo (2013 - 2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de MJSP (2020a).

De acordo com o gráfico 5 que trata da realidade de São Paulo, vemos que em 1999, 14 pedidos de refúgio de nacionais de Angola foram registrados pelo CONARE, já em 2000 houve 98 novas solicitações, e entre 2001 e 2012, 251 solicitações foram feitas nesse total de 11 anos. A partir de 2013, o número de solicitações de refúgio de angolanos passou a crescer significativamente, indo de 68 para 199 em 2014, 1.095 em 2015, 1.364 em 2016 e 2.070 novos pedidos em 2017. Em 2018, percebemos uma queda notável quando o CONARE registrou apenas 685 novos pedidos de refúgio desses nacionais.

É justamente no intervalo de tempo pós-Cláusula de Cessação, isto é, entre os anos de 2013 e 2018, que se insere a presente pesquisa. Poucos são os estudos que problematizam a continuidade da vinda dos angolanos para o Brasil como solicitantes de refúgio neste período, com ressalva aos trabalhos de Rossa e Menezes (2017; 2018) e Allan Silva (2018; 2020). Quando estudaram sobre essa fase contemporânea da migração angolana para o Brasil, Rossa e Menezes (2017) descreveram que esse período está marcado pelo número crescente de solicitantes de refúgio e também por uma aparente feminização deste fluxo, fator que foi responsável pela escolha do tema desta pesquisa.

Nesta mesma direção, Allan Silva (2020, p.198) aponta:

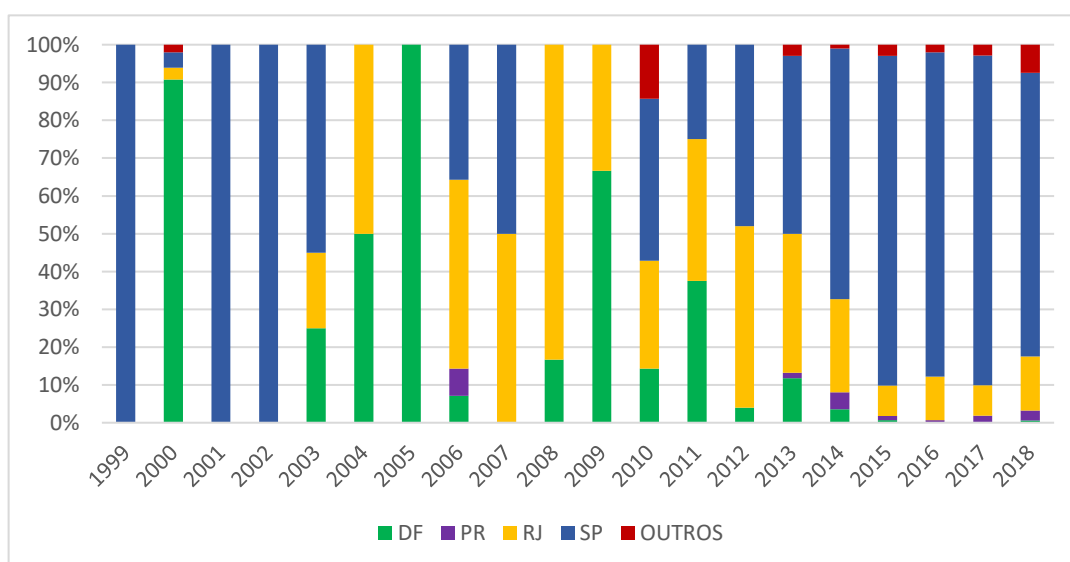
Devido à ausência de uma legislação migratória específica, promulgada somente em 2017, tornou-se muito comum que imigrantes laborais angolanos buscassem a solicitação de refúgio como primeira alternativa de legalização da sua situação migratória assim que chegavam no Brasil. Esta dinâmica foi fértil para a criação de uma zona de limbo jurídico ao qual se mantém atados ainda hoje milhares de imigrantes angolanos no país que passaram a viver por anos como solicitantes de refúgio cujos pedidos são reiteradamente negados.

Com isso, notamos que há ainda carência de estudos relativos à vinda desses imigrantes, especialmente as mulheres, para o país, em termos dos contextos sociais, históricos e políticos contemporâneos e sua relação com a Guerra Civil que findou em 2002. Além disso, importa pesquisar as vias de regularização migratória brasileira que estão sendo aplicadas para o caso dos angolanos e angolanas, como veremos nos gráficos do CONARE e da Polícia Federal a seguir.

No campo das solicitações de refúgio, dados do CONARE referentes aos anos de 2015 a 2018 revelam que os angolanos figuram na lista das principais nacionalidades que pedem refúgio no país: em 2015, tais imigrantes ocupavam o 6º lugar (MJSP, 2016); em 2016, o 3º (MJSP, 2017), em 2017, o 4º (MJSP, 2018) e, em 2018, novamente a 6ª posição das nacionalidades mais representativas nos pedidos de refúgio de cada ano (MJSP, 2019).

Ainda acerca das solicitações de refúgio, o gráfico abaixo demonstra as unidades federativas em que os pedidos de refúgio foram feitos ano a ano:

Gráfico 6 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por Unidade Federativa (1999-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de MJSP (2020a).

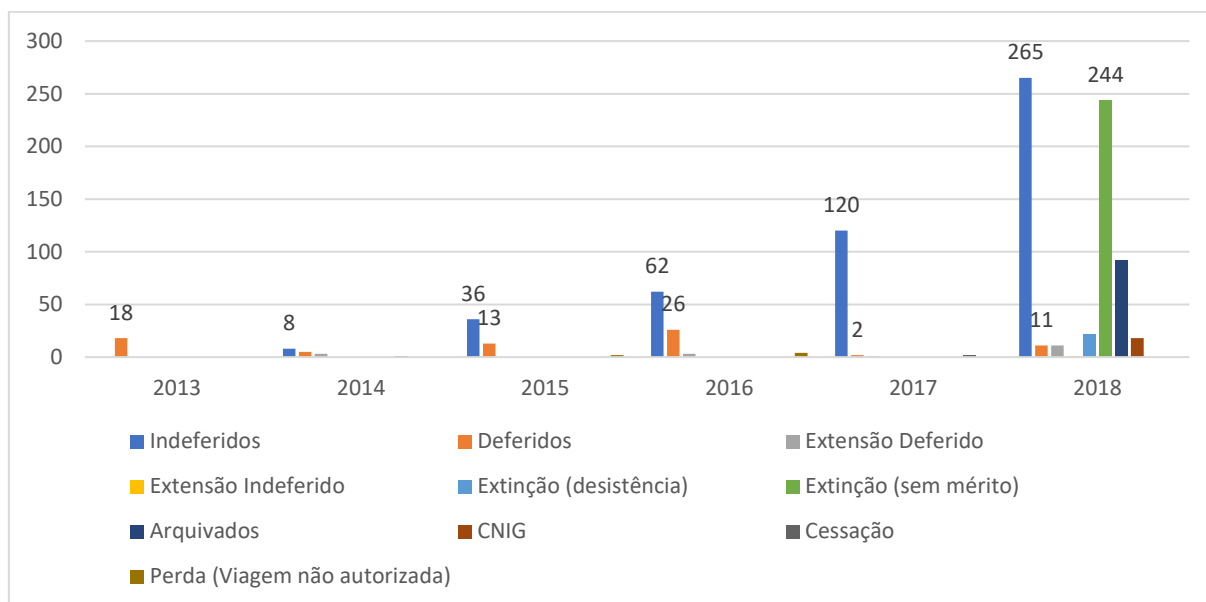
A partir deste gráfico podemos notar a importância que o Distrito Federal, mas principalmente, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro têm para os estudos dos movimentos migratórios das angolanas e angolanos solicitantes de refúgio. Rossa (2018) já havia demonstrado o papel que o estado do Rio de Janeiro ocupou nas décadas de 1970-1990. Ao longo do tempo, vemos que São Paulo vai se consolidando como o estado que mais recebe pedidos de refúgio, o que justifica a escolha da cidade de São Paulo como recorte espacial desta pesquisa. Além disso, essa escolha também se deve à existência de uma rede de instituições de atendimento a imigrantes (que serão apresentadas posteriormente).

Segundo o CONARE (MJSP, 2019), até o final de 2018, havia um total de 11.231 pessoas historicamente reconhecidas como refugiadas no Brasil, todavia até o fim do referido ano apenas 6.554 continuam sustentando tal condição²². Isso se deve ao fato de que muitas pessoas deixaram de ser refugiadas porque se naturalizaram, retornaram ao país de origem, tiveram sua condição cessada (como é o caso dos angolanos), faleceram, ou optaram por outras hipóteses migratórias de residência. Dessas 6.554 pessoas que continuam como refugiadas no Brasil em 2018, apenas 9% são angolanas, o que corresponde, em números absolutos, a 589 refugiados angolanos vivendo no Brasil.

Ao analisar os dados sobre refúgio, vemos que de 1999 a 2012 os números de pedidos de refúgio feitos em São Paulo são mais baixos, como é possível notar nos gráficos 4 e 5, e após 2013 a quantidade de solicitações cresce significativamente e São Paulo passa a ser um local para a imigração angolana solicitante de refúgio. Antes de 2013, os pedidos de refúgio eram mais solicitados no Rio de Janeiro e em Brasília, como visto no gráfico 6.

Até 2014, todos os casos de angolanos analisados pelo CONARE foram deferidos. O gráfico abaixo mostra, no período de 2013 a 2018, os casos de solicitantes de refúgio angolanos que foram julgados pelo CONARE:

²² Este total de refugiados reconhecidos alterou-se significativamente em 2019 e 2020 devido ao reconhecimento *prima facie* dos imigrantes venezuelanos, pois neste período aproximadamente 40 mil pessoas dessa nacionalidade somaram-se a este número (6.554). Portanto, até agosto de 2020, o CONARE registra um total de 46 mil pessoas reconhecidas como refugiadas no país (MJSP, 2020b).

Gráfico 7 – Decisões das solicitações de refúgio de angolanos (2013-2018)

Fonte: Elaboração própria a partir de MJSP (2020b).

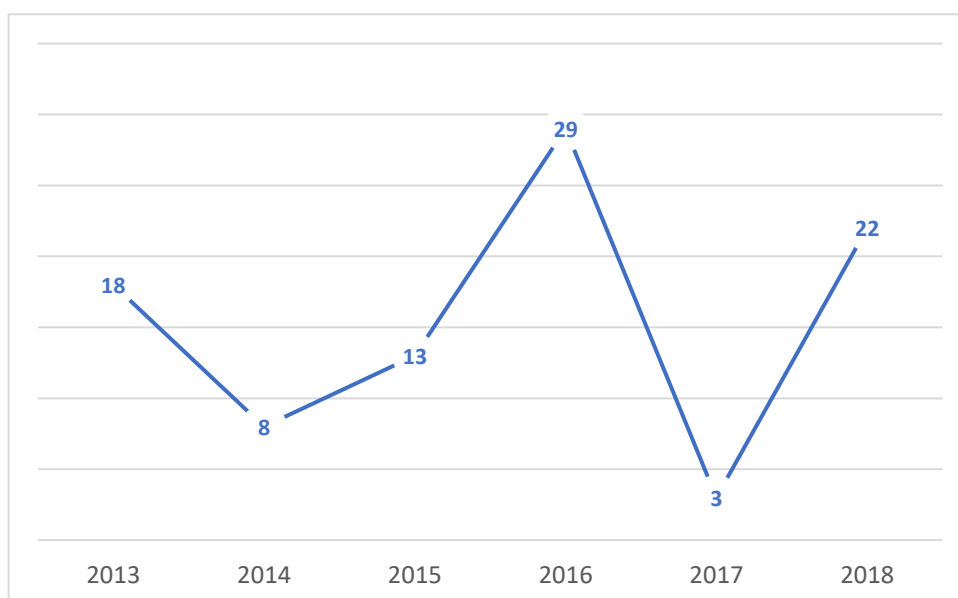
Este gráfico representa a quantidade de decisões do CONARE emitidas de 2013 a 2018 acerca dos pedidos de refúgio feitos por imigrantes angolanos. Nesse período foram decididos 970 casos de solicitantes de refúgio angolanos, dos quais 724 (75%) fizeram o pedido em São Paulo.

Ainda de acordo com dados do comitê referentes a 2018 vemos que o CONARE (MJSP, 2020b) emitiu 664 decisões sobre angolanos representando 3% dos casos decididos nesse período. 51% dos casos foram indeferidos e 45,5% dos casos foram encerrados (arquivados ou extintos). A respeito dos indeferimentos, não se revela se trata de casos negados em 1ª ou 2ª instância, tal informação seria relevante, pois para os primeiros ainda cabe recurso, o que os mantém por um período como solicitantes de refúgio.

Uma outra fonte de dados do CONARE, que, infelizmente só trata de dados de 2017 a 2019, aponta que das 1.020 decisões tomadas nesses três anos, apenas 30 casos de angolanos foram deferidos, sendo 12 por elegibilidade, mais especificamente sete relacionados à perseguição por pertencimento a um determinado grupo social, e cinco relativos a questões políticas. Por conta do sigilo previsto na Lei de Refúgio, os dados do CONARE não revelam maiores informações acerca dos motivos que levaram ao refúgio, mas, pelo contexto político atual, é

possível supor que as perseguições por opinião política estejam relacionadas ao movimento separatista da província de Cabinda que busca sua independência desde os anos 1960 (ROSSA; MENEZES, 2018). Os outros 18 pedidos deferidos foram reconhecidos por extensão dos efeitos da condição de um refugiado que já estava anteriormente no país (procedimento conhecido por reunião familiar). Em outras palavras, apenas 11% dos solicitantes tiveram seus pedidos reconhecidos, o que representa uma cifra muito baixa, o que pode ser notado a seguir no gráfico 8:

Gráfico 8 – Solicitações de refúgio de angolanos deferidas (elegibilidade e extensão) (2013-2018):



Fonte: Elaboração própria a partir de MJSP (2020b).

O gráfico 8 demonstra que o número de angolanos deferidos pelo CONARE é ínfimo em comparação à quantidade de solicitações feitas ano a ano, como visto no gráfico 4. A partir da relação desses dados, verificamos que muitos angolanos e angolanas permanecem por vários anos como “solicitantes de refúgio” e, assim, o que era para ser uma etapa dentro de um processo, torna-se um *status* de regularização permanentemente provisória (MARTINO; CORREA, 2018).

Desse gráfico extraímos também que apesar da cláusula de cessação, alguns (poucos) estão tendo seus pedidos deferidos provavelmente relacionados à vulnerabilidade dos solicitantes, como nos explicam Rossa e Menezes (2018, p.396):

Esse quadro aponta a complexidade inerente ao sistema de refúgio, em que apesar de cessarem as circunstâncias que primeiramente criaram o reconhecimento a nacionais desse país- conflitos anticoloniais e guerra civil, que geraram mortes, perseguições e um elevado número de deslocados internos mesmo pós a resolução dos conflitos subsistem inúmeras situações de violação de direitos que ocorrem como consequência direta das condições sócio-históricas anteriores. Situações de violência, perseguição estatal, movimentos separatistas e violação de direitos civis e políticos, além de direitos sociais e econômicos e ainda, questões de gênero, têm criado novos deslocamentos que em alguns casos têm recebido o reconhecimento do status de refúgio no Brasil.

Ainda a respeito do gráfico 7 (decisões dos pedidos de refúgio de angolanos entre 2013 e 2018) podemos ver que essa situação foi se modificando ao longo do tempo, visto que em 2013 todos os casos foram deferidos, o que praticamente não se verifica a partir de 2017, quando os indeferimentos e as extinções prevalecem. A extinção sem resolução do mérito está amparada pelas Resoluções Normativas nº 18²³ e nº 23²⁴ do CONARE (BRASIL, 2014; 2016) que em seus artigos 6º determina a possibilidade da extinção quando o imigrante se regulariza no Brasil por outras hipóteses migratórias; não renova o protocolo; não atualiza seus dados; ou não está mais no território brasileiro, dentre outras determinações legais.

²³ RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 30 DE ABRIL DE 2014
Art. 6º-A Os processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado serão extintos, pela Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados, sem resolução do mérito, quando o solicitante: (Artigo acrescido pela Resolução Normativa nº 26, de 29 de março de 2018)
I - falecer; II - ausentar-se do território brasileiro pelo período de 2 anos; III - naturalizar-se brasileiro; IV - apresentar um segundo pedido de reconhecimento da condição de refugiado após indeferimento de primeiro pedido no mérito, sem apresentar fatos ou elementos novos; V - apresentar pedido de desistência; e (Redação dada pela Resolução Normativa nº 31, de 13 de novembro de 2019) VI - Deixar de renovar, após seis meses do vencimento, o protocolo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado. (Redação dada pela Resolução Normativa nº 28, de 20 de dezembro de 2018) Parágrafo único. A obtenção de autorização de residência efetuado nos termos da Lei nº 13.445, de 22 de maio de 2017, implicará na desistência da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado. (Parágrafo acrescido pela Resolução Normativa nº 31, de 13 de novembro de 2019)
Art. 6º-B O Comitê Nacional para os Refugiados poderá declarar extintos, sem resolução do mérito, os processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado daqueles que obtiverem autorização de residência no Brasil. (Artigo acrescido pela Resolução Normativa nº 26, de 29 de março de 2018) (BRASIL, 2014).

²⁴ RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 23 do CONARE de 30 de setembro de 2016:

Art. 6º Será arquivado, sem análise do mérito, o procedimento de determinação da condição de refugiado do solicitante que:

I - sair do território nacional sem previamente comunicar ao CONARE; e II - ainda que realize comunicação de viagem, permaneça fora do território nacional por mais de noventa dias pelo período de um ano; (BRASIL, 2016).

Para os fins propostos por essa pesquisa, é importante informar que os dados apreendidos do CONARE não possuíam distinção entre homens e mulheres solicitantes de refúgio e refugiados, o que inviabiliza o aprofundamento mais detalhado destas questões.

3.2.2 Dados da Polícia Federal sobre a migração de angolanas

Os relatórios do CONARE não são as únicas fontes de informações acerca dos movimentos migratórios dos angolanos e angolanas para o Brasil. Além desta fonte, a partir dos dados do SISMIGRA (antigo SINCRE), sistema de controle migratório da Polícia Federal, também é possível tomar conhecimento acerca dessa realidade, como veremos no gráfico 9.

Antes, é fundamental introduzir que os “registros” contabilizados pela Polícia Federal dizem respeito aos imigrantes que obtiveram sua Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), independente do amparo legal que possibilitou essas pessoas a alcançarem tal documento. Isto é, um imigrante pode obter sua CRNM a partir das diferentes hipóteses migratórias previstas na Lei de Refúgio (nº 9.474/1997) ou na Lei de Migração (nº 13.445/2017)²⁵.

Em outras palavras, os números da Polícia Federal não incluem imigrantes solicitantes de refúgio que ainda estão aguardando a decisão de seu pleito no CONARE, seja em 1ª ou 2ª instância, bem como aqueles que se encontram indocumentados por quaisquer razões. Tendo isso em vista, para melhor compreensão do movimento migratório angolano no Brasil é necessário realizar cruzamentos das informações disponibilizadas pela Polícia Federal e pelo CONARE.

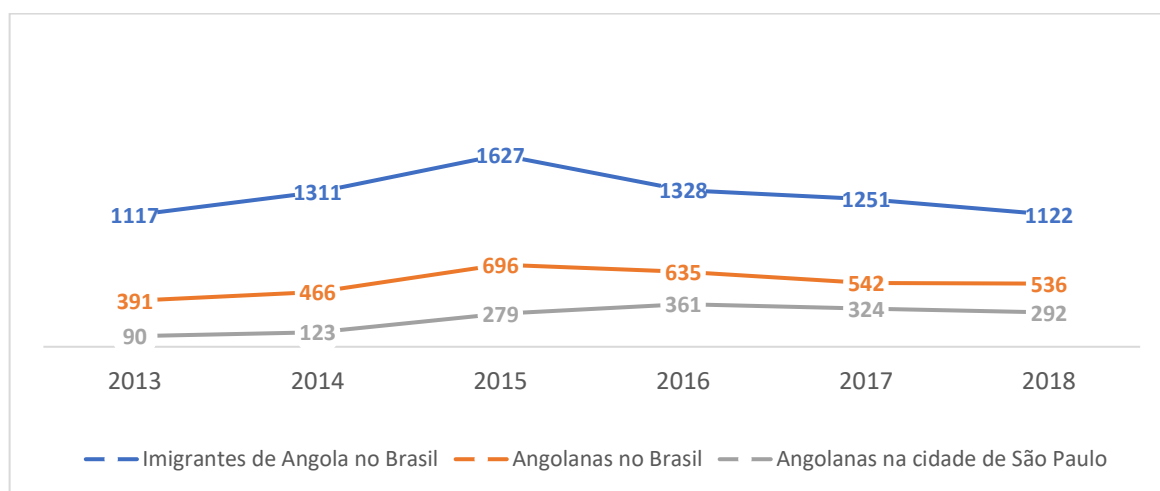
A articulação entre esses dados é extremamente necessária para esta pesquisa, isto porque isolados não possibilitam a compreensão da realidade

²⁵ Antes da promulgação da Lei de Migração nº 13.445/2017, isto é, ainda quando o Estatuto do Estrangeiro (nº 6.815/1980) era vigente, o documento de identidade dos migrantes era o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) ou a Carteira de Identidade Estrangeira (CIE). Com a nova lei, esse documento passou a se chamar Registro Nacional Migratório (RNM) ou Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) (BRASIL, 2017a).

migratória desses nacionais. Inclusive, porque a maioria das angolanas entrevistadas durante o trabalho de campo eram solicitantes de refúgio.

Vejamos abaixo o número de angolanas e angolanos que se registraram (obtiveram CRNM) na Polícia Federal:

Gráfico 9 – Angolanas e angolanos registrados na Polícia Federal (2013-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Neste gráfico vemos uma relação entre os números de imigrantes de Angola no Brasil, o número de mulheres angolanas no Brasil e a quantidade de angolanas na cidade de São Paulo. Iremos aprofundar a seguir este último dado, mas importa notar que chama atenção neste gráfico que em 2015 há um aumento do total de angolanos para o Brasil, bem como o número de mulheres no Brasil e em São Paulo. Os números de Brasil e São Paulo se estreitam a partir de 2016 e se mantêm até 2018. Observamos que o número de mulheres angolanas em São Paulo é bastante significativo em relação ao total de mulheres no Brasil.

Em relação ao número de imigrantes registrados na Polícia Federal incluindo todas as nacionalidades, os dados do SISMIGRA apontam que em todos os anos no período analisado (2013-2018), há mais de 100 mil imigrantes, e portanto, os nacionais de Angola representam apenas 1%, como se nota na tabela abaixo:

Tabela 1 – Número de imigrantes angolanos em relação ao número de imigrantes de todas as nacionalidades vivendo no Brasil

Ano	Imigrantes de todas as nacionalidades	Angolanos	Porcentagem de angolanos em relação ao total
2013	106.167	1.117	1%
2014	114.527	1.311	1%
2015	114.473	1.627	1%
2016	125.467	1.328	1%
2017	102.721	1.251	1%
2018	121.774	1.122	1%

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

São Paulo aparece nos dados do SINCRE/SISMIGRA como um importante *locus* de recepção de imigrantes no país recebendo 21% dos imigrantes em média durante o período analisado (2013-2018). Para as mulheres angolanas, São Paulo também representa uma cidade importante para a imigração tendo recebido em média 45% dessas imigrantes analisadas no período de 2013 a 2018. Em 2016, a cidade recebeu 57% das imigrantes angolanas registradas naquele ano, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 – Número de angolanas vivendo no Brasil e na cidade de São Paulo

Ano	Angolanas no Brasil	Angolanas na cidade de São Paulo	Porcentagem
2013	391	90	23%
2014	466	123	26%
2015	696	279	40%
2016	635	361	57%
2017	542	324	60%
2018	536	292	54%

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Apesar de serem um movimento migratório importante, os dados do SISMIGRA apontam que as mulheres angolanas não são a maioria do fluxo de angolanos para o Brasil. No período analisado, elas representavam 42% do total de imigrantes (homens

e mulheres) dessa nacionalidade, somente em 2015, em São Paulo, elas superaram a maioria quando foram 51,4% do total de angolanas e angolanas registrados na Polícia Federal. O número de angolanas em São Paulo, assim como a rede consolidada de instituições atuantes no atendimento a essa população, foi a principal razão da escolha da cidade como local desta pesquisa.

Na sequência, apresentamos os dados do estado civil e *status* migratório das mulheres angolanas residentes na cidade de São Paulo registradas na Polícia Federal entre os anos de 2013 e 2018:

Tabela 3 – Perfil das mulheres angolanas residentes na cidade de São Paulo, registradas na Polícia Federal entre 2013 e 2018

Ano	Mulheres angolanas em São Paulo	Estado civil			Status migratório no país		
		Solteira	Casada	Outros	Permanente/ Residente	Temporário/ Provisório	Outros
2013	90	66	19	5	38	49	3
2014	123	100	21	2	74	48	1
2015	279	187	74	18	183	90	6
2016	361	295	51	15	339	22	0
2017	324	274	42	8	288	34	2
2018	292	244	36	12	248	44	0

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

A partir desta tabela, é possível extrair que a quantidade de mulheres angolanas registradas na Polícia Federal foram aumentando a partir de 2013 até chegar no pico em 2016. Observamos também que o número de mulheres solteiras é muito superior ao de mulheres casadas. Ademais, a tabela também revela que as mulheres estão, em sua maioria, com *status* de regularização migratória permanente.

Nas tabelas e quadros a seguir serão demonstrados os respectivos amparos legais desses registros. Foram selecionados os dados das mulheres angolanas que se registraram na Polícia Federal de 2013 a 2018, período compreendido nesta pesquisa. Para tanto, foram criadas categorias para agrupar os amparos legais a partir de sua respectiva finalidade migratória. Isto é, nos dispositivos jurídicos brasileiros que versam sobre migração internacional (Estatuto do Estrangeiro, Lei de Migração, Lei de Refúgio, resoluções, decretos e portarias relacionadas) constam diferentes

hipóteses migratórias para um imigrante se regularizar via “trabalho” ou “reunião familiar”, por exemplo. Assim sendo, agrupamos os amparos legais dos registros das mulheres angolanas em: a) reunião familiar; b) estudo e pesquisa; c) refúgio; d) trabalho; e os registros restantes foram agrupados na categoria e) outros.

Apenas com os dados obtidos pela Polícia Federal, não é possível (e não é o propósito desta pesquisa) analisar o porquê de cada registro ser feito por um determinado amparo em detrimento de outro. Possivelmente, questões do contexto histórico-político dos dispositivos jurídicos disponíveis, exigências de documentação e/ou taxas, motivações específicas da estada do imigrante no Brasil, dentre outros elementos, direcionam o amparo legal que será atribuído no momento do registro, considerando o emaranhado de legislação sobre o tema.

Antes de iniciar a apresentação dos dados acreditamos ser importante ressaltar que eventuais lacunas, falhas e imprecisões poderão ser encontradas, pois a metodologia dos registros da PF não foi especificada, dificultando a análise das informações.

A seguir apresentamos detalhes da categoria “Reunião Familiar” na tabela 4 e no quadro 1:

Tabela 4 – Amparos legais dos registros de mulheres angolanas em São Paulo que tratam sobre “Reunião Familiar” (2013-2018)

Ano	Mulheres angolanas em São Paulo	Artigo 75, II, Lei 6.815/80 e/ou RN 108/14	Artigo 75, II, Lei 6.815/80 e Parecer 218/85 - CJ/MJ	RN 36/99 CNI/MTE	Dependente de Titular de RN	Portaria MJ 606/91	Artigo 37, Lei 13.445/17	Total Reunião Familiar
2013	90	11	16	7	2	3	0	39 (43%)
2014	123	67	4	1	1	0	0	73 (59%)
2015	279	187	0	0	0	0	0	187 (67%)
2016	361	338	1	1	0	0	0	340 (94%)
2017	324	285	0	0	0	0	1	286 (88%)
2018	292	0	0	0	0	0	243	243 (83%)

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

A partir da tabela 4, é possível verificar que a reunião familiar ocupa um papel fundamental nas razões da regularização das mulheres angolanas que vieram para o Brasil, mais especificamente em São Paulo, visto que, em 2013, 43% se registraram por essa hipótese, enquanto em 2016, 94% delas também o fizeram. Em 2017 e 2018, há uma pequena queda (88% e 83%, respectivamente), mas a reunião familiar continua sendo praticamente a principal razão de registro. No quadro 1, os amparos legais da categoria “Reunião Familiar” estão brevemente descritos quanto a sua fundamentação jurídica:

Quadro 1 – Descrição dos amparos legais da categoria "Reunião Familiar"

Amparo Legal	Descrição
Artigo 75, II, Lei 6.815/80 e Parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)
Artigo 75, II, Lei 6.815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar
RN 36/99 CNI/TEM	Concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.
Portaria MJ 606/91	Define os procedimentos para a permanência de estrangeiros no Brasil a título de reunião familiar
Dependente de Titular de RN	Disciplina a concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.
Artigo 37, Lei 13.445/17	O visto ou a autorização de residência para fins de reunião familiar será concedido ao imigrante: I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II - filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III - ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Ao analisar o quadro 1, constatamos que existem amparos legais referentes a hipótese “reunião familiar” fundamentados na revogada Lei nº 6.815/1980 (artigo 75,

inciso II) e na nova Lei de Migração nº 13.445/2017, que estabelece no seu art. 3º, inciso VIII, a garantia do direito à reunião familiar dentre os princípios e diretrizes da política migratória brasileira (BRASIL, 2017a).

O direito do imigrante de viver no Brasil com sua família pode ser analisada em ambas as leis, porém ao atentarmos para os seus princípios verificamos que há uma diferença substancial no tratamento desses imigrantes, antes pautada na securitização da migração (Estatuto do Estrangeiro) e agora nos direitos humanos (nova Lei de Migração). Mais especificamente no tocante à família, consta na Lei nº 13.445/2017 a garantia da reunião familiar como princípio e diretriz da lei e também como direito assegurado ao imigrante (conforme previsto nos artigos 3º, inciso VIII e no artigo 4º, inciso III, respectivamente) (BRASIL, 2017a). Tais garantias são também fundamentadas nos artigos 226 a 230 do Título VIII, Capítulo VII da Constituição Federal.

A reunião familiar no Brasil também é um direito garantido na lei do refúgio, em seu artigo 2º, que prevê a extensão dos efeitos da condição dos refugiados ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como os demais membros do grupo familiar que do refugiado dependam economicamente desde que estejam em território nacional (BRASIL, 1997).

Quanto aos direitos do filho de imigrante nascido no Brasil, a alínea “a” do inciso I, do artigo 12, da Constituição da República Federativa do Brasil, afirma que: “são brasileiros natos, os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país” (BRASIL, 1988).

Para entender os direitos migratórios das mulheres, mães de filhos nascidos no Brasil, portanto brasileiros, é necessário fazer uma análise jurídica das principais legislações, da Constituição referida acima, e normas jurídicas aplicáveis ao caso, sobretudo na nova Lei de Migração (nº 13.445/2017) e seu Decreto Regulamentador (nº 9.199/2017) (BRASIL, 2017a; 2017b).

O direito de solicitar visto permanente em razão de filho brasileiro era previsto no Estatuto do Estrangeiro e foi mantido na nova Lei, de modo que os pais têm o

direito de permanecer e de trabalhar no Brasil, só podendo ser expulso por situações muito peculiares estabelecidas em lei.

Na solicitação do visto permanente com base em filho brasileiro, os requerentes devem apresentar vários documentos que comprovam os laços e recolher taxas. Essa permanência pode ser estendida para pais e irmãos, conforme acima citado. O visto permanente tem como base doutrinária o princípio da proteção integral da criança²⁶, por força do previsto no artigo 227 da Constituição Federal e nos artigos 3,4,5 e 6 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) instituído pela Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990).

A nova lei migratória não denomina mais “permanência” como constava no Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 1980), mas sim “autorização de residência” e tem como base legal a Seção IV, Da Autorização de Residência, artigo 30, inciso I (BRASIL, 2017a). Este artigo inclui várias hipóteses para este meio de regularização, como por exemplo, estudo, trabalho e tratamento de saúde e também a reunião familiar – previstos na alínea “i” do mesmo artigo.

²⁶ Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

(BRASIL, 1990)

Na seção seguinte da Lei de Migração (seção V), Da Reunião Familiar, o artigo 37 estabelece as hipóteses de concessão de visto ou de autorização de residência para fins de reunião familiar. Mais especificamente, o inciso II do artigo 37 determina esse direito a quem é “filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência” (BRASIL, 2017a).

O Decreto Regulamentador nº 9.199/2017, por sua vez, estabelece a autorização de residência no artigo 142, sendo que a autorização por reunião familiar está prevista no mesmo artigo, inciso I, alínea “k” (BRASIL, 2017b). O direito das migrantes mães de filhos brasileiros está assegurado também no artigo 153, inciso III (BRASIL, 2017b).

Como as taxas eram altas para os imigrantes conseguirem solicitar a reunião familiar, foi publicada a Portaria nº 218, de 27 de fevereiro de 2018, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – Gabinete do Ministro, que dispõe sobre a avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamentos de multa (BRASIL, 2018). Com essa possibilidade, a regularização se tornou mais acessível.

Já em relação a categoria “Estudo e Pesquisa” os dados de registros e seus amparos legais estão apresentados na tabela 5 e quadro 2:

Tabela 5 – Amparos legais dos registros de mulheres angolanas em São Paulo que tratam sobre “Estudo e Pesquisa” (2013-2018)

Ano	Mulheres angolanas em São Paulo	Artigo 13, I, Lei 6.815/80	Artigo 13, IV, Lei 6.815/80 e RN 116/15	Artigo 13, V, Lei 6.815/80	Artigo 37 Lei 6.815/80	Total Estudo e Pesquisa
2013	90	7	33	2	0	42 (47%)
2014	123	2	41	2	0	45 (37%)
2015	279	7	66	2	2	77 (28%)
2016	361	3	11	1	0	15 (4%)
2017	324	9	9	0	0	18 (6%)
2018	292	14	1	0	0	15 (5%)

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Quadro 2 – Descrição dos amparos legais da categoria "Estudo e Pesquisa"

Amparo Legal	Descrição
Artigo 13 - Item I - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos
Artigo 13 - Item IV - Lei 6.815/80 e RN 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.
Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro;
Artigo 37 - Lei 6.815/80	Dispõe que o titular de visto segundo o artigo 13, incisos V e VII, poderá obter transformação do mesmo para permanente (art. 16).

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Nas tabelas 5 e quadro 2, observamos que a maior porcentagem de mulheres que se registraram em hipóteses migratórias relativas a “estudo e pesquisa” foi em 2013, quando representaram 47% do total de angolanas. No ano 2014, elas foram 37% e no ano de 2015, 28%. Destacamos que nesse período, muitas mulheres angolanas de alta escolarização vieram para o Brasil. O amparo legal em que mais mulheres se basearam para registro foi o que diz respeito à concessão de vistos para cientistas, pesquisadoras e professoras, dentre outros.

A partir de 2016, contudo, percebemos uma queda bem acentuada no número de mulheres que se registraram no Brasil para fins de estudo e pesquisa. Em 2016, representaram apenas 4%; em 2017, 6%; e em 2018, apenas 5%.

Em 2018, já na vigência da nova lei da migração e seu decreto regulamentador, não há menção de registros feitos com base nessa legislação, apesar de haver previsão legal para tanto (Artigo 14, item I, letra “a” e “d”; e Artigo 30, item I, letra “a” e “d”) (BRASIL, 2017b).

Em que pese a importância dos dados em nos mostrar que registros de estudantes e pesquisadoras angolanas foram feitos nos últimos anos, para maior aprofundamento e informações é necessário pesquisas mais específicas sobre o tema. Isso porque, com os dados da Polícia Federal não é possível ter maiores

detalhes sobre as condições de vida dessas mulheres, nem o motivo da ascensão e/ou queda nos números com o passar dos anos.

Além dos registros baseados em amparos legais de “reunião familiar” e “estudo e pesquisa”, o terceiro maior motivo de regularização migratória das mulheres angolanas é sobre “refúgio”, como mostram as tabelas 6 e quadro 3 abaixo:

Tabela 6 – Amparos legais dos registros de mulheres angolanas em São Paulo que tratam sobre “Refúgio” (2013-2018)

Ano	Mulheres angolanas em São Paulo	Lei 9.474/97	RN 06/97 - CNIg	Artigo 30, II, letra “e” - Lei 13.445/17	RN 10/03 - CONARE	Total Refúgio
2013	90	3	1	0	0	4 (4%)
2014	123	1	0	0	0	1 (1%)
2015	279	6	0	0	0	6 (2%)
2016	361	0	0	0	0	0 (0%)
2017	324	2	0	9	2	13 (4%)
2018	292	0	0	6	0	6 (2%)

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Quadro 3 – Descrição dos amparos legais da categoria “Refúgio”

Amparo Legal	Descrição
Lei 9.474/1997	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.
RN 06/97 CNIg	Concessão de permanência definitiva a asilados ou refugiados e suas famílias
Artigo 30, II, letra “e”, Lei 13.445/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, ao residente fronteiriço ou ao visitante que seja beneficiário de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida.
RN 10/03 – CONARE	Dispõe sobre a situação dos refugiados detentores de permanência definitiva

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

O número de angolanas reconhecidas como refugiadas é muito pequeno, conforme se verifica nos números apresentados nas tabelas acima. Inclusive no ano de 2016, de um total de 361 mulheres registradas, nenhuma foi considerada refugiada.

Os maiores reconhecimentos ocorreram nos anos de 2013 e 2017, com percentual de 4%, entretanto não é possível fazer uma abordagem mais profunda por falta de mais dados.

A partir do cruzamento entre a tabela 6, acima apresentada, que versa sobre registros de refúgio de mulheres angolanas, e do gráfico 7, anteriormente apresentado que trata dos angolanos que foram deferidos (receberam o status de refugiado) do CONARE de 2013 a 2018 podemos inferir que: por exemplo, em 2015, das 13 pessoas de Angola reconhecidas como refugiadas (gráfico 7), apenas 6 eram mulheres (tabela 6); e em 2016, apenas homens foram reconhecidos como refugiados no país. A respeito deste cenário, é importante lembrar que tal realidade pode se relacionar com a cláusula de cessação de refugiados angolanos que foi inserida no ordenamento do CONARE em 2012. Com esses dados, podemos concluir que as mulheres angolanas são muito pouco reconhecidas como refugiadas no Brasil, sendo a maior parte regularizada por “reunião familiar”, como mostraram as tabelas 4 e o quadro 1. Abaixo vemos os registros das angolanas que versam sobre “trabalho”:

Tabela 7 – Amparos legais dos registros de mulheres angolanas em São Paulo que tratam sobre “Trabalho” (2013-2018)

Ano	Mulheres angolanas em São Paulo	RN 84/09 CNIg/TEM	RN 99/12	RN 62/04	Artigo 14, I, letra “e” - Lei 13.445/17	Total Trabalho
2013	90	1	1	0	0	2 (2%)
2014	123	1	0	0	0	1 (1%)
2015	279	5	0	1	0	6 (2%)
2016	361	0	0	0	0	0 (0%)
2017	324	0	0	0	1	1 (0%)
2018	292	0	0	0	13	13 (4%)

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Quadro 4 – Descrição dos amparos legais da categoria "Trabalho"

Amparo Legal	Descrição
RN 84/09 CNIg/MTE	Disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física.
RN 99/12	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil.
RN 62/04	Disciplina a concessão de autorização de trabalho e de visto permanente a estrangeiro, Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo, com poderes de gestão, de Sociedade Civil ou Comercial, Grupo ou Conglomerado econômico
Artigo 14, I, letra "e", da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de trabalho

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Como vemos na tabela 7, o número de angolanas que obtiveram CRNM por trabalho é ínfimo. Constatamos uma quantidade muito baixa, sendo a maior porcentagem apenas 4%, ou em números absolutos, 13 mulheres do total de 292 registradas no ano de 2018. No quadro 4, vemos que os amparos legais de “trabalho” se referem a trabalhos considerados “formais”, tendo em vista que parecem estar mais ligados a função de administrador, gerente e diretor executivo.

Cumpramos acrescentar que as 19 mulheres entrevistadas declararam ser, naquele momento, trabalhadoras informais e solicitantes de refúgio. Nenhuma dessas categorias (trabalho informal e solicitante de refúgio) está incluída nos registros da Polícia Federal.

Além dos registros de “reunião familiar”, “estudos e pesquisa”, “refúgio” e “trabalho”, constam também outros amparos legais que foram agrupados na categoria “outros”, como se vê abaixo:

Tabela 8 – Amparos legais dos registros de mulheres angolanas em São Paulo que tratam sobre “Outros” (2013-2018)

Ano	Mulheres angolanas em São Paulo	RN 09/97 CNlg	RN 39/99	RN 27 25/11/98 CNlg /MTE	RN 126/17 CNlg	Art. 159 decreto 9.199/17	Art. 14, I, Lei 13.445/17	Art. 30, I, Lei 13.445/17	Art. 30, I, letra c Lei 13.445/17	Sem identificação	Total Outros
2013	90	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3 (3%)
2014	123	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3 (2%)
2015	279	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3 (1%)
2016	361	1	3	1	0	0	0	0	0	1	4 (1%)
2017	324	0	2	0	0	2	1	0	1	0	6 (2%)
2018	292	0	0	0	1	0	1	1	10	2	13 (4%)

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Quadro 5 – Descrição dos amparos legais da categoria "Outros"

Amparo Legal	Descrição
RN 09/97 CNlg	Disciplina a concessão de vistos no Brasil e no exterior
RN 39/99	Dispõe sobre a concessão de visto para ministros de confissão religiosa ou membro de instituição de vida consagrada ou confessional, e de congregação ou ordem religiosa que venha ao País para prestação de serviços de assistência religiosa ou na condição de estudante
RN 27 de 25/11/98 do CNlg /TEM	Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração.
Art. 1, RN 126/17, CNlg	Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço.
Artigo 159 decreto 9.199/17	Regulamenta a autorização de residência à pessoa que esteja em liberdade provisória ou em cumprimento de pena no país
Art. 14, I, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado com finalidade de: a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; b) tratamento de saúde; c) acolhida humanitária; d) estudo; e) trabalho; f) férias-trabalho; g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário; h) realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural; i) reunião familiar; j) atividades artísticas ou desportivas com contrato por prazo determinado;
Artigo 30, I, Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que venha ao Brasil com finalidade de: a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; b) tratamento de saúde; c) acolhida humanitária; d) estudo; e) trabalho; f) férias-trabalho; g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário; h) realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural; i) reunião familiar;

Amparo Legal	Descrição
Artigo 30, I, letra “c”, Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que venha ao Brasil com finalidade de acolhida humanitária

Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Nesta tabela e neste quadro foram reunidos os amparos legais a partir de três critérios: i) número ínfimo; ii) imprecisão nos dados; e iii) falta de correlação com a presente pesquisa. A respeito dos baixos números, notamos que a maior quantidade de mulheres registradas nesta categoria, isto é, 10 angolanas, está justamente registrada pelo amparo “Artigo 30, item I, letra “c”, da Lei 13.445/2017” que trata de acolhida humanitária (BRASIL, 2017a). Este amparo, assim como a “Resolução Normativa 126/2017 do CNlg”, que versa sobre migrante fronteiriço, não coincide com o histórico de regularização migratória de angolanas e angolanos no Brasil.

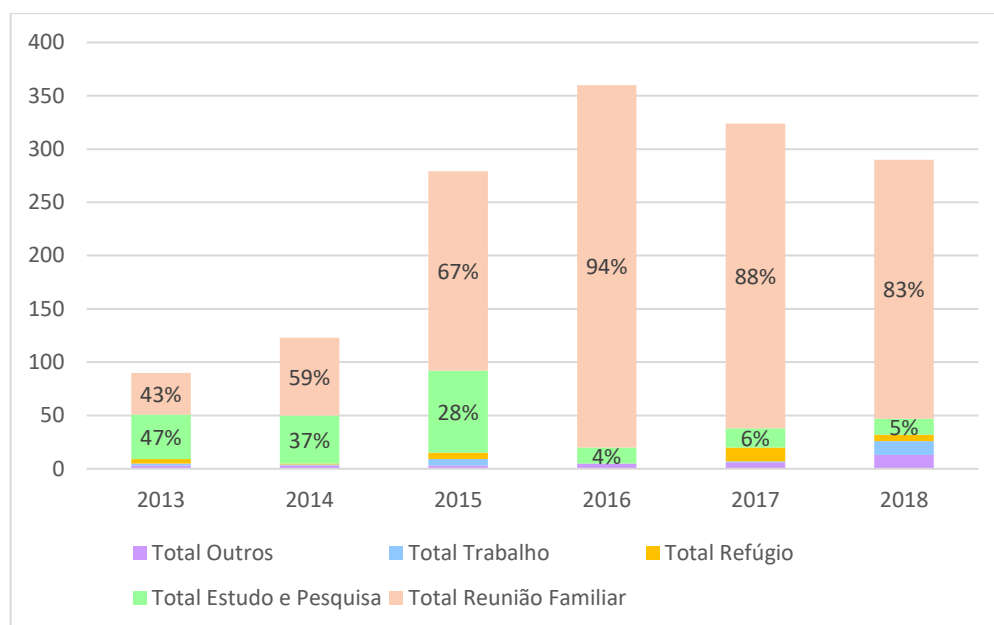
Os amparos legais “Resolução Normativa 27 de 1998 do CNlg/MTE”, “Artigo 14, I, da Lei nº 13.445/2017” e “Artigo 30, I, da Lei nº 13.445/2017” foram agrupados na categoria “outros” devido à imprecisão da hipótese migratória, visto que, sobre o primeiro, não foi possível ter mais informações acerca do que foi considerado como um caso omissio e, sobre os dois últimos, também não foram disponibilizados quais as alíneas correspondentes desses registros.

Destacamos, também, o amparo legal “Artigo 159 do Decreto nº 9.199/2017” que versa sobre autorização de residência para quem está em liberdade provisória ou em cumprimento de pena no país (BRASIL, 2017b).

Assim como nos demais registros, maiores informações, detalhes e aprofundamentos sobre a relação desses amparos legais com a migração de mulheres angolanas não estão disponibilizadas e não são objeto desta pesquisa, sendo necessário que estudos futuros sejam realizados para sua melhor compreensão.

O gráfico abaixo, por fim, sintetiza os percentuais de registros na Polícia Federal por categoria ano a ano:

Gráfico 10 – Registro de angolanas de acordo com os amparos legais por categorias (2013-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de SISMIGRA (2020).

Conforme constatamos no gráfico acima, a reunião familiar ocupa a maior porcentagem de regularização migratória de angolanas a partir de 2014, partindo de 59% neste ano para o auge de 94% em 2016, o que, em números absolutos dizem respeito a 73 mulheres, em 2014, e 340, em 2016. Somente em 2013, a regularização via “estudo e pesquisa” se sobrepôs à reunião familiar, o que não continua nos anos seguintes, visto que em 2016 representou apenas 4% ou 15 mulheres. Registros por “trabalho” são praticamente invisíveis em todos os anos, com exceção de 2018 em que as 13 mulheres registradas deste modo representam 4% dos registros feitos neste ano. Como já mencionado, o número de refugiadas é significativo apenas em 2017, ainda que represente apenas 4% ou 13 mulheres em números absolutos.

3.3 Instituições de atendimento a imigrantes em São Paulo

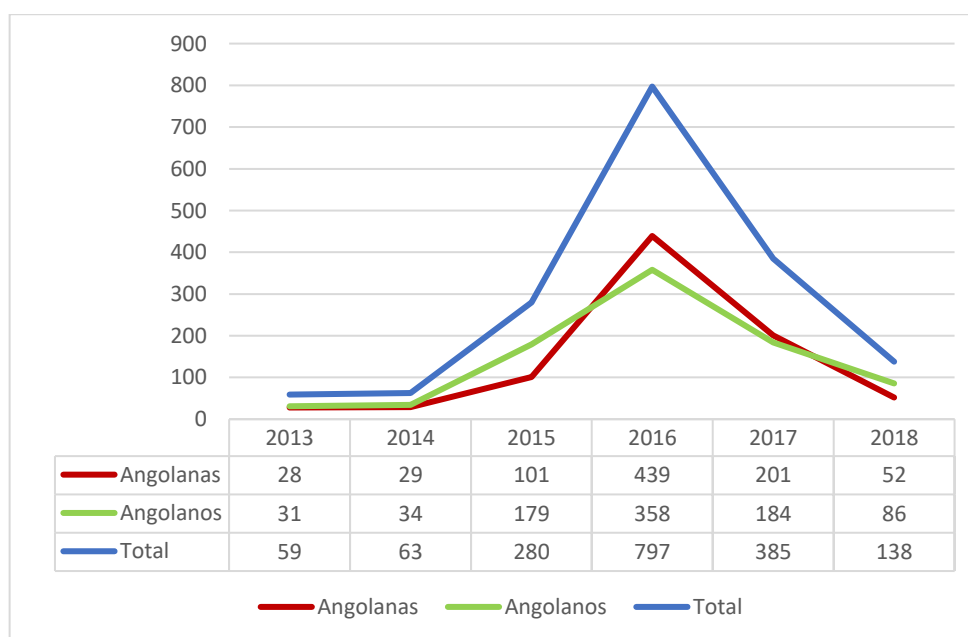
Neste cenário de diversas possibilidades migratórias, ainda que umas se mostrem mais acessíveis que outras, as instituições da sociedade civil representam um alicerce para que esses imigrantes angolanos sejam acolhidos e recebam informações confiáveis acerca dos procedimentos para regularização migratória e

tantos outros relativos à integração local. Essas instituições acolhem, ajudam, fazem encaminhamentos e assessoram os imigrantes tanto quanto possível em suas necessidades. Esses serviços se mostram ainda mais relevantes, considerando que o Estado não consegue sozinho prestar assistência devida ao imigrante, especialmente, perante o emaranhado de dispositivos legais existentes para regularização migratória.

Uma das instituições mais tradicionais e conhecidas pelos imigrantes é a Missão Paz, onde se originou esta pesquisa e onde foi definido o perfil dos sujeitos que seriam pesquisados, isto é, as mulheres angolanas. A Missão Paz, situada na Rua do Glicério (centro da cidade de São Paulo) é uma entidade que pertence à congregação dos Missionários de São Carlos, conhecidos como scalabrinianos que foi fundada em 1887, pelo Padre Giovanni Battista Scalabrini, na época para atender imigrantes italianos. Atualmente a Missão Paz de São Paulo atende, por ano, mais de 70 nacionalidades e atualmente os Scalabrinianos estão presentes em 33 países (PARISE, 2016).

No que tange à essa pesquisa, cabe dizer que a Missão Paz é uma das referências também no atendimento de imigrantes angolanos e angolanas. Os dados abaixo mostram os números de atendimento a essas pessoas por ano:

Gráfico 11 – Angolanos atendidos pela Missão Paz (2013-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de Missão Paz (2020).

O gráfico demonstra que de 2014 a 2016 houve um grande aumento no número de mulheres que buscaram atendimento na instituição, superando, em 2016 e em 2017, o número de homens. A partir de 2017, o gráfico revela uma queda no número de atendimentos, fato que pode ser fruto de futuras pesquisas.

Como mencionado, a Missão Paz é referência no acolhimento e apoio onde os imigrantes recebem as mais diversas orientações e encaminhamentos sobre as possibilidades jurídicas de regularização migratórias, apoio médico e psicológico, aprendizagem da língua portuguesa, mediação para (re)colocação no mercado de trabalho e assistência social e psicológica, dentre outras.

Atualmente é composta por “quatro realidades intercomunicantes”: a Casa do Migrante, Centro Pastoral e Mediação do Migrante (CPMM), o Centro de Estudos Migratórios (CEM) e a Igreja Nossa Senhora da Paz (PARISE, 2016). A Casa do Migrante tem capacidade para acolher 110 pessoas, migrantes ou refugiados, assim, os imigrantes com essa demanda podem pleitear vagas na instituição por tempo suficiente para organizarem suas vidas. Nela são oferecidos os seguintes serviços: alimentação, material de higiene pessoal, roupas, aulas de português, acompanhamento por parte das assistentes sociais e atendimentos psicológicos, pela psicóloga. A casa conta também com uma sala de TV, uma biblioteca, uma brinquedoteca e uma lavanderia (PARISE, 2016).

O CPMM, por sua vez, está estruturado em cinco eixos para atender o público migrante que procura a Missão Paz: documentação e jurídico, trabalho e cursos, saúde, educação, família e comunidade. Destes, destacamos que a Missão Paz, assim como as demais instituições que serão mencionadas nesta seção, possui um papel crucial nas orientações de documentação para os imigrantes angolanos, pois, como vimos, esta população costuma se regularizar por diferentes hipóteses migratórias.

O eixo trabalho da Missão também é reconhecido pela excelência e pelas parcerias que a instituição tem com empresas privadas. Algumas vezes na semana, plantões para contratação são feitos com intuito de mediar os acordos e contratos entre empregadores e funcionários. Uma das atividades do eixo família e comunidade

foi explicada pela assistente social M.P., em entrevista do dia 27/03/2018, durante o trabalho de campo:

O que acontece é que às vezes são famílias acolhidas e quando eles estão saindo, a assistente social me chama e fala “olha, tal família está saindo daqui para tal endereço, então eles estavam bem adaptados aqui, as crianças estavam frequentando escolas da região e agora eles precisam começar do zero no bairro onde eles estão, então precisa ver escola naquela região, a UBS daquela região, o transporte público como funciona, indicaram e eles tão indo morar lá’ ok, vou visitar, vejo lá, já vou com os equipamentos públicos da região, geralmente eu já levo tudo “anotadinho”, então eu vou visitar uma pessoa que já passou pela Casa do Migrante, para ajudá-los a se adaptar, mas o nosso objetivo é automatizá-los, eles têm que se emancipar, andar com as próprias pernas (M. P., 27/03/2018).

O CEM possui biblioteca, publica a revista Travessia (referência nas pesquisas da área migratória), oferece cursos à distância, organiza seminários, recebe estudantes e pesquisadores e assessora momentos de formação. A Igreja acolhe 3 paróquias, ou seja, do bairro do Glicério, dos italianos e dos hispano-americanos.

Ademais, é fundamental destacar o papel que a Missão Paz tem enquanto instituição de referência aos migrantes, incluindo, as reivindicações e os posicionamentos crítico-políticos que adotam em sua atuação.

Como questão política, a acolhida tem se tornado, então, um dos maiores desafios para a sociedades num contexto histórico de políticas de securitização e intolerância cultural, religiosa, sexual, social, xenofobia, preconceito, definição de categorias sociais e reconhecimento político dos sujeitos políticos. Como questão humanitária, a acolhida é uma questão emergencial para os milhares de pessoas que buscam dignidade e segurança. E é também uma questão ética para os governos e sociedades por onde os migrantes circulam ou chegam (PEREIRA, 2016, p.105).

Assim, a Missão Paz é um local bem conhecido pelos imigrantes e, inclusive, nos últimos anos foi possível notar, durante a pesquisa de campo, que os entornos da Missão sofreram modificações. Isto porque, há uma grande movimentação de pessoas oriundas das mais diversas nacionalidades, circulando e comercializando nas calçadas e em lojas de propriedade de imigrantes: produtos alimentícios, roupas, sapatos novos e usados e outros objetos típicos. Alguns lugares mais parecem uma pequena feira de frutas e alimentos tradicionais dos países de origem e ocupam um ponto de destaque na região.

Outra entidade importante no atendimento às mulheres imigrantes grávidas e com filhos é o Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes (CAEMI-PALOTINAS), administrado pela Associação Palotinas e onde foi realizada parte da pesquisa de campo. Fui amorosamente recebida e acolhida pela Diretora e os funcionários da instituição, local organizado, limpo e aconchegante, onde entrevistei 06 (seis) mulheres. No dia 24 de novembro de 2017, a diretora M.A. foi longamente entrevistada e forneceu dados importantes sobre a criação, organização, acolhimento, funcionamento da casa e algumas características das mulheres acolhidas.

A CAEMI-Palotinas atualmente está situada no Bairro da Penha em São Paulo. Em 2006, realizava um projeto de acolhimento a mulheres egressas do sistema prisional. Ao longo do tempo, passaram também a receber mulheres migrantes e refugiadas, grávidas ou não e, aos poucos, a instituição se tornou uma referência, como explica M.A.:

A ideia do projeto teve início no final de 2005, quando as Irmãs Palotinas que são as que são administradoras da Associação Palotina, elas perceberam que na cidade de São Paulo, não havia uma casa de acolhida somente para mulheres estrangeiras. Elas conheciam o Centro de Acolhida para os Imigrantes, que é lá na Missão Paz, mas que acolhia homens e mulheres. Para mulheres, com crianças, estrangeiras, não havia em São Paulo. Tendo em vista a quantidade de mulheres estrangeiras que estavam em São Paulo, em especial no presídio, que as irmãs visitavam os presídios, e pelo presídio elas tiveram então contato com as mulheres estrangeiras. Constatando essa realidade, fazendo uma pesquisa, junto à secretaria de Assistência Social, elas perceberam que não havia, portanto, uma casa de acolhida pra essas mulheres. Diante disso elas decidiram, em 2006, implantar esse projeto para acolher mulheres estrangeiras, sozinhas ou com filhos. Uma vez que elas abriram esta casa para acolher as estrangeiras, a princípio, egressas do sistema prisional, por meio da Cáritas, souberam que havia também a necessidade pra acolher mulheres refugiadas. Foi então que a partir de 2006, as irmãs abriram portanto esse centro de acolhida, para mulheres estrangeiras. [...] Para título dela entrar nessa casa, pra nós não interessa o título de entrada. Quando ela entra, a gente precisa saber pra poder dar os encaminhamentos necessários, mas enquanto entrada no projeto, pra nós é indiferente o enquadramento jurídico delas. Sendo estrangeira, a casa é para a mulher estrangeira (M. A. 24/11/2017).

O Projeto conhecido como "Casa de Acolhida" buscou e ainda busca oferecer uma acolhida fraterna e humana entre as conviventes. Atualmente atende somente mulheres imigrantes, sozinhas ou com filhos, e oferecem moradia 24 horas/dia por um período de 12 meses. Desde seu início até o momento da entrevista haviam atendido mulheres de 95 nacionalidades. A respeito desse prazo, M.A. nos informou:

A gente dá aí um prazo de um ano, um ano e meio, pra que ela fique aqui. Então quando nós pensamos esse projeto, a gente pensou trabalhar a autonomia da mulher. Lá no início da nossa conversa, eu falei que essa

mulher, ela chega, além das dificuldades, de não conhecer o idioma, de não conhecer a realidade brasileira, essa mulher ela não tem uma qualificação profissional. Então como que a gente vai, em seis meses, trabalhar a autonomia dessa mulher? Quando ela não tem seus documentos, nos casos que não falam o idioma português, até ela aprender o idioma, até que ela consiga uma qualificação profissional, que minimamente ela consiga se inserir no mercado de trabalho, colocar seu filho na creche, colocar seu filho na escola, conseguir se estruturar, pra poder minimamente administrar a sua vida, como fazer isso em seis meses? Então por isso que a gente dá aí o prazo de um ano, sempre conversando com essa mulher, sempre percebendo se ela tá de fato buscando essa autonomia (M. A., 24/11/2017).

A Instituição é muito bem-organizada e administrada. Atende as mulheres e seus filhos nas mais diversas necessidades até retornarem a seu país de origem ou terem condições de estabelecer sua própria moradia no Brasil.

As mulheres e seus filhos são recebidos com muito respeito e encaminhadas a muitos outros serviços públicos ou ONGs, tais como: serviços de saúde, escolas e creches públicas, Defensoria Pública da União (DPU) e Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC). Além desta atuação, a instituição oferece muitas atividades, entre elas, oficinas de saúde e orientações sobre relacionamento com os filhos. A respeito deste tema, especificamente, visam demonstrar que as mães não precisam ser “truculenta” (sic) no processo educacional das crianças, como nos explicou a diretora M.A.:

“porque em especial as [mães] que vêm do continente africano, por vezes têm um relação um tanto que agressiva com as crianças, [...], uma criação de muita violência, então nós temos várias mulheres inclusive que têm marcas pelo corpo, que foram espancadas quando criança” (M. A. 24/11/2017).

Ainda segundo a entrevistada, as mulheres imigrantes atendidas têm baixa escolaridade e pouca qualificação, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho, fazendo com que se submetam a atividades precarizadas e de baixa remuneração. De acordo com M.A. essas mulheres quase sempre chegam grávidas, desacompanhadas, sem marido e sem companheiro, sofrem preconceitos e discriminação, mesmo entre elas.

Outra entidade importante no atendimento aos imigrantes é a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP) que é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e de caráter assistencial, formada pelos princípios da fé cristã, fundada em 04 de abril de 1968. Trabalha na defesa dos direitos humanos e do

desenvolvimento sustentável solidário, organiza projetos junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção de uma sociedade justa, igualitária e plural (CASP, 2020).

Dentre sua organização, a CASP mantém um Centro de Referência a Refugiados em sua sede, localizada no centro de São Paulo próximo à Praça da Sé. Historicamente, como vimos no capítulo 1, a CASP tem um papel fundamental na agenda migratória do país, sendo, inclusive, membro do CONARE. No dia a dia, presta serviços de apoio na integração e proteção de solicitantes de refúgio e refugiados na cidade de São Paulo, como nos explica o advogado da instituição, W.R., em entrevista no dia 15 de agosto de 2018:

Então, a Cáritas, hoje ela trabalha mais exclusivamente (...) hoje a gente atende mais solicitante de refúgio e refugiado, então, desses, dois setores, o que a gente trata como elegibilidade, seria essa avaliação, tanto de vulnerabilidade, então a pessoa acabou de chegar, vai fazer um registro, primeiro a gente faz o registro e faz uma entrevista pra verificar a vulnerabilidade. Verificou o grau de vulnerabilidade, faz os encaminhamentos, às vezes a pessoa não tem abrigo, envia para a Missão e tal, mas também faz uma verificação dos motivos da viagem, o porquê que ela resolveu vir ao Brasil. E aí, se se percebe que tem alguma questão de refúgio, a gente continua os atendimentos, senão a gente encaminha para a rede do Migrante. Então hoje a gente trabalha mais exclusivamente com pessoas com o perfil de alta probabilidade de refúgio, digamos assim. (W.R., 15/08/2018).

Também compõem a rede de instituições que atuam com migrantes em São Paulo, o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI). Trata-se de um serviço público criado em 2014 pela então Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, da Prefeitura de São Paulo. Localizado no centro da cidade, o CRAI oferece apoio especializado e multilíngue para imigrantes, com foco em orientações sobre regularização migratória e acesso a direitos sociais, orientação jurídica e do serviço social, bem como encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos. Seu objetivo geral é promover o acesso a direitos e a inclusão social, cultural e econômica das pessoas migrantes no município, com atenção especial aos(às) imigrantes em situações de maior vulnerabilidade (CRAI, 2020). Para compreender mais sobre a instituição, entrevistei em 17 de julho de 2017, o J.F., coordenador do SEFRAS, e, em 16 de novembro de 2017, F.A., coordenador do CRAI, M.D. e E.C., ambas assistentes sociais que atuam na unidade.

O CRAI integra a Política Municipal para População Imigrante que foi instituída pela Lei Municipal nº 16.478/2016 e pelo Decreto nº 57.533/2016, que, cabe destacar, é única no Brasil. A gestão do CRAI é feita por meio de convênio com o Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS). A respeito dessa parceria entre as instituições, J.F. explica:

Então, aí a prefeitura tinha uma proposta, mas não tinha como viabilizar. Nós tínhamos meios. Então a gente sentou e fez uma parceria. Então era...são dois serviços: um é o centro de referência, é o que acolhe, atende qualquer tipo de migrante na sua necessidade. E sobre...a primeira necessidade do imigrante é se estabilizar no Brasil: ter documentação, um meio de...então isso...então o centro de referência é o escritório onde se atende as pessoas e tenta ajudá-las a viabilizar as suas demandas, sobretudo nessa questão de se estabelecer no Brasil; Nesse contexto de uma pessoa se estabilizar Brasil, tem a parte de documentação, mas ela precisa de sobrevivência, e como o Brasil é um país majoritariamente monoglota nós não falamos duas línguas, então quem chega aqui, ou fala português ou fala português (J.F. 17/07/2017).

Como nos conta J.F., o CRAI foi inaugurado em 29 de agosto de 2014 e, na época, contava com dois serviços: um centro de referência para atendimentos diversos e um centro de acolhida, como uma hotelaria. Ambos ficavam localizados na Rua Japurá, no centro da cidade. O Centro de Referência é responsável pelo apoio em questões mais burocráticas, de orientação, de documentação e de encaminhamento para os mais diversos serviços da Prefeitura, como vagas para atendimento de saúde, habitação, creches e escolas. Abaixo F.A. descreve um pouco desta rotina:

Então, o que que o CRAI faz? O que que a gente descobriu durante esse processo? Ele tem um atendimento de portas abertas, com quatro atendentes imigrantes, que falam diversos idiomas, a gente tem uns sete pra oito idiomas aqui, que é o português, inglês, francês e espanhol, Lingala, árabe e quéchua, e um pouquinho de crioulo haitiano, que é eu, que fala o crioulo haitiano, um pouco, mas como eu convivo...um tempo com o pessoal, de acolhida, muitos...eu já fiz muitos atendimentos em crioulo haitiano, então fui aprendendo ao longo do tempo (F.A. 14/11/2017).

O CRAI oferece também serviços de assistência social e acompanhamento psicológico, por meio de convênio com instituições e universidades; além de apoio jurídico, em parceria com a Defensoria Pública da União. A respeito do Centro de Acolhida, por sua vez, F.A. descreve os princípios da instituição:

Então a gente recebe todos...tudo o que tá relacionado a acesso a direitos, direito à educação, saúde, assistência, direitos humanos, direito trabalhista, direito...regularização migratória, é isso que a gente vai receber aqui. Aí a gente tem a assistente social, que vai trabalhar mais vinculada às questões que são específicas da rede socioassistencial, então uma das coisas que a

gente vai fazer bastante é dar suporte pra rede, pra conseguir vaga em centro de acolhida (F.A. 14/11/2017).

O coordenador J.F. relatou que a Centro de Acolhida possui 110 vagas (que, nas palavras da assistente social M.D. se referem à “110 vidas” que estão morando temporariamente no CRAI). J.F. disse que “nunca dormiu uma noite uma cama vazia” (sic) e que não há prazos para que imigrantes fiquem acolhidos na instituição:

Nós não trabalhamos com um prazo limite, a gente trabalha é...assim...porque o migrante é muito diferente por exemplo, do povo da rua. O povo da rua é uma população crônica no sistema. Ela entra e não sai. O migrante não. O migrante chega ele...ele é uma pessoa que veio atrás dos sonhos, ele tá correndo atrás da vida. Ele não tá...ele não quer um lugar pra ficar sendo tutelado, sabe? Ele quer ir embora, ele quer cuidar da vida, então quanto mais cedo ele consegue se organizar, mais cedo ele sai do equipamento. Eu não tenho dificuldade que as pessoas vão embora. As pessoas...o giro... o nosso prazo, ele era de 150 dias em média. Agora com a crise, com a dificuldade de emprego, tá em média 180 dias. Subiu. Isso sobe (J.F, 17/07/2027).

Sobre o tempo que os migrantes ficam no Centro de Acolhida do CRAI, M.D. nos explicou, inclusive, enfatizando a diferença de acolher pessoas brasileiras e pessoas migrantes:

Tem pessoas que ficam um ano, eles são, eles se destacam tanto na questão da dinâmica do trabalho, da autonomia em si que eles conquistam autonomia plena comparada a população em situação de rua brasileiro que o período máximo que eles ficam é de seis meses a oito meses, é muito raro ficar um ano porque eles conseguem trabalho e se, se unem, se reestruturam e conseguem alugar casa, isso já é da cultura deles (M.D., 16/11/2017).

No tocante ao público atendido²⁷, o CRAI possui vagas mistas para pessoas de todas as idades, sendo aproximadamente 30% para mulheres e 70% para homens. Segundo a assistente social M.D. a ala feminina é compartilhada entre as mulheres e as crianças. J.F. mencionou as demandas relacionadas às famílias atendidas:

As mulheres que chegam elas geralmente chegam predominantemente grávidas, predominantemente grávidas. No nosso centro de acolhida nós chegamos a ter lá dentro já 20 crianças. Imagina só nós chegamos a ter 22 crianças numa única semana...é...de 120 pessoas...110 pessoas (J.F., 17/07/2017).

Dentre as atividades realizadas no Centro de Acolhida, a assistente social E.C. relatou que possuem eixos de atuação ligados à educação, saúde, trabalho, lazer e

²⁷ No dia da entrevista, em novembro de 2017, nos chamou atenção que, segundo a assistente social M.D., 80% das pessoas que estavam no Centro de Acolhida eram de Angola.

cultura. Sobre o eixo trabalho, há oferta de cursos profissionalizantes, encaminhamento às vagas de emprego e aprimoramento profissional. Já no eixo saúde, o foco da atuação em saúde mental é a parceria entre projetos de extensão de várias universidades, como o Projeto Pontes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e também o encaminhamento para Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) da Prefeitura Municipal de São Paulo.

A assistente social E.C. destacou que o Centro de Acolhida também organiza atividades culturais, como saraus:

No lazer e na cultura eu trabalho com agenda, eu tenho um projeto do sarau imigrantes aqui na casa, a gente traz, é busca talentos né, deles mesmos, nós fazemos o sarau com eles mesmos aqui da casa para que eles possam mostrar um pouco da parte artística (E.C., 16/11/2017.).

Há ainda projetos relacionados, especificamente, com mulheres migrantes:

e aí tem a questão também do projeto Mulheres do Caminho da psicóloga Cleide que é voltado mais para o cuidado da mulher no atendimento psicossocial que aí não vai tratar só das questões de mulheres sim, a questão do empoderamento feminino, mas tudo que venha embarcar nesse complexo, né, no mundo feminino, seja empoderamento feminino, seja busca de trabalho, seja questão da educação para os filhos, é uma mulher que não tem o parceiro aqui no Brasil, que o parceiro está no seu país de origem e da dificuldade que é conseguir um trabalho, ter a sua autonomia, tudo isso é trabalhado no projeto Mulheres do Caminho (E.C., 16/11/2017.).

Além do CRAI e seu Centro de Acolhida, também é importante destacar a atuação do CIC do Imigrante, Centro de Integração e Cidadania, órgão da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. É um espaço único da cidade destinado a atender essa população, está localizado na Rua Barra Funda, no bairro Santa Cecília, região central. No dia 17 de julho de 2017 entrevistei S.P., coordenadora do CIC, que contou um pouco sobre a história da instituição:

O CIC foi inaugurado em dezembro de 2014, né, e com o atendimento exclusivamente para o imigrante. Não que o migrante não possa ser atendido em outros setores, em outros órgãos, que façam o nosso atendimento, eles podem, mas ele foi criado exclusivamente para o atendimento ao imigrante e refugiado. A gente não tem essa distinção, de imigrante e refugiado. Pra nós...tem muita instituição que faz isso, levantamento, se for refugiado, eles atendem só refugiados, se for imigrante eles não atende, porque eles só atendem refugiados. O CIC não, nós atendemos qualquer imigrante que chega no nosso país, a procura de uma oportunidade, né (S.P., 17/07/2017).

Pensado como um local de acolhimento ao imigrante, o CIC integra atividades do Governo do Estado de São Paulo relativas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas,

combate ao trabalho escravo e atenção aos refugiados. A instituição visa consolidar serviços da Defensoria Pública da União, Defensoria Pública Estadual, cursos de idiomas (português para imigrantes e inglês, francês e espanhol abertos ao público em geral) e Posto de Atendimento ao Trabalhador. O CIC ainda promove um Feirão de Empregos e cursos profissionalizantes, como jardinagem e panificação (SÃO PAULO, 2016).

A respeito da demanda de empregos, a coordenadora S.P. explica que esta é a principal busca de atendimentos no CIC²⁸:

[...] a vaga de emprego, que é a nossa maior demanda de atendimento, é procurar vaga de emprego. Eles vêm aqui já com esse objetivo. Eles chegam no nosso país, eles chegam pra procurar emprego. [...] Aí eles vão procurar uma vaga de emprego, então assim, como funciona: eles vêm aqui, o atendente faz um cadastro, que é do sistema, né, aí o atendente faz o cadastro, se tiver alguma vaga no perfil dele, a gente vai encaminhar pra ele fazer uma entrevista. Automaticamente a gente imprime uma cartinha, entrega pra ele, e ele vai lá fazer uma entrevista. Se não deu certo, ele volta aqui, de novo, a gente vai lá e dá uma outra entrevista (S.P. 17/07/2017).

Para auxiliar na procura de empregos, o CIC faz uso do acesso ao antigo Sistema Nacional de Emprego (SINE), atual Trabalha Brasil, onde é possível conferir as vagas existentes nas empresas cadastradas. Como não se trata de oportunidade exclusivas para imigrante, o CIC verifica quais são as vagas nas quais o imigrante atendido pode se adequar (a partir de suas qualificações) e faz os encaminhamentos e dá orientações para entrevistas:

Quando ele chega aqui, a gente já orienta ele a isso: “olha, o senhor vai lá, o senhor vai fazer uma entrevista, não que o senhor já vai garantir o emprego, não, o senhor vai concorrer à entrevista”, então a gente dá várias dicas pra eles: “o senhor vai lá, o senhor não vai de boné, o senhor não vai com fone, quando chegar lá o senhor tira o fone, presta a atenção no que a pessoa tá falando”. Se ele chega aqui, ele não sabe nada de português, a gente já orienta: “nós temos cursos de idiomas, vem fazer um curso com a gente”, ou se ele mora longe daqui, a gente já fala pra ele um curso mais próximo, pra que ele consiga falar pelo menos o básico, porque se ele for lá, na entrevista, sem falar nada do português... (S.P., 17/07/2017).

²⁸ Devido a implementação do SISCONARE (nova plataforma em que irão tramitar todos os processos relacionados a refúgio no Brasil) em setembro de 2019, as demandas do CIC se alteraram, pois a instituição passou a auxiliar os imigrantes solicitantes de refúgio a acessarem a plataforma informatizada.

Vemos, a partir da fala de S.P., a importância que instituições como o CIC têm no acolhimento, recepção e integração dos imigrantes na cidade de São Paulo, tendo em vista que elas oferecem orientações de diversas ordens para que o imigrante se adapte à sua nova situação de vida. Finalmente, cabe destacar que todas as instituições contam com a parceria da Defensoria Pública da União (DPU) para prestar apoio jurídico a essas pessoas.

Primeiramente, é importante explicar o caminho legislativo das competências e o trajeto das leis para os imigrantes terem seus direitos garantidos. Verifica-se que o artigo 22, inciso XV da Constituição Federal estabelece como sendo da União a competência para legislar sobre emigração, imigração, entrada e extradição de estrangeiros (BRASIL, 1988).

A nova lei da migração (nº 13.445/2017), em seu artigo 38 estabelece que as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteira serão realizadas pela Polícia Federal (BRASIL, 2017a) e as demandas pelos direitos dos migrantes são ajuizadas na Justiça Federal, segundo o artigo 109, I da Constituição Federal.

Por sua vez, o Órgão responsável e que tem competência para ajuizar ações em defesa dos emigrantes e imigrantes é a Defensoria Pública da União que é definida no artigo 134 da Constituição Federal como uma instituição permanente que tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. É considerada essencial às funções da Justiça do Estado, e abrange a DPU, a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e as Defensorias Públicas dos Estados.

Em São Paulo, a DPU está localizada no bairro Paraíso, próximo à Avenida Paulista. A instituição trabalha com assistência jurídica integral e gratuita a imigrantes, promoção de direitos, articulação com órgãos governamentais e da sociedade civil, além da expedição de recomendações para a tutela de direitos dos imigrantes. A DPU não faz distinção entre as diferentes hipóteses de regularização migratória, atendendo, portanto, imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados. No caso desses últimos, destacamos que a DPU é a responsável pelo ajuizamento de recursos das solicitações de refúgio.

A maioria dos representantes das entidades citadas nas entrevistas informaram que, quando a própria instituição não consegue solucionar a demanda do imigrante, a DPU é o órgão de encaminhamento para tratar questões jurídicas, como os descumprimentos das leis relativas à migração e a garantia dos direitos dos imigrantes. A esse respeito, F.A., do CRAI, nos conta:

O Consultor jurídico no serviço conveniado com a prefeitura, ele não pode entrar na justiça. Então que a gente fez? Parceria com a Defensoria Pública da União, e aí os defensores podem judicializar os casos. Então a DPU atende aqui toda quarta-feira. É um convênio que a DPU tem com o SEFRAS, que eles já faziam atendimento em outros serviços do SEFRAS, que atende população em situação de rua ali no Largo São Francisco (F.A., 16/11/2017).

S.P. do CIC também descreveu a importância da DPU para o esclarecimento de informações ao público imigrante:

Então eu não...eu não deixo ela sair daqui sem...uma direção, mesmo que eu não saiba, “vamo” pesquisar: “Moça, senta aqui um pouquinho, eu vou entrar na internet, eu vou ver, eu vou ligar pra saber...”. É a mesma coisa, se a defensoria, eles chegam aqui, eu não atendo aqueles serviços que a defensoria faz, eu vou perguntar pra ele como que a gente vai fazer, quando vai pra agendar, eu ligo e agendo por telefone pra eles. Então eles não saem sem uma resposta. Não tem como. Eu acho que é desumano, independente, ele é um cidadão. E aí a gente tem que se pôr no lugar deles, é a mesma coisa, se eu vou pra outro país, poxa, queria que alguém me ajudasse. Então a gente se põe no lugar dele, e ele não sai daqui sem uma resposta, uma direção. (S.P. 17/07/2017).

Assim como as demais instituições mencionadas, a Missão Paz também faz encaminhamentos para a DPU quando têm demandas jurídicas que fogem do escopo do setor responsável para tanto. A partir do relato de M.P. assistente social da entidade, e do trabalho de campo como voluntária da instituição, verificamos que a Missão Paz tem um relacionamento de longa data com a DPU.

M.A., do CAEMI Palotinas, também relata parceria entre as duas instituições:

Nós temos contatos na defensoria pública, então a gente, olha, a gente liga, hoje é por meio de agendamento, mas a gente sempre faz contato: “olha, tal dia ta agendado. Ela é moradora aqui, qualquer coisa a gente vai junto” (M. A. 24/11/2017).

Como se pode perceber com os relatos acima, a DPU é uma instituição que atende a todas as entidades na solução dos problemas jurídicos dos imigrantes, garantindo seus direitos estabelecidos em leis e demais instrumentos jurídicos do Estado brasileiro.

Apesar de São Paulo ter um grande número de entidades que prestam excelentes serviços de atendimento a imigrantes e solicitantes de refúgio, nesta pesquisa apresentamos algumas que julgamos importantes por serem entidades que prestam serviços relevantes de acolhimento a mulheres grávidas, com filhos ou não. Nas entidades apresentadas o nosso interesse foi conhecer e compreender sua atuação no acolhimento, no encaminhamento e na capacitação das mulheres para enfrentar a vida e cuidar dos filhos. E ainda, obter mais informações e conhecimentos sobre características das mulheres angolanas vivenciadas pelas entidades de acolhimento.

Durante a pesquisa de campo também foi relatado por alguns dos entrevistados atuantes nas referidas entidades, bem como pelos especialistas pesquisadores que estudam o tema que muitas das imigrantes angolanas atendidas e acolhidas já vieram para São Paulo com conhecimentos prévios sobre essas instituições. Muitas delas já conheciam os passos necessários para regularização migratória, e também para o atendimento social relativo às necessidades dos recém-nascidos e das crianças. Tais percepções podem indicar a existência de redes entre imigrantes angolanos no Brasil e Angola, como se apresenta abaixo:

Eu imagino né, fico imaginando os custos pra vim. Sempre quando eu penso nisso, eu me pego a pensar nos custos. Eu não teria hoje como desembolsar um dinheiro pra ir pra Angola, conseguir visto, passaporte, passagem, não é muito barato. Faz uma economia (...) barato. Mas se eu pensar que elas realmente estão desempregadas, estão passando por necessidade, e de repente consegue R\$4.000, R\$5.000, não sei quanto é que tá, pra vim, normalmente me faz pensar que tem uma rede por trás, nem que seja da família, cada um dá pouquinho, pra elas poderem vir. Algumas histórias que a gente escuta, não de angolanos necessariamente, sobre isso, é que a família coloca...deposita naquela pessoa os sonhos, digamos assim, de que ao vir pro Brasil, ela vai começar a trabalhar e vai mandar dinheiro (W.R., 15/08/2018)

C.L., brasileiro que trabalhou em Angola em torno de 10 anos atuando principalmente em reassentamento de famílias que fugiram de suas casas durante a guerra civil, Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, apresentou sua percepção sobre o fenômeno da migração feminina angolana para o Brasil, afirmando:

Elas sabem o caminho. Então como ela aprendeu esse caminho? Essa é uma questão pra você perguntar. Porque, por exemplo, você imagina, alguém que vem aqui numa condição de refúgio, vamos imaginar, e aí você tem uma série de questões. Como que ela chega aqui? Documentada, com dinheiro, consegue tomar um táxi, consegue ir pra um hotel específico. Ela já sabe que

dali ela tem que ir pra Caritas, da Caritas ela vai. Ela já sabe todo o caminho, **ela chega aqui praticamente com um mapa** (C.L., 07/05/2018, grifo nosso)..

As declarações e os questionamentos feitos por W.R. e C.L. são bastante relevantes e dialogam, pois ambos ressaltam o custo da viagem, os vínculos familiares entre as mulheres que migraram e os que ficaram em Angola, bem como a possibilidade de redes familiares para ajuda, apoio e orientações sobre todo o percurso e qual entidade procurar inicialmente. Para W.R. parece haver uma rede de expectativas que a família coloca sobre a migração para o Brasil, tanto em termos de realização como mudanças de perspectiva de vida. Contudo, cabe mencionar que nos parece muito pouco provável que essas mulheres tenham condições de trabalhar, se manter, criar os filhos e enviar as devidas remessas para a família em Angola, tendo em vista que todas as entrevistadas informaram ter baixa renda, pois possuem trabalhos instáveis, precários e informais.

Na fala de C.L. destacamos sua percepção de que essas mulheres migram com muitas informações sobre o Brasil e a cidade de São Paulo, bem como de suas instituições que oferecem suporte no acolhimento e em outras demandas. Como bem descreveu o entrevistado, a maioria das mulheres relataram que vieram sozinhas, tomaram taxi que as levaram para um hotel no centro da cidade de São Paulo e nos dias seguintes buscaram as entidades, já apresentadas, para iniciar seu acolhimento no Brasil.

A assistente social da Missão Paz, M.P. descreve que a vinda das mulheres angolanas pode ter influências das relações de gênero no país de origem:

Geralmente os homens são mais empoderados, eles chegam aqui conhecendo a lei 9.474 mais do que a gente. Bom, então elas vêm, obviamente elas não têm força de, de participação na sociedade, elas não trabalham, elas só ficam em casa com as crianças, então são os homens. Elas vieram porque os homens quiseram dar informação, deram dinheiro e encaminharam para cá, isso é fato. [...] Elas vêm porque algum homem mandou para cá. [...] Geralmente tem um outro homem por trás. Se não é o próprio pai, se não é o irmão que quer vir, é algum namorado, alguma coisa, se são viúvas, se são separadas, tem algum outro homem manipulando isso, sempre existe (M. P., 27/03/2018).

A observação de M.P. que sempre deve haver homens por trás da mulher, deve ser considerada tendo em vista que atua como assistente social há longos anos no atendimento a imigrantes. Entretanto, essa relação hierárquica entre homens e mulheres não se verificou nas entrevistas com as mulheres angolanas, isto porque

algumas delas declararam trabalhar formalmente em seu país de origem, juntar dinheiro para migrar para o Brasil independente dos homens (irmãos, pais, maridos, entre outros) com quem se relacionavam.

Além disso, o debate acerca da diferença entre empoderamento de homens e mulheres merece maiores reflexões, pois, na pesquisa de campo e nas entrevistas feitas com as angolanas, verificamos que muitas delas vieram sozinhas, grávidas ou não, com filhos ou não. Aqui deram à luz, cuidaram de seus filhos recém-nascidos, encaminharam as crianças para creches e escolas, buscaram atendimentos de saúde, trabalharam informalmente, demonstrando muita coragem e força no enfrentamento das etapas da vida. Esses fatores precisam ser considerados quando se trata de empoderamento. Mais detalhes acerca dessas vivências das entrevistadas serão melhor apresentadas e discutidas no capítulo 4.

A assistente social M.D. do CRAI também relata sua percepção acerca das redes que compõem a migração de mulheres angolanas no Brasil:

Depende, depende daquele que já veio encaminhado pelo coioite que vai desde lá a saída, vai mostrando todas as orientações porque informação é tudo, informação custa, né, uns 200, 500 dólares dependendo e aí eles chegam, eles chegam mais rápido no centro de acolhida e tem aqueles que a família mesmo, são independentes, somos uma família, vamos nos reunir e fazem tudo entre aspas “certinho” e vão para, pro CREAS POP e depois conseguem a vaga aqui, então depende, varia, mas a informação é a base de tudo. Todos chegam informados (M.D., 16/11/2017).

M.D. chama atenção para a atuação de possíveis coioites nas orientações e encaminhamentos das mulheres para os serviços das entidades que atendem público migrante na cidade. Destaca que a atuação dos coioites costuma agilizar o processo de busca pelas instituições diferentes daqueles migrantes que, a princípio, vêm por conta própria. Observamos também que o custo das informações obtidas pelos coioites é caro, indo de encontro com a percepção de W.R. acerca da existência de uma rede financeira apoiando as mulheres migrantes.

Importante citar que a existência de possíveis agenciadores ou coioites foi mencionada apenas por M.D., não sendo verificada nas demais entrevistas com representantes das entidades, tampouco com as mulheres migrantes. Portanto, não disponibilizamos de maiores informações sobre esse assunto, entretanto é um fato que merece mais estudos e pesquisas.

Ainda a respeito da chegada dessas mulheres em São Paulo, a assistente social M.A. do CAEMI PALOTINAS. nos conta que:

Veja, 99,9%, posso garantir isso, que 99,9% das que aqui se encontram, elas chegaram sozinhas. O marido ficou no país de origem. Alguns casos, posteriormente, o marido vem, e aí elas vão morar com o companheiro. Vários casos o marido não aparece mais, elas perdem o contato, e aí elas vão “tocar” a vida sozinhas com seus filhos (M.A., 24/11/2017.)

A partir do relato de M.A. podemos inferir que as algumas mulheres angolanas têm uma expectativa em relação aos planos familiares feitos em Angola que não se realizam após a vinda delas para o Brasil, pois, como afirma a assistente social, não raro, elas perdem o contato com os maridos e se responsabilizam sozinhas por sua família. Destacamos que a experiência de M.A. é diferente da apresentada pela assistente social da Missão Paz, que afirma que a migração das mulheres é sempre dependente da presença dos homens de sua família.

A assistente social da Missão Paz também destaca a importância das redes sociais das mulheres que são formadas aqui no Brasil: “não, elas não têm amigos, mas elas [mulheres angolanas imigrantes] são cúmplices na dor, né, elas vêm do mesmo país, às vezes não da mesma cidade, mas elas vêm do mesmo país e elas acabam se, eu não sei se é um mecanismo de defesa, uma coisa de sobrevivência (M.P., 27/03/2018).

Como se percebe, o tema das redes sociais aparece no movimento migratório das angolanas frequentemente: tanto antes da migração em si no país de origem, como depois quando elas chegam no novo local de moradia, no país de destino. São redes e laços afetivos com aqueles que ficaram, assim como outros que se formam com outras mulheres para enfrentamento das situações e desafios vividos em São Paulo.

Na seção a seguir apresentamos e discutimos alguns dados comparativos, escolhidos por esta pesquisadora, que retratam a situação dos dois países quanto à população, à saúde de crianças, adolescentes e mulheres, à educação e ao trabalho. A análise dos dados abaixo pode nos conduzir a uma tentativa de explicar possíveis correlações com as motivações da vinda dessas 19 mulheres para o Brasil.

3.4 Indicadores internacionais do Brasil e de Angola

Apesar do trabalho tratar-se do estudo de 19 mulheres angolanas que migraram para a cidade de São Paulo, decidimos utilizar dados do Brasil e de Angola. Uma das razões desta escolha foi a maior possibilidade da existência e disponibilidade de dados dos países do que de uma cidade e/ou província específica. Caso fosse possível fazer a escolha de uma cidade e/ou província angolana, a possibilidade de encontrar dados específicos da província onde viviam, antes de ir para Luanda, seria remota o que impossibilitaria a comparação dos indicadores. Assim, após várias análises foi decidido comparar dados de Angola e Brasil, pois mesmo que tal metodologia seja questionável nos parece ser a melhor solução possível para este trabalho.

A partir de relatórios de organizações internacionais, brasileiras e angolanas, o total dos dados selecionados foram divididos em grupos de variáveis de interesse desta pesquisa que entendemos trazer reflexões importantes e necessárias. As categorias criadas foram: informações relativas à população, às crianças, às mulheres, à educação e ao trabalho.

Quadro 6 – Indicadores de “População” do Brasil e de Angola

Indicadores de “População”	Brasil	Angola
População total em 2019 (UN, 2020)	218.1 milhões	29.7 milhões
População masculina em 2019 (UN, 2020)	107.3 milhões (49,2%)	14.7 milhões (49,5%)
População feminina em 2019 (UN, 2020)	110.8 milhões (50,8%)	14.9 milhões (50,5%)
População Urbana em 2018 (UNDP, 2019)	86,6%	65,5%
População Rural em 2018 (UNDP, 2019)	13,4%	34,5%
Índice de Desenvolvimento Humano 2018 (UNDP, 2019)	79º	147º
Global Gender Gap Index em 2020 (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020)	0.691 (92º lugar no mundo)	0.660 (118º lugar no mundo)
Expectativa de vida ao nascer em 2019 (UNFPA, 2020a; 2020b)	76 anos	62 anos
População vivendo abaixo da linha nacional da pobreza (2007-2018) (UNDP, 2019)	26,5%	36,6%
Taxa de mortalidade em adultos por cada 1000 pessoas (2017) (UNDP, 2019)	Homens: 189 Mulheres: 92	Homens: 273 Mulheres: 200
Registro de nascimento (% dos menores de 5 anos) (2006-2018) (UNDP, 2019)	96%	25%

Indicadores de “População”	Brasil	Angola
Número de médicos (per 10,000 pessoas) (2010-2018) (UNDP, 2019)	21,5	2,1
Porcentagem da população com acesso a serviços de água em 2018 (UNDP, 2019)	98%	56%
Porcentagem da população com acesso a serviços sanitários básicos em 2018 (UNDP, 2019)	88%	50%
Gasto do governo com saúde (% do Produto Interno Bruto) (2013-2018) (UNDP, 2019)	11,8%	2,9%

Fonte: Elaboração própria a partir de UNDP (2019).

Como vemos na tabela, a primeira variável é sobre o total da população entre os dois países, bem como a proporção de mulheres e de homens. O total da população é muito diferente entre os dois países, tendo em vista que a brasileira é muito maior que a angolana, esta diferença pode ser explicada, dentre outros motivos, pelo tamanho territorial de ambos. No entanto a porcentagem de homens e mulheres são semelhantes, a proporção de homens é em torno de 49,5% e de mulheres 50,5% nos dois países.

A população urbana é de 86,6% no Brasil e 65,5% em Angola, enquanto a rural representa 13,4% no primeiro e 34,5% no último, uma diferença significativa. Como vimos no capítulo 2 acerca da história de Angola, as guerras de independência e civil provocaram grande êxodo do campo para a cidade, principalmente para a capital Luanda, que, atualmente, têm 2,5 milhões de habitantes. Como já citado por Amanda Rossa (2018) a guerra civil ocorreu, predominantemente, nas regiões rurais do país, e por isso o conflito ficou conhecido como "guerra no mato" e como consequência Angola vivenciou o êxodo dessa população para as zonas urbanas.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), referente ao ano de 2018, há uma grande diferença entre os dois países, o Brasil ocupa o 79º lugar no mundo e Angola, o 147º lugar (UNDP, 2019). No indicador que mensura a diferença de gênero, o Global Gender Gap Index, o Brasil ocupa a posição nº 92, com índice de 0.691 e Angola, a nº 118º com índice de 0.660, caso o índice atingisse 1, este representaria a igualdade de gênero. Consideramos críticos tais dados em ambos os países, o que demonstra que o espaço de atuação de mulheres, em diversos âmbitos da sociedade atual, precisa ser estimulado e priorizado.

A expectativa de vida ao nascer é maior no Brasil (76 anos) do que em Angola

(62 anos); a população vivendo abaixo da linha nacional da pobreza representa 26,5% no Brasil e 36,6% em Angola; já a taxa de mortalidade em adultos a cada 1000 pessoas, atinge 189 homens e 92 mulheres no Brasil e, em Angola, 273 homens e 200 mulheres, valores muito elevados. Pela análise desses indicadores, podemos verificar que a qualidade de vida no Brasil é melhor do que em Angola, o que pode estar relacionado com a vida de mulheres angolanas, cujo objetivo migratório pressupõe o planejamento e construção da vida no Brasil, em família, com melhores oportunidades para os filhos e melhores cuidados com a saúde. Quanto ao documento de registro de nascimento, verificamos que 96% das crianças brasileiras possuem registros de nascimento, enquanto em Angola este dado é de apenas 25%, estes valores refletem, dentre outros, a dificuldade na obtenção de dados referentes à população do país.

Outros dados selecionados na categoria “população” dizem respeito às condições de saúde nos dois países. Quanto ao acesso a serviços de água e a serviços sanitários básicos, os dados revelam que representam 98% e 88% da população brasileira, respectivamente. Já em Angola, apenas metade da população têm acesso a serviços de água e sanitários básicos. A diferença entre número de médicos a cada 10.000 pessoas é bastante expressiva: no Brasil (21,5) e em Angola (2,1). Os investimentos governamentais com saúde, por sua vez, representam 11,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e 2,9% do angolano. Tais índices podem refletir na disseminação de doenças gastrointestinais e em outras questões relativas a condições de higiene, principalmente das crianças. Esses fatores relacionam-se, possivelmente, com a menor expectativa de vida e maior taxa de mortalidade na população em Angola. O baixo índice de médicos é um indicador importante no cuidado de saúde da população, especialmente das crianças, assim as crianças e adolescentes são os mais atingidos por essas condições, como indicam os dados abaixo.

Quadro 7 – Indicadores de “Saúde de Crianças e de Adolescentes” do Brasil e de Angola

Indicadores de “Saúde de Crianças e de Adolescentes”	Brasil	Angola
Taxa de mortalidade neonatal (por 1000 nascimentos vivos) em 2019 (UNIGME, 2019)	8,1	28,5
Taxa de mortalidade infantil (recém-nascidos até um ano por 1000 nascidos vivos) em 2019 (UNIGME, 2019)	12,8	51,5

Indicadores “Saúde de Crianças e de Adolescentes”	Brasil	Angola
Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (probabilidade de morrer até os 5 anos por cada 1000 nascidos vivos) em 2019 (UNIGME, 2019)	14,4	77,2
Porcentagem de crianças menores de 1 ano não imunizadas contra o DPT (difteria, coqueluche, tétano) em 2018 (UNDP, 2019)	13%	33%
Porcentagem de crianças menores de 1 ano não imunizadas contra o sarampo em 2018 (UNDP, 2019)	16%	50%
Desnutrição infantil moderada ou severa na população menor de 5 anos (2010-2018) (UNDP, 2019)	7%	37,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de UNIGME (2019) e UNDP (2019).

Analisando as taxas de mortalidade neonatal, infantil e de menores de 5 anos, percebemos que os indicadores brasileiros são menores e melhores que os angolanos, a saber: 8,1; 12,8 e 14,4 respectivamente e em Angola são 28,5; 51,5 e 77,2 representando um alto índice de mortalidade de crianças em geral.

Nesta pesquisa que se baseia em mulheres migrantes, maternidade e criação de filhos, esses três dados de mortalidade de crianças são reveladores podendo compreender melhor a dinâmica migratória entre Angola e Brasil. Essas altas taxas de mortalidade em Angola, acima citadas, podem ser um fator motivador do desejo da mulher de sair de seu local de origem e vir para o Brasil buscar melhores condições, melhores cuidados e melhor subsistência para seus filhos. Da mesma forma, esses dados são fundamentais para avaliar a importância dos cuidados com mães e suas crianças, em momentos como o pré-natal, durante o parto e até os primeiros 5 anos de vida. Importante mencionar que registramos a ocorrência de uma mortalidade neonatal em São Paulo dentre as 19 mulheres entrevistadas.

Outros dados relativos às doenças de crianças mostram que os índices de crianças não imunizadas contra doenças DPT (sigla em inglês para difteria, coqueluche, tétano) e sarampo são mais altos em Angola. No caso do sarampo, metade das crianças não foram vacinadas em 2018, enquanto no Brasil apenas 16% não foram. Há também uma diferença crucial entre a desnutrição infantil moderada ou severa em crianças menores de 5 anos nos dois países, a saber: 7% apenas no Brasil e 37,6% em Angola.

Importante dizer que existem vacinas que previnem as quatro doenças referidas que, devido à sua gravidade, podem levar as crianças à óbito. Essa prevenção mostra-se ainda mais importante considerando o alto índice de crianças desnutridas em Angola. Por isso, os indicadores acerca dessas doenças são relevantes para mensurar a qualidade e expectativa de vida infantil.

Quadro 8 – Indicadores de “Saúde da Mulher” do Brasil e de Angola

Indicadores de “Saúde da Mulher”	Brasil	Angola
Taxa de mortalidade materna (mortes por 100,000 nascidos vivos), 2017 (WHO, 2020a; 2020b)	60	241
Porcentagem dos Nascimentos acompanhados por pessoal de saúde treinado, (2006-2017) (UNFPA, 2020a; 2020b)	99%	50%
Cobertura de cuidado pré-natal, pelo menos uma visita (2007-2017) (UNDP, 2019)	97,2%	81,6%
Taxa total de fertilidade por mulher em 2017 (UNFPA, 2020a; 2020b)	1,7	5.5
Porcentagem de uso de contraceptivos entre mulheres casadas ou em união entre 15-49 em 2019 (UNFPA, 2020a; 2020b)	80%	17%
Número de nascimentos de mães adolescentes em cada 1000 mulheres entre 15 e 19 anos (2006-2017) (UNFPA, 2020a; 2020b)	62	163
Porcentagem de Casamento infantil aos 18 anos (2006-2017) (UNFPA, 2020a; 2020b)	26%	30%
Porcentagem de mulheres maiores de 15 anos que sofreram violência dos parceiros (2005-2019) (UNDP, 2019)	16,7%	34,8%

Fonte: Elaboração própria a partir de (WHO, 2020a; 2020b), UNDP (2019), UNFPA (2020a; 2020b).

Quanto aos índices agrupados na categoria “mulheres”, o quadro apresenta vários dados relativos à maternidade. Dentre eles, destaca-se a taxa de mortalidade materna que é sobejamente superior em Angola, visto que o índice é de 241 mortes de mães por 100.000 nascidos vivos, enquanto no Brasil, é 60. A porcentagem de nascimentos acompanhados por pessoal de saúde no Brasil representa praticamente 100% dos casos, enquanto em Angola, apenas metade desses procedimentos são realizados por profissionais de saúde treinados. Já a respeito da cobertura de cuidados pré-natais em ambos os países a porcentagem de mulheres que tiveram ao menos uma consulta é bastante alta, sendo 97,2% no Brasil e um pouco mais de 80% em Angola. Esses dados podem refletir o sistema nacional de saúde dos dois países,

bem como indicar que, apesar do índice de pelo menos uma consulta pré-natal ser alto, em Angola há ainda 50% dos partos são realizados fora dos hospitais e instituições de saúde, o que pode se relacionar com as tradições e os rituais de cada comunidade/etnia. Este fator somado às populações vivendo em zonas rurais pode representar maior adesão aos tratamentos tradicionais, típicos e culturais que se mostram importantes na vida dos angolanos. Como será demonstrado no capítulo 4, as mulheres entrevistadas se queixaram dos altos custos mesmo nos hospitais públicos de Angola.

A taxa total de fertilidade por mulheres também se mostra discrepante entre os dois países: em Angola estima-se que há 5,5 filhos por mulher e no Brasil 1,7. Esses dados podem (ou não) estarem relacionados com a porcentagem de uso de contraceptivos entre mulheres de 15 a 59 anos, casadas ou em união, que, em Angola representa apenas 17% e no Brasil 80%. Podemos refletir também que tais índices revelam a importância cultural dos filhos no casamento, fato mencionado por várias das mulheres angolanas e pesquisadores entrevistados.

Também foram selecionados dados relativos ao número de mães adolescentes (15 a 19 anos), assim como a porcentagem de casamento infantil. No Brasil o primeiro índice é bastante inferior, com 62 casos a cada 1000 mulheres, enquanto em Angola há 163. Acerca do casamento infantil, porém, os dados não são muito divergentes, sendo 26% no Brasil e 30% em Angola. O número de mães adolescentes é sempre preocupante, independente do contexto, pois há mais riscos de mortalidade e aumento da vulnerabilidade da criança e da própria mãe. Ambas as informações demonstram que há mais jovens em Angola que estão engravidando e/ou se casando.

Por fim, na categoria “mulheres” acrescentamos os dados de mulheres maiores de 15 anos que sofreram violência de seus parceiros, sendo 16,7% no Brasil e 34,8% em Angola. Apesar dos dados brasileiros serem menores, esses dados só serão um bom indicador quando os índices zerarem em todos os países. Quanto ao dado de maior violência contra à mulher em Angola, podemos retomar o relato da assistente social M.A. do CAEMI Palotinas a respeito da violência vivida em Angola pelas mulheres atendidas na instituição e que deixaram marcas em seus corpos.

Quadro 9 – Indicadores de “Educação” do Brasil e de Angola

Indicadores de “Educação”	Brasil	Angola
Matrícula na escola primária, percentual líquido de crianças em idade escolar em 2017 (UNFPA, 2020a; 2020b)	Sexo Masculino: 96 % Sexo Feminino: 98%	Sexo Masculino: 89% Sexo Feminino: 66%
Matrícula na escola secundária, percentual líquido de crianças em idade escolar em 2017 (UNFPA, 2020a; 2020b)	Sexo Masculino: 80 % Sexo Feminino: 84%	Sexo Masculino: 13 % Sexo Feminino: 10%
Média de anos de estudo em 2018 (UNDP, 2019)	Homens: 7,6 Mulheres: 8,1	Homens: 6,4 Mulheres: 4
Tempo médio de estudo esperado em 2018 (UNDP, 2019)	Homens: 15 Mulheres: 15,8	Homens: 12,7 Mulheres: 11
Taxa de adultos alfabetizados entre maiores de 15 anos (2008-2018) (UNDP, 2019)	92%	66%
Taxa jovens entre 15 e 24 anos alfabetizados (2008-2018) (UNDP, 2019)	Homens: 98,6% Mulheres: 99,3%	Homens: 84,9% Mulheres: 70,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de UNFPA (2020a; 2020b) e UNDP (2019).

Os dados de matrícula em escola primária e secundária somados à média de anos de estudos indicam que os angolanos de maneira geral frequentam, principalmente, a escola primária, entretanto há uma queda notória nos índices de matrícula em escola secundária quando passam de 89% para 13% no caso dos homens, e 66% para 10% para as mulheres. No Brasil, quase 100% das crianças frequentam a escola primária e mais de 80% a secundária. A média de anos de estudos para homens angolanos é de 6,4 e de mulheres apenas 4, já no Brasil as mulheres estudam mais tempo que os homens, a dizer 8,1 e 7,6 respectivamente. Quanto ao tempo médio de estudo esperado os índices brasileiros têm taxas maiores para mulheres (15.8) e homens (15), sendo que em Angola estes índices estão em 11 para mulheres e 12,7 para homens. A variável taxa de adultos alfabetizados maiores de 15 anos revela o índice de 93% para o Brasil e 66% para Angola. As taxas entre jovens de 15 a 24 anos alfabetizados demonstram dados de 98,6% para homens e 99,3% para mulheres, no Brasil, enquanto os dados angolanos revelam 70,6% para mulheres e 84,9% para homens.

Os dados sobre educação demonstram que no Brasil, em todas as variáveis educacionais apresentadas, as mulheres têm melhores índices do que os homens, entretanto em Angola acontece o inverso, os índices das mulheres são inferiores aos dos homens.

Quadro 10 – Indicadores de “Trabalho” do Brasil e de Angola

Indicadores de “Trabalho”	Brasil	Angola
Renda per capita estimada em 2018 (em US\$) (UNDP, 2019)	Homens: 17.827 Mulheres: 10.432	Homens: 6.407 Mulheres: 4.720
Porcentagem da População maior de 15 anos que participa do mercado de trabalho (2018) (UNDP, 2019)	Homens: 74,4% Mulheres: 54%	Homens: 80,1% Mulheres: 75,4%
Taxa de desemprego total da força de trabalho em 2018 (UNDP, 2019)	12,5%	7,3%
Taxa de desemprego feminino em 2019 (THE WORLD BANK, 2020a)	14,1	6,9%
Proporção de emprego informal em emprego não-agrícola em 2018 (UNDP, 2019)	38,3%	68,1%
Emprego na agricultura (% da população por sexo) em 2018 (THE WORLD BANK, 2020a; 2020b)	Homens: 13,2% Mulheres: 4,2%	Homens: 42,6% Mulheres: 52,5%
Emprego na indústria (% da população por sexo) em 2018 (THE WORLD BANK, 2020a; 2020b)	Homens: 27,7% Mulheres: 10,6%	Homens: 15,4% Mulheres: 1,1%
Emprego em serviços (% da população por sexo) em 2018 (THE WORLD BANK, 2020a; 2020b)	Homens: 59,1% Mulheres: 85,2%	Homens: 42% Mulheres: 43,4%

Fonte: Elaboração própria a partir de UNDP (2019); The World Bank (2020a; 2020b).

O primeiro dado apresentado refere-se à renda per capita estimada em 2018, isto é, a renda obtida mediante a divisão da Renda Nacional pelo número de habitantes do país. Verificamos que tanto para mulheres como para homens os índices no Brasil são sensivelmente superiores aos de Angola. Porém, em ambos os países, os índices das mulheres são menores que os dos homens. De acordo com os indicadores os homens brasileiros têm renda per capita anual de U\$17.827 e as mulheres de U\$10.432, já os índices angolanos apresentam valores de U\$6.407 e U\$4.720 respectivamente. Importante acrescentar que o indicador de renda per capita não representa necessariamente a realidade, pois a distribuição e concentração de renda não são consideradas nesses resultados.

Quanto ao percentual da população com idade maior de 15 anos que participa do mercado de trabalho, notamos que os dados de Angola são superiores aos do Brasil, cujos índices demonstram que homens representam 74,4% e mulheres 54%, enquanto em Angola os índices são de 80,1% e 75,4% respectivamente. A taxa de desemprego total é superior no Brasil com 12,5% e 7,3% em Angola. A taxa de desemprego feminino em 2019, também apresenta melhores índices em Angola, pois estes representam 6,9% e no Brasil 14,15%. Quando falaram sobre a realidade de seu país de origem, as mulheres entrevistadas declararam, em sua maioria, trabalhar

no mercado informal, o que corresponde mais ao dado seguinte de 68,1% referente a proporção das que têm empregos informais não-agrícola, sendo que as brasileiras são apenas 38,3%.

Quanto aos dados de emprego na agricultura, na indústria e em serviços por sexo entre os dois países, observa-se que o trabalho na agricultura é maior em ambos os sexos em Angola em comparação ao Brasil, cujo índice é bem inferior relativo às mulheres: apenas 4,2% enquanto em Angola é de 52, 5%. Em relação à indústria e serviços os índices são superiores no Brasil. Quanto ao sexo, na agricultura, as mulheres angolanas têm maior participação que os homens: 52,5% e 42,6% respectivamente. Já sobre o trabalho na indústria, o Brasil tem índices maiores; e, em ambos os países, as mulheres ocupam menos tais postos de trabalho.

Acerca dos trabalhos em serviços, por sua vez, os postos são mais ocupados pelas mulheres, sendo que no Brasil a diferença é bastante significativa, com índices de 85,2% e 59,1% respectivamente. Com tais dados, é possível inferir que Angola oferece mais empregos no setor agrícola que o Brasil, cuja população está, majoritariamente, nos serviços. O que pode se relacionar com os índices acima mencionados sobre população rural e urbana em ambos os países.

Buscamos com a escolha dos dados apresentados nesses quadros retratar a situação dos dois países em termos de seus indicadores de saúde, educação, trabalho, condições populacionais com ênfase nas crianças e mulheres. Além disso, indicamos elementos que podem se relacionar às queixas e às motivações para migração das 19 mulheres angolanas para o Brasil, conforme os relatos das entrevistas. Estas serão analisadas, no capítulo seguinte, a partir dos dados obtidos nesses quadros.

3.5 Articulações iniciais sobre migração feminina para o Brasil e sua relação com educação, saúde e maternidade

Com os dados dos quadros comparativas entre Brasil e Angola apresentados acima, pudemos observar que as condições de saúde e educação no Brasil podem ser consideradas atrativas para imigração de mulheres, especificamente para a criação dos filhos no Brasil. Porém, este fenômeno não acontece somente entre os movimentos migratórios de mulheres de Angola-Brasil, como discute esta pesquisa,

mas também com mulheres de outras nacionalidades que vêm ao Brasil para dar à luz, como é o caso das venezuelanas.

As mulheres da Venezuela atravessam a fronteira para dar à luz no Brasil para se beneficiarem de melhores condições de atendimento ao parto, atendimento à saúde e educação dos filhos e da legislação brasileira para a regularização migratória, conforme divulgados em notícias dos jornais locais.

Em 2015, 453 venezuelanas deram à luz nesta maternidade de Roraima. Até novembro deste ano o número subiu para 688. Os custos são arcados pelo Sistema Único de Saúde, o SUS. Em casos de internação, a despesa pode chegar a R\$ 1.690. [...] "São mulheres que fogem da fome na Venezuela e buscam aqui dar à luz para garantir a regularização da sua permanência e a da criança. Também buscam a questão da qualidade no atendimento e no atendimento posterior ao parto, por exemplo, com a questão das vacinas. Elas dizem que lá não existe este sistema", diz. "Ter um filho no Brasil é garantia absoluta de que você vai ficar regular porque é só dar entrada nos papéis porque é garantido ao pai ou à mãe de um brasileiro e, se tiver outros menores de 18 anos, para a reunião familiar é direito a todos que tenham uma documentação brasileira", explica Telma (JORGE, 2016).

Outra repórter, Emily Costa também mostra a realidade de mulheres mães venezuelanas que atravessam a fronteira para dar à luz no Brasil:

"Eu vim em busca de uma melhor qualidade de vida para mim e para ela", disse Daniela Rojas, de 21 anos, três dias depois de ter sua bebê na única maternidade pública de Roraima, em Boa Vista. É onde ao menos sete venezuelanas deram à luz por dia em 2019, quase o dobro do ano passado. [...] Em 2017, foram 566 nascimentos de filhos de venezuelanas na maternidade, número que saltou para 1.603 em 2018 - o equivalente a 15% dos 10.566 partos totais. Já neste ano, só entre 1º de janeiro e 31 de julho, os partos de venezuelanas totalizaram 1.598 (COSTA, 2019).

Verificamos que apesar dos dados colhidos nessa tese serem muito mais extensos com diversas variáveis, em face da amplitude das perguntas nas entrevistas, os fatores motivacionais centrais das desses dois movimentos migratórios (Angola e Venezuela) nos parecem ser semelhantes: melhor assistência de saúde e educação para mãe e filho e a regularização migratória com base em filho nascido no Brasil, conforme prevista no nosso arcabouço legal.

As autoras Santos, Novaes e Chaves (2018, p. 121) apontam que a gravidez e filhos nascidos vivos no Brasil são fatores motivadores de movimentos migratórios femininos:

A maternidade pode ser uma chave para compreender esses deslocamentos, uma vez que ela é, em muitos casos, propulsora destes projetos migratórios,

em que o Brasil se apresenta como *lócus* de esperança ou frustração do ser ou querer ser mãe. Evidentemente, isso se relaciona às especificidades do papel desempenhado pela mulher na sociedade angolana, onde se constata, entre outros aspectos, o dever da procriação [...] o Brasil é escolhido pelas suas condições de bem-estar social, que mesmo precárias, comparativamente a Angola, possibilitam maior acesso à saúde reprodutiva e infantil, à educação, à programas sociais de assistência à renda, dentre outras circunstâncias que simbolicamente fazem o país ser um “lócus” de esperança de maternidade segura e bem-sucedida

Rossa e Menezes (2017, p.7), em artigo sobre mulheres angolanas em São Paulo, explicam a migração por filho nascido no Brasil como uma estratégia de reprodução familiar:

Temos, aqui, a brecha para considerar a migração ao Brasil sob uma perspectiva de estratégia de reprodução familiar, seja pela garantia de educação dos filhos com pais lá ou aqui, seja pela busca de tratamentos reprodutivos para a gestação, ou ainda, pela perspectiva da busca pelo sustento com o fluxo comercial de mercadorias realizado por mulheres

As 19 mulheres pesquisadas, em situação de gravidez, amamentação, com ou sem filhos, nascidos ou não no Brasil, apresentam vários matizes que merecem acuradas reflexões, pois demandam um sistema de atendimento diferenciado que, dentre outros, a atenção à saúde e educação para mãe e filhos, apoio econômico para subsistência da família, auxílio e orientação para a regularização migratória.

A feminização da migração é um fato presente nesta pesquisa que se apresenta com muita importância. A análise e aprofundamento nesse tema é significativo para entender o atual empoderamento feminino, representado neste estudo, pela mulher angolana que parte sozinha, grávida, com filhos ou não, e assume o papel de responsável solitária no país de chegada, país receptor da sua migração. A solidão, o medo, as dificuldades econômicas, as dores do parto e o choro dos filhos serão verdades que essa mulher imigrante vive intensamente e que precisa de muita força e coragem para enfrentar. Com muita frequência precisa da ajuda dos Órgãos Públicos e da Sociedade civil, que já são de conhecimento de muitas delas, através de redes de informações.

Nesta pesquisa ficou claro que os nascimentos dos filhos foram planejados com a viagem. Em sua maioria as mulheres chegavam no Brasil praticamente no final da gravidez, muitas vezes, como relataram nas entrevistas, só saíam do hotel ou instituição onde estavam alojadas para ir à maternidade dar à luz, já em trabalho de parto, quando não teriam mais que se preocupar com a sua regularização migratória,

pois se tornariam mães de filhos brasileiros. Algumas chegaram ao Brasil, como turistas e com mais de 7 meses de gravidez.

Os conceitos teóricos expressos por Peres e Baeninger (2012, p.6) na citação a seguir, apontam os ciclos de vida individual e familiar e o planejamento primoroso das mulheres para ter seu filho no Brasil:

De acordo com Pessar (2000) a base da construção de qualquer trajetória migratória feminina é o ciclo de vida – individual e familiar. Ou seja, independente das expectativas construídas no lugar de origem, as trajetórias migratórias são dependentes do ciclo de vida das mulheres migrantes. Um fator importante é sem dúvida a nupcialidade (número de casamentos realizados em um determinado período). Mas o planejamento do ciclo de vida, tanto individual quanto familiar é a questão central que define as trajetórias migratórias. Os usos dos espaços de acordo com esse planejamento orientam a mobilidade das mulheres migrantes [...] Analisadas as trajetórias migratórias das mulheres em função de seu ciclo de vida, observa-se uma estreita relação entre essas duas estruturas. O ciclo de vida, especialmente casamento e nascimento de filhos, é planejado em função das etapas migratórias percorridas e dos usos estratégicos de cada um desses espaços. De acordo com o momento do ciclo de vida em que se encontram essas mulheres, são identificados por elas diferentes recursos em etapas migratórias

A perspectiva de Peres e Baeninger (2012) dialoga com o que veremos nos relatos das entrevistadas e dos pesquisadores, pois as crianças (filhos nascidos no Brasil) assumem, ao menos, dois significados para as mulheres migrantes angolanas: representam a realização da regularização migratória; e também mobilizam a busca por melhores oportunidades e condições de vida para si próprias e para todos os membros da família.

Os relatos sobre os ciclos de vida individual e familiar referidos pelas mulheres entrevistadas são sobremaneira mais relacionados à família próxima (mãe e familiares da mulher) e não em relação ao marido e/ou companheiro. Também podemos entender que as famílias vindas de Angola eram na sua maioria monoparentais, só a mãe grávida ou não e com filho(s), sendo pelo menos um nascido ou a nascer no Brasil (BERQUÓ, 1989). A maioria das mulheres eram mantenedoras da família, sendo responsáveis pelo seu sustento e pelos cuidados dos filhos e da casa. Eram provedoras e o sustentáculo emocional e econômico do grupo familiar no período do parto, do puerpério e nos anos subsequentes. E, ainda, pretendiam trabalhar e ganhar o suficiente para enviar remessas ao(s) filho(s) deixado(s) em Angola. Algumas informaram que a família, marido e/ou companheiro ajudavam, mas com pouco dinheiro.

As 19 mulheres entrevistadas tinham um total de 38 filhos, destes 13 foram deixados em Angola. Geralmente o pai era ausente, por isso as crianças ficaram com a avó materna e/ou com parentes da mãe. As entrevistadas referiram várias vezes, durante a entrevista, estar com saudades e sentir tristeza e quase todas afirmaram que pretendem buscar os filhos para viver com eles no Brasil.

Os autores Rodrigues e Almudena (2013) e Schuler e Dias (2018) descrevem, em suas pesquisas sobre migração feminina e filhos, que as mães referem saudades, tristezas e as crianças que ficaram no país de origem sofrem as consequências do abandono, solidão, isolamento, insegurança, dificuldade escolares, rejeição, inferioridade, entre outros, sintomas que se apresentaram nas pesquisas realizadas.

Na tentativa de buscar possíveis hipóteses que expliquem a migração de mulheres angolanas para o Brasil, é importante aprofundar o conhecimento sobre elas. Essas mulheres precisam ser entendidas na sua difícil vida diária e de trabalho; na sua história familiar de enfrentamento de uma longa guerra; na destruição dos locais de trabalho; nas dificuldades de emprego; nas dificuldades de atendimento escolar e de saúde delas e dos filhos. Enfim na vida de um país que saiu de uma longa guerra de libertação e uma longa guerra civil que se encerrou em 2002.

As mulheres angolanas têm dificuldades para conseguir trabalho formal no Brasil em virtude da baixa escolaridade; pelo fato de serem imigrantes, solicitantes de refúgio; da precariedade da sua situação social e da falta de oportunidades de trabalho formal. Apesar dos percalços, a grande maioria das vezes essas mulheres assumem a responsabilidade pela manutenção da família. Elas continuam zungando, isto é, são vendedoras ambulantes nas ruas de bairros da cidade de São Paulo como o Brás e o Pari, algumas grávidas, mas a maioria após o parto, quando os filhos estão na creche e/ou na escola.

Na realização deste trabalho informal, aqui no Brasil como em Angola, elas enfrentam a violência das ruas, da polícia, dos demais vendedores, muitas vezes perdendo todo o seu estoque. No Brasil ainda enfrentam a humilhação do racismo e da discriminação. Muitas delas enfrentando as dificuldades de serem zungueiras, o que foi relatado durante a entrevista e será apresentado no próximo capítulo.

Importante acrescentar neste momento, a visão de pesquisadores sobre as mulheres de Angola. Indira Monteiro (2012), mestre pela PUC-SP fez um estudo sobre

mulheres que zungam em Luanda, que são muito semelhantes às que encontramos nesse estudo. Monteiro (2012, p.9) no resumo da sua dissertação afirma:

Desde o período anterior à Independência (1975), o país vive em situação de extrema pobreza e precariedade socioeconômica, que se manifestam por meio de atividades de trabalho informal e comércio ambulante muito precarizado, situado nos limites da violação de direitos. Angola vivenciou um longo conflito armado (1975-2002), com aglomeração de populações deslocadas de guerra nas cidades, agudizando a questão social e o reassentamento de parcela desta população interessada em regressar (2002) às suas áreas de origem. Essa situação agravou ainda mais a condição social da população em situação de pobreza, aprofundando a desigualdade socioeconômica, a insuficiência das políticas públicas, o precário acesso aos serviços sociais básicos como água, saúde, habitação, educação e à participação cidadã.

No seu estudo, Monteiro (2012, p.44) explica:

A conjuntura política de 1998-2002, cheia de vulnerabilidade, insegurança, revolta e descrença através do olhar aos segmentos sociais de crianças, mulheres e idosos, as maiores vítimas da violência. E afirma: Por seu lado, o Estado também teve dificuldade de responder às necessidades da população, especialmente nos quesitos: Paz, Saúde, Educação, Emprego, Habitação e Segurança

A pesquisadora, que foi entrevistada em 29 de março de 2018, quando foi perguntada se a guerra pode ser entendida como um fator de migração para as angolanas, respondeu:

Exatamente. Que até hoje influi, porque ela desestruturou famílias que hoje em dia os seus filhos não conseguem estabilidade de vida, não conseguem voltar, que não sabem como recomeçar. Vivem com empregos esporádicos em Luanda e quando tem uma oportunidade o melhor é ir pra longe e recomeçar. Uma forma de ir pra longe e recomeçar é um país de expressão portuguesa e que possa lhe dar uma vida melhor do que aquela que ela tinha antes. Existe um ditado em Luanda que diz, melhor viver em um país estranho e sofrer, do que viver na própria terra e sofrer. Melhor sofrer distante, onde não é nossa casa, do que sofrer na própria casa. Isso que leva muita gente a migrar. Prefiro sofrer longe do que aqui (I.M, 29/03/2018)

Pedro Ventura (2014, p.108) angolano, professor universitário no Estado do Rio Grande do Sul, afirma:

Em Angola quem mais é discriminado é a mulher. Sofre quase em todos os sentidos. Mostramos em miúdos algumas razões porque a mulher angolana é sofrida. Mas a mulher angolana tem suas qualidades. Uma das qualidades

é o fato de serem mulheres corajosas, que lutaram, vem lutando, conquistando aos poucos seu espaço na sociedade, transformando lentamente a nação em uma sociedade mais justa e igualitária. A fidelidade aos costumes culturais, ainda que enfraquecidos pelas novas tendências modernas, conservam os traços originais de suas identidades étnicas. Não resumimos a mulher angolana apenas nessas qualidades, mas, sabemos que vão mais além dessas fronteiras.

As falas de Monteiro e Ventura (2014) nos oferecem elementos para pensar a resiliência e a agência das mulheres angolanas em migrar buscando melhores oportunidades de vida a elas e sua família. O movimento migratório para o Brasil parece se justificar nessa direção, considerando também os dados comparativos entre Angola-Brasil que foram acima apresentados.

Neste capítulo buscamos apresentar um breve histórico do movimento migratório de angolanos no Brasil a partir da década de 1960 perpassando a vinda de refugiados, nos anos 1990, cláusula de cessação em 2012 até chegar aos fluxos atuais após 2013 em que a vinda de mulheres angolanas começou a chamar a atenção das instituições atuantes com a população migrante em São Paulo. Também foram analisados os dados do CONARE e da Polícia Federal com intuito de verificarmos os meios de regularização migratória dessas mulheres. Além disso, introduzimos as principais instituições que compõem a rede de atendimentos a imigrantes na sua inserção na sociedade brasileira. Ademais posteriormente refletimos sobre os indicadores de organismos internacionais relativos aos dados de população, saúde, educação e trabalho na tentativa de ter instrumentos quantitativos para verificar possíveis correlações com as informações qualitativas obtidas a partir das entrevistas realizadas com as 19 mulheres angolanas.

No capítulo seguinte, serão apresentadas as falas das mulheres angolanas entrevistadas nesta pesquisa, quando então serão estabelecidas categorias de análise de seus relatos. Estes serão colocados em diálogo com as teorias discutidas e com os dados obtidos durante esta pesquisa a fim de se aproximar das questões que orientaram este trabalho.

4. ANÁLISES E CORRELAÇÕES DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO COM AS MULHERES ANGOLANAS

Como explicado na introdução, a metodologia desta tese contempla a revisão teórica da literatura existente sobre o tema desta pesquisa e um trabalho de campo de natureza qualitativa em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade a partir de um roteiro de perguntas contendo questões fechadas e abertas. Para tanto, entrevistamos mulheres angolanas e especialistas sobre o tema, incluindo pesquisadores acadêmicos que estudam a migração Angola-Brasil e representantes de instituições de atendimento e acolhida a mulheres imigrantes em São Paulo.

Considerando que se entende a mulher imigrante como agente ativo de seu processo migratório e com o objetivo de estudar e entender o que motivou sua migração e a escolha do Brasil como seu destino, optamos pelo método de aplicação de entrevistas semiestruturadas em profundidade com mulheres angolanas que chegaram a São Paulo após 2013 até 2018, grávidas ou não, período que houve um aumento considerável de angolanas que chegaram ao país, como revelam os dados anteriormente apresentados. Em relação ao instrumento de pesquisa escolhido é importante apresentar a posição adotada por Patrícia Nabuco Martuscelli (2019, p. 94) em sua tese:

As entrevistas semiestruturadas permitem que perguntas sejam adicionadas ao questionário, de acordo com a necessidade e conforme o refugiado for apresentando o fenômeno, mas também garantem que todos os entrevistados respondam mais ou mesmo as mesmas perguntas e evita que a entrevista perca o foco no fenômeno de interesse da pesquisa.

As entrevistas duraram em torno de 1 hora e 15 minutos cada e foram realizadas em duas entidades, 12 na Missão Paz e seis no CAEMI PALOTINAS e uma na residência da entrevistada. Na entrevista, foi estabelecida uma interação social, momento em que, muitas mulheres contaram suas histórias de vida, seus encantos e desencantos – o que pode ser entendido com o conceito analítico de “ilusão coletiva da migração” proposto por Sayad (1998). Tal referencial permite que se entenda as expectativas que se criam em torno do ato migratório que podem se verificar após o deslocamento e a nova vida no país de acolhida.

As 19 mulheres angolanas entrevistadas foram recrutadas dentro dos critérios estabelecidos (grávidas ou não, com filhos ou não, que chegaram no Brasil a partir do início de 2013) com o apoio das assistentes sociais da Missão Paz e do CAEMI Palotinas. Inicialmente foram feitas explicações e esclarecimentos sobre a pesquisa e apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que continham os objetivos do trabalho, apresentação e identificação da entrevistadora, procedimentos e sigilo dos dados obtidos. Somente após este procedimento de concordância e assinatura do termo, a entrevista começava. Neste momento, a entrevistada também escolhia um nome fictício a ser adotado na análise dos dados. Todos os TCLE assinados estão na posse desta pesquisadora, devidamente guardados.

Apesar de aceitarem participar da pesquisa, algumas no início pareciam aborrecidas, no entanto no final da entrevista, estavam com aparência e tom de voz suave e amigável, dispostas a continuar por mais tempo seu contato com a entrevistadora. Após o término de cada entrevista, foram elaborados Cadernos de Campo com resumo das falas, constando observações sobre a participação e a postura da entrevistada, bem como os sentimentos e as emoções que foram relatados e vividos por elas. Também foram registrados os sentimentos mobilizados pela entrevistadora durante a aplicação do instrumental.

As entrevistas foram gravadas integralmente e transcritas por pessoas qualificadas neste quesito com a finalidade de conservar fielmente a fala da entrevistada, visando, segundo Queiroz (1991 *apud* MONTEIRO, 2012, p. 18), “a transcrição fiel dos dados pela pesquisadora, e conservando com maior precisão a linguagem do narrador, suas pausas simbolicamente transformadas em reticências, seus lamentos e sorrisos devidamente presentes”.

Além disso, para conhecer mais profundamente Angola, as mulheres angolanas e analisar suas razões para migrar, também foram entrevistados 14 especialistas, sendo cinco pesquisadores sobre Angola com experiência prática e teórica acerca de questões sociais, de saúde, de trabalho e educação. Duas são doutorandas angolanas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); um é doutorando angolano na Universidade de São Paulo (USP); um é brasileiro que trabalhou como assistente social em Angola; e uma trabalhou como professora de inglês no país. Os outros nove especialistas são representantes de instituições onde

mulheres angolanas são atendidas em São Paulo. Destes nove, um é Pastor angolano da Igreja Assembleia de Deus – Ebenezer; três são assistentes sociais, um é advogado, uma é diretora e os outros três são coordenadores de instituições que atuam diretamente com mulheres imigrantes.

As entrevistas dos especialistas tinham roteiros de perguntas direcionadas ao objetivo de conhecer mais profundamente a atuação das instituições a que estavam ligados e ainda verificar a percepção dos entrevistados acerca dos enfoques estudados nesta tese.

As respostas dos especialistas trouxeram grande contribuição para o conhecimento e entendimento das questões ligadas às mulheres angolanas e sua dimensão social, econômica, de saúde e dos aspectos relacionados à maternidade. Possibilitaram também pela sua vivência diária com elas um conhecimento maior das suas razões migratórias, seus saberes e dificuldades, que permitiram esclarecer e compreender algumas das razões desta migração.

O número final de angolanas entrevistadas foi estabelecido em 19 mulheres. Este número foi definido com minha orientadora, após uma prévia avaliação dos dados já coletados que foram considerados em consonância com as hipóteses propostas e com as expectativas desta pesquisa.

As perguntas para as mulheres foram divididas em quatro blocos. No primeiro bloco foram feitas perguntas fechadas de identificação, tais como: nome verdadeiro; nome fictício; estado civil; idade; local de nascimento; número de filhos vivos; país de nascimento dos filhos, número de filhos nascidos no Brasil e em Angola no momento da pesquisa; data de nascimento dos filhos; data da saída de Angola e chegada ao Brasil, data da chegada em São Paulo; se chegou no Brasil grávida, com que idade de gestação; escolaridade; profissão, se trabalhava em Angola, se trabalha no Brasil; etnia; religião; se viajou sozinha, com filhos, marido ou companheiro; se alguém a acolheu no aeroporto; para que local foi quando chegou ao Brasil (hotel, entidades de acolhimento, casa de amigos); se na África e em Angola é importante ter filhos; como era sua comunidade e sua família.

No segundo bloco foram feitas perguntas fechadas e algumas abertas, como endereço em São Paulo; onde vive e com quem; se alguém a ajudou a vir para o Brasil, quem, se ficou com dívidas, se já pagou; veio ao Brasil com visto e, se sim, qual; se teve dificuldades para obter o visto; se tinha amigos no Brasil; com quem

morou quando chegou no Brasil; quando chegou ficou algum tempo em hotéis, abrigos ou entidades de acolhimento, por quanto tempo, nome da entidade; se no Brasil está trabalhando, em que local, em que tipo de trabalho; qual sua atual situação migratória; onde ficam seus filhos enquanto trabalha; quem cuida dos filhos enquanto trabalha; e se o que ganha é suficiente para viver.

No terceiro bloco as perguntas foram abertas com questões relacionadas ao atendimento de saúde da mãe e dos filhos e sobre educação dos filhos no Brasil e em Angola, visando estabelecer correlação entre os dois países. Foram perguntadas questões sobre o atendimento ao parto no Brasil e em Angola (no caso das entrevistadas que já tiveram filhos nascidos no seu país); diferenças de atendimentos e satisfação atual em relação ao atendimento de saúde e educação dela e dos filhos no Brasil. Neste bloco, também foi perguntado sobre os benefícios sociais que recebe no Brasil e se recebia em Angola; que benefícios os filhos têm no Brasil e quais os que tinham em Angola, e finalmente as diferenças entre viver no Brasil e Angola e onde prefere viver.

No quarto bloco foram feitas perguntas abertas sobre situação documental no Brasil: como a regularização migratória em razão de filho nascido no Brasil; razões da escolha do Brasil para migrar e para viver; se pretende voltar para Angola e se encontrou no Brasil o que veio procurar. Ainda foi perguntado se sofreu racismo, discriminação e violência por ser imigrante.

As respostas das 19 mulheres angolanas entrevistadas serão analisadas neste capítulo. Os relatos foram agrupados em diversas tabelas e quadros para melhor visualização de tais conteúdos. Para evitar erros nesta sistematização, a elaboração das tabelas e dos quadros contou com a verificação simultânea das informações coletadas nas entrevistas, da transcrição, da oitiva do áudio e dos registros do caderno de campo (que podem ser consultados no apêndice D).

Para melhor organização, este capítulo foi dividido em oito seções:

1. Questões demográficas: Onde incluímos informações como nome, idade, etnia, naturalidade, local de nascimento, origem urbano/rural; idioma e dialetos; escolaridade; religião.

2. Questões de origem: Contempla se houve participação familiar na Guerra Civil Angolana e os efeitos causados;

3. Migração Angola-Brasil: Seção em que organizamos os motivos pelas quais as 19 mulheres vieram para o Brasil; deslocamento e viagem; apoio e rede para migração; situação migratória e documentação;

4. Maternidade, filhos e família: Focamos a importância de ter filhos para a sociedade angolana; nascimento dessas crianças no Brasil, relacionamentos com maridos, companheiros e/ou pais dos filhos; bem como a quantidade de filhos (angolanas e brasileiros);

5. Educação: Onde registramos respostas que tratam da educação dos filhos, qualidade de ensino e a opinião das entrevistadas sobre qual o melhor país para educar seus filhos;

6. Saúde: Seção que inclui, dentre outras, condições de saúde para crianças e também para a própria mulher, em termos da maternidade, pré-natal e parto;

7. Sociabilidade e integração em São Paulo: Nesta seção apresentamos informações como bairro de residência, condições de trabalho; renda e benefícios recebidos, e outras relativas à discriminação e racismo;

8. Relação com Angola Pós-Imigração: Onde descrevemos fatores como saudades, lembranças e avaliações sobre o projeto migratório.

Esclarecimentos

Antes de iniciarmos a apresentação dos dados, importa esclarecer especificidades da história de vida da entrevistada Mackenzie (nº11), pois ela escapa, em parte, de um dos critérios que estabelecemos para seleção das entrevistadas. Diferentemente das demais que chegaram no Brasil entre 2013 e 2018, Mackenzie veio com um tio aos 14 anos, em 2010. Contudo, optamos por manter seus relatos, pelo fato de se enquadrar nos demais critérios, isto é, ser angolana, estar grávida do primeiro filho e residir no CAEMI Palotinas há um mês.

4.1 Questões demográficas

Iniciamos a apresentação dos dados da seção “questões demográficas” esclarecendo a idade das entrevistadas e a data de sua chegada ao Brasil, como consta no quadro abaixo:

Quadro 11 – Idade das mulheres entrevistadas em relação à data de chegada no Brasil e à data da entrevista

#	Nome Fantasia	Idade na entrevista	Idade em que chegou	Data da entrevista	Data da chegada
1	AMINATA	34	29	24/08/2017	15/01/2013
2	MARIA	28	27	01/11/2017	14/03/2016
3	TANIA	20	19	01/11/2017	27/12/2016
4	NATALINA	23	22	01/11/2017	24/03/2016
5	ANGELA	44	40	08/11/2017	05/06/2013
6	PIA	23	22	08/11/2017	19/12/2016
7	MAIA	26	25	17/11/2017	01/07/2016
8	IVONE	30	30	29/11/2017	15/08/2017
9	TEREZA	39	39	29/11/2017	03/10/2017
10	ARI	29	29	11/12/2017	27/09/2017
11	MACKENZIE	21	14	11/12/2017	31/08/2010
12	ALICE	29	29	11/12/2017	10/10/2017
13	MARCIA	28	26	24/01/2018	19/03/2016
14	ELISA	33	30	24/01/2018	15/06/2015
15	MARIANA	28	28	20/03/2018	outubro/2017
16	FALI	32	28	22/03/2018	21/05/2014
17	LINDA	22	22	22/03/2018	23/07/2017
18	LUIZA	34	34	28/03/2018	dezembro/2017
19	ISABEL	35	35	04/04/2018	08/08/2017

Fonte: Elaboração própria.

Podemos ver a partir do quadro 11 que a idade média das angolanas entrevistadas é de 29,4 anos. Apenas uma angolana, Mackenzie (nº 11) chegou ao Brasil com menos de 18 anos de idade, ela foi trazida pelo pai aos 14 anos. Das 19 entrevistas realizadas, oito foram feitas logo após a chegada ao Brasil, visto que a entrevistada tinha a mesma idade na chegada e na data da entrevista. Seis delas foram entrevistadas, no máximo, dois anos após a sua chegada, enquanto as outras cinco foram entrevistadas com maiores intervalos. Aminata (nº 1) chegou no início do ano de 2013, dentro dos parâmetros estabelecidos na pesquisa.

A idade das entrevistadas, no momento da entrevista, era de 21 a 44 anos, sendo 11 mulheres entre 20 e 30 anos, idade ideal para a mulher engravidar do ponto de vista biológico em termos dos menores riscos para gravidez e pós-parto, segundo Sarah Matthews, consultora de ginecologia do Hospital Portland, de Londres (BBC, 2017). É nesta fase que a fertilidade da mulher está em alta, que o corpo apresenta menos riscos durante a gestação.

Quadro 12 – Etnia

#	Nome Fantasia	Etnia	Naturalidade	Local de Nascimento	Origem	Idioma/Dialeto
1	AMINATA	Não respondido	Luanda	Bairro Banzakon, Luanda	Urbana	Não respondido
2	MARIA	Chocue	Moxico	Luena, Moxico	Urbana	Não respondido
3	TANIA	Baongo	Luanda	Luanda	Urbana	Lingala
4	NATALINA	Kantasso	Luanda	Luanda	Urbana	Não respondido
5	ANGELA	Chitato	Luanda	Luanda	Urbana	Não respondido
6	PIA	Luba	Luanda	Luanda	Urbana	Não respondido
7	MAIA	Lindi	Cabinda	Cabinda	Urbana	Não respondido
8	IVONE	Baongo	RDC	RDC	Urbana	Não respondido
9	TEREZA	Baongo	Uíge	Uíge	Urbana	Não respondido
10	ARI	Baongo	Uíge	Maquela do Zombo, Uíge	Urbana	Não respondido
11	MACKENZIE	Não respondido	Luanda	Bengo, Luanda	Rural	Não respondido
12	ALICE	Baongo	Luanda	Luanda	Rural	Kikongo e Lingala
13	MARCIA	Baongo	Luanda	Luanda	Urbana – Luanda	Não respondido
14	ELISA	Bantun	Luanda	Luanda	Urbana – Luanda	Não respondido
15	MARIANA	Baongo	Luanda	Luanda	Urbana – Luanda	Não respondido
16	FALI	Baongo	Luanda	Luanda	Urbana – Luanda	Não respondido
17	LINDA	Baongo	Uíge	Uíge	Urbana – Luanda	Não respondido

#	Nome Fantasia	Etnia	Naturalidade	Local de Nascimento	Origem	Idioma/Dialeto
18	LUIZA	Bacongo	Uíge	Maquela do Zombo, Uíge	Urbana – Luanda	Não respondido
19	ISABEL	Soyo	Luanda	Bairro Cuca, Luanda	Urbana – Luanda	Não respondido

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 9 – Quantidade de mulheres por etnia

Etnia	Quantidade
Bacongo	10
Banto	1
Chitato	1
Chocue	1
Soyo	1
Kantasso	1
Lindi	1
Luba	1
Não respondido	1
Não soube informar	1
Total Geral	19

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 10 – Quantidade de mulheres por naturalidade

Naturalidade	Quantidade
Cabinda	1
Luanda	12
Moxico	1
República Democrática do Congo	1
Uíge	4
Total Geral	19

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 11 – Quantidade de mulheres por origem

Origem	Quantidade
Rural	2
Urbana	17
Total Geral	19

Fonte: Elaboração própria.

A partir destas tabelas para situarmos melhor as mulheres angolanas no que diz respeito a sua identidade, verificamos que dez mulheres pertencem à etnia Baongo, portanto 52% por cento. Outras sete vêm de diversas etnias e duas não responderam.

Esta pergunta foi de difícil entendimento durante a entrevista, pois as mulheres demonstraram dificuldades em entender o termo “etnia” que, por sua vez, não foi simples de explicar a elas pela falta de sinônimos adequados. Além disso, oito das 19 entrevistadas estudaram na RDC e, como a língua falada naquele país não é o português, não entendiam as perguntas corretamente, como discutiremos no quadro a seguir sobre local de estudo.

A etnia foi inserida nesta pesquisa com a finalidade de identificarmos mais profundamente a origem das mulheres entrevistadas. O estudo sobre etnias é bastante complexo, extenso e difícil e não é objeto específico deste trabalho, assim somente alguns aspectos sobre o tema serão abordados. Segundo Analúcia Danilevicsz Pereira (2014, p. 19-20), ao tratar da sociologia dos grandes grupos etnoculturais da África, “o continente está dividido em cerca de oitocentos grupos étnicos, cada qual com sua própria língua e cultura [...] Na África são faladas mais de mil línguas diferentes que são divididas em quatro famílias: as afro-asiáticas, as khoisan, as nígero-congolesas e a nilo-saariana”.

Douglas Wheeler (2016a, p.32) em seus estudos sobre o território, povo e reinos angolanos, esclarece:

Angola é uma sociedade plural, composta por vários grupos culturais. Antes da chegada dos europeus, o grupo racial negróide invadiu e dominou os primeiros invasores do grupo bosquímanos. A maior parte dos povos de Angola são falantes de língua bantu. integrando um grupo que ocupa cerca de um terço do continente africano.

E continua expondo:

Os principais grupos etnolinguísticos entre os povos angolanos são os seguintes: os bacongos, os quimbundos, os ovimbundos, os lunda-quico, os naganguela, os nyaneka-humbe, os herere e os ambo. Os baongo, que falam quicongo, são o povo que se encontra mais a norte, no enclave de Cabinda e nas regiões de noroeste de Angola. Devido às migrações e à escassez de dados de recenseamento fidedignos, é difícil saber o número exato. As migrações através das fronteiras para as duas repúblicas do Congo (Brazzaville, antigo congo francês e Kinshasa,

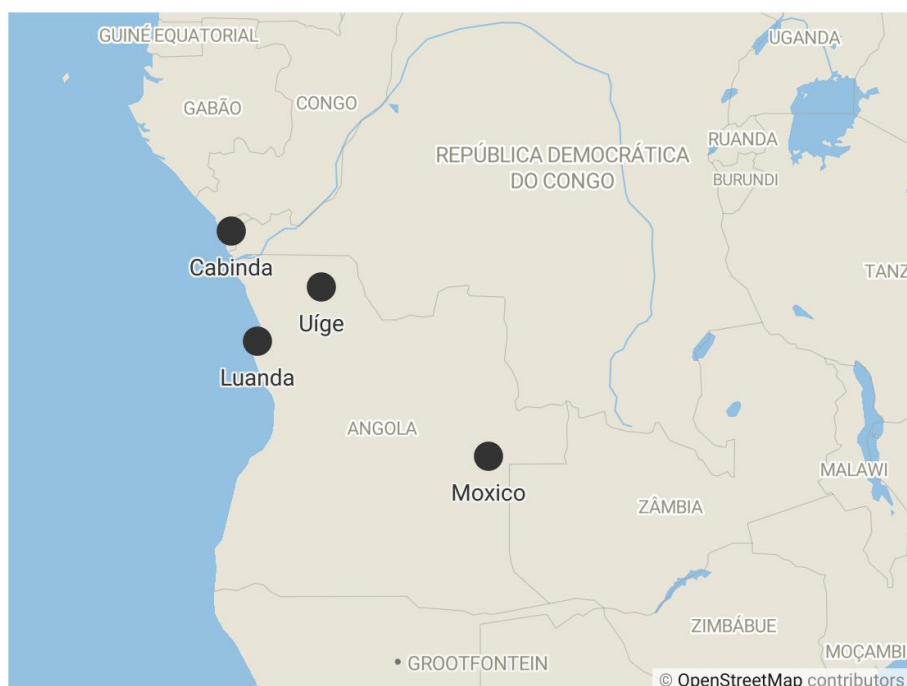
antigo Congo Belga), constituem uma constante ter em conta para qualquer estimativa da população bacongo de Angola (WHEELER, 2016a, p. 32)

Na fala de Wheeler (2016a), constam informações acerca do movimento migratório entre angolanos e os nacionais dos dois Congos (República do Congo e a República Democrática do Congo), que são vizinhos ao território de Angola e compartilham uma grande extensão de fronteiras. Ainda sobre o mesmo assunto, L.L. Fituni (1985, p.42) escreveu:

Segundo a opinião de vários investigadores, os Bantos começaram a chegar a Angola por volta do século XIII. Todo o conjunto cultural étnico de Angola actual é a expressão do posterior desenvolvimento da riqueza cultural criada pelos Bantos numa série de regiões. Hoje a população banto de Angola abrange de 90 a 100 grupos etno-linguísticos e pode ser divididos nos seguintes nove grandes grupos: Bacongos, Quimbundos, Ovimbundos, Lunda-Tchokué, Nganguelas, Nhaneca-humbe, Ambós, Hereros e Xindongas [...] Os Bacongos são em número o terceiro maior grupo étnico do país e formam cerca de 15% da população total de Angola.

Verificamos que mais da metade das mulheres deste estudo pertencem ao grupo etno-linguístico Bacongo. A população de Angola tem como língua oficial o português e também o Kikongo, o Kimbundo, o Tchokwe, o Umbundo, o Mbunda, o Kwanyama, o Nhaneca, o Fiote, o Nganguela, entre outros (IPOL, 2017).

Em relação ao local de nascimento, 18 mulheres nasceram em Angola e uma delas, Ivone (nº 8) nasceu na República Democrática do Congo (RDC). Dentre elas, 12 nasceram na capital Luanda, quatro em Uíge, província que faz fronteira com a RDC, uma em Cabinda, também no norte, coincidindo com a localização dos Bacongos em Angola nas regiões norte e noroeste do país como foi apresentado por Wheeler (2016). Apenas uma mulher nasceu em Moxico, na região leste do país, mais próxima da fronteira com a Zâmbia. Tais localidades podem ser vistas no mapa a seguir:

Mapa 1 – Local de nascimento das mulheres entrevistadas

Criado com Datawrapper

Fonte: Elaboração própria.

Das 18 mulheres que nasceram em Angola, é importante destacar que sete cresceram na RDC devido às consequências da guerra civil angolana. Durante a entrevista, Ivone (nº 8) relatou o motivo pelo qual sua família foi morar na RDC. Quando perguntada pela influência da guerra civil (1975 - 2012) na sua família, disse que durante a guerra fugiram para o país vizinho. Neste momento, sua mãe estava grávida dela, por isso, ela nasceu na RDC. Ao ser questionada por mais detalhes respondeu: “Porque quando minha mãe tava grávida de mim, escutei, minha mãe foi ter... foi ter o neném, que sou eu, foi ter lá...no Congo” [...] “É, ela foi lá, fugiu à guerra. É, fugiu à guerra, e foi ter lá o bebê, que sou eu” (Ivone, nº 8, 29/11/2017). Ivone contou que viveu toda sua infância na RDC e que foi criada pelas irmãs mais velhas, pois seus pais faleceram quando ela ainda era muito pequena. Ivone só retornou a Angola com o fim da guerra por volta de 2002.

O fato relatado por Ivone é encontrado também nas respostas “país em que estudou” no indicador escolaridade (que será apresentado a seguir) onde se verifica que oito das 19 mulheres estudaram na RDC. Conforme relatos das entrevistadas,

este fato ocorreu porque as famílias angolanas fugiram durante a guerra para o país fronteiriço (no caso a RDC) com quem Angola tem uma grande fronteira, principalmente ao norte. Essas fugas são relatadas como a forma encontrada para a proteção da família e criação dos filhos, principalmente no que tange às possibilidades de estudo.

Nos indicadores de população inseridos no Capítulo 3, no quadro 6, Indicadores de “população” do Brasil e de Angola, foram apresentados os índices de população urbana e rural referentes a 2018. Em Angola a população urbana é 65,5% da população e a rural, 34,5%. Entretanto, a porcentagem das 19 mulheres que migraram para o Brasil apresenta índices maiores de população urbana, alcançando os 89,4%.

Importante acrescentar que duas mulheres (Mackenzie, nº 11 e Alice, nº 12) nasceram em zona rural. Entretanto, como essas respostas não foram esclarecidas, nos parece que a família era da zona rural, mas cresceram em zona urbana. Mackenzie (nº 11) foi trazida a São Paulo, pelo pai, com 14 anos. A entrevistada Alice (nº 12), por sua vez, não fez referência à vida rural.

Quadro 13 – Escolaridade

#	Nome Fantasia	Escolaridade	Escolaridade Equivalente no Brasil	Formação Profissional	País em que estudou
1	AMINATA	Estudou 4 anos. Não esclarecido	Ensino Fundamental Incompleto	Nenhuma	Angola
2	MARIA	Curso Analista Laboratório	Ensino Médio Completo	Analista de Laboratório	RDC
3	TANIA	8ª Série	Ensino Fundamental Incompleto	Nenhuma	Angola
4	NATALINA	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Nenhuma	Angola
5	ANGELA	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Nenhuma	RDC
6	PIA	6ª Série	Ensino Fundamental Incompleto	Nenhuma	Angola e RDC
7	MAIA	Ensino médio	Ensino Médio Completo	Nenhuma	Angola
8	IVONE	Estudou 6 anos completos	Ensino Fundamental Incompleto	Nenhuma	RDC
9	TEREZA	Jornalismo	Ensino Superior Completo	Jornalismo	RDC

#	Nome Fantasia	Escolaridade	Escolaridade Equivalente no Brasil	Formação Profissional	País em que estudou
10	ARI	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Nenhuma	RDC
11	MACKENZIE	Estudou 3 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Nenhuma	Brasil
12	ALICE	Ensino Médio	Ensino Médio Completo	Nenhuma	Angola e RDC
13	MARCIA	Ensino Médio	Ensino Médio Completo	Nenhuma	Angola
14	ELISA	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Nenhuma	Angola
15	MARIANA	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Nenhuma	Angola
16	FALI	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Nenhuma	Angola
17	LINDA	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Esteticista	Angola
18	LUIZA	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Nenhuma	RDC
19	ISABEL	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Incompleto	Esteticista	Angola

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 12 – Quantidade de mulheres por escolaridade

Escolaridade	Quantidade
Ensino fundamental incompleto	5
Ensino fundamental completo	0
Ensino médio incompleto	1
Ensino médio completo	12
Ensino superior incompleto	0
Ensino superior completo	1
Total Geral	19

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 13 – Quantidade de mulheres por formação profissional

Formação profissional	Quantidade
Jornalista	1
Esteticista	1
Analista de laboratório	1
Nenhuma	16
Total Geral	19

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 14 – Quantidade de mulheres por país onde estudou

País onde estudou	Quantidade
Angola	10
República Democrática do Congo	8
Brasil	1
Total Geral	19

Fonte: Elaboração própria.

Verificamos pelas respostas obtidas que todas as entrevistadas frequentaram a escola, ainda que cinco delas declararam não terem concluído o ensino fundamental. Doze concluíram o ensino médio e dessas, duas fizeram formação profissional complementar durante essa fase escolar ao se capacitarem como esteticista e analista de laboratório. Uma entrevistada não concluiu o ensino médio e uma fez o curso superior completo em jornalismo.

Comparando esses dados com os quadros dos indicadores de educação apresentados no capítulo 3, constatamos que a escolaridade das mulheres entrevistadas é superior à média de anos de estudo em Angola e ao tempo médio de estudo esperado, que segundo a UNDP (2019) é 4 e 11 anos, respectivamente. Quanto à média dos anos estudados, apenas cinco mulheres, Mackenzie (nº11), Aminata (nº1), Ivone (nº8), Pia (nº6) e Tânia (nº3), informaram o tempo de estudos explicitamente, sendo 3, 4, 6, 6 e 8 respectivamente. Podemos inferir que as mulheres

que têm ensino médio completo possuem, ao menos, 12 anos de estudo; que as que têm ensino médio incompleto estudaram, no mínimo, nove anos; que a que tem ensino superior completo tem 16 anos (12 do ensino médio somado aos quatro do ensino superior como jornalista). Tais dados contando o tempo indicado pelas mulheres que não completaram o ensino fundamental (Aminata, Tânia, Pia, Ivone e Mackenzie), geram uma média de 10,3 anos de estudo para as mulheres entrevistadas o que é superior ao índice de quatro anos verificado na Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2019).

Além disso, o quadro 13 e a tabela 14 demonstram que dentre as 19 mulheres entrevistadas, 10 estudaram em Angola, oito na RDC e uma no Brasil. Todas as que estudaram em Angola relataram ter frequentado escolas particulares pagas por suas famílias.

Como já referimos, durante as entrevistas algumas mulheres tinham muita dificuldade em falar o português, tendo em vista que estudaram na RDC, onde o francês e o lingala constam como línguas oficiais. Elas nem sempre entendiam as perguntas ou respondiam com facilidade, fazendo uma mistura dessas três línguas. Alice (nº 12) explica essa relação entre as línguas, o movimento migratório de Angola-RDC e como isso afeta diretamente os povos desses dois países:

Pessoa que nasceu no Angola, fala um português diferente do nosso. Nós fala o português misturado com o francês. Eles falam bom português, de Portugal, agora eu não é fácil, quando você fala português, que não tá bom, não pode se receber um trabalho, também quando você fala Lingala (...) (Alice, nº12, 11/12/2017)

A respeito das línguas faladas nos dois países, Alice ainda complementa:

A província é fronteira com o Congo (...). Aí, congolês se casa com angolano, angolano também se casa com congolês, assim, quando... aí você pode atravessar só assim. Se você for sair de Angola, entra no Congo, aí, congolês também sai daí, entra aí. Bacongo fala aí na fronteira. Fala Quicongo, fala Lingala, tudo lado. Na Angola também fala aqui, como fala Lingala. Aí também no Congo fala Lingala. É por isso. Os outros angolanos fala... aquele parte, é congolês, é angolano (Alice, nº12, 11/12/2017).

A entrevistada Luiza (nº 18), que também estudou na RDC, explicou um pouco mais sobre as variadas línguas que fala e a relação que isso tem com os países em que viveu:

“Não, eu até não fala bem, bem, português... Eu fala o... o dialeto que eu fala bem, francês e Lingala. Porque o angolano não cresce também em Angola, porque no tempo, Angola tinha guerra, meus pais tinha a fugir guerra, foi no outro país... Agora eu cresci naquele país, Congo. Eu fala bem... É (RDC). Eu nasci no Angola, se chama regressado. Depois, quando guerra acabou, os angolano que tava todos os país mandava até Angola, nós também voltamo. Eu até aprendi também a falar português, mas (...) outras coisas (...) (Luiza, nº 18, 28/03/2018)

Os relatos de Alice e Luiza remetem às complexas relações que a população angolana e congoleza tem uma com a outra devido ao alto fluxo de movimentação nas fronteiras entre os dois países. Há dificuldades de acolhimento em ambos os territórios. Em Angola, Alice e Luiza eram consideradas congolezas e, quando estavam na RDC, eram vistas como angolanas. Quando Alice foi questionada sobre as possibilidades de conseguir trabalho em Angola (seu país natal), a entrevistada respondeu que por conta de seu português diferenciado, os empregadores a discriminavam: “falavam, você é Langa, você é congolês, você não é angolana. É assim” (Alice, nº 12, 11/12/2017).

Devido à histórica relação entre Angola e RDC, oito das 19 mulheres (incluindo aquelas que nasceram em Angola) viveram seus períodos de escolarização no país fronteiriço. O pesquisador A.B. expondo sobre esta migração de angolanos para RDC afirmou que se tratava da busca por melhores condições de vida e escolaridade: “Essa é a verdade. O angolano. Ele não emigra por emigrar. O angolano emigrou por situação de guerra, por situação de guerra” (A.B., 14/08/2018). A.B. continua explicando sobre o motivo da ida das famílias angolanas para RDC e relaciona essa migração à escolaridade dessa população:

Então, isso que eu to falando. Elas só falam assim... e esse é um indicador forte que você pega: “onde você fez o ensino primário?”. Mulher que fez ensino primário em Angola, é angolana. Se você escutar “não, porque...” toda aquela que fez ensino primário no Congo, ou é congoleza, ou no processo de fuga, né, de fuga, a família foi lá, ela nasceu lá... [...] Sabe que Angola teve esse problema, né. Problema migratório, de fuga pra fora do país. E são os dois Congos, que receberam, que acolheram os angolanos. Então existe uma mistura aí, que qualquer um que entra, diz que é angolano, porque a história produziu isso, favoreceu isso: “na fuga, meus pais emigraram” [...] Quem fez ensino primário lá, geralmente é congolês. É congolês. Mas alguns têm por pais angolanos. (A.B., 14/08/2018)

Quando perguntado às mulheres entrevistadas acerca das razões pelas quais estudaram na RDC, registramos depoimentos como os de Alice (nº 12):

“Eu nasci no interior do capital de Angola. Meu pai tinha fugido de guerra com a minha mãe, foram no Congo. Foi a infância no Congo... Guerra em Angola, foi crescer no Congo. Depois do Congo, voltamos na Angola... Meu pai tava na Unita... Aí no Congo minha infância foi uma infância boa (...). Meu pai e minha mãe... quando o meu pai faleceu, com a minha mãe, minhas irmãs voltaram no Angola... Faleceram aí no Congo. É meu pai, só voltou com a minha mãe e com a minhas irmã no Angola...Aí eu tinha 15, 15 anos... Ensino médio (Alice, nº 12, 11/12/2017).

A entrevistada Maria (nº 2) também respondeu:

“Estudou até faculdade”... Foram...15, né? Acho que até no faculdade, 15 anos...“É, ficou lá no Congo, porque a minha avó fica lá. Ficou com ela, estudo lá, depois voltou pra minha mãe”. “A minha mãe mora em...aqui na Angola, em Luena”. Eu não fala português direito, porque eu não ficou bastante tempo na Angola, né? Cresceu no Congo, fala direito francês (Maria, nº2, 01/11/2017).

Como vimos, Maria completou o ensino médio na RDC, onde também estudou para ser analista de laboratório. Pia (nº 6) também nos conta sobre sua escolaridade na RDC:

Morei também no Congo né. Tinha 12 anos.. Porque antes tava a guerra aqui na Angola. Nós fugimos, fomos pro Congo... Sim, aí nós voltamos aí na Angola, né. Ficou 6 anos no Congo. Eu estudei um pouquinho lá. Estudei também um pouquinho lá em Angola (Pia, nº 6, 08/11/2017).

Tereza (nº 9) também estudou na RDC. Perguntada falou que durante a guerra: “Fui no Congo pra estudar... Foi muito pequena e voltou quando acabou tudo isso e voltou aí... ficou 16 anos. Fez jornalismo... Terminou graduação... Eu fiz estágio na [...] nacional aí, no Congo RTNC [Rádio e Televisão da RDC] (Tereza, nº 9, 29/11/2017). Ari (nº 10) teve dificuldade de contar sua infância e as etapas que viveu na RDC. Segundo ela, trata-se de “uma história que nunca se interessou”:

Foi muito, muito difícil né, crescer com a minha família, porque eu nunca conheci a minha mãe, ela morreu, eu nunca lhei conheci, então ficou com o pai, outra mulher dele, que é minha madrasta, com outra família também...Eu estudei, só que eu estudei no Congo... Fui com a minha mãe... morava com meu pai... (Ari, nº10, 11/12/2017).

Ari viveu três anos na RDC, mas durante esse período teve muitas idas e vindas entre os territórios congolese e angolanos. Contou que por conta disso teve que interromper os estudos após o ensino médio que concluiu na RDC.

Finalizando a análise dos dados do quadro 13, destacamos que a entrevistada que estudou no Brasil foi Mackenzie (nº11), cuja entrevista ocorreu em 11 de dezembro de 2017. Na entrevista, quando perguntada sobre escolaridade, respondeu

que após chegar ao Brasil, estudou por 3 anos em uma escola pública no bairro Canindé, em São Paulo capital. Relatou também que deixou de estudar devido a conflitos familiares que levaram a sua expulsão de casa:

Eu vim nessa casa [CAEMI PALOTINAS], como é que eu tava contando a minha história, depois daí, meu pai arrumou outra mulher, o tempo também foi passando e eu fui crescendo, fui me desenvolvendo, meu pai se separa da segunda mulher e meu pai foi pra Angola. Aí ele foi embora pra Angola, e nós continuamos com essa mulher, só que ela teve outro relacionamento. Aí ela me expulsou de casa. Só não tinha pra onde ir. Aí eu ficava morando de favor na casa dos outro. Entrou pedir um prato de comida, uma cama pra dormir, passava uma humilhação, às vezes fome. E vim parar aqui, graças à deus, uma moça que trabalha aqui falou pra alguém que eu conheço, e me indicou aqui esse local (Mackenzie, nº 11, 11/12/2017).

O quadro a seguir apresenta dados sobre a religião das mulheres entrevistadas e a ajuda que eventualmente receberam das Igrejas para migrar para o Brasil:

Quadro 14 – Religião

#	Nome Fantasia	Segmento Religioso - Igreja	Religião	Ajuda da Igreja para migrar
1	AMINATA	Assembleia de Deus	Evangélica	Não
2	MARIA	Igreja Ebenezer	Evangélica	Não
3	TANIA	Não respondido	Não respondido	Não
4	NATALINA	Não respondido	Evangélica	Não
5	ANGELA	Universal	Evangélica	Não
6	PIA	Igreja do Brasil	Evangélica	Não teve ajuda, mas teve apoio de uma conhecida quando chegou no Brasil.
7	MAIA	Não respondido	Católica	Não
8	IVONE	Pentecostal	Evangélica	Não
9	TEREZA	Não respondido	Católica	Não
10	ARI	Pentecostal	Evangélica	Não
11	MACKENZIE	Igreja Mundial do Poder de Deus	Evangélica	Não
12	ALICE	Igreja Cristã Pentecostal	Evangélica	Não
13	MARCIA	Não respondido	Católica	Não

#	Nome Fantasia	Segmento Religioso - Igreja	Religião	Ajuda da Igreja para migrar
14	ELISA	Não respondido	Católica	Não
15	MARIANA	Pentecostal	Católica	Não
16	FALI	Não respondido	Católica	Não
17	LINDA	Não respondido	Quimbanda	Não
18	LUIZA	Pentecostal	Evangélica	Não
19	ISABEL	Combate Espiritual	Não respondido	Não

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 15 – Quantidade de mulheres por religião

Religião	Quantidade
Católica	6
Evangélica	10
Não respondido	2
Quimbanda	1
Total Geral	19

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 16 – Quantidade de mulheres por segmento religioso

Segmento religioso	Quantidade
Igreja Ebenezer	1
Assembleia de Deus	1
Combate Espiritual	1
Igreja Cristã Pentecostal	1
Igreja do Brasil	1
Igreja Mundial do Poder de Deus	1
Não respondido	8
Pentecostal	4
Universal	1
Total Geral	19

Fonte: Elaboração própria.

A pergunta sobre religião foi inserida neste trabalho com a finalidade de conhecer melhor as mulheres entrevistadas. Nas respostas à pergunta “qual sua religião?”, verificamos que dez são evangélicas, seis católicas, uma da quimbanda e duas não responderam. Dentre as evangélicas, vários são os segmentos religiosos a que pertencem.

Perguntamos também se a sua igreja tinha ajudado a vir para o Brasil, para verificar se, eventualmente, havia uma rede de ajuda. Tal fato não foi observado, pois as mulheres informaram que foram elas mesmas que trabalharam e economizaram para a viagem, ou foram os maridos ou ainda sua família que as ajudaram.

A única referência – que não envolve diretamente a igreja, mas a menciona – foi de Pia (nº 6) que informou que chegou no Brasil pelo Rio de Janeiro e que tinha o telefone de uma Irmã evangélica, cujo marido foi buscá-la no aeroporto. Em seguida, Pia veio para São Paulo.

Em resposta se frequentavam sua igreja em São Paulo, apenas duas responderam afirmativamente: Ivone (nº 8), informou que é pentecostal, o mesmo segmento religioso que seguia em Angola e que “aqui também já to indo.. a Pastora manda carro, e vem buscar a gente no abrigo, e passamo Itaquera, lá eu não conheço bem o nome... todos os domingos... Manda motorista, vem buscar e leva de volta” (Ivone, nº 08, 29/11/2017). A entrevistada Ari (nº 10), por sua vez, informou que o Pastor paga sua passagem de transporte público para ir à igreja em São Paulo.

Pelas respostas obtidas das 19 mulheres podemos concluir que as igrejas não participaram diretamente da migração destas mulheres, não confirmando a hipótese da existência de rede de ajuda. Inclusive, a maioria delas não frequenta igrejas em São Paulo.

4.2 Questões de origem

As tabelas e quadros desta seção se referem a acontecimentos ocorridos em Angola.

Quadro 15 – Participação da família na guerra civil de Angola

#	Nome Fantasia	Membro da Família Participou da Guerra Civil de Angola	Qual Impacto da Guerra na Vida de Sua Família
1	AMINATA	Tio	- Fugiu para mata; - Atrapalhou seus relacionamentos familiares
2	MARIA	Não respondido	Não respondido
3	TANIA	Não	Obteve informações da guerra apenas na escola
4	NATALINA	Não respondido	Não respondido
5	ANGELA	Não respondido	Não respondido
6	PIA	Todos os membros da família	- Família fugiu para a RDC; - Retornaram depois do fim da guerra
7	MAIA	Pais e tios (militantes da FLEC)	Família fugiu para fronteira de Ponta Negra, no Congo-Brazzaville
8	IVONE	Não	- Fugiram para a RDC, onde a entrevistada nasceu; - Retornaram depois do fim da guerra; - Casa havia sido destruída; - Muitas pessoas morreram ou sofreram graves lesões
9	TEREZA	Não respondido	Foi à RDC para estudar durante a guerra
10	ARI	Não perguntado	- Fugiram para a RDC; - Retornaram depois do fim da guerra
11	MACKENZIE	Não se aplica	Não se aplica
12	ALICE	Pai (militante da UNITA)	Fugiram para a RDC durante a guerra, onde a entrevistada estudou o ensino fundamental
13	MARCIA	Pai (militante da UNITA)	- Guerra fez muito mal para família; - Pai sofreu com a guerra e retornou com grave lesão
14	ELISA	Pai (militante da MPLA)	Pai sofreu com a guerra
15	MARIANA	Pais	- Pais sofreram com a guerra; - Família fugiu para a RDC; - Retornaram depois do fim da guerra
16	FALI	Pai	Pais sofreram com a guerra
17	LINDA	Pai (militar)	Pai morreu na guerra
18	LUIZA	Pais	Pais fugiram para RDC
19	ISABEL	Não respondido	Não respondido

Fonte: Elaboração própria.

Este quadro indica a relação que as famílias das entrevistadas tiveram com a guerra civil angolana, seja devido à participação de algum membro no conflito e/ou porque efeitos da guerra foram sentidos em suas famílias. Apenas quatro entrevistadas (Maria, nº 2, Natalina, nº 4, Angela, nº 5, e Isabel, nº 19) não foram questionadas diretamente sobre o assunto, pois, considerando que se tratava de entrevistas semiestruturadas, priorizamos o contato e o vínculo com as mulheres que optaram por discorrer sobre outros temas de mais interesse e relevância para elas. Tânia (nº 3) explicou que só obteve informações da guerra apenas na escola. Na resposta de Mackenzie (nº 11) consta “não se aplica”, pois durante a guerra civil seu pai estava vivendo no Brasil e não vivenciou diretamente os efeitos do conflito.

Das entrevistadas que relataram ter familiares que participaram da guerra, notamos que todos os membros eram homens, pais e tios, com exceção de Pia (nº 6) que não especificou. Quatro entrevistadas declararam que seus pais eram militantes de partidos políticos envolvidos na guerra, o pai da Maia (nº 2) era da FLEC; os pais de Alice (nº 12) e Márcia (nº 13) eram vinculados à UNITA; o pai de Elisa (nº 14) era associado ao MPLA, e o pai de Linda (nº 17) era militar e morreu na guerra.

Nove mulheres contaram que tiveram de se deslocar por conta da guerra civil, a maior parte delas descreveu que a família precisou fugir, mas Tereza (nº 9), declarou que migrou para ter melhores condições de estudo. Sete mulheres informaram que a migração ocorreu para a RDC, uma delas (Maia, nº 7) disse que a família foi para o Congo-Brazzaville, e Aminata (nº 1) falou que seu tio fugiu para a mata, o que inferimos se tratar de um deslocamento interno.

Cinco entrevistadas narraram ter sofrido consequências severas com a guerra, contudo apenas Márcia (nº 13) detalhou que o conflito fez “muito mal” à família e que seu pai retornou com lesões graves, e Ivone (nº 8) descreveu que sua casa fora destruída durante esse período. As demais não mencionaram maiores informações acerca desses processos, porém buscamos discutir ao longo desta pesquisa algumas das repercussões e sequelas que a guerra provocou em Angola.

A pesquisadora I.M., que fora entrevistada em 28 de março de 2018, explicou que a guerra e suas consequências (que são percebidas até hoje) podem ser compreendidas como fatores cruciais que levaram à emigração de angolanos e angolanos em busca de estabilidade e melhores condições de vida. I.M. nos conta:

Exatamente. Que até hoje influi, porque ela desestruturou famílias que hoje em dia os seus filhos não conseguem estabilidade de vida, não conseguem voltar, que não sabem como recomeçar. Vivem com empregos esporádicos em Luanda e quando tem uma oportunidade o melhor é ir pra longe e recomeçar. Uma forma de ir pra longe e recomeçar é um país de expressão portuguesa e que possa lhe dar uma vida melhor do que aquela que ela tinha antes. Existe um ditado em Luanda que diz, melhor viver em um país estranho e sofrer, do que viver na própria terra e sofrer. Melhor sofrer distante, onde não é nossa casa, do que sofrer na própria casa. Isso que leva muita gente a migrar. Prefiro sofrer longe do que aqui. (I.M., 28/03/2018).

A guerra de libertação de Portugal (1961 a 1974) e a guerra civil angolana (1974 a 2002) refletiram imensamente na vida de muitas pessoas, conforme citadas por várias entrevistadas e trouxeram consequências que são vistas até o presente momento.

4.3 Migração Angola-Brasil

Nesta seção, apontaremos as razões migratórias das entrevistadas relativas à vinda para o Brasil.

Quadro 16 – Razões migratórias

#	Nome Fantasia	Razões pelas quais migrou sem marido ou companheiro	Razões migratórias	
			Razões que envolvem Angola:	Razões que envolvem Brasil:
1	AMINATA	Não se aplica	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades em educar os filhos na escola - Cidade com infraestrutura precária; - Hospitais distantes e, apesar de públicos, cobravam taxas de atendimento; - Falta de transporte; - Poluição da cidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade de vida para os filhos ("futuro melhor para os filhos"); - Visto e passagem com valores promocionais; - Hospital, escola e remédios gratuitos; - Qualidade do atendimento hospitalar;
2	MARIA	Fugiu do país por razões trabalhistas; Não revelou os motivos de viajar sozinha	Fugiu do país por questões trabalhistas	Queria um país distante de Angola

#	Nome Fantasia	Razões pelas quais migrou sem marido ou companheiro	Razões migratórias	
			Razões que envolvem Angola:	Razões que envolvem Brasil:
3	TANIA	Recomendação do marido para tratar questões de saúde e estava fugindo para outro país	<ul style="list-style-type: none"> - Marido sofrendo pressões e ameaças; - Fugiram em razão da violência urbana 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do atendimento hospitalar, pois estava doente (apendicite);
4	NATALINA	Não se aplica	Não se aplica	Trazida pela tia que gosta do Brasil
5	ANGELA	Rompeu relacionamento com o pai de seu bebê	<ul style="list-style-type: none"> - Influência de amiga que negociava entre o Brasil e Angola; - Rompeu o relacionamento; - Não tinha emprego, veio buscar trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Valor da passagem; - Hospital e escola gratuitos; - Alimentação na escola; - Declarou expressamente que veio para os filhos estudarem;
6	PIA	Marido não sabe quando virá	<ul style="list-style-type: none"> - Fugiu do país em razão da violência urbana; 	<ul style="list-style-type: none"> - Valor do visto (mais barato);
7	MAIA	Orientação do pai que sofria perseguição política	<ul style="list-style-type: none"> - Pais a enviaram ao Brasil; - Família pertencia a FLEC e sofria perseguição política; 	<ul style="list-style-type: none"> - Não conseguiu visto nos EUA - No Brasil veio buscar trabalho
8	IVONE	Marido fugiu devido a violência urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Fugiu em razão da violência urbana (gangues); 	<ul style="list-style-type: none"> - Para morar com a amiga de seu marido
9	TEREZA	Marido não tinha dinheiro	<ul style="list-style-type: none"> - Fugiu em razão da violência urbana (gangues); 	<ul style="list-style-type: none"> - Mãe gostava do futebol brasileiro; - Precisava fugir para país bem longe de Angola
10	ARI	Rompeu o relacionamento com o pai do filho	<ul style="list-style-type: none"> - Fugiu para salvar própria vida; 	<ul style="list-style-type: none"> - Gosta do futebol e da dança brasileira; - Criação e educação do filho;
11	MACKENZIE	Não se aplica	Não se aplica	Pai a trouxe com 14 anos, pois trabalhava no Brasil
12	ALICE	Marido não tinha dinheiro para vir	<ul style="list-style-type: none"> - Fugiu por sofrer perseguição 	<ul style="list-style-type: none"> - Viver em paz com a família; - Ter filho no Brasil para trazer o marido e filhos (mas seu filho nasceu natimorto);
13	MARCIA	Marido não tinha dinheiro para vir	<ul style="list-style-type: none"> - Fugiu por questões familiares e para salvar a própria vida; - Problemas de saúde (feitiço - infecção na mama); - Questões socioeconômicas; - Questões de segurança pública; 	Idioma

#	Nome Fantasia	Razões pelas quais migrou sem marido ou companheiro	Razões migratórias	
			Razões que envolvem Angola:	Razões que envolvem Brasil:
14	ELISA	Marido fugiu para outro país	- Fugiu em razão da violência urbana contra família;	- Escola e saúde gratuitos; - Idioma; - Facilidade na obtenção da CRNM; - Viver em paz
15	MARIANA	Fugiu do país por sofrer violência doméstica	- Fugiu do país por sofrer violência doméstica; - Não conseguiu visto para Portugal, primeira opção da entrevistada	- Idioma; - Facilidade na obtenção de visto; - Escola e saúde gratuitos;
16	FALI	Marido a abandonou	- Mãe faleceu e marido a abandonou;	- Idioma; - Pretensão de encontrar melhor qualidade de vida para ela e para os filhos; - Recebeu recomendações positivas do país; - Gostava muito do jogador Neymar e das novelas brasileiras
17	LINDA	Não se aplica	Não se aplica	Marido trabalhava com comércio entre os países e escolheu viver no Brasil
18	LUIZA	Marido não veio por razões econômicas	Não se aplica	- Criação e educação dos filhos; - Idioma; - Escolas e creches gratuitos; - Pretensão de conceber filho no país; - Tratamento dispensado pelo Brasil aos imigrantes
19	ISABEL	Chegou sozinha, filha e companheiro vieram posteriormente	Não se aplica	- Estudos; - Idioma

Fonte: Elaboração própria.

Esta seção trata da migração Angola-Brasil e se inicia pelo quadro em que se apresenta as razões migratórias resultantes de duas perguntas feitas nas entrevistas. A primeira foi “quais foram as razões pelas quais migrou sozinha?”, e a segunda “quais as razões da escolha do Brasil como um país de imigração?”.

Na primeira pergunta acerca das razões pelas quais migrou sozinha, tivemos 4 mulheres cuja resposta não se aplica, pois elas vieram com os maridos ou outros

familiares. Foram os casos de Aminata (nº 1), que veio com marido e três filhos; Natalina (nº 4) veio com uma tia; Mackenzie (nº 11) veio com um tio e Linda (nº 17) chegou no Brasil com o marido e grávida de 8 meses do seu único filho. As demais mulheres apresentaram motivos variados, tais como: rompimento no relacionamento com o marido e/ou pai de seus filhos (Angela, nº 5 e Ari, nº 10); dificuldades financeiras do marido para conseguir migrar (Tereza, nº9, Alice, nº 12, Márcia, nº13, Luiza, nº 18,); marido que estava fugindo de Angola devido a violência urbana e ameaças (Ivone, nº8, e Elisa, nº 14); orientação dos maridos para que as mulheres viessem na frente para tratar questões de saúde e criação dos filhos (Tania, nº 3, e .Maia, nº 7); fuga de violência doméstica do marido (Mariana, nº 15).

Na segunda pergunta são elencadas as razões da escolha do Brasil para migrar, tendo as mulheres entrevistadas relatado no mesmo tópico respostas constando razões para deixar Angola e razões para migrar para o Brasil. As razões foram separadas para facilitar a análise e o entendimento.

Como motivos para deixar Angola, as entrevistadas apresentaram queixas diversas. Foi relatado por Aminata (nº1), por exemplo, a dificuldade em educar os filhos, bem como a infraestrutura precária, falta de transporte e a excessiva poluição que ela percebia na cidade onde morava. Além disso, foi denunciado por ela que os hospitais de Angola são longes e apesar de públicos, cobravam taxas de atendimento, fato que foi mencionado por outras mulheres em vários momentos durante as entrevistas. Ainda quanto à saúde, Tânia (nº3) e Márcia (nº 13) queixaram-se também da qualidade do atendimento em seu país de origem. O tema da violência em Angola foi mencionado também por algumas mulheres: a violência urbana foi motivo para emigração de Tânia (nº 3), Pia (nº 6), Ivone (nº8), Márcia (nº 13) e Elisa (nº14); já a violência doméstica foi referida apenas por Mariana (nº15); por sua vez perseguição política foi tratada por Alice (nº 12). Rupturas e conflitos em relacionamentos (conjugais e familiares) foram trazidos como motivos para deixar Angola por Ângela (nº5), Márcia (nº 13) e Fali (nº 16). Ainda, dificuldades socioeconômicas também foram explicitadas por Aminata (nº 1).

Dentre as razões migratórias para vir ao Brasil encontramos os seguintes fatores: a) relacionados à qualidade de vida dos filhos, incluindo a busca por um futuro melhor para as crianças (Aminata, nº 1, Ângela, nº 5, Ari, nº 10, Fali, nº 16 e Luisa, nº 18); b) questões relativas à ofertas de serviços públicos gratuitos,

como hospital, escola, creche e remédios (Aminata, nº1, Ângela, nº 5, Elisa, nº 14, Mariana, nº 15 e Luisa, nº 18); c) qualidade do atendimento hospitalar foi mencionado por Aminata (nº 1); d) pretensão de conceber filho no Brasil foi dito por Luisa (nº 18) e ter filhos no Brasil para trazer marido e outros filhos de Angola foi motivo para a vinda de Alice (nº 12); e) busca por um país distante de Angola (Maria, nº 2; Tereza, nº 9); f) acesso facilitado à visto e passagem com valores promocionais foram razões relatadas por Aminata (nº 1), Ângela (nº 5), Pia (nº 6), Maia (nº 7) e Mariana (nº 15); g) o futebol e conhecimento prévio da cultura brasileira, como novelas e danças, foram ditos por Tereza (nº 9) e Fali (nº 16); h) quanto à questões de ordem pessoal; o desejo de viver em paz com a família foi sublinhado por Alice (nº 12) e Elisa (nº 14); i) a facilidade do idioma foi motivo da escolha para Márcia (nº 13), Elisa (nº 14), Mariana (nº 15), Fali (nº 16), Luisa (nº 18) e Isabel (nº 19); j) facilidade na obtenção da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) foi apontado por Elisa (nº 14); k) Linda (nº 17) declarou que o Brasil foi escolha de seu marido que trabalhava em comércio entre os dois países; l) Luisa (nº 18) considerou a boa recepção dos brasileiros em relação aos imigrantes; m) a possibilidade de estudar no Brasil foi narrado por Isabel (nº 19).

Constatamos que mais uma vez algumas questões aparecem com destaque e sua importância é reiterada, como é o caso da busca por melhor qualidade de vida aos filhos, inclusive aqueles nascidos no Brasil, o que se revela na procura por melhor futuro, saúde e educação, gratuidade de hospital, escola, creche e remédios. A facilidade de migrar e viver no Brasil, seja pela obtenção de vistos, passagem ou pela acessibilidade à documentação migratória também apareceram com frequência, o que mostra a relevância na escolha. O idioma ocupa um lugar significativo e outros motivos pessoais também despontam, tais como gostar de futebol, dança e recomendações sobre o Brasil.

Essas justificativas nos parecem mostrar que a segunda hipótese estipulada inicialmente neste trabalho se verifica no projeto migratório das mulheres entrevistadas. A hipótese construída era: “a migração de mulheres angolanas para São Paulo pode ser explicada também devido ao atendimento à saúde precário no país de origem e à crença de que no país de chegada encontrarão melhores condições de saúde e educação para elas, seus filhos e suas famílias”.

Destacamos que o trabalho não foi mencionado como motivação para migrar para o Brasil pela maioria das entrevistadas, o que corrobora a terceira hipótese que

elaboramos nesta pesquisa, a dizer, “o desejo de alcançar melhores condições de vida, a partir da reprodução e regularização migratória no Brasil, são fatores que precedem a busca por trabalho”. As únicas que mencionam a busca por trabalho no Brasil foram Angela (nº 5) e Maia (nº 7). Esta dinâmica será retomada, posteriormente, quando apresentarmos as informações e os relatos das entrevistadas quanto ao tema do trabalho e renda (seção 4.7).

Quadro 17 – Deslocamento

#	Nome Fantasia	Quem efetuou o pagamento da passagem	Possui dívida em razão da viagem	Alguém intermediou a viagem	Com quem viajou
1	AMINATA	Entrevistada e marido	Não	Não	Marido e três filhos
2	MARIA	Entrevistada	Não	Não	Sozinha
3	TANIA	Entrevistada e marido	Não	Não	Sozinha
4	NATALINA	Tia	Não	Não	Tia
5	ANGELA	Entrevistada (menciona que um "moço" a ajudou)	Não	Não, mas menciona "moço" que a ajudou a viajar	Dois filhos
6	PIA	Marido	Não	Não	Dois filhos
7	MAIA	Pai	Não	Não	Sozinha
8	IVONE	Entrevistada e marido	Não	Não	Um filho
9	TEREZA	Mãe	Não	Não	Um filho
10	ARI	Entrevistada e marido	Não	Não	Um filho
11	MACKENZIE	Pai	Não	Não	Viajou com o tio
12	ALICE	Entrevistada e marido	Não	Não	Sozinha
13	MARCIA	Entrevistada, marido e sogro	Não	Não	Um filho
14	ELISA	Amigo do companheiro	Sim. Deve para amigo do companheiro que pagou as passagens	Não	Um filho

#	Nome Fantasia	Quem efetuou o pagamento da passagem	Possui dívida em razão da viagem	Alguém intermediou a viagem	Com quem viajou
15	MARIANA	Entrevistada e pais	Não	Não	Sozinha
16	FALI	Entrevistada	Não	Foi auxiliada por um homem, mas não especificou quem era	Um filho
17	LINDA	Entrevistada e marido	Não	Não	Marido
18	LUIZA	Entrevistada e marido	Não	Não	Sozinha
19	ISABEL	Entrevistada	Não	Não	Sozinha

Fonte: Elaboração própria.

Em relação especificamente ao deslocamento entre Angola e Brasil foram feitas perguntas sobre quem efetuou o pagamento da passagem, se possuía dívidas em razão da viagem, se alguém intermediou e com quem viajou. O propósito destas perguntas foi identificar se haveria algum tipo de rede, e se sim se era familiar ou não - e neste caso, se existia algum coite ou mecanismo de encaminhamento dessas mulheres grávidas para o Brasil. Isso porque o número de mulheres imigrantes nesta condição aumentou significativamente entre os anos de 2013 e 2018 (CASP, 2021).

Partindo para análise dos dados obtidos, na primeira pergunta (quem pagou a passagem) notamos as seguintes respostas: três entrevistadas relataram ter pago a própria viagem; oito declararam que teve ajuda financeira do marido; duas disseram que seus pais custearam a viagem, uma afirmou que fora sua mãe que pagou; uma delas teve o deslocamento pago pela tia; uma explicou que seu marido e seu sogro que foram responsáveis pelos custos; uma foi exclusivamente o marido que pagou; uma relatou ter apoio de um amigo do companheiro; e uma menciona um “moço” que ajudou a viajar. E outra afirma que foi auxiliada por um homem, mas não especificou quem era.

Verifica-se que tanto nas respostas dadas sobre o custeio da viagem como no que foi respondido acerca de um possível intermediário do deslocamento, tais decisões ficaram principalmente no âmbito da própria entrevistada e da sua família

e/ou da família do marido. Três fizeram referência a outros conhecidos fora da família: Elisa (nº 14) menciona um amigo do companheiro, Fali (nº 16) indica que para a viagem teve ajuda de um homem não especificado, e Angela (nº5) se refere a um “moço” que ajudou a pagar e a intermediar a viagem. Quanto a esta última resposta, foram feitas várias perguntas para verificar se esta pessoa seria um intermediário ou agenciador, mas Angela não apresentou maiores detalhes, dizendo apenas tratar-se de um “moço”. Apesar da tentativa de esclarecer quem seria este homem e este “moço”, elas não informaram, esquivaram-se da resposta e nada foi declarado.

Quanto à pergunta se as mulheres ficaram com dívidas em razão da viagem, 18 responderam que não, apenas Aminata (nº 1) não foi questionada diretamente sobre o assunto durante a entrevista, assim, não foi possível inferir tais informações.

A última pergunta deste tópico deslocamento é se viajou sozinha onde se constata que sete viajaram sozinhas, oito viajaram apenas com filho(s), uma com o tio, uma com o marido, uma com a tia e só Aminata (nº1) viajou com o marido e os três filhos.

Pela soma desses dois indicadores (sete viajaram sozinhas e oito com filhos), ou seja, 15 mulheres migraram sozinhas e/ou com filhos, o que representa um total de 78,9% das mulheres entrevistadas. Este dado reflete que, mesmo que as mulheres tenham sido ajudadas econômica e emocionalmente, elas enfrentaram o desafio da vinda para o Brasil, da chegada a um lugar desconhecido, da procura de locais para ficar, dos cuidados com a gravidez e filhos, sozinhas, como uma demonstração de determinação e empoderamento muito grande, já abordado anteriormente segundo Joice Berth (2019). Esta realidade também indica que a mulher se torna responsável pela sua família, fenômeno denominado por ‘monoparentalidade’, que como afirmado por Elza Berquó (1989) relaciona-se com a ruptura da família que passa a ser estruturada com apenas um dos pais. Isso tem acontecido com o aumento das separações (reais ou simbólicas) do casal, pais dos filhos. No caso das famílias das mulheres entrevistadas, a monoparentalidade é assumida por quase todas as mães angolanas, com exceção de Aminata (nº1) e Linda (nº 16).

Ainda sobre a vinda de mulheres grávidas para o Brasil, a especialista pesquisadora I.M. explicou um pouco mais a respeito do trajeto de viagem dessas mulheres:

Só que quem vem já grávida vem com três meses, quatro, depois fica dois meses e já é proibida de viajar. Assim, vem com uma idade gestacional aproximada em que ela é proibido viajar. Chegando a esta fase nem a polícia federal pode obrigar a viajar, porque não pode viajar. Então tem o visto prolongado (I.M., 29/03/2018).

A respeito da pergunta sobre os custos da viagem, a mesma pesquisadora I.M. acrescenta:

Algumas trabalham por longo tempo em Luanda pra conseguir um dinheiro pra comprar a passagem. Conseguem o visto de turista, que são três meses de autorização, e viajam, sob a condição de que vão passar férias, ou vão fazer outra coisa que não seja estudar. Estando aqui, engravida, algumas. [...] Algumas vêm grávidas, outras engravidam aqui. Ou casam, se juntam a alguém, para terem um motivo pra ficar e vão vivendo. Algumas continuam a legalizar-se com a polícia federal (I.M., 29/03/2018).

Quadro 18 – Apoio e rede na chegada ao Brasil

#	Nome Fantasia	Foi recebido por alguém no aeroporto	Local definido para residir ao chegar no Brasil	Para onde foi assim que chegou no Brasil	Abrigos	Com quem vive no Brasil
1	AMINATA	Não	Não	Hotel (Rio de Janeiro)	Casa do Migrante - Missão Paz	Marido e três filhos
2	MARIA	Não	Não	Hotel (São Paulo)	Centro de Acolhida - Amparo Maternal	Marido e filhos
3	TANIA	Amiga	Sim	Casa de amiga (São Paulo)	Casa do Migrante - Missão Paz e Casa do Migrante - Pari/Belém	Amiga e filha
4	NATALINA	Amigo do pai	Sim	Casa da tia (São Paulo)	Centro de Acolhida - Amparo Maternal	Companheiro
5	ANGELA	Não	Não	Pensão (São Paulo)	Casa do Migrante - Missão Paz	Marido e filhos

#	Nome Fantasia	Foi recebido por alguém no aeroporto	Local definido para residir ao chegar no Brasil	Para onde foi assim que chegou no Brasil	Abrigos	Com quem vive no Brasil
6	PIA	Amiga	Sim	Casa de uma amiga (Rio de Janeiro)	Casa do Migrante - Pari/Belém	Filhos
7	MAIA	Conhecida	Não	Casa de uma africana que conheceu pela internet (Rio de Janeiro)	Não	Amiga
8	IVONE	Amiga do marido	Sim	Casa de uma amiga (São Paulo)	Abrigo Gilsa Peloso	Filha
9	TEREZA	Não respondido	Sim	Casa de um amigo do marido (São Paulo)	Abrigo Gilsa Peloso	Duas filhas
10	ARI	Não	Não	Hotel (São Paulo)	CAEMI Palotinas	Filho
11	MACKENZIE	Não se aplica	Não se aplica	Morar com o Pai (São Paulo)	CAEMI Palotinas	Sozinha
12	ALICE	Não	Não	CRAI Japurá	CAEMI Palotinas	Sozinha
13	MARCIA	Amiga no Rio de Janeiro e por outra amiga em São Paulo	Sim	Casa de uma amiga (Rio de Janeiro)	Não	Dois filhos
14	ELISA	Não	Não	Hotel (São Paulo)	CAEMI Palotinas	Dois filhos
15	MARIANA	Não	Não	Hotel (São Paulo)	Não	Amiga
16	FALI	Não	Não	Hotel (São Paulo)	Casa Maria/Maria	Três filhos
17	LINDA	Não	Não	Hotel (São Paulo)	Casa do migrante - Pari/Belém	Marido e filho
18	LUIZA	Não	Não	Casa do Migrante - Missão Paz	CAEMI Palotinas	Filho
19	ISABEL	Não	Sim	Casa de um amigo do marido (São Paulo)	CAEMI Palotinas	Filha

Fonte: Elaboração própria.

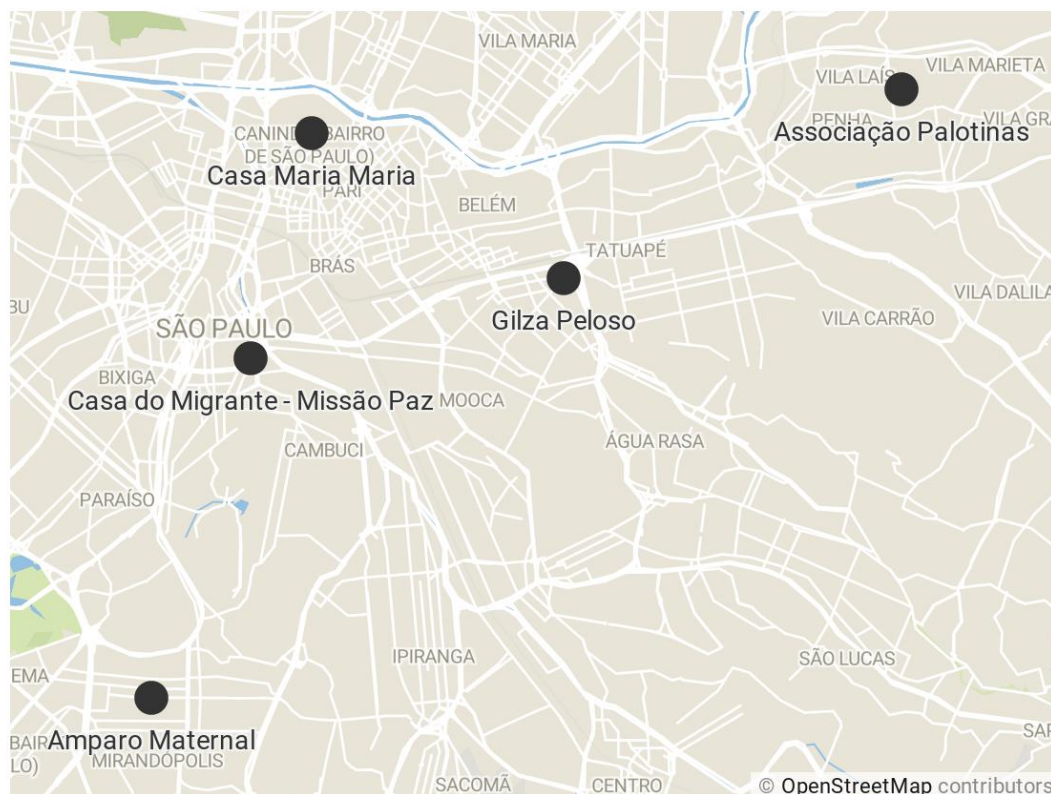
Este quadro se refere ao apoio e eventuais redes de ajuda no Brasil, bem como aos primeiros acolhimentos tidos em São Paulo. Como primeira pergunta, investigamos se tinha alguém esperando no aeroporto quando chegaram. Das 19 mulheres, 11 não tinham ninguém esperando-as, seis tinham amigos ou foram recebidas por algum membro da família, uma não informou (Tereza, nº 9) e uma não se aplicava (Mackenzie, nº 11), pelos motivos referidos anteriormente na seção de metodologia.

A segunda pergunta é se a entrevistada tinha um local definido para onde ir antes mesmo de chegarem ao Brasil. Constatamos que 11 das 19 entrevistadas disseram que não e as demais, sete foram para casa de amigos ou de membros da família. Novamente Mackenzie não se aplica.

A terceira pergunta foi para onde foram quando chegaram ao Brasil. Das 19 mulheres, oito foram para um hotel, oito foram para casa de amigos; e as demais: Natalina (nº 4) foi para casa de uma tia; Mackenzie morava com o pai e a madrasta; Luiza (nº 18) foi direto para a Casa do Migrante da Missão Paz e Alice (nº 12) foi para o CRAI Japurá.

A próxima pergunta é relativa se e em qual abrigo foi atendida em São Paulo. Elas responderam: seis no CAEMI Palotinas, duas na Missão Paz, as demais no Abrigo Gilza Peloso; na Casa Maria-Maria, Casa do Imigrante do Pari e Amparo Maternal. Somente duas mulheres, Márcia (nº 13) e Mariana (nº 15), não foram para locais de atendimento para mulheres grávidas. Para melhor visualização, apresentamos o seguinte mapa:

Mapa 2 – Instituições de acolhimento na chegada das mulheres entrevistadas



Fonte: Elaboração própria.

A última pergunta foi: com quem vive no Brasil. Nove mulheres responderam com filho(os); duas moram sozinhas, uma com o companheiro, quatro com marido e filhos, duas com amigas; e uma com filha e amiga.

Ao analisar esses números nos deparamos com dados que possibilitam inferir a existência de uma rede de orientações que norteiam como e onde as mulheres entrevistadas devem ir assim que chegam no Brasil, mais especificamente em São Paulo, e quais instituições devem procurar para poder aguardar o final da gravidez e onde esperar até dar à luz e/ou organizar a vida de sua família.

Retomando as respostas das perguntas, das 19 mulheres, 11 não tinham ninguém esperando quando chegaram, seis tinham amigos ou membros da família (primeira pergunta). Também vimos que das 19 entrevistadas, 11 relataram não ter nenhum lugar para onde ir (segunda pergunta). A respeito do local onde foram assim que chegaram, constatamos que as mulheres depois do hotel e depois de ficarem

alguns dias ou semanas com amigos foram para as instituições de acolhimento para mulheres grávidas da cidade de São Paulo.

Importante ressaltar que as mulheres que foram primeiramente para um hotel, permaneceram por no máximo uma semana no estabelecimento, sendo comum ficarem apenas dois ou três dias. Nesse período, as mulheres buscavam instituições de atendimento a imigrantes como o CRAI, Missão Paz e a Cáritas que as encaminhavam para abrigos que atendiam mulheres grávidas, por isso tantas delas foram para o CAEMI Irmãs Palotinas, como mostram os dados da pergunta seguinte.

Outro ponto que chama a atenção é que a maioria das mulheres que foi para o hotel, assim o fizeram por recomendação dos taxistas que as levaram do aeroporto. Isso parece indicar que esses profissionais, de certo modo, já conheciam locais que as receberiam. Podemos dizer que a etapa da chegada dessas mulheres em termos da sua primeira localização constitui uma parte do processo de inserção numa rede de informações que as auxiliam a se estabelecer nos seus primeiros dias no Brasil. Pelas entrevistas, elas indicaram já saber como proceder nesses momentos iniciais até a ida aos abrigos e aos centros de acolhida.

Já sobre as mulheres que foram para casa de amigas, seis delas também relataram que pouco tempo depois buscaram e se mudaram para os centros de acolhida de instituições, o que revela também que a casa das amigas pode ser entendida como um ponto intermediário na trajetória e estabelecimento dessas mulheres. Além disso, todas as que chegaram via Rio de Janeiro em algum momento também decidiram vir para São Paulo. A razão desta escolha se deve ao fato de que a cidade paulistana é vista como um local com muitas referências para atendimento de migrantes, em especial, mulheres grávidas, como discutimos no capítulo 3, característica que justifica o foco desta pesquisa ser localizado na cidade de São Paulo.

Resumidamente, em face dos dados desta seção é possível afirmar que todas sabiam o que fazer quando chegaram em São Paulo e que existe uma rede de orientações e encaminhamentos que guia as mulheres quando de sua chegada ao Brasil. Esta “rede” ajuda e facilita seus momentos iniciais no país, bem como orienta o percurso a ser feito até serem encaminhadas a uma entidade de acolhimento

(INCARNAÇÃO, 2015; PEIXOTO, 2004; SANTOS *et al.*; 2010; SASAKI; ASSIS, 2000; TRUZZI, 2008).

O caminho das mulheres que não tinham amigos esperando era: táxi, hotel e busca de instituições para encontrar abrigo. As que tinham amigos esperando fizeram o mesmo processo, pois algum tempo depois da chegada, também buscaram uma entidade onde pudessem ficar. Importante frisar que, geralmente, nesses períodos elas já solicitavam refúgio, após orientações de instituições como Cáritas e Missão Paz e também pelas redes de contatos com outros migrantes, como continuaremos discutindo a seguir.

Antes disso, nos parece importante apresentar alguns relatos coletados nas entrevistas a respeito da chegada das mulheres no Brasil.

Fali (nº 16), que chegou sozinha em São Paulo, grávida de 8 meses de gêmeos e com uma filha de 2 anos doente, nos concedeu um depoimento longo de como foi sua chegada em São Paulo e a ajuda que teve das pessoas que encontrou no aeroporto e depois nas instituições de atendimento:

Quando eu cheguei... quando eu cheguei no São Paulo, eu tava... grávida né?... Eu não tava passar mal a criança, minha filha que eu levei, tava passando mal. Quando eu cheguei, desci na avião, o polícia que ficava na imigração levou ele, pra ir no hospital, pra lhe dar remédio. E depois me perguntou: "Você veio aqui, tem pessoa pra vir te buscar?", eu falou: "não, não conhece nem pessoa nem nada", "agora você vai viver como aqui no Brasil?", eu falou: "eu não sei, eu vim aqui pra procurar". (...) eu saí do meu país, não tava a aguentar. Eu contei, que falou, ele falou: "assim você não vai... como eu não sei, se aqui tem lugar pra imigrante" (Fali, nº 16, 23/03/2018).

Fali continuou contando:

Ele me falou: "não tem problema", eu falei, pra me ajudar, vou fazer como. Aquele polícia tem algum... não sei se... deus que ajuda, que polícia pra me levar, me levou até no hotel, no Brás. Ele pagou pra mim hotel, no Brás... "não tem casa pra deixar você dormir hoje, porque hoje, eu na minha casa tem bastante pessoa, você dorme aqui". Ele pagou hotel pra mim, dois dia. Ele pagou pra mim dois dia. Aí ele falou: "Você tem dinheiro pra aumentar?", eu falou: "não sei, o dinheiro daqui não conheço, não sei se vai dar quanto". Ele me levou até na recepção, pra ficar quatro dias, cinco dias, é quanto. Aí ele falou: "tem que dar 100 dólar", pra cinco dia, porque tinha 50 reais por dia. 100 dólar. Ele falou: "tem que ter 100 dólar". Ele falou: "aquele moço me deu 200... deu 100 reais pra 2 dias", eu aumentei 200 reais. Fiquei lá cinco... cinco dia. Depois aí memo no Brás, quando saí pra procurar comida pra comer, de manhã, saí, me mostrou, alí tem uma casa de apoio, alí, tem que ir lá, na... esqueci o nome da casa. Alí no Brás. No Brás ele me deu endereço da Cáritas (Fali, nº 16, 23/03/2018).

Fali ainda relatou que com posse do endereço da Cáritas, buscou a instituição, mas como estava grávida, recebeu encaminhamento para a Centro de Acolhida Especial (CAE) Casa de Apoio Maria-Maria, localizada no bairro Pari em São Paulo e referência no atendimento de mulheres com ou sem filhos em situação de vulnerabilidade social e/ou risco pessoal.

Cheguei lá, entrei lá, conversei com a Maria. Maria me falou, aí me expliquei, lhe expliquei como to vindo... como vim aqui no Brasil, quando cheguei, como viver, aí também no Cáritas não tem lugar pra mim. Aí mandou umas pessoa... me alugou mais dois dia no hotel, aqui na Praça da Sé. Mandou (...) pagou hotel pra mim, dois dia pra procurar lugar pra mim... pra mim viver. Depois de dois dia, eu tava ali, (...) dois dia, quando saí no hotel, de manhã, vai lá na Cáritas. Quando saí, fui na Cáritas. Depois na Cáritas arrumou lugar pra mim, no... arrumei na... na Maria Maria, na casa de apoio da Maria Maria. Eu dei luz lá no apoio da Maria Maria (Fali, nº 16, 23/03/2018).

Ari (nº 10) nos relata que não tinha ninguém esperando quando chegou no aeroporto. Ela tomou um táxi, com quem conseguiu algumas informações:

Eu consegui pelo menos um taxi, pedi no taxi para me ajudar [...], onde durmi um dia, até ter contato com o meu pastor da Igreja Cristã [...] Quando eu consegui falar com a amiga do meu pastor, foi lá que eu consegui, cheguei até aqui porque ele que me indicou o que eu posso fazer, como que eu posso conseguir... eu fico aqui, como que eu posso viver aqui, e quando ele me explicou isso tudo, eu consegui chegar até aqui (Ari, nº 10, 11/12/2017).

Ari mencionou que não conhecia o CAEMI Palotinas, cuja recomendação recebeu do CRAI, referência e porta de entrada para que os imigrantes tenham acesso aos serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo. Desse modo, quando as imigrantes realizam cadastro no CRAI, ficam sabendo das oportunidades e vagas de acolhimento nas instituições conveniadas à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura, como o CAEMI Irmãs Palotinas. Assim como Ari e Fali, Luiza (nº 18) também chegou sozinha no aeroporto de São Paulo, ela relata mais detalhes:

“Não, não tinha ninguém que tava me esperando [no aeroporto]. ... Não, não tenho família aqui, eu to a viver sozinha aqui.... Quando que eu cheguei no aeroporto, depois foi lá no... [...] Missão Paz que me deu aquele endereço que eu to a falar, do Bela Vista. Quando perguntei, foi na Bela Vista [CRAI Japurá]... No Bela Vista que me procurou sítio pra ficar. Me mandou vir aqui [Irmãs Palotinas] (Luiza, nº18, 28/03/2018).

Elisa (nº 14) possui uma trajetória semelhante:

Eu chegou grávida, chegou... como eu tinha um pouco dinheiro, eu chegou num hotel. [...] Hotel, fiz lá dois dia. Como não tinha mais condição de viver com as criança, com o dinheiro, aí me mostrou... [...] onde fica a Casa do Migrante [...] [depois] procurou a Casa da Mulher, fui ali, na casa de acolhida da Penha [Irmãs Palotinas] (Elisa, nº14, 24/01/2018).

A trajetória de Luiza e Elisa exemplifica bem o circuito que as mulheres migrantes enfrentam na cidade de São Paulo enquanto buscam informações em diversas instituições. A Missão Paz e a Cáritas parecem ser as referências principais que essas pessoas têm quando migram para São Paulo, mas, como mostram Luiza e Elisa, mesmo após a ida a essas primeiras instituições, muitas vezes as imigrantes precisam passar por outros serviços até encontrarem, de fato, um local para se abrigar. Como mostramos pela história de Ari, para acessar o CAEMI Irmãs Palotinas é preciso ter o cadastro na Secretaria de Assistência Social, por isso, provavelmente, a Missão Paz fez o encaminhamento para o CRAI, no caso de Luiza.

Aminata (nº1) não veio grávida para o Brasil e relatou como motivação para a migração o cuidado e a busca por melhores condições para criar seus filhos. Ela chegou no Rio de Janeiro com o marido e os três filhos e lá ficaram por dois dias. Sobre esse primeiro momento, ela nos conta:

Não, a gente não tinha nada, nem amigo. A gente, quando saiu do aeroporto, “ficamos” na porta do aeroporto, até decidir o que a gente vai fazer, porque tínhamos chegado de noite. Não tem lugar pra nós ficar, criar três filho. Naquele momento tava chovendo, não tem amigo, não tem “com quem ‘vamos’ ligar?”. Não tem. Aí “pegamos” o taxi, “pedimos” motorista pra deixar em hotel mais barato e mais próximo daqui. Foi assim. O motorista, o taxista me levou no hotel. Acho, se não me engano, a gente, no hotel, acho que pagamos R\$150,00 por lá [...] “Ficamos” só num quarto. Depois, no dia seguinte, deram café pra gente, e aí depois “procuramos” uma mesquita lá, um motorista, “pedimos” um taxista, outro taxista, e graças à Deus, o taxista que a gente pediu é muçulmano também. Ele levou lá. A gente passou lá o dia. Depois “perguntamos” onde que a gente podia comprar o almoço. “Pedimos” arroz com feijão. Fomos lá na mesquita, “passamos” todo o dia, porque a minha mala tinha perdido, e depois, o dia que nós “decidimos” sair no Rio, pra viajar no São Paulo, mesma hora, graças à Deus, tava no minuto, um moço apareceu com a minha mala (Aminata, nº1, 24/08/2017).

Depois desses dias no Rio de Janeiro, a família pegou um ônibus até São Bernardo do Campo, região metropolitana do estado de São Paulo: “No São Bernardo que explicaram a gente: vai em São Paulo, onde que se migra as pessoas. Aí chegamos, São Paulo, achamos a Cáritas. A Cáritas, diretamente, a Cáritas me mandou na Casa do Imigrante” (Aminata, nº1, 24/08/2017). Ela explica com mais detalhes esse caminho:

A gente, no mesmo dia que nós saímos do São Bernardo, chegamos na Cáritas, a Cáritas mandou logo já na Casa do Migrante... Isso. Porque não tinha onde a gente fica....Nove meses. É, nove meses que eu fiquei lá, na Casa do Migrante... No outro quarto, porque tem uma parte de rapaz e tem uma parte de meninas. Na parte de meninas, rapaz não pode ir, parte de

menino, menina não pode ir. A gente só se encontrava assim, só no quintal, na janta... (Aminata, nº1, 24/08/2017).

Esses resultados nos remetem ao conteúdo estudado no capítulo 1, tópico 1.2.3, “Teoria das Redes Migratórias e/ou Redes Sociais” quando discutimos e estudamos os ensinamentos de Incarnação (2015), Peixoto (2004), Sasaki e Assis (2000) e Truzzi (2008), dentre outros. Podemos concluir que, após todos os relatos e dados apresentados, existe uma rede, ainda que não totalmente estruturada, tanto em Angola como no Brasil, possibilitando às mulheres imigrantes encontrarem no Brasil o caminho até minimamente organizarem sua vida no novo local de destino.

Quadro 19 – Situação migratória e documentação

#	Nome Fantasia	Documentação CPF, CTPS e Outros	Situação Migratória
1	AMINATA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
2	MARIA	Sim	Carteira de Registro Nacional Migratório
3	TANIA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
4	NATALINA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
5	ANGELA	Sim	Carteira de Registro Nacional Migratório
6	PIA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
7	MAIA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
8	IVONE	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
9	TEREZA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
10	ARI	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
11	MACKENZIE	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
12	ALICE	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
13	MARCIA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
14	ELISA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
15	MARIANA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio

#	Nome Fantasia	Documentação CPF, CTPS e Outros	Situação Migratória
16	FALI	Sim	Carteira de registro nacional migratório
17	LINDA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
18	LUIZA	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio
19	ISABEL	Sim	Protocolo de solicitação de refúgio

Fonte: Elaboração própria.

No quadro acima, podemos ver que das 19 mulheres entrevistadas, apenas três tinham obtido a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) na data da entrevista. Todas elas relataram que, em algum momento, solicitaram refúgio na Polícia Federal por recomendações da rede que fazem parte, isto é, ou por amigas, conhecidas ou mesmo por indicações das instituições da sociedade civil. Isso ocorre, como vimos nos capítulos anteriores, também porque a solicitação de refúgio é atualmente um meio de regularização migratória, ainda que por um período provisório. Em outras palavras, solicitar refúgio na Polícia Federal implica receber um “protocolo” no ato do pedido, documento que, durante o processo de tramitação do pedido de refúgio, permite o acesso aos serviços públicos de saúde, educação, assistência social e aos documentos como Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Além disso, quem solicita refúgio não pode ser expulso do país enquanto o pleito não é analisado (BRASIL, 1997), o que costuma demorar em média três anos para ocorrer em primeira instância (MORTARI A.C., MARTINO, 2019).

Somente Maria (nº2), Angela (nº5) e Fali (nº16), entre todas as entrevistadas, relataram possuir a CRNM na data da entrevista. Angela não forneceu detalhes sobre seus documentos, então não temos informações a respeito da hipótese migratória que ampara sua carteira. Mas Maria e Fali declararam que obtiveram a autorização de residência por terem filhos nascidos no Brasil.

Como veremos na seção a seguir, assim como Maria e Fali, muitas das entrevistadas são mães de filhos brasileiros, por isso nos chama atenção o fato de

tantas delas ainda estarem como solicitantes de refúgio na data da entrevista, visto que elas, em tese, possuem o direito da residência permanente no Brasil. Quando foi perguntado a elas o motivo de ainda não terem a CRNM, algumas mulheres justificaram explicando que as altas taxas estavam inviabilizando o pedido do documento na Polícia Federal. Elisa (nº 14) nos contou um pouco sobre isso:

Elisa: Eu já pedi, mas só que a taxa eu não consigo de pagar. Eu não tenho dinheiro.

Dirce: Não conseguiu ainda dinheiro pra pagar a taxa.

Elisa: Não.

Dirce: De R\$ 204,00 né? E você já entregou os documentos pra pagar a RNE? Falta só pagar a taxa?

Elisa: Falta só pagar a taxa, depois eu vou fazer a entrada (Elisa, nº 14, 24/01/2018).

A entrevistada Tania (nº 3) também disse que as taxas eram impeditivas para ela obter a CRNM na Polícia Federal. Mesmo tendo filho brasileiro, Tania teve que solicitar refúgio para se regularizar enquanto não pode pagar a taxa exigida para autorização de residência com base em prole:

Aqui o que eu fiz, o que eu fiz, eu não queria fazer [a solicitação de refúgio] porque eu tinha, quando comecei aqui eu queria pegar o neném [autorização de residência com base em filho brasileiro]. Então, como não tinha, não tenho como, não tenho dinheiro, não tenho nada para pagar e tem que ser por dinheiro, né? Como eu não tem eu peguei protocolo. Fui lá no Caritas, falaram para explicar, eu expliquei, pediram, pediram um papelzinho, fui no que... no... no, lá no que... no Polícia Federal [...] Eu queria RG, RG, queria pegar RG, mas precisa de dinheiro. [...] vou lá [Polícia Federal] entregar isso aqui que eu tenho, vou entregar o protocolo que eu tenho, vou entregar e eles vão me dar um recibo aí em 60 dia (sic), depois de 60 dia eu vou ir lá e já vou pegar o permanente (Tania, nº3, 01/11/2017).

A partir dos relatos de Elisa e Tania vemos que as taxas para emissão da CRNM (R\$ 204,77) inviabilizam o acesso ao documento, visto que elas vivem em condições socioeconômicas precárias. Em 27 fevereiro de 2018 foi publicada portaria nº 218 do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Gabinete do Ministro com o objetivo de isentar o pagamento dessas taxas para os imigrantes que se declararem hipossuficientes economicamente (BRASIL, 2018). Considerando que as entrevistas foram realizadas, majoritariamente, antes desta data, acreditamos que a realidade de mulheres como Elisa e Tania possa ter se modificado à medida que o número de imigrantes que pediram a emissão de sua CRNM possa ter aumentado, visto que as taxas foram suspensas em alguns casos.

Durante as entrevistas (especialmente com as mulheres que não eram fluentes em português, pois estudaram na RDC) notamos dificuldade para tentar obter mais detalhes acerca das documentações dessas mulheres. Percebemos que há muita confusão entre os procedimentos do pedido de refúgio e o pedido de solicitação e emissão para a CRNM. Estes foram os casos de Luiza (nº 18), Márcia (nº 13) e Tereza (nº 9), por exemplo, que detinham protocolo de refúgio, porém demonstraram não conhecer os meios para obter a carteira, seja através do próprio pedido de refúgio ou pela autorização de residência com base em filho brasileiro.

As entrevistadas demonstraram relacionar a documentação à melhora de vida no Brasil e ao direito de permanência, mas não descreveram detalhes sobre as diferenças entre as hipóteses de regularização que permitem o acesso até à CRNM. Elas declararam que sabem que ter um filho brasileiro possibilita a regularização e permanência, como ilustra Elisa (nº14) “Porque se a pessoa teve nenê, ninguém manda embora” (Elisa, nº 14, 24/01/2018). O protocolo de refúgio, por sua vez, é visto como um documento provisório e precário, mas que, minimamente, garante a regularização no país enquanto ainda não conseguem acessar a regularização permanente. Maia (nº 7) diz que teve apoio da Cáritas para protocolar seu pedido de refúgio:

Dirce: Você fez já a solicitação de refúgio, quando chegou aqui?

Maia: Sim. Na Cáritas.

Dirce: Então agora você tá com o protocolo. Já te responderam tua solicitação?

Maia: Não

Dirce: Ainda não?

Maia: Do Conare? Ainda não. Tem que esperar, falaram que demora.

Dirce: Você tá com o protocolo de refúgio?

Maia: Sim (Maia, nº 7, 17/11/2017).

Apesar das entrevistadas apresentarem os motivos que as levaram a migrar para o Brasil (conteúdo do quadro 16), não foram abordadas, durante a entrevista, as justificativas que foram declaradas por elas no ato de solicitação de refúgio. Desse modo, não é possível afirmar se a busca por melhores condições de vida e saúde para seus filhos foi também a razão alegada na Polícia Federal.

Algumas entrevistadas demonstraram desconhecimento e/ou não dominavam o assunto a ponto de esclarecer os detalhes do procedimento de solicitação de refúgio; outras esquivaram, não quiseram declarar e/ou não tinham interesse em aprofundar

o que foi relatado na Polícia Federal para formalizar o pedido de refúgio, como Maria (nº 2) e Ari (nº 10). Apenas um outro grupo de mulheres forneceu mais informações que podem se relacionar com o pedido de refúgio: Maia (nº 7) mencionou perseguição em Angola por motivos políticos em relação a Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), Ivone (nº 8) e Elisa (nº 14) sofreram ameaças de gangues urbanas, Alice (nº 12) e seu marido foram discriminados em Angola por serem da etnia bakongo e terem vivido por muitos anos na RDC; Márcia (nº 13) fugiu por doenças causadas por “feitiços”, e Mariana (nº 15) disse que sofreu violência doméstica do próprio marido.

4.4 Maternidade, filhos e família

Nesta seção serão apresentados e discutidos os conteúdos das entrevistas que tratam do tema maternidade, filhos e família para as mulheres angolanas.

Quadro 20 – Importância de filhos para a sociedade angolana

#	Nome fantasia	Importância de filhos para sociedade angolana
1	AMINATA	- Imposição da família para ter filhos; - Obrigatório conceber filhos, sob pena de ser desprezada
2	MARIA	- Obrigatório conceber filhos no casamento; - Família do marido não aceita esposa não conceber filhos; - Obrigatoriedade de conceber filhos atrelado aos costumes africanos; - Mulher sem filho não tem valor
3	TANIA	Imposição da família para ter filhos, sob pena de ser desprezada e casamento desfeito
4	NATALINA	Caso mulher não conceba filhos, marido geralmente têm filhos fora do casamento
5	ANGELA	Não perguntado
6	PIA	- Imposição da família para ter filhos; - Obrigatoriedade de conceber filhos, sob pena de ser desprezada e ofendida pela família do marido
7	MAIA	Imposição da família para conceber filhos, sob pena de ser desprezada e casamento desfeito
8	IVONE	- Não há problemas, desde que haja um diálogo entre marido e mulher; - Caso marido aceite, geralmente auxilia a esposa a fazer tratamento; - Mencionou caso de sua família em que mulher não teve filho e vivia bem com seu marido
9	TEREZA	Aceitação de mulher sem filhos no casamento varia de acordo com a família

#	Nome fantasia	Importância de filhos para sociedade angolana
10	ARI	Aceitação de mulher sem filhos no casamento varia de acordo com família, cultura e região do país
11	MACKENZIE	Não se aplica
12	ALICE	Não perguntado
13	MARCIA	Em Angola é muito importante ter filhos no casamento
14	ELISA	Não acha importante não conceber filhos durante o casamento
15	MARIANA	Filho é uma benção
16	FALI	Não perguntado
17	LINDA	Não perguntado
18	LUIZA	Não perguntado
19	ISABEL	Não perguntado

Fonte: Elaboração própria.

Vemos a partir do quadro 20, que das dezenove mulheres, sete não discorreram sobre a importância de terem filhos segundo a visão da sociedade angolana, o que se justifica pelo instrumental utilizado, isto é, em entrevistas semiestruturados priorizamos os conteúdos que as entrevistadas quiseram destacar. Sobre as outras doze mulheres, Mariana (nº 15) foi a única que declarou que “filho é uma benção de Deus”, sem dar maiores detalhes de como esse tema tocava a seu casamento, família e/ou sociedade; já Elisa (nº 14) afirmou que não considera importante ter filhos; Ivone (nº 8) também acredita que ter filhos é algo essencial no casamento, devendo acontecer somente se o casal assim decidir; Tereza (nº9) e Ari (nº 10), por sua vez, narraram que a decisão de ter filhos vai depender da visão familiar, cultural e regional da onde vivem.

Seis das entrevistadas, contudo, relacionam a decisão de ter filhos às imposições feitas pela família, marido e sociedade, visto que caso não sejam mães, correm o risco de serem hostilizadas, desprezadas e seus casamentos podem ser desfeitos, além do marido poder ter outros relacionamentos fora do matrimônio. Este é o caso de Aminata (nº1), Maria (nº2), Tania (nº 3), Natalina (nº4), Pia (nº 6) e Márcia (nº 13).

O especialista e pesquisador A.B., quando perguntado se ter filho em Angola é uma questão muito importante, respondeu:

Ter filho é muito importante. Não tendo, é discriminatório. A mulher se preocupa. Preocupa-se em ter filho, porque isso implica também... isso

envolve a sua aceitação na sociedade ou rejeição. Sofre menosprezo e muito mais. Então... é uma grande preocupação, infelizmente. E isso por conta da própria cultura. (A.B., 14/08/2018).

A pesquisadora, I.M. relata a importância da mulher angolana, ressaltando que a infertilidade pode provocar na mulher a perda da autoestima, separação do casal e pressão da família do marido para que haja a separação da mulher “improdutiva”. Nunca se aventa a possibilidade de o marido ser infértil, como fala a seguir:

A mulher que se casa ou não, que vive com o marido, mais de um ano sem engravidar, além de sofrer críticas da família, tanto da sua própria família como a do marido, ela acaba por perder a autoestima, porque acha-se incapaz e acaba resultando sempre na separação do casal. A família, principalmente do marido, luta pra que o marido se separe dessa mulher improdutiva né, incapaz de gerar. Nunca se pensa na possibilidade de ser o homem o responsável, sempre é a mulher que sofre. Então a mulher luta pra ter filhos. Primeiro começa em tratamentos alternativos lá, em Luanda. Vendo que não consegue a única saída é, ou a África do Sul ou o Brasil. (I.M., 29/08/2018).

Em artigo sobre migração de mulheres angolanas para o Brasil, as autoras Aline Santos, Dirce Novaes e Fátima Chaves (2018, p.144) fazem uma análise sobre a importância de filhos no casamento para a sociedade angolana, relatando:

O valor cultural e social da maternidade é alto. Quando a mulher tem filhos, é um motivo de orgulho e alegria para toda a família, e permite com sucesso a sua inserção no contexto da necessidade de prole. Entretanto, quando não ocorre a gravidez e a existência de filhos, é um motivo de sofrimento e desalento para as mulheres e suas famílias, culminando em grandes decepções. O Brasil se insere como um local onde os sonhos e sofrimentos podem ser resolvidos, de maneira independente da condição social.

Por sua vez, C.L. especialista e pesquisador, em entrevista afirma que a maternidade é uma questão muito importante para elas (mulheres angolanas): “uma mulher que não tem filhos ela é mal-vista pela sociedade, ou o homem que não faz filhos também é mal-visto. Essa questão da procriação é algo que é extremamente importante”. C.L. identifica que para a família angolana há três preocupações principais, o que ele chama de um tripé envolvendo o cuidado, saúde e a educação dos filhos (C. L., 07/05/2018).

O especialista também apontou uma relação interessante do porquê a maternidade pode representar uma preocupação para a mulher angolana:

Na realidade até essa questão de ter filhos, a quantidade de filhos, que eles falam assim, a gente precisa ter muitos filhos porque a maioria

não vai sobreviver e quem é que vai cuidar de nós quando chegarmos na velhice? Quem que vai cuidar de nós? (C.L. 07/05/2018).

Quanto ao relato de C.L. a respeito da mulher ter muitos filhos para poder ter quem cuide delas na velhice, isso não foi verificado durante as falas das entrevistadas e, tampouco parece se aplicar às 19 mulheres entrevistadas, sobretudo por elas terem uma média de dois filhos cada.

Por sua vez, a especialista pesquisadora I.M. quando perguntada sobre as razões das mulheres angolanas virem grávidas para o Brasil, respondeu:

É, pelo que eu percebo existem vários grupos de mulheres diferenciados que vem para o Brasil dar à luz. Existe em Angola a percepção que o Brasil, em termos de tecnologia na área da saúde, é muito bom. Então muitas mulheres da classe alta angolana que tem dificuldade de engravidar vêm para o Brasil ter os seus filhos. Em primeiro lugar com uma expectativa de dar a luz. Em segundo pelo interesse de dar mais uma nacionalidade ao filho (I.M., 29/03/2018)

Apresentamos também a fala de três entrevistadas sobre a importância de ter filhos em Angola. Ivone (nº 8) respondeu:

“Depende da conversa do marido e da mulher. A outra... o marido ajuda a mulher, fazer tratamento. Ajuda a mulher a fazer tratamento, né. Se conseguir, porque... exemplo eu, eu tenho uma... família da minha mãe, ela não tem filho, mas homem deu tudo pra ela, tem carro, trabalha no hospital na cidade, mas não tem nenhum filho, e já vão casar. (Ivone, nº 8, 29/11/2017).

Ari (nº 10), por sua vez, declarou que é possível que as famílias apoiem ou rejeitem as mulheres que não tem filhos: “Os dois acontece. Depende do... da cultura, de cada região, porque cada província tem uma cultura diferente de qualquer outro, depende” (Ari, nº 10, 11/12/2017). Já Aminata (nº 1), ao ser perguntada sobre o papel da maternidade para as mulheres angolanas, respondeu de modo enfático que se trata praticamente de uma obrigação social:

É, porque lá tem que ter filho mesmo, porque a família do marido não vai deixar você sem filho. Aí ficam falando mal de você. É obrigatório você ter filho. É obrigatório, a família exige: “você tem que ter filho”. Você não pode morar numa casa que não tem filho. Você “manteu” (sic) pra que? Fica de “enfeite” a casa? Não, tem que formar a família. (Aminata, nº 1, 24/08/2017).

O foco, segundo Aminata, é a mulher ter filhos e, não necessariamente ser casada. Percebemos isso quando ela explicou que “ser mãe solteira não tem

problema. Não tem marido, o que você vai fazer? Se tem família, família ajuda” (Aminata, nº 1, 24/08/2017).

A especialista D.B, que trabalhou em Angola em torno de 4 anos e que teve experiência somente com angolanas que trabalharam como doméstica em sua casa, afirma: “Tinham muitos filhos. Os filhos vão cuidar delas na velhice. Eles morrem muito de “mau olhado” e feitiço, mas na verdade é malária, impaludismo, má nutrição; Acreditam muito em feitiço e mau olhado (D.B., 14/02/2018)”.

Quadro 21 – Relacionamento

#	Nome fantasia	Relacionamento	Migrou acompanhada (Desconsiderando os Filhos)	Observações sobre a relação das mulheres com maridos, companheiros e/ou pais de seus filhos
1	AMINATA	Casada	Sim, com marido	Vive com o marido no Brasil
2	MARIA	Casada	Não	O marido veio 7 meses depois dela
3	TANIA	Casada	Não	Marido ajudou a migrar, mas hoje não ajuda mais
4	NATALINA	Solteira	Sim, com tia	Tem um companheiro que conheceu no Brasil (engravidou no Brasil)
5	ANGELA	Solteira	Não	O companheiro chegou 4 anos depois dela
6	PIA	Casada	Não	Na data da entrevista não sabia se o marido virá
7	MAIA	Solteira	Não	É mãe solteira, engravidou no Brasil. Não tem relação com o pai da criança
8	IVONE	Casada	Não	Marido não sabia que Ivone emigrou
9	TEREZA	Casada	Não	Na data da entrevista não sabia se o marido viria
10	ARI	Solteira	Não	Não quis falar sobre o assunto
11	MACKENZIE	Solteira	Morava no Brasil desde os 14 anos	Tem companheiro angolano que conheceu no Brasil
12	ALICE	Casada	Não	Marido está em Angola esperando
13	MARCIA	Casada	Não	Na data da entrevista não sabia se o marido viria. Marido envia remessas
14	ELISA	Solteira	Não	Separada

#	Nome fantasia	Relacionamento	Migrou acompanhada (Desconsiderando os Filhos)	Observações sobre a relação das mulheres com maridos, companheiros e/ou pais de seus filhos
15	MARIANA	Solteira	Não	Separada
16	FALI	Casada	Não	Seu marido a abandonou com 1 mês de gravidez
17	LINDA	Casada	Sim, com o marido	Marido está junto no Brasil
18	LUIZA	Casada	Não	Na data da entrevista não sabia se o marido viria. Aguardando envio de remessas
19	ISABEL	Solteira	Não	Não tem relação com o pai do primeiro filho. Separou-se do segundo que veio depois dela.

Fonte: Elaboração própria.

No quadro acima, notamos que apesar da maioria das mulheres (11) terem declarado que são casadas, somente duas migraram para o Brasil com seus maridos. Quinze, das 19 mulheres, vieram sozinhas (desconsiderando os filhos), e dentre as quatro restantes, duas vieram com o marido, uma veio acompanhada de uma tia e outra já morava no Brasil (Mackenzie, nº 11).

Apenas os maridos de Maria (nº 2) e Angela (nº 5) vieram para o Brasil encontrá-las após a emigração, sendo que o primeiro imigrou para o país 3 meses depois e o marido de Angela veio somente 4 anos depois que ela já estava no Brasil. Tereza (nº 9) relatou ter esperanças e ainda estar aguardando o marido vir com a filha que ficou em Angola.

Analisando os dados acima, constatamos que das 19 mulheres entrevistadas 15 delas vieram sozinhas, sem marido e/ou companheiro, tornando-se a única responsável pela sobrevivência da família e pela adaptação de todos ao país de chegada. Elza Berquó afirma que com a ruptura da família ocorre o fenômeno da monoparentalidade que, segundo a autora, corresponde às famílias com filhos e apenas um dos pais. Isso tem acontecido com o aumento das separações dos casais (BERQUÓ, 1989, p. 10).

Em 11 de dezembro de 2017, Alice (nº 12) foi entrevistada, cujo marido ainda estava em Angola e esperava vir para o Brasil após a regularização migratória da

esposa, o que ocorreria com base no filho brasileiro. Seu marido a ajudou financeiramente na viagem até o país. O casal tinha o objetivo de viver em família no Brasil com a filha e os sobrinhos que cuidavam, entretanto, como será relatado adiante, o bebê do casal morreu no parto aproximadamente 15 dias antes de meu encontro com Alice. Até a data da entrevista, ela estava sozinha, relatando muitas saudades e não saber o que fazer para reunir sua família.

Outras três mulheres, Elisa (nº 14), Mariana (nº 15) e Isabel (nº19), estavam separadas do pai de seus filhos. Como não nos pareceu que se tratava de um divórcio, empregamos o conceito de Elza Berquó para compreender melhor como se dá essa relação conjugal:

Uma das mudanças que vem afetando recentemente os padrões de casamento é o surgimento e o estabelecimento da coabitação. Por coabitação, entende-se a situação de duas pessoas, homem e mulher, que vivem juntos como marido e mulher sem serem casados formalmente (BERQUÓ, 1989, p. 5)

Considerando o conceito de coabitação, vemos que podemos aplicá-lo a praticamente todos os relacionamentos das 19 mulheres entrevistadas, pois nenhuma relatou casamento formal.

Tabela 17 – Número de filhos

#	Nome Fantasia	Filhos Total	Filhos Nascidos no Brasil	Filhos Nascidos em Angola	Filhos (Brasileiros e Angolanos) No Brasil	Filhos Angolanos que ficaram em Angola
1	AMINATA	3	0	3	3	0
2	MARIA	1	1	0	1	0
3	TANIA	1	1	0	1	0
4	NATALINA	0	Grávida de 8 meses na data da entrevista	0	0	0
5	ANGELA	4	1	3	3	1*
6	PIA	2	1	1	2	0
7	MAIA	1	Grávida de 6 meses na data da entrevista	1	0	1

#	Nome Fantasia	Filhos Total	Filhos Nascidos no Brasil	Filhos Nascidos em Angola	Filhos (Brasileiros e Angolanos) No Brasil	Filhos Angolanos que ficaram em Angola
8	IVONE	4	1	3	2	2
9	TEREZA	3	1	2	2	1
10	ARI	1	0	1	1	0
11	MACKENZIE	0	Grávida de 4 meses na data da entrevista	0	0	0
12	ALICE	1	Bebê morreu no parto	1	0	1
13	MARCIA	2	1	1	2	0
14	ELISA	3	1	2	2	1
15	MARIANA	2	Grávida de 5 meses na data da entrevista	2	0	2
16	FALI	3	2 (gêmeos)	1	3	0
17	LINDA	1	1	0	1	0
18	LUIZA	4	1	3	1	3
19	ISABEL	2	1	1	2	0
	TOTAL	38 (não incluindo as grávidas)	13	25	26	12

*1 - Segundo Angela (nº 5), um de seus filhos ficou no “Congo” (sic) com o pai.

Fonte: Elaboração própria.

Os dados revelam que as 19 mulheres entrevistadas tinham um total de 38 filhos, destes 13 filhos nasceram no Brasil e 25 em Angola. Das entrevistadas quatro estavam grávidas, ainda não tinham dado à luz no momento da entrevista, portanto não foram computadas como tendo filhos nascidos no Brasil. Destes 38 filhos, 26 estavam vivendo com as mulheres no Brasil, isto é, além dos 13 que nasceram no território brasileiro, 13 filhos angolanos foram trazidos durante ou após a imigração.

Os outros 12 ficaram em Angola sob cuidados de outros familiares. Estes dados vão ao encontro do relatado e estudado por Carpenedo e Nardi (2017), Marinucci (2007), Rodrigues e Maisonave (2013), Santos, Novaes e Chaves (2018) no tópico “Teoria da feminização das migrações” no capítulo 1, na discussão sobre o impacto da migração na família principalmente nos filhos.

A taxa de fertilidade de Angola, segundo os dados oficiais comparativos, é de 5,5 filhos por mulher (UNFPA, 2020a; 2020b), dado superior ao encontrado nesta pesquisa que é de apenas 2 filhos por mulher, desconsiderando as que estavam grávidas. Entretanto cabe mencionar que várias dessas mulheres são muito jovens e estão dentro do período de fertilidade, podendo ainda terem mais filhos, o que implica dizer que a realidade verificada nas entrevistas não é conclusiva.

A entrevistada Mariana (nº 15) veio para o Brasil no início da terceira gravidez e deixou suas duas filhas com a mãe e afirma que as filhas estavam acostumadas a ficar com a avó que sempre cuidava para ela trabalhar. Ela conta:

“Elas entenderam, mas... entenderam porque estão com a minha mãe, e elas também passavam um bom tempo com a minha mãe quando eu ia trabalhar. Já se acostumavam com a minha família, porque eu também não ficava com elas a todo o momento. Eu ia deixar na minha mãe, eu ia trabalhar, e só ia lhes buscar no fim de semana, porque eles estudava, eles estudam, “. Perguntada se pretende pegar buscar seus filhos?, respondeu: “Se Deus me ajudar, e o Brasil me abençoar, aquilo que eu quero, do jeito que eu quero, sim, eu ia buscar meus filhos (Mariana, nº15, 20/03/2018).

A entrevistada Ivone (nº 8) chegou ao Brasil, direto de Luanda, com oito meses de gravidez e mais uma filha de 11 anos e deixou em Angola dois filhos, uma filha de cinco anos e um filho de sete anos. Deixou os filhos com as irmãs, pois o seu marido estava sendo perseguido por bandidos. Perguntada como foi a saída de Angola, afirmou:

Eu estava grávida [...] Então, eu peguei aquele dinheiro que a gente já tinha, e como já tínhamos os documentos, lá, então tinha que fazer o visto, fazer aquilo tudo rápido, e tinha que fugir pra cá. Deixei as crianças lá, e quando eu viajei pra cá, meu marido também não sabia, porque eu ligava, ligava, porque era uma ameaça mesmo, não podia ficar em Angola (Ivone, nº 8, 15/08/2017).

E perguntada se tinha dinheiro para vir ao Brasil, Ivone respondeu: “Eu tinha dinheiro. Aquele dinheiro que indenizaram o meu marido, e aquele (...) que a gente vendia já, eu tinha que juntar (sic) mesmo. Eu tinha que juntar pra fazer, tirar o visto

e pra comprar passagem” (Ivone, nº 8, 15/08/2017). Ainda em relação aos filhos deixados em Angola, perguntada se tinha saudades, respondeu:

“Não posso ter saudade de Angola, pelo que me aconteceu. Não posso ter. Eu vou ter porquê? Porque meus filho tão lá, senão... de viver mais lá não tenho... saudade só tenho dos meus filhos que tão lá. Não sei quando é que ele... quando que eu vou ver eles de novo (Ivone, nº 8, 15/08/2017).

Ivone continuou relatando que não sente falta de Angola, mas tem saudades dos filhos, principalmente aqueles que ficaram no país. Ela contou que “tenho muita vontade pra vir de onde que eu to, porque pra criar os filhos, ficar com a mãe. Filho é mais... é mais... é bom ficar com a sua mãe próximo, do que ficar na irmã. Eu tenho vontade de ta com meus filhos onde que eu to” (Ivone, nº 8, 15/08/2017). Quando perguntado sobre suas lembranças acerca de Angola, ela relatou as memórias com seus filhos.

Outra entrevistada, Isabel (nº 19) chegou sozinha ao Brasil, grávida de dois meses e deixou em Angola uma filha de oito anos e o pai do bebê. A filha veio depois com a irmã de uma amiga. O pai das crianças veio posteriormente, mas separaram-se depois de algum tempo. No dia da entrevista, seu bebê estava com três meses e Isabel estava vivendo no Brasil com os dois filhos e estava acolhida no CAEMI Palotinas. Sua mãe havia falecido um ano antes dela vir para o Brasil e com o dinheiro deixado por ela, Isabel comprou a passagem e veio ao país com visto de turismo. Os relatos de Isabel acerca das saudades de sua mãe serão apresentados posteriormente no quadro 32.

A tabela 17, somado aos relatos de Mariana (nº 15) e Ivone (nº 8) mostram a situação discutida anteriormente no capítulo 1 acerca da emigração de mães que, por vezes, deixam seus filhos sob cuidados de outras pessoas. Nesta pesquisa detectamos que as mulheres entrevistadas tinham 38 filhos, destes 12 foram deixados em Angola, um com o pai com quem já residia e os demais com parentes da família materna. Schuler e Dias (2018) e Rodrigues e Maisonave (2013) alertam que as crianças e os adolescentes que permanecem no país de origem dessas mães emigrantes são indiretamente afetados e são sujeitos a sofrerem as consequências do abandono, solidão, isolamento, insegurança, dificuldade escolares, rejeição, inferioridade, entre outras dificuldades.

Nesta pesquisa, contudo, não foi possível averiguar diretamente essa relação com as crianças que ficaram em Angola, mas as mães (como vimos nos relatos de Mariana e Ivone) sentem muita saudade, culpa e tristeza ao lembrarem dos filhos que ficaram. Elas relataram diversas vezes sentirem falta das crianças. Segundo Schuler e Dias (2018, p. 343), “as que são mães e deixam os filhos para trás também levam consigo um grande peso psicológico e emocional”.

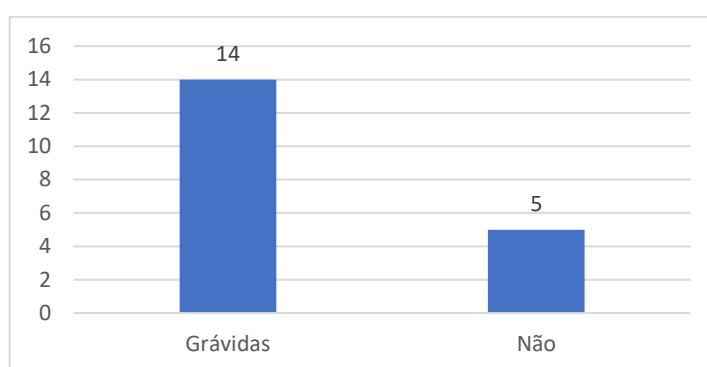
Quadro 22 – Relação das entrevistadas que imigraram grávidas para o Brasil

#	Nome fantasia	Entrevistada Migrou Grávida	Engravidou no Brasil
1	AMINATA	Não	Não
2	MARIA	6 meses	Não
3	TANIA	8 meses	Não
4	NATALINA	Não	Sim
5	ANGELA	9 meses	Não
6	PIA	3 meses	Não
7	MAIA	Não	Sim
8	IVONE	8 meses	Não
9	TEREZA	8 meses	Não
10	ARI	Não	Não
11	MACKENZIE	Não	Sim
12	ALICE	8 meses	Não
13	MARCIA	1 mês	Não
14	ELISA	7 meses	Não
15	MARIANA	2 meses	Não
16	FALI	8 meses (gêmeos)	Não
17	LINDA	8 meses	Não

#	Nome fantasia	Entrevistada Migrou Grávida	Engravidou no Brasil
18	LUIZA	6 meses	Não
19	ISABEL	2 meses	Não

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 12 – Quantidade de angolanos que migraram grávidas



Fonte: Elaboração própria.

Como um dos objetivos desta tese é também verificar se as mulheres vieram ou não grávidas, pudemos constatar que das 19 mulheres entrevistadas, 14 delas vieram grávidas. Somente cinco não, são elas: Aminata (nº 1) veio com 3 filhos angolanos e Ari (nº 10) veio com um filho, ambas pretendiam criá-los no Brasil; Natalina (nº 4), Maia (nº 7) e Mackenzie (nº 11) engravidaram no país. Logo, das cinco mulheres que não vieram grávidas, três engravidaram no Brasil posteriormente e duas vieram criar os filhos no Brasil buscando novas oportunidades para os mesmos.

Dessas 14 mulheres que vieram grávidas, seis estavam no 8º mês de gravidez e uma no 9º mês. Esse dado fortalece nossa hipótese de que as mulheres angolanas adotam estratégias migratórias para conseguir permanência no Brasil. Esta estratégia consiste em ter filho em solo brasileiro o que possibilita autorização de residência para fins de reunião familiar para pais de brasileiros, conforme previsto pelo artigo 12, inciso I, alínea “a” da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988); pelo artigo 75, inciso I e II, do Estatuto do Estrangeiro nº 6.815/1980 (BRASIL, 1980), e ainda pelo artigo 37, inciso II, da Lei 13.445/2017 (BRASIL, 2017a). Apesar de algumas mulheres

afirmarem que não sabiam dessa possibilidade, os fatos indicam nitidamente que o filho brasileiro é um elemento fundamental no projeto migratório das mulheres entrevistadas neste estudo.

Esta motivação pode ser detectada claramente na entrevistada Angela (nº 5) que chegou no Brasil com nove meses de gravidez, no dia 5 de junho de 2013 e deu à luz 21 dias depois em 26 de junho. Ela veio com dois filhos nascidos em Angola, e deixou um de 18 anos no Congo, muito decidida e segura, foi para uma pensão de onde saiu só para dar à luz. Perguntada onde as crianças ficaram e como se alimentavam neste período, respondeu: “Ele ficou na pensão sozinho. Não tinha ninguém pra acompanhar eles. Ele ficou... tava fechada a porta. Tinha comida ali dentro. Tem um brasileiro... (...) porta né. Ele que tava ajudando”. E, perguntada se voltou para a pensão, afirmou: “Voltei pra pensão né. Quatro mês, cinco mês, depois foi pra casa. Aí tava pagando mais caro” (Angela, nº 5, 08/11/2017). Afirmou que veio ao Brasil para trabalhar e que já tinha CRNM no momento da entrevista.

A entrevistada Linda (n.º 17), também veio para o Brasil em 23 de julho de 2017, grávida de oito meses. Veio com o marido que já conhecia o Brasil e gostava muito. Os dois decidiram viver no Brasil. Este caso é claro que ter filho brasileiro é um fator que vai ao encontro ao desejo do casal de permanecer no Brasil, obtendo sua regularização migratória (Linda, nº 17, 22/02/2018).

A entrevistada Alice (nº12), mãe de uma menina de cinco anos e responsável por três sobrinhos, que ficaram com o marido em Angola, chegou em 10 de outubro de 2017, grávida de oito meses, e seu parto ocorreu 45 dias depois, em 25 de novembro. Seu bebê nascera morto e, com isso, os planos da família de Alice foram interrompidos. Na entrevista, ela explicou que é muito difícil para o marido conseguir visto de viagem para o Brasil: “O marido precisa conseguir dinheiro para 5 passagens e 5 vistos. Ele trabalha como vendedor na rua. Vende alimentos no mercado durante o ano e, no final de ano, vende roupas. Vendia bem, dava para viver” (Alice, nº 12, 11/12/2017). Alice nos contou:

Tenho uma filha que ficou na Angola. Saí da Angola tava grávida de 8 meses. Fiquei aqui, meu nenê saiu morto, mas eu tenho uma filha que ficou na Angola. Quando eu tava aqui na casa, ele tava a mexer, eu senti ele. Aí autópsia falou que faltava oxigênio. Ele [marido] também pensa pra vir pra cá né, mas aí pra conseguir visto pra vir aqui é muito difícil [...] Quero trazer minha família pra cá [...] Pedi Deus pra me ajudar, pra ele vir aqui. Aqui eu

sozinha também não to conseguindo [...] Paz e só. Procurando paz, onde que eu vou ficar em paz? (Alice, nº 12, 11/12/2017).

Registramos que quando Alice veio para o Brasil, ela não esperava a morte do bebê. Ela pretendia ficar em São Paulo. Todavia, nos relatou que seu “plano não deu certo” (sic), pois a vinda da família dependia de sua regularização migratória por filho nascido no Brasil. Alice também ora pedindo a Deus para conseguir trazer seus filhos e seu marido para o Brasil para ficar com eles. Relatou que não consegue ficar sozinha e que sua situação é muito triste. No final da entrevista, falou que quer viver com sua família no Brasil, mas “a morte do bebê atrapalhou” esses planos (Alice, nº 12, 11/12/2017). Também alegou que a decisão de migrar se deu entre ela e seu marido e que seus filhos angolanos viriam depois: “vou vir primeiro, vou ficar aqui, depois filho, depois que ele vai mandar filho, depois manda pra vir pra cá” (Alice, nº 12, 11/12/2017).

A partir de seu relato, fica evidente que viagem foi planejada para que Alice migrasse no final da gravidez e desse à luz ao seu bebê no Brasil, assim sendo, teria o direito de se regularizar no país e consequentemente conseguiria trazer os outros membros da família através do procedimento de reunião familiar.

Para compreender mais sobre a relação entre a migração de mulheres grávidas para o Brasil, suas estratégias e objetivos migratórios, entrevistamos pesquisadores especialistas sobre o assunto. “Elas sabem, e elas vêm com esse objetivo mesmo, porque com isso podem permanecer no Brasil”, disse a doutoranda I.M. da PUC-SP que tem bastante experiência com mulheres de Luanda (I.M., 29/03/2018).

O especialista pesquisador angolano A.B., entrevistado em 14 de agosto de 2018, quando perguntado sua opinião se as mulheres angolanas sabem do direito à residência por prole nascido no Brasil, respondeu:

É, então, é isso, eu dizia que algumas mulheres que vêm cá, poucas sabem dos benefícios que encontrariam aqui no Brasil, benefícios de ganhar residência fixa, através do filho né, tendo filho brasileiro, mas outras, que eu diria, a maioria, já sabe que entrando no Brasil, e dando à luz um filho, esse filho é brasileiro, e portanto adquire todos os direitos, a residência fixa, direito à educação e muito mais. O que não conseguiriam lá, de imediato, na verdade. (A.B., 14/08/2018).

Perguntado se achava que há uma rede de pessoas que informam sobre esse meio regularização, A.B. fez as seguintes colocações:

Não acho que tenha rede, mas quem tem residência aqui, quem teve residência um dia, ganhou residência através de filho. Informa, por exemplo, eu tenho amigas que dizem assim: “olha, eu preciso ter um filho brasileiro”, por quê? Para ter acesso à educação, por exemplo, esse filho não precisaria... esse filho não precisaria estudar em Angola, e teria uma educação melhor do que a de Angola. Algumas mulheres vão pra Portugal, e em Portugal também funciona. Então, como Angola tem mais fluxo de gente... fluxo... tem mais fluxo pra Portugal do que para Brasil, lá já funciona, mas as mulheres conscientes do direitos que se obtém fora do país, não são mulheres... paupérrimas, exceto aquelas mulheres que migram mesmo, fogem do país para emigrar. (A.B., 14/8/2018).

I.M. também tem uma percepção semelhante à A.B: “Elas ouvem a experiência de outras mulheres que vieram ter os filhos e voltaram” (I.M., 29/03/2018). Já a doutoranda angolana B.C., entrevistada em 08 de maio de 2018, quando perguntada se as mulheres angolanas grávidas que vêm ao Brasil dar à luz conhece o seu direito de regularização migratória, respondeu:

Não, na verdade é assim, elas não vêm para dar à luz, esse é, esse é o, eu acho que muitas vêm quando surge a oportunidade, surgiu a oportunidade, se tá grávida, se não tá grávida, ela vem, não vem especificamente ‘não eu vou dar à luz no Brasil, vou engravidar e pronto’, porque quem vem para dar à luz, é, planejado é alguém que tem dinheiro (B.C., 08/05/2018).

E, acrescentou:

Aham, quem vem para, bom ‘eu, eu engravidei em Angola vou para o Brasil para ter o meu bebê, não é qualquer um, né, é alguém que tem condições de comprar um bilhete de passagem, alguém que tem condições para ter um lugar para estar, né? Não vai na Missão Paz, por exemplo, aquela que vem para dar à luz (B.C., 08/05/2018).

A doutoranda I.M. também mencionou que a classe social e o poder aquisitivo das mulheres e suas famílias influencia a decisão de migrar: “As ricas, que têm mais facilidade porque é um visto não muito fácil de ser tratado. Tem que comprovar renda suficiente para a viagem, para garantir a viagem e o tratamento que pretende fazer” (I.M., 29/03/2018). Quando fala de tratamento, I.M. se refere a mulheres que têm condições econômicas para vir ao Brasil e realizar tratamento de fertilidade com médicos particulares. Este não é o caso das entrevistadas nesta pesquisa, contudo, vale mencionar que o Brasil é reconhecido internacionalmente como um país com expertise nos tratamentos de fertilização. Estes costumam durar mais de 2 anos e durante esse período, as mulheres e seus maridos vêm ao Brasil mais de uma vez para acompanhamento médico. Segundo Monteiro (2012) essas mulheres angolanas buscam a função social e cultural da procriação.

Retomando a fala de B.C., notamos que, para ela, não existe um planejamento anterior específico voltado para que o bebê nasça no Brasil, na verdade, essas mulheres vêm por uma questão de oportunidade:

Sim, não é algo que você diga 'não, ela planejou tudo, preparou', né, surgiu a oportunidade, comprou um bilhete de passagem vai e se vira, né, e muitas das vezes eu acho que elas só percebem olhando de qual instituição, se for, uma das coisas que podia fazer, que decidia fazer é ir para o aeroporto (B.C., 08/05/2018).

Outro especialista que trabalhou em torno de 10 anos com reassentamento de deslocados da guerra civil de Angola, mestre pela PUC-SP, C.L. foi entrevistado em 03 de maio de 2018. Quando perguntado sobre a vinda das mulheres angolanas para dar à luz no Brasil, respondeu:

Então, essa é a que eu tô falando que é a grande realidade, então. Muitas dessas mulheres vieram ter o bebê aqui, na minha forma de ver, é a questão de ter acesso a outros benefícios. Por exemplo, voltar a estudar, não é? (C.L., 03/05/2018).

C.L. aponta que a vinda para o Brasil e a regularização por filho brasileiro pode estar vinculada ao desejo de outras oportunidades e melhores condições de vida, tal qual o aprimoramento dos estudos. Ainda quanto à importância do filho brasileiro para regularizar a situação migratória como meio de melhorar de vida, I.M. acrescenta informações importantes que obteve quando buscou a embaixada angolana em São Paulo e que comprovam a hipótese levantada neste trabalho:

Ainda não, mas ela pode pedir a qualquer momento, porque a criança é brasileira. No momento lhe interessa que a criança esteja documentada pra quando ela precisar voltar um dia para o Brasil ela peça Reunião Familiar, porque o filho que é brasileiro vai voltar para o Brasil. Estas modalidades de mulheres que migram para o Brasil pelo filhos e não só, chamam mais atenção ainda porque no ano passado, geralmente quando nós viemos pro Brasil precisamos fazer um registro na embaixada de Angola, aqui em São Paulo. Então eu fui pra embaixada fazer o meu registro, e eu, ao fazer o meu registro, eu quis me esclarecer de como eu faço o registro do meu filho como angolano e eles disseram: por que você quer registrar seu filho como angolano? Registra como brasileiro, ele é brasileiro. Eu disse: ele nasceu no Brasil, mas eu quero registrar como angolano. Eles: não, pra que? Você é boba. Registra ele como brasileiro, todo mundo faz assim. Foi quando eu me toquei, então vem muita mulher de Angola só pra ter a nacionalidade. Inicialmente pelo filho e depois pra adquirir. Porque algumas assim que o filho nasce já não vão, não voltam pra Angola. Tem este grupo que volta, que acabei de me referir, mas tem as pobres que muitas nem voltam. (I.M., 29/03/2018) .

O que se constata nesta informação é que até os órgãos governamentais orientam no sentido da importância do filho brasileiro para a regularização migratória.

No caso específico, inclusive quando ela informou que queria registrar seu filho como angolano, o atendente a chamou de “boba” e indicou que ela deveria registrá-lo como brasileiro, pois é isso que todos fazem.

Finalmente, podemos concluir que a gestação é um momento muito relevante na vida dessas mulheres em termos de projeto migratório, indicando que apesar de não terem sempre respondido que sabiam do direito de regularização migratória por serem mães de filho brasileiros, as circunstâncias da migração apontam nessa direção, o que, conforme já dito, comprovam a hipótese deste estudo. Contudo, ao que parece, a vinda ao Brasil assume esses múltiplos significados, incluindo no cenário familiar a oportunidade de acesso a melhores serviços e atendimentos em termos da criação, saúde, educação e vida de seus filhos, e, como conseguinte, de si próprias e da família.

4.5 Educação

Nesta seção, tratamos dos conteúdos relatados nas entrevistas que dizem respeito ao tema educação.

Quadro 23 – Melhor país para educação dos filhos

#	Nome fantasia	Melhor país para educação dos filhos Brasil ou Angola	Razões para resposta anterior
1	AMINATA	Brasil	- Gratuidade; - Alimentação (café, almoço e lanche); - Infraestrutura; - Atividades culturais pós aulas; - Localização próximo do domicílio; - Qualidade do ensino;
2	MARIA	Brasil	Creche gratuita;
3	TANIA	Não se aplica	Filho com apenas um ano de idade e não frequenta creche
4	NATALINA	Não se aplica	Grávida do primeiro filho
5	ANGELA	Brasil	- Gratuidade; - Localização próxima ao domicílio; - Creche gratuita; - Qualidade do atendimento;
6	PIA	Brasil	- Gratuidade; - Creche;

#	Nome fantasia	Melhor país para educação dos filhos Brasil ou Angola	Razões para resposta anterior
7	MAIA	Não se aplica	Grávida do único filho no Brasil
8	IVONE	Brasil	- Gratuidade; - Localização próxima ao domicílio;
9	TEREZA	Brasil	- Gratuidade; - Aguardando vaga em creche;
10	ARI	Brasil	- Gratuidade; - Criança gosta da escola; - Qualidade do atendimento; - Alimentação; - Uniforme gratuito
11	MACKENZIE	Não se aplica	Grávida do primeiro filho
12	ALICE	Não se aplica	Filho natimorto
13	MARCIA	Angola	Apesar da gratuidade, filhos não frequentarem a escola, pois não tem dinheiro para pagar o transporte
14	ELISA	Brasil	- Gratuidade; - Creche gratuita; - Localização próxima ao domicílio;
15	MARIANA	Não se aplica	Grávida do único filho no Brasil
16	FALI	Brasil	- Gratuidade; - Creche gratuita; - Criança gosta da escola; - Qualidade do atendimento; - Localização próxima ao domicílio
17	LINDA	Brasil	- Creche gratuita; - Satisfação da entrevistada com a creche
18	LUIZA	Brasil	- Creche (aguardando vaga); - Creche gratuita;
19	ISABEL	Brasil	- Gratuidade; - Criança gosta da escola; - Filho de 3 meses ainda não foi para creche

Fonte: Elaboração própria.

Com o estudo do tópico “educação”, pretendemos verificar se a segunda hipótese deste trabalho está ou não comprovada. Esta hipótese é: a migração de mulheres angolanas para São Paulo pode ser explicada também devido ao atendimento à saúde precário no país de origem e à crença de que no país de chegada encontrarão melhores condições de saúde e educação para elas, seus filhos e suas famílias.

Tratando da educação dos filhos, foi perguntado às mulheres qual o melhor país (Angola ou Brasil) em termos de educação e os motivos considerados para essa escolha. Doze delas responderam que era o Brasil, uma respondeu Angola, e as outras seis não tinham condições de avaliar (não se aplica), pois três estavam grávidas do primeiro filho (Natalina, nº 4, Maia, nº 7, Mackenzie, nº 11, e Mariana, nº 15), uma tinha só um filho de 1 ano que não frequentava a creche (Tania, nº 3) e a outra teve um bebê que morreu no parto (Alice, nº 12). A entrevistada que escolheu Angola, Márcia (nº 13), disse que, apesar da gratuidade do estudo, os seus filhos não frequentam a escola, pois a família não tem dinheiro para pagar o transporte.

Quadro 24 – Lançamento dos dados coletados no quadro 23

#	Nome Fantasia	Gratuidade	Alimentação	Infra-estrutura	Atividades Culturais Pós Aula	Localização	Qualidade do ensino	Creche gratuita	Aguardando vaga	Criança gosta escola	Uniforme gratuito	Satisfação com creche
1	AMINATA	X	X	X	X	X	X					
2	MARIA							X				
3	TANIA											
4	NATALINA											
5	ANGELA	X				X	X	X				
6	PIA						X	X				
7	MAIA											
8	IVONE	X				X						
9	TEREZA	X							X			
10	ARI	X	X				X			X	X	
11	MACKENZIE											
12	ALICE											
13	MÁRCIA											
14	ELISA	X				X		X				
15	MARIANA											
16	FALI	X				X	X	X		X		
17	LINDA							X				X
18	LUIZA							X	X			
19	ISABEL	X								X		

Fonte: Elaboração própria.

No quadro acima, expusemos algumas características que as entrevistadas valorizaram quando escolheram o Brasil como melhor país para educação. As linhas

em cinza (Tania, nº 3, Natalina, nº 4, Maia, nº 7, Mackenzie, nº11, Alice, nº 12, Márcia, nº 13, e Mariana, nº 15) correspondem às mulheres que não responderam a questão e/ou responderam que preferem Angola. Vejamos mais detalhes acerca das considerações de algumas mulheres que optaram pelo Brasil.

Angela (nº 5), entrevistada em 08 de novembro de 2017, ao ser perguntada sobre as razões pelas quais prefere o Brasil, respondeu:

Aqui (no Brasil) não paga escola, não paga hospital né. A criança come na escola. Alí não come né? Aqui ta bom.... Mulher. Ela falou assim: “você não pode ficar aqui porque criança ali pelo menos ta bom, criança estuda, não paga nada a escola assim, dois menino, uma na barriga. Pai dele não gosta (...) com outra mulher. Você ta sozinha”. Ele conversou comigo. (...) “ta bom, pode trabalhar, pode conseguir, pegou assistência social”, falou um monte comigo (...). (Angela, nº 05, 08/11/2017).

Vemos pelo relato de Angela que os critérios para que ela considerasse o Brasil como um local melhor para educar seus filhos se referem à importância dado ao direito garantido à criança de estudar, bem como o ensino gratuito e a alimentação na escola. Pia (nº 6) entrevistada em 08 de novembro 2017, por sua vez, informou:

É a mesma creche que (...) quando eu tava indo na casa do abrigo, aquele outro [filho menor] tava estudando. Tava estudando, agora aquele creche, ele ta em... a irmã da igreja ta pagando dinheiro, porque eu te falei... que eu to ficando com as criança aqui na casa, (...) pra mim sair, pra ir trabalhar, pra ir procurar emprego. Aí ele falou que ia ajudar “vamo ajudar você, você vai pegar as criança, deixa naquela gente (...)” cuidar criança né, porque aquele outro, a vaga ainda não saiu. A vaga ainda não saiu, mas ele ta ainda aquele gente que anda pagando em dinheiro na creche. Ele fica com ele (...) (Pia, nº 6, 08/11/2017).

Na entrevista de Pia, em que notamos significativas dificuldades na comunicação em português, pudemos registrar que suas duas crianças ficavam na creche, mas, mesmo assim, Pia não conseguia trabalho e recebe Bolsa-família no valor de R\$250,00. Ela recebe também ajuda da igreja evangélica e da Missão Paz. Aminata (nº1), entrevistada em 24 de agosto de 2017, quando perguntada sobre os motivos pelos quais escolheu o Brasil para migrar, respondeu tratando da importância da educação de seus filhos:

É, porque a gente...se deu assim, a gente tem que...procurar uma vida melhor pros nossos filhos, é por isso. A gente quando veio hoje, aqui, vamo ver como vai estar o Brasil, se a gente vê melhora, a gente fica, pras criança poder estudar, conseguir futuro melhor, né. Quando chegamo aqui, vimo, a escola é de graça, hospital vai, é de graça, remédio é de graça, aí a gente decidiu ficar (Aminata, nº 1, 24/08/2017).

Aminata demonstrou valorizar a qualidade do ensino que seus filhos têm no Brasil. Além da escola, duas delas vão no período da manhã, elas também frequentam um centro comunitário da Igreja Católica à tarde, onde almoçam, passam a tarde realizando atividades extracurriculares, como ballet e bordado.

[No centro comunitário] vão depois da escola da manhã...Quando...vão sair da escola, vem direto aqui em casa, tirar uniforme, deixar as mochilas, e vão... Almoçam lá ... Até quatro horas da tarde... Elas vêm sozinha.. (Aminata, nº 1, 24/08/2017)

Perguntamos à Aminata se seus filhos teriam condições semelhantes se estivessem em Angola, ela respondeu:

Quando que eu vou ter lá isso? Isso aí não existe lá. [...] Tinha que pagar. Você quer o curso (...) tem que pagar. A escola daqui não paga, porque a escola daqui é de graça. Lá já também... almoça lá, toma café da manhã. Na escola tinha benefício, de leite, só que o prefeito cortou o leite [...] Na Angola não tem nada, benefício. Angola, a escola é paga, criança pra ir na escola tem que levar lanche, até a professora da Angola, quando você não leva dinheiro, não da aula pra criança, porque fala: "Você não trouxe nada pra comprar", porque ele dava aula e fazia negócio dele também, vendia bolinho de chuva, lá na escola (Aminata, nº 1, 24/08/2017).

Segundo dados da pesquisa, muitas das mulheres entrevistadas estudaram em escolas particulares em seu local de origem. Algumas relataram que, mesmo quando estudavam em escola pública, a família tinha que pagar. Elisa (nº 14) mencionou a questão da gratuidade do ensino no Brasil, um diferencial importante quando comparado a situação de Angola. Ela disse que no Brasil paga apenas a "perua" (sic), o transporte das crianças. Fez a comparação com Angola, dizendo "em Angola paga sim. Na Angola paga privado. Se fosse colégio, é colégio que paga. Se fosse do Estado, não paga não. Colégio paga, porque ele tava estudando no colégio.... Não paga a escola..." (Elisa, nº 14, 24/01/2018). A partir do relato de Elisa e do que as entrevistadas declararam sobre suas próprias vivências, podemos inferir que as escolas em Angola costumam ter custos para as famílias, contudo, não é claro pelo depoimento de Elisa o que significa exatamente "colégio" e "escola" se pensarmos nos correspondentes educacionais do Brasil. Ao que parece, "escola" se refere ao ensino fundamental e "colégio" ao ensino médio.

Retomando as hipóteses elaboradas para essa pesquisa, durante o trabalho de campo, buscamos compreender se as mulheres angolanas também viriam ao Brasil

para melhorar sua escolaridade, fazer cursos e estudar no país. Essa perspectiva também fora declarada pelo entrevistado C.L., especialista que atuou com mulheres em Angola:

Voltar a estudar, voltar a se formar, é, poder dar uma boa educação para os filhos, não é? Eu conheço por exemplo, pessoas angolanas que estão aqui, as mulheres angolanas estão aqui, o marido está lá, e ela está aqui estudando, estudando os filhos, né. E aí teve os filhos aqui. Então são situações assim que é um pouco diferente. Se você ver na conclusão da minha pesquisa também, você vai ver que o grande sonho delas é voltar a estudar, é entrar no mercado formal de trabalho. Como ela entra, ela entra no mercado de trabalho se ela não tem uma educação, né? Ela não tem uma educação formal, nesse sentido que eu digo, né. Então assim, quem vai realmente poder dizer, né, por que ela veio, é ela própria (C.L., 03/05/2018).

Algumas mulheres informaram que gostariam de estudar no Brasil, dentre elas, Angela (nº 5) que declarou “conseguir (...) também vai vim aqui. Pra estudar aqui um pouco, se consegui”. (Angela, nº 5, 08/11/2017). A esteticista Isabel (nº 19), em entrevista feita no dia 04 de abril de 2018, veio para o Brasil com intenção de estudar, só que depois que chegou no país ficou sabendo que estava grávida de dois meses. Perguntada qual curso pretendia fazer no Brasil, Isabel respondeu:

Eu fiz o curso de massagista. Depois vou buscar cartão pra te mostrar. Massagista. Eu fiz massagem sem roupa, então como eu sou cristão, meus pais disseram que não, “lá fazer massagem em cima da roupa”, em Angola, (...) aqui no Brasil, então queria vir fazer aqui massagem, por cima da roupa, depois que vai trabalhar lá em Angola. (Isabel, nº 19, 04/04/2018)

Contudo, nos momentos das entrevistas foi verificado que as mulheres que declararam ter desejo de começar ou continuar os estudos no Brasil, ainda não tinham conseguido fazê-lo.

4.6 Saúde

Nesta seção, tratamos dos conteúdos relatados nas entrevistas que dizem respeito ao tema saúde dos filhos e materna, à realização de pré-natal e aos hospitais na cidade de São Paulo onde deram à luz.

Quadro 25 – Saúde dos filhos

#	Nome Fantasia	Melhor país para assistência à saúde dos filhos	Razões da resposta anterior	Possui filho doente	Qual doença filho possui	Tratamento da doença do Filho
1	AMINATA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitas; - Consultas odontológicas gratuitas; - Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos;	Não	Não se aplica	Não se aplica
2	MARIA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos;	Não	Não se aplica	Não se aplica
3	TANIA	Brasil	Consultas e exames médicos gratuitos;	Não	Não se aplica	Não se aplica
4	NATALINA	Não se aplica	Grávida do primeiro filho	Não	Não se aplica	Não se aplica
5	ANGELA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Remédios gratuitos (UBS e Cáritas); - Fornecimento de alimentos	Não	Não se aplica	Não se aplica
6	PIA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Remédios gratuitos;	Sim	Anemia falciforme	Necessidade de remédios contínuos fornecidos pela UBS
7	MAIA	É equivalente	Grávida do único filho no Brasil - deixou um filho em Angola	Não	Não se aplica	Não se aplica
8	IVONE	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico	Não	Não se aplica	Não se aplica
9	TEREZA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico	Não	Não se aplica	Não se aplica
10	ARI	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos;	Sim	Anemia Falciforme	Não se aplica (filho está curado)

#	Nome Fantasia	Melhor país para assistência à saúde dos filhos	Razões da resposta anterior	Possui filho doente	Qual doença filho possui	Tratamento da doença do Filho
11	MACKENZIE	Não se aplica	Grávida do primeiro filho - não foi possível avaliar	Não	Não se aplica	Não se aplica
12	ALICE	Não se aplica	Filho morreu no parto por falta de oxigênio	Não	Não se aplica	Não se aplica
13	MARCIA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos;	Não	Não se aplica	Não se aplica
14	ELISA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos;	Não	Não se aplica	Não se aplica
15	MARIANA	É equivalente	Grávida do único filho no Brasil - tem dois filhos em Angola	Não	Não se aplica	Não se aplica
16	FALI	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos; - Frequência do atendimento; - Menor índice de doenças; - Atendimento em Angola é pago	Sim	Pneumonia (gêmeos)	Acompanhamento médico com internações dos filhos
17	LINDA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos;	Não	Não se aplica	Não se aplica
18	LUIZA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos;	Não	Não se aplica	Não se aplica
19	ISABEL	Equivalente	Atendimento médico equivalente no Brasil e em Angola	Não	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria.

Neste quadro 25, estão as respostas sobre qual é o melhor país para a assistência de saúde aos filhos, condições de saúde das crianças e seus respectivos tratamentos. O objetivo dessas questões era avaliar se as mulheres migraram em busca de saúde. As respostas abrangem, dentre outros, os fatores gratuidade, qualidade do atendimento, acesso a consultas e remédios. No quadro 25, das 19 mulheres, 13 delas afirmaram que o Brasil era melhor em termos de assistência à saúde dos filhos, três não se aplicavam pois estavam grávidas e não tinham como avaliar e três responderam que o atendimento de Angola e do Brasil eram equivalentes.

Como se verifica nos índices selecionado na avaliação das entrevistadas para escolha do Brasil como o melhor país temos: o item “consultas médicas e exames gratuitos” foi respondido por 13 mulheres; qualidade do atendimento médico foi mencionada por 11; os “remédios gratuitos” foram considerados também por 11 como a razão de sua escolha; já o “fornecimento de alimentos”; a “frequência de atendimento”, o “menor índice de doenças” e a “consulta dentária” foram fatores que apareceram uma vez nos relatos das entrevistadas; além disso uma delas relatou que em Angola a consulta é paga.

Constatamos que a consulta médica, a qualidade do atendimento médico e os remédios gratuitos são os elementos diferenciadores entre a assistência à saúde das crianças quando comparadas às realidades do Brasil e Angola. Podemos ver que todas as entrevistadas que escolheram o Brasil como o melhor país para cuidados da saúde das crianças atribuem um valor máximo a esses itens que lhes são os mais importantes.

Quanto à pergunta “se possui filhos doentes”, duas mulheres (Pia, nº 6, e Ari, nº 10) responderam que sim, sendo que essa última respondeu que o filho com anemia falciforme já foi curado e Pia disse que seu filho continua em tratamento da mesma doença. A mãe dos gêmeos, Fali (nº 16), informou que suas crianças tiveram pneumonia e ainda estão em acompanhamento. Treze responderam que não têm filhos doentes e as outras três (Natalia, nº 4, Mackenzie, nº 11, e Alice, nº 12) não se aplicam a essa questão, pois estavam grávidas ou bebê nasceu natimorto.

Finalmente, em relação aos tratamentos, Pia (nº 06) esclareceu que um de seus filhos, o que nasceu no Brasil, tem uma doença chamada anemia falciforme e

necessita de remédios de uso contínuo. No dia da entrevista, Pia estava buscando a medicação de seu filho em postos de saúde, mas os remédios não estavam disponíveis na Unidade Básica Saúde (UBS). Como também não tinha dinheiro para comprá-los, estava ansiosa e foi encaminhada para ajuda na Missão Paz.

Transcrevemos a fala de algumas das entrevistadas que certificam os fatos narrados acima, como por exemplo, Marcia (nº 13) que, quando perguntada se achava o atendimento de Angola melhor que no Brasil, afirmou que somente mediante pagamento é possível ser bem atendida no país africano: “O atendimento também de Angola foi bem. Porque aí você fica doente... quando você tá doente, tem que pagar o dinheiro, né, e o teu atendimento vai ser melhor, porque você pagou” (Marcia, nº 13, 24/01/2018). Quanto ao hospital público de Angola, Marcia certificou que “o público, eu posso dizer, o público mata muita gente. Porque você vai ser ignorado, vão te deixar abandonado. Mas aquele que você deu o dinheiro, deu dinheiro, é muito [...] rápido” (Marcia, nº 13, 24/01/2018).

Linda (nº 17), por sua vez, relatou durante a entrevista, que seu marido foi diagnosticado com tuberculose, pois:

aqui tava a trabalhar aí no que...empresa que (...) no tapa-buraco, mas não trabalha mais... Não trabalha mais, porque tava com tosse muito grave... Uma tosse, mas... tava a demorar muito. Naquela empresa, mas... depois deixou, vai no hospital (...) tinha uma que... chapa. Viu que... via que... ele (...) tem... tem... esse aqui (...) Tuberculose. Depois não trabalhou mais. Ele ficou em casa (Linda, nº 17, 22/03/2018).

A entrevistada informou que o marido está se tratando em casa, e que ela e o bebê do casal não pegaram a doença. Afirmou ainda que o marido foi bem atendido e recebia remédios. Perguntada “se o Brasil era melhor ou é pior?”, respondeu: “Aqui também é... aqui tá bom”. Quando reiterada a pergunta sobre a necessidade de pagamento no atendimento em Angola, Linda acrescentou: “não, aí na Angola tá bom, mas tem que pagar dinheiro” (Linda, nº 17, 22/03/2018), depoimento que dialoga também com o que foi dito por Márcia (nº 13).

Tereza (nº 9) descreveu que levou seu filho recém-nascido para uma consulta agendada na UBS do bairro Água Rasa, em São Paulo, que gostou da consulta, que foi muito bem atendida, que em Angola não teria o mesmo atendimento e que teria de pagar (Tereza, nº 9, 29/11/2017).

Podemos afirmar que a questão da saúde dos filhos é um quesito de bastante relevância para esta migração, tendo em vista que é uma razão apontada por todas as mulheres deste estudo que têm filhos. É uma hipótese inicial que se confirma como um fator importante na escolha do Brasil como *locus* de sua imigração. Durante as entrevistas todas respondiam esta pergunta com muita segurança e rapidez.

Esses dados que contemplam os direitos e as garantias das crianças pelo princípio da proteção integral puderam ser vistos e analisados no quadro comparativo do capítulo 3 denominado “Quadro 7 – Indicadores de saúde de crianças e adolescentes em termos de comparação entre Brasil e Angola”. Esses dados revelam que a situação das crianças quanto à mortalidade neonatal, a mortalidade infantil e a mortalidade de menores de 5 anos, são maiores em Angola do que no Brasil. Os índices angolanos de vacinação contra sarampo e DPT (difteria, coqueluche e tétano) são menores que os índices do Brasil. Apresentamos também os índices de desnutrição infantil que demonstram uma diferença muito significativa para pior em Angola. Esses dados, na sua literalidade, podem justificar as razões para migrar considerando a saúde dos filhos que as mães buscam no Brasil.

Quadro 26 – Melhor país para cuidados de saúde das mulheres em especial ao parto e pré-natal

#	Nome fantasia	Melhor país para assistência à maternidade e à saúde	Razões da resposta anterior	Avaliação do atendimento hospitalar no Brasil
1	AMINATA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Má qualidade à assistência ao parto em Angola	Os três filhos nasceram em Angola
2	MARIA	Brasil	- Qualidade do atendimento médico	- Qualidade do atendimento médico melhor
3	TANIA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Veio de Angola com apendicite;	- Qualidade do atendimento médico melhor
4	NATALINA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos;	- Qualidade do atendimento médico melhor

#	Nome fantasia	Melhor país para assistência à maternidade e à saúde	Razões da resposta anterior	Avaliação do atendimento hospitalar no Brasil
5	ANGELA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Consultas e exames médicos gratuitos; - Remédios gratuitos (UBS e Cáritas); - Angola não presta auxílio ("todos são pobres.") 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do atendimento médico melhor; - Gratuidade das consultas
6	PIA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do atendimento médico; - Gratuidade das consultas
7	MAIA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Consultas e exames médicos gratuitos; - Fornecimento de enxoval 	<ul style="list-style-type: none"> - Gratuidade das consultas
8	IVONE	Equivalentes	<ul style="list-style-type: none"> - Demora no atendimento para tratamento de sua doença (hepatite, diagnosticada no Brasil); - Dúvidas sobre tratamento da doença e tratamento aos filhos; - Encaminhada ao hospital Emílio Ribas pela UBS para tratamento adequado de sua doença 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do atendimento médico melhor; - Fornecimento de enxoval
9	TEREZA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Em Angola, embora houvesse hospital público, para ser bem atendido era necessário pagar 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do atendimento médico; - Gratuidade das consultas
10	ARI	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos; - Em Angola, embora houvesse hospital público, para ser bem atendido era necessário pagar 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do atendimento médico
11	MACKENZIE	Não perguntado	Não se aplica	Qualidade do atendimento médico
12	ALICE	Não perguntado	Não perguntado	Não perguntado
13	MARCIA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do atendimento médico; - Em Angola, embora houvesse hospital público, para ser bem atendido era necessário pagar; - Remédios gratuitos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade do atendimento médico; - Gratuidade das consultas e exames; - Melhores cuidados em hospital público somente se o serviço for pago, em Angola;

#	Nome fantasia	Melhor país para assistência à maternidade e à saúde	Razões da resposta anterior	Avaliação do atendimento hospitalar no Brasil
14	ELISA	Brasil	- Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos;	- Qualidade do atendimento médico; - Atendimento em Angola equivalente ao do Brasil
15	MARIANA	Brasil	- Qualidade do atendimento médico, apesar do racismo sofrido	- Qualidade do atendimento médico, apesar do racismo sofrido
16	FALI	Brasil	- Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos; - Menor índice de doenças	- Qualidade do atendimento médico; - Estava grávida de gêmeos e apenas soube disso aqui no Brasil, pois em Angola isso não foi identificado nos exames
17	LINDA	Brasil	- Consultas e exames médicos gratuitos; - Qualidade do atendimento médico; - Remédios gratuitos;	Qualidade do atendimento médico
18	LUIZA	Brasil	- Qualidade do atendimento médico	- Qualidade do atendimento médico; - Gratuidade das consultas e parto, assim como em Angola
19	ISABEL	Equivalentes	- Atendimento médico equivalente, no Brasil e em Angola; - Preferiu em Angola em razão da presença da família	- Atendimento médico equivalente, no Brasil e em Angola; - Preferiu em Angola em razão da presença da família

Fonte: Elaboração Própria.

Os dados deste quadro têm a finalidade de identificar qual o melhor país para cuidados de saúde das mulheres, em especial ao parto, na percepção das entrevistadas. As informações são resultantes de três perguntas: qual o melhor país para a assistência à maternidade e à saúde da entrevistada; a segunda pergunta “quais as razões da resposta anterior” e “qual a avaliação do atendimento hospitalar no Brasil”.

Sobre a primeira pergunta, 15 mulheres responderam que o Brasil é o melhor país para assistência à maternidade e à saúde da mulher entrevistada. Duas responderam que eram equivalentes (Ivone, nº 8, e Isabel nº19) e duas não responderam (Mackenzie, nº 11, e Alice, nº 12), pois durante a conversa semiestruturada avaliamos que tais questões não se aplicavam às duas entrevistadas

tendo em vista as circunstâncias de vida e maternidade delas, isto é, Mackenzie vive no Brasil desde os 14 anos e Alice tinha acabado de perder seu bebê no parto.

Quanto à segunda pergunta, as razões para tais escolhas foram diversas e incluíram elementos próprios da assistência à saúde no Brasil e ainda queixas comparativas à situação de Angola.

Novamente, consultas e exames médicos gratuitos, bem como a qualidade do atendimento médico foram elencados por nove mulheres como dois motivos importantes para a escolha do Brasil. Remédios gratuitos foram mencionados por quatro mulheres; fornecimento de enxoval para bebês foi relatado por uma entrevistada; encaminhamento para hospitais especializados (tais como o Hospital Emílio Ribas, referência no atendimento a doenças infecto-contagiosas em São Paulo) também apareceu no depoimento de uma mulher. Além disso, destacamos que Fali (nº 16) estava grávida de gêmeos e apenas soube disso no Brasil, fato que não foi identificado nos exames feitos em Angola.

Algumas mulheres também falaram que o Brasil é o melhor país para sua saúde, pois queixaram-se das condições de saúde em Angola. Duas mencionaram má qualidade no atendimento médico no país; três explicaram que em Angola embora houvesse hospital público para ser bem atendido é preciso pagar; uma disse que não há auxílio do governo angolano para maternidade e tratamento de doenças, pois o país não tem condições para tanto.

Necessário destacar neste momento os resultados do quadro 8, no capítulo 3, que apresenta indicadores comparativos entre Brasil e Angola relativos à saúde da mulher. Dentre os dados temos: taxa de mortalidade materna, porcentagem de nascimentos acompanhados por pessoal de saúde treinado, número de nascimentos de mães adolescentes (15-19 anos). Pela análise desses dados e pela gratuidade dos procedimentos médicos hospitalares, podemos concluir que a assistência ao parto no Brasil é muito superior à encontrada em Angola, podendo ser uma forte razão para migração, sobretudo pela importância da mulher angolana de ter filhos.

Destacamos alguns relatos das entrevistadas. Isabel (nº 19) disse que o sistema de saúde no Brasil e em Angola é equivalente em termos de qualidade, contudo afirmou que prefere cuidar da saúde em Angola em razão da presença da

família, especialmente quando se trata do parto. A esse respeito, lembramos que Isabel tem um filho nascido em Angola e outro nascido no Brasil.

Ivone (nº 8), por sua vez, nos contou que conseguiu obter diagnóstico de hepatite no Brasil e logo foi encaminhada pela UBS para o Hospital Emílio Ribas para tratamento. Falou ainda que a qualidade no atendimento médico é superior a Angola e que no Brasil ainda recebeu fornecimento de enxoval para seu bebê. Apesar disso, ela fez críticas à demora no atendimento para o tratamento de sua doença no Sistema de Saúde Único (SUS) no Brasil.

A despeito de ter escolhido o Brasil como país de melhores condições de saúde, Mariana (nº 15) mencionou ter sofrido “um pouco de racismo” (sic) durante o atendimento ao parto. Assim como outras entrevistadas, ela estava valorizando a gratuidade e a universalidade dos hospitais públicos no Brasil quando comentou:

Eu já fui no médico [no Brasil]. Tudo aqui atendem bem. Aqui você não paga nada, é tudo de graça. Pelo menos aonde que eu já fui né? Aonde que eu já fui, tudo de graça, você não paga nada. Atende bem (...) embora tenha... embora que tenha que... um pouco de racismo, mas... quando você se encontra com uma boa pessoa, te atendem bem (Mariana, nº 15, 20/03/2018).

Não conseguimos, contudo, ter maiores informações ou detalhes sobre este acontecimento com Mariana, mas notamos que ela parece sentir que a discriminação e o preconceito dependem dos profissionais que a atendem nas instituições de saúde.

Também destacamos que Alice (nº 12), a entrevistada que perdeu seu bebê no parto, não ofereceu detalhes quando a questionamos sobre o atendimento ao parto. Sobre o pré-natal, ela nos deu mais informações como veremos no próximo quadro.

Quadro 27 – Pré-natal e instituições de atendimento ao parto.

#	Nome Fantasia	Pré-Natal no Brasil	Quantidade De Consultas Realizadas Pré-Natal	Local De Atendimento Ao Parto
1	AMINATA	Não	Não se aplica	Não se aplica
2	MARIA	Não perguntado	Não perguntado	Hospital Amparo Maternal
3	TANIA	Sim	Não perguntado	Hospital Planalto Itaquera
4	NATALINA	Sim	Não perguntado	Hospital Amparo Maternal
5	ANGELA	Não	Chegou um mês e 20 dias antes de dar à luz	Hospital Leonor Mendes de Barros

#	Nome Fantasia	Pré-Natal no Brasil	Quantidade De Consultas Realizadas Pré-Natal	Local De Atendimento Ao Parto
6	PIA	Sim	Não perguntado	Hospital Ignácio Proença de Gouveia
7	MAIA	Sim	2	Está grávida de 6 meses veio ao Brasil procurar trabalho
8	IVONE	Sim	Veio para o Brasil grávida de 8 meses	Hospital Ignácio Proença de Gouveia
9	TEREZA	Sim	1	Hospital Estadual da Vila Alpina
10	ARI	Não se aplica	Não se aplica	Não está grávida
11	MACKENZIE	Sim	Não respondido	Não se aplica
12	ALICE	Sim	1	Hospital Leonor Mendes de Barros
13	MARCIA	Sim	Não respondido	Hospital Santo Antônio
14	ELISA	Sim	Não se lembra o local onde fez pré-natal e nem declarou quantas consultas fez	Hospital Leonor Mendes de Barros
15	MARIANA	Sim	4	Está grávida de cinco meses
16	FALI	Não	Chegou no Brasil grávida de 8 meses de gêmeos	Hospital Santa Casa de Misericórdia
17	LINDA	Não	Chegou no Brasil grávida de 8 meses	Não sabe
18	LUIZA	Sim	6	Hospital Amparo Maternal
19	ISABEL	Não perguntado	Não perguntado	Não perguntado

Fonte: Elaboração própria.

No quadro acima são identificadas informações sobre o pré-natal das mulheres entrevistadas e os hospitais onde as mulheres foram encaminhadas por ocasião do trabalho de parto.

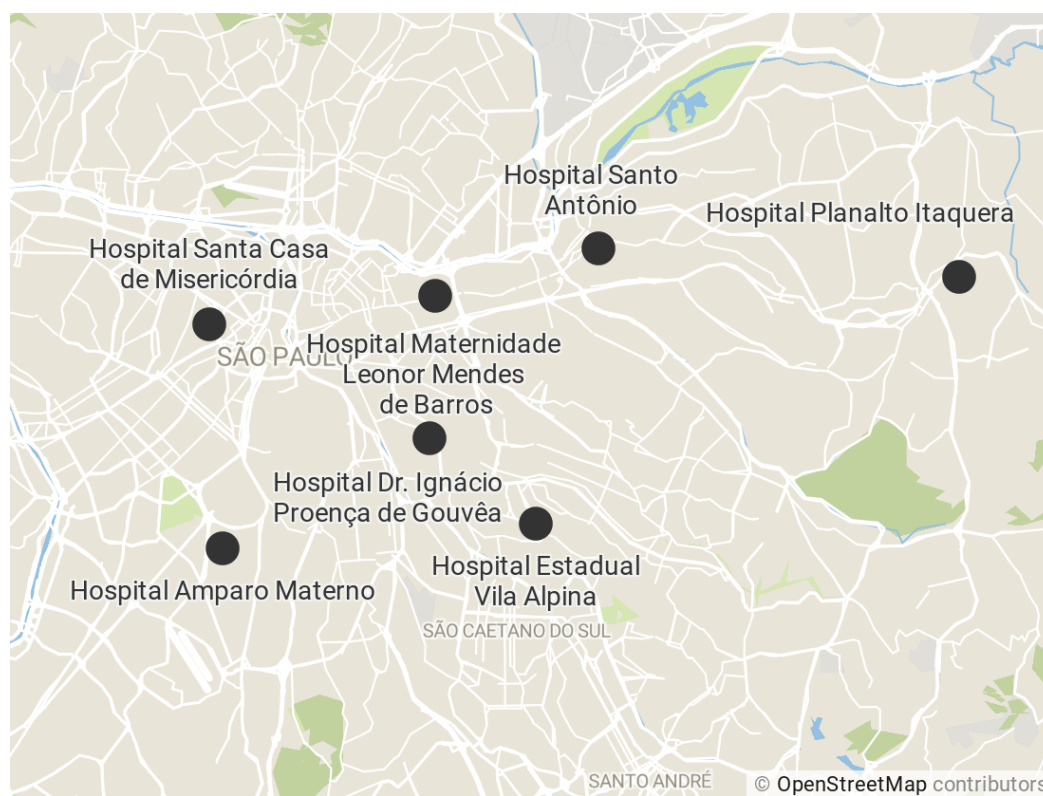
Em relação a se fizeram pré-natal no Brasil, 12 mulheres afirmam que sim, quatro disseram que não; uma não se aplica (Ari, nº 10), porque não estava grávida e não tinha filhos nascidos no Brasil, e duas não responderam à pergunta (Maria, nº 2, e Isabel, pois nº19) tais questões não foram abordadas na entrevista. Somente seis entrevistadas informaram o número de consultas realizadas, cuja média foi de uma a seis.

Estes dados referentes ao pré-natal precisam ser avaliados em comparação ao quadro 22 e gráfico 12, onde constam informações sobre “se a entrevistada migrou grávida” e o período da gestação correspondente à data da vinda ao Brasil. Pelos dados registramos que 14 migraram grávidas, sendo que dessas, sete declararam estar com oito meses de gravidez e três estavam entre seis e sete meses. Importa dizer que as consultas de pré-natal devem ser distribuídas durante os nove meses de gestação e no Brasil a orientação do Ministério da Saúde é que seja feita, no mínimo, seis consultas para todas as gestantes devendo iniciar o mais precocemente possível (SECRETARIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

Tendo em vista as datas de chegada ao Brasil e o tempo de gestação das entrevistadas, em muitos casos, não foi possível a realização das consultas necessárias para controle de saúde do bebê, bem como do atendimento da mulher no controle e tratamento de eventuais doenças. Como consequência, notamos riscos para o recém-nascido e para a mãe quando o pré-natal não é realizado corretamente.

Em resposta à pergunta sobre os hospitais, computamos 13 partos, ocorridos em oito hospitais públicos da cidade de São Paulo, são eles: Hospital Amparo Maternal (3 mulheres), Hospital Planalto Itaquera (1 mulher), Hospital Leonor Mendes de Barros (3 mulheres), Hospital Proença Gouveia (2 mulheres), Hospital Estadual da Vila Alpina (1 mulher), Hospital Santo Antônio (1 mulher), Santa Casa de Misericórdia (1 mulher) e uma não sabia o nome do hospital. No mapa abaixo vemos a localização espacial destes hospitais na cidade de São Paulo. Destacamos que todos eles estão situados na Zona Leste da cidade, com exceção do Hospital Santa Casa que se encontra no Centro.

Mapa 3 – Hospitais onde as entrevistadas deram à luz



Fonte: Elaboração própria.

Neste momento é importante saber como foi a história de Alice (nº 12), cujo bebê nasceu morto. Na sua longa entrevista pudemos tomar ciência de alguns fatos relatados por ela: informou que saiu de Angola com oito meses de gravidez e que o bebê morreu no parto no Brasil. Perguntada se sabia a razão, ela falou: “Me falaram falta de oxigênio, não sei se por quê. Tem também documento aqui na casa... Não sei né. Não sei, não sou médico, não podia saber isso” (Alice, nº 12, 11/12/2017).

Perguntada se tinha feito alguma consulta de pré-natal quando chegou, Alice respondeu que: “Tava a fazer na Angola. Aqui também fez. Faz também ultrassom e tava boa dentro, não sei o que que aconteceu...Quando eu tava aqui na casa, ele tava a mexer, eu senti ele... Aí autópsia falou que faltava oxigênio” (Alice, nº 12, 11/12/2017). Inquirida sobre a data de chegada e do parto, confirmou que chegou em 10 de outubro de 2017 e que o parto foi no dia 25 de novembro, portanto 45 dias depois da sua chegada.

Perguntei para ela com muita atenção e delicadeza se ela estivesse em Angola, “se seu filho teria morrido também no hospital?” Alice respondeu: “Não sabe. Tava pensando até assim né, quando podia ficar em Angola, meu nenê podia morrer em Angola, aqui. É muito difícil né. Mas deus quis aí né?” E, continuou: “Tenho uma filha que ficou na Angola. Saí da Angola tava grávida de 8 meses. Fiquei aqui, meu nenê saiu morto, mas eu tenho uma filha que ficou na Angola”. E, finaliza: “Não, esse aí são morto né. De nove meses. Veio morto.” Com este relato e elaboração do caderno de campo, decidi entrevistá-la novamente para elucidar outros dados e orientá-la com maiores informações, porém fui avisada que ela tinha deixado a Instituição.

Os dados obtidos neste quadro nos revelam que a estratégia das mulheres imigrantes de vir para o Brasil grávida e chegar com a gravidez adiantada, impossibilita a realização de um pré-natal seguro e eficaz e, conseqüentemente, podem ocorrer eventos não desejáveis.

4.7 Sociabilidade e integração em São Paulo

Nesta seção analisamos aspectos ligados à sociabilidade da entrevistada, à sua residência atual, ao trabalho e renda e aos benefícios que elas recebem do Estado Brasileiro. Foram também analisados aspectos relacionados a integração e discriminação vivenciadas pelas mulheres angolanas em São Paulo.

Quadro 28 – Residência atual

#	Nome fantasia	Residência no Brasil	Residência por região de acordo com Subprefeituras	Residência por regiões	Tipo de Residência
1	AMINATA	Jardim Piratininga	Penha	Zona Leste	Locação
2	MARIA	A E Carvalho	Itaquera	Zona Leste	Locação
3	TANIA	Penha	Penha	Zona Leste	Locação
4	NATALINA	Cangaíba	Penha	Zona Leste	Locação
5	ANGELA	Parque Guarani	São Miguel Paulista	Zona Leste	Locação
6	PIA	Artur Alvim	Penha	Zona Leste	Locação

#	Nome fantasia	Residência no Brasil	Residência por região de acordo com Subprefeituras	Residência por regiões	Tipo de Residência
7	MAIA	Artur Alvim	Penha	Zona Leste	Locação
8	IVONE	CAEMI Gilza Peloso - Alto da Mooca	Mooca	Zona Leste	Abrigo
9	TEREZA	CAEMI Gilza Peloso - Alto da Mooca	Mooca	Zona Leste	Abrigo
10	ARI	CAEMI Palotinas - Rua Visconde de Itaboraí, 133- Penha	Penha	Zona Leste	Abrigo
11	MACKENZIE	CAEMI Palotinas - Rua Visconde de Itaborai, 133- Penha	Penha	Zona Leste	Abrigo
12	ALICE	CAEMI Palotinas - Rua Visconde de Itaborai, 133- Penha	Penha	Zona Leste	Abrigo
13	MARCIA	Jardim Piratininga	Penha	Zona Leste	Locação
14	ELISA	Jardim Piratininga	Penha	Zona Leste	Locação
15	MARIANA	CAEMI Palotinas - Rua Visconde de Itaborai, 133- Penha	Penha	Zona Leste	Abrigo
16	FALI	Itaquera	Itaquera	Zona Leste	Locação
17	LINDA	Ocupação Tietê - Bairro Armênia	Santana	Zona Norte	Locação
18	LUIZA	CAEMI Palotinas - Rua Visconde de Itaborai, 133- Penha	Penha	Zona Leste	Abrigo
19	ISABEL	CAEMI Palotinas - Rua Visconde de Itaborai, 133- Penha	Penha	Zona Leste	Abrigo

Fonte: Elaboração própria.

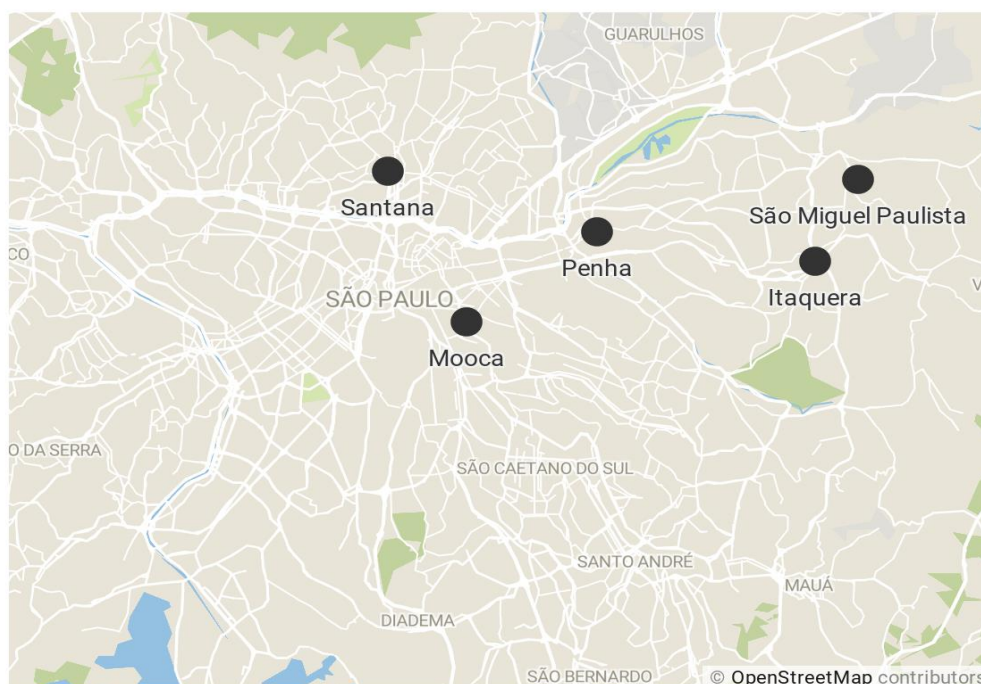
Os dados desse quadro têm como finalidade conhecer os bairros onde as mulheres estão morando e se ainda estão em instituições de acolhimento. Das 19 mulheres entrevistadas, 18 estão morando na Zona Leste da cidade de São Paulo, o que revela um movimento significativo de imigrantes que chegam na cidade,

inicialmente se estabelecem no centro (mais próximo das instituições de referência como a Missão Paz e a Cáritas) e, ao longo do processo de inserção social mudam-se para bairros mais periféricos especialmente devido aos valores mais acessíveis de imóveis para moradia e também pelo fato de que o CAEMI Palotinas, referência para as mulheres imigrantes, se situa nesta região.

Uma das mulheres, Linda (nº 17), morava com o marido em uma ocupação no Tietê-Armênia, zona norte da cidade, e quando perguntada sobre o local teve muita dificuldade para responder. Maria (nº 2), vivia perto do bairro Artur Alvim com o marido, falou com bastante segurança o seu endereço e informou que próximo a sua casa tem muitos angolanos, tendo inclusive se prontificado a apresentar: “Eu conheço bastante, porque moram na rua, mas do Centro. Aí na (...), que é mulheres, conheço bastante” (Maria, nº 2, 01/11/2017).

Oito mulheres estão em abrigos da Prefeitura, sendo seis no CAEMI Associação Palotinas no bairro Penha e duas no CAEMI Gilza Peloso no Alto da Mooca. As demais, doze mulheres, alugaram imóveis nas regiões Penha, Itaquera, Mooca e São Miguel Paulista (Zona Leste) e em Santana (Zona Norte), como mostra o mapa abaixo:

Mapa 4 – Residência das mulheres entrevistadas por subprefeitura



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 29 – Trabalho e renda

#	Nome Fantasia	Trabalho em Angola	Trabalho no Brasil	Obstáculos para ingresso no mercado de trabalho formal
1	AMINATA	Vendedora	Vendedora de roupas no Brás	Não informou as razões, mas procurou várias vezes por emprego formal
2	MARIA	Analista de laboratório	Faxineira - Desempregada	Não revalidou o diploma por motivos econômicos
3	TANIA	Hotel	Vendedora de roupas no Brás	Filho pequeno sem creche
4	NATALINA	Vendedora	Restaurante e Secretária - Desempregada	Gravidez avançada
5	ANGELA	Aeromoça e Arrumadeira	Bicos - diarista	Não informou as razões, mas procurou várias vezes por emprego formal
6	PIA	Faxineira	Desempregada	- Filho pequeno sem creche - Um filho com anemia falciforme
7	MAIA	Restaurante	Desempregada	Gravidez avançada
8	IVONE	Cozinheira	Desempregada	Filho pequeno sem creche
9	TEREZA	Vendedora	Desempregada	Filho pequeno sem creche
10	ARI	Vendedora	Desempregada	Não informou as razões, mas procurou várias vezes por emprego formal
11	MACKENZIE	Desempregada (veio para São Paulo com 14 anos)	Desempregada (mas já trabalhou como vendedora de roupas no Brás, babá e ajudante de cozinha)	Gravidez avançada
12	ALICE	Desempregada	Desempregada	- Recém-chegada no Brasil - Filho natimorto há 45 dias
13	MARCIA	Cabeleireira	Vendedora de roupas no Brás	Filho pequeno sem creche
14	ELISA	Cabeleireira	Vendedora de roupas no Brás	Não perguntado
15	MARIANA	Operadora de caixa e vendedora	Desempregada	Gravidez avançada

#	Nome Fantasia	Trabalho em Angola	Trabalho no Brasil	Obstáculos para ingresso no mercado de trabalho formal
16	FALI	Proprietária salão de beleza	Bicos (já trabalhou como empregada doméstica, 4 meses)	Não informou as razões, mas procurou várias vezes por emprego formal
17	LINDA	Desempregada	Desempregada	Não informou as razões, mas procurou várias vezes por emprego formal
18	LUIZA	Cabeleireira	Desempregada	Filho nasceu há 30 dias
19	ISABEL	Esteticista	Desempregada	Filho pequeno sem creche

Fonte: Elaboração própria.

Com os dados deste quadro pretendemos verificar e analisar os seguintes itens: Trabalho em Angola, trabalho no Brasil e os obstáculos para ingresso no mercado de trabalho formal brasileiro. Quanto ao primeiro item, temos que as mulheres angolanas exerciam as seguintes atividades em Angola: quatro eram vendedoras, três eram cabeleireiras, duas trabalhavam em restaurantes como cozinheiras, uma era analista de laboratório, uma já trabalhou como aeromoça, camareira em hotel e como vendedora de produtos chineses, uma era faxineira, uma esteticista, uma era proprietária de um salão de beleza, uma operadora de caixa em loja e quatro não trabalhavam em seu país de origem.

Importa mencionar que Tereza (nº 9) se formou em Jornalismo na RDC, onde trabalhou em uma rádio local. Quando foi para Angola, ela trabalhou como vendedora de apliques de cabelo até vir ao Brasil. Esses dados revelam que as mulheres entrevistadas ocupavam posições de trabalho que não necessariamente demandavam alta escolaridade, com exceção de Maria (nº 2), que era analista de laboratório; Angela (nº 5) que trabalhou como aeromoça, Tereza (nº 9) e Linda (nº 17), esteticista.

No Brasil, o número de entrevistadas que não trabalham sobe significativamente de quatro, em Angola, para 13. Destas podemos destacar que Natalina (nº 4) trabalhou por um tempo em um restaurante e como secretária, mas na data da entrevista estava sem emprego. Igualmente Mackenzie (nº 11) que atuou como vendedora de roupas no bairro Brás, babá e ajudante de cozinha. Maria (nº2)

declarou que antes de estar desempregada, trabalhou como faxineira. Todas as outras seis entrevistadas estavam trabalhando informalmente em São Paulo, sendo quatro delas vendendo roupas no Brás e duas fazendo serviços domésticos. Nenhuma das entrevistadas relatou trabalhar em empregos formais.

Quanto aos obstáculos para o ingresso no mercado de trabalho no Brasil, registramos que oito mulheres relataram não conseguir procurar emprego ou serem contratadas, pois têm filhos pequenos (até 3 anos) e que ainda não conseguiram vagas em creches. Três mulheres justificaram as dificuldades devido ao estarem em fase de gravidez avançada (com mais de sete meses e meio de gestação). Uma entrevista tem um filho pequeno também sem creche e estava grávida. Seis declararam buscar empregos formais diversas vezes, mas sem sucesso; e uma não conseguiu revalidar seu diploma devido aos altos custos.

Sobre o cenário de inserção laboral, destacamos, a princípio, os relatos de Maia (nº 7):

Dirce: Como você se sustenta?

Maia: Eu fui na Cáritas pra pedir ajuda, onde que eu posso dormir, não conseguiram lugar pra mim nem trabalho, e aí minhas amiga, que eu fiz aqui falaram que: “o trabalho que você trabalhava lá vai ser difícil pra você conseguir emprego aqui, vai ter que aprender fazer outra coisa”. Eu comecei a aprender fazer cabelo.

Dirce: Você faz até hoje aqui?

Maia: Faz cabelo. Por enquanto não, não to trabalhando.

Dirce: Você não faz cabelo aqui em São Paulo?

Maia: Não, não to trabalhando.

Dirce: Bom, e aqui no Brasil, você já conseguiu emprego, você procurou emprego?

Maia: To procurando, mas falaram que não pode pegar mulher grávida, não tem como.

Dirce: E como você vai fazer, quem te ajuda?

Maia: Eu to morando aí casa dela, não to pagando, é isso que tá me deixando um pouco preocupada. Eu vou receber o meu filho. Se eu tivesse pelo menos trabalhando, podia fazer alguma coisa, mas não sei.... (Maia, nº 7, 17/11/2017).

O relato de Maia é muito ilustrativo das demais questões que podem ser percebidas pelo quadro 29. Até a data da entrevista, Maia não conseguiu se inserir no mercado de trabalho formal no Brasil considerando suas experiências anteriores. Como foi dito a ela, Maia “deverá aprender” algo no país para conseguir se adequar e, assim, foi se especializar em cabelos. Contudo, apesar de ter esse novo ofício, Maia descreve que as oportunidades de emprego diminuíram em São Paulo por estar grávida.

Também tratamos do tema “trabalho” em entrevista com a especialista M.A., assistente social do CAEMI Palotinas, instituição que atende mulheres angolanas imigrantes. Quando perguntada sobre a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, M.A. respondeu:

Então, e aí enquanto desafio, é a questão da discriminação, o preconceito que essas pessoas encontram pra poder se inserir no mercado de trabalho. Com essa nova legislação [...] vai implicar em pioras na sua condição de inserção no mercado de trabalho, sem dizer que no nosso caso, a grande maioria dessas mulheres, elas vêm com baixíssima escolaridade, e também uma desqualificação profissional. Elas não têm essa qualificação, pra se inserir no mercado de trabalho. Portanto, a área que elas conseguem se inserir, na sua grande maioria, 99%, é na área de serviços, que menor remunera as pessoas, os trabalhadores, tem uma...a que ganha menos. Ganha menos, as condições mais precarizadas de trabalho. Portanto, as condições para essas pessoas...se pra nossa população brasileira já é desfavorável, para as mulheres, porque aí tem o viés da diferença para os homens estrangeiros e as mulheres estrangeiras, e entra na questão também da discriminação enquanto mulher, portanto, são várias questões (M.A., 24/11/2017)

A partir de sua experiência no CAEMI Palotinas, M.A. ressalta pontos relevantes acerca da inserção das mulheres angolanas no mercado e na sociedade brasileira. Um dos elementos (baixíssima escolaridade) nos chama atenção, pois não coincide com os dados obtidos com as 19 mulheres entrevistadas nesta pesquisa, visto que, como demonstrado no quadro 13 da seção 4.1 deste capítulo, só cinco delas não tinham ensino fundamental completo e todas as demais tinham maior escolaridade, incluindo ensino médio completo (12 mulheres) e incompleto (1 mulher) e ensino superior completo (1 mulher).

Apesar disso, notamos que as entrevistadas, assim como a maior parte das mulheres acolhidas no CAEMI Palotinas, enfrentam dificuldades para conquistar empregos e se inserir no mercado de trabalho brasileiro. Podemos afirmar que isso é resultante da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) de fatores opressivos que se cruzam e atravessam a identidade e a experiência migratória das entrevistadas devido a vivência de serem imigrantes (e não dominarem o português brasileiro), mulheres, mães (grávidas ou com filhos pequenos) e negras. A sobreposição desses elementos pode ser vista no dia a dia dessas mulheres considerando os obstáculos encontrados, a discriminação (racismo, misoginia, xenofobia) e precarização do trabalho.

M.A. continuou relatando mais informações acerca das usuárias que são atendidas na instituição:

As mulheres que moram aqui, elas contribuem nessas atividades (limpeza da casa onde estão e onde vivem), que a gente entende que já é um momento delas, tanto participarem do espaço, que é utilizado por elas, portanto se sentirem também responsáveis por esse espaço, que é delas, para elas, nesse momento, em que aqui se encontram, e também como uma forma delas já aprenderem os costumes aqui no Brasil, de organizar uma casa, de... que existe aí uma diferenciação, em especial, as que vêm do continente africano. Elas não têm...não têm essa mesma realidade de ter a casa organizada, a casa como nós temos aqui no Brasil. E como eu falei anteriormente, em que área essas mulheres conseguem se inserir? Na área de serviços. As mulheres, em especial, na área da limpeza. Então, minimamente, elas precisam dessa orientação. Claro que a gente incentiva pra que elas possam conseguir outros empregos, por conta inclusive da remuneração salarial, pra que elas possam ter uma melhor remuneração salarial, mas a formação delas não permite isso então, a primeira entrada delas, é na área de serviços, fazer limpeza. [...] Temos também a oficina de limpeza, que é justamente pra orientá-las, ensiná-las como fazer uma limpeza. Temos as rodas de conversas, pra falar sobre os direitos delas, várias questões, né? (M.A., 24/11/2017)

M.A. complementou destacando o trabalho que realizam na instituição para auxiliar as mulheres imigrantes a encontrarem empregos. No CAEMI Palotinas dão orientações para que elas tenham maior familiaridade com as demandas e costumes dos empregadores brasileiros. Nesse sentido, M.A. exemplifica com o trabalho de limpeza que, na sua visão, tem particularidades distintas nos dois países. A especialista D.B. também compartilha dessa perspectiva. D.B., cuja entrevista foi feita em 14 de fevereiro de 2018, trabalhou em Angola por 3,5 anos como funcionária da empresa brasileira Odebrecht e como professora de inglês em um projeto idealizado entre Brasil, Angola e a União Soviética, que funcionou de fevereiro de 1989 até novembro de 1992. D.B. trabalhava em uma escola que atendia filhos de funcionários da Odebrecht que atuavam na construção de uma hidroelétrica no país.

Em sua entrevista, D.B. relatou sua opinião sobre as mulheres que trabalharam em sua casa, como doméstica. Abaixo segue trecho do caderno de campo elaborado a partir da conversa com D.B.:

Sempre teve várias empregadas domésticas. Disse que as mulheres empregadas domésticas de Angola não tinham preparo para exercer a função de doméstica, pois os costumes são muito diferentes. Ela tinha que ensinar toda a rotina da casa e o serviço que deveria ser feito. As mulheres angolanas passavam roupa sentadas, sentam de cócoras, deitavam para descansar no chão. Um dia, quando chegou em casa, encontrou sua empregada deitada no chão descansando. São muito negociantes, fazem muita troca de mercadorias (o que na Angola chama-se candogar). Na visão de D.B., elas

não sabem cozinhar e não sabem fazer as funções de empregada doméstica. Relatou que aprendem fácil. Teve uma época que D.B. precisou contratar duas empregadas domésticas para trabalhar em sua casa, pois trabalhava o dia todo e nunca tinha certeza se elas iriam trabalhar, pois faltam muito ao trabalho por qualquer festa, velório, chuva etc. D.B. percebeu que as empregadas tinham pouca formação escolar, reflexo das condições do país. Declarou que as mulheres sempre estavam de bom humor, bem arrumadas, bem penteadas e charmosas; tinham muito ritmo, boa vontade e são atenciosas. (D.B., 14/02/2018).

Alguns aspectos trazidos pelos relatos de M.A. e D.B. são semelhantes. Além disso, M.A. nos conta que as mulheres acolhidas no CAEMI Palotinas podem ficar por um longo tempo na instituição, pois há uma tentativa de promover e trabalhar a autonomia de cada mulher para que elas possam ter recursos para se inserir socialmente. Ela explica:

Então como que a gente vai, em seis meses, trabalhar a autonomia dessa mulher? Quando ela não tem seus documentos, nos casos que não falam o idioma português, até ela aprender o idioma, até que ela consiga uma qualificação profissional, que minimamente ela consiga se inserir no mercado de trabalho, colocar seu filho na creche, colocar seu filho na escola, conseguir se estruturar, pra poder minimamente administrar a sua vida, como fazer isso em seis meses? Então por isso que a gente dá aí o prazo de um ano, sempre conversando com essa mulher, sempre percebendo se ela tá de fato buscando essa autonomia. (M.A., 24/11/2017).

A partir do quadro 29 e dos relatos de Maia (nº7), M.A. e D.B. identificamos que a situação laboral dessas mulheres costuma ser precária, restrita ao mercado informal e/ou sujeita a trabalhos árduos e com pouca remuneração. Retomando os escritos de Sasaki e Assis (2000, p. 8) descritos no capítulo 1 acerca das Teorias do Mercado Dual ou Mercado Segmentado, percebemos que as mulheres angolanas ocupam o que os autores definiram por “mercado secundário”, isto é, aqueles que contempla empregos com baixa qualificação, alta rotatividade, baixos salários, baixo prestígio social e com poucas possibilidades de ascensão hierárquica. O mercado secundário, como vimos, diferencia-se do mercado primário em que as condições de trabalho são completamente opostas. Além disso, representam trabalhos que normalmente os nacionais não aceitam e relegam à população mais vulnerável, a dizer, mulheres, imigrantes, negras, com filhos e/ou grávidas, indocumentadas ou com documentação provisória. Essa realidade vivida pelas mulheres angolanas entrevistadas vai ao encontro do que questiona Sayad (1988, p. 54-55):

Qual será então essa definição? Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória,

temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasmo) mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) e na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração) como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, é revogável a qualquer momento.

A partir disso, comprovamos através da pesquisa de campo e dos dados coletados, que o trabalho se torna um fator importante no período pós-parto e não no momento da decisão pela emigração, o que corresponde a terceira hipótese desta pesquisa. As únicas exceções são Angela (nº 5) e Maia (nº 7) que declararam o interesse por trabalhar no Brasil. Em outras palavras, a busca por emprego ocorre quando a mulher precisa garantir o sustento da família, visto que a maior parte delas está sozinha numa relação monoparental (BERQUÓ, 1989) e tem responsabilidade de ser provedora da casa e dos filhos.

Quadro 30 – Sociabilidade e discriminação em São Paulo

#	Nome fantasia	Quem cuida das crianças enquanto trabalha ou procura trabalho	Discriminação em São Paulo
1	AMINATA	- Próprias filhas; - Escolas; - Após escola, duas menores vão para centro comunitário Casa de Jesus	Entrevistada não, mas uma das filhas sim
2	MARIA	Creche	A entrevistada não fez referência
3	TANIA	Amiga	A entrevistada não fez referência
4	NATALINA	Não se aplica	Não
5	ANGELA	- Escola; - Sozinhas em casa	A entrevistada não fez referência
6	PIA	Creche	A entrevistada não fez referência
7	MAIA	Não se aplica	Sim, por ser africana e negra
8	IVONE	- Escola; - Esperando vaga em creche para trabalhar; - Própria entrevistada	Sim, por ser angolana
9	TEREZA	- Esperando vaga em creche para trabalhar; - Própria entrevistada	A entrevistada não fez referência

#	Nome fantasia	Quem cuida das crianças enquanto trabalha ou procura trabalho	Discriminação em São Paulo
10	ARI	Escola	Não
11	MACKENZIE	Não se aplica	Não
12	ALICE	Não se aplica	No Brasil não, mas sofria na RDC e em Angola por ser, respectivamente, angolana e congolesa
13	MARCIA	Própria entrevistada	A entrevistada não fez referência
14	ELISA	- Escola; - Creche	A entrevistada não fez referência
15	MARIANA	Não se aplica	Sim, racismo
16	FALI	- Escola; - Creche	A entrevistada não fez referência
17	LINDA	Creche	A entrevistada não fez referência
18	LUIZA	Não se aplica	Não (mas não disse isso explicitamente)
19	ISABEL	- Escola; - Própria entrevistada	A entrevistada não fez referência

Fonte: Elaboração própria.

Neste quadro apresentamos respostas dadas às perguntas: “quem cuida das crianças enquanto trabalha ou procura emprego?” e “já sofreu alguma discriminação em São Paulo?”.

Quanto à primeira pergunta, as respostas que foram mais recorrentes revelam que as mulheres precisam de instituições como creche e escolas para deixar seus filhos e, assim, poderem trabalhar e/ou procurar empregos. Ivone (nº8) declarou que enquanto aguarda vaga na creche, dedica-se à criação e cuidados de seus filhos e não pode trabalhar. Apenas uma entrevistada deixa seu filho com amigas, o que parece indicar que a rede constituída por essas mulheres não consegue dar esse tipo de suporte a elas. As mulheres em que consta “não se aplica” estão grávidas, possuem filhos que ficaram em Angola ou têm bebês recém-nascidos, como Luiza (nº 18), cujo filho tinha apenas um mês na data da entrevista.

A partir dos relatos registrados podemos concluir que os filhos nascidos no Brasil representam o início da realização de sonhos e projetos migratórios dessas mulheres (incluindo, por vezes, a própria família que ficara em Angola). Durante as

entrevistas percebemos que as mulheres depositam suas esperanças na possibilidade de permanecerem no Brasil por conta de seus filhos. Ao mesmo tempo, os filhos e a dependência que elas têm da educação pública e das instituições da sociedade civil revelam entraves para que essas mulheres consigam, de fato, conquistar sua independência e dar encaminhamento à sua própria vida no Brasil.

Ainda neste quadro, identificamos alguns relatos acerca do tema preconceito e discriminação. Notamos que nem todas as mulheres trouxeram esse assunto de modo espontâneo durante as entrevistas, por isso consta que dez entrevistadas não fizeram referência a essa pauta. Três alegaram ter sofrido preconceito no Brasil, especialmente em virtude do racismo, por serem negras e africanas, e da xenofobia, por serem estrangeiras e angolanas. Destacamos que Mariana (nº 15) alegou ter sofrido racismo durante seu parto no Brasil, como vimos anteriormente sobre assistência à maternidade e cuidados da saúde da entrevistada. Aminata (nº 1) declarou que não viveu nenhuma experiência de discriminação no Brasil, mas sua filha de 14 anos, sim. E Alice (nº 12) deu detalhes explicando que no Brasil não sentiu preconceitos, mas já sofrera muito por isso na RDC e em Angola por, no primeiro país, ser vista como angolana e, no segundo, como congoleza. Quatro mulheres afirmaram que não sofreram esse tipo de situação, a dizer Natalina (nº4), Ari (nº 10), Mackenzie (nº 11) e Luiza (nº 18).

A seguir apresentamos o relato de Aminata (nº1).

Dirce: você passou por algum episódio ruim assim, de preconceito? Aminata: Por mim, ainda não passei. E graças a Deus também, nunca ainda passei. Nunca ninguém falou isso pra mim...e tudo bem.

Dirce: E suas crianças?

Aminata: Também ainda não. Só minha filha uma vez, tinha briga na escola, ele falou uma...uma menina xingou ela, que ela é negra, chamaram a mãe, os pais da menina, e acho que foi expulso da escola (Aminata, nº 1, 24/08/2017).

Maia (nº 7) também nos contou que vivenciou situações de preconceito durante o período em que morou no Rio de Janeiro. Ela disse que sofrera racismo por ser africana e negra. “Sempre falam: “esses africano ficam (...) invade Brasil”, às vezes ofende na rua: “Preto!”, mas eu não ligo. No Rio um pouquinho, mas aqui [São Paulo] não ainda” (Maia, nº 7, 17/11/2017).

Ivone (nº8) traz ainda um outro depoimento que nos mostra a xenofobia vivida por imigrantes no Brasil. Segundo ela, não raro, os brasileiros adotam uma postura de que ela, enquanto não nacional, não poderia se queixar das diferenças culturais percebidas entre seu país de origem e o Brasil. Ela explicou se referindo a conflitos em seu centro de acolhida no que tange à alimentação:

Ivone: Eu não sei se aqui... não sei se essa parte pra gente pode falar, porque aí... não sei se porque nós somos angolanos, né? Você se brigar com brasileiro "aqui não é Angola, aqui é Brasil, viu? Porque você não pode brigar com uma das brasileira". [...] "Aqui é Brasil, aqui não é o vosso país, aqui é o nosso país"

Dirce: Então tem discriminação?

Ivone É. Aí nós tamo a viver com medo, né, porque podem te fazer mal, você deixa... perder alguma coisa, você não pode reclamar.
Dirce: As brasileiras... entre as brasileiras e as angolanas tem diferença?
Ivone: É, tem diferença. Tem diferença. "aqui não é Angola, aqui é Brasil". E a comida que nós não comemos...não comemos, e você tem que comer. Não tem como, tem que comer mesmo.
Dirce: Ah, é diferente em Angola a comida de vocês?
Ivone: É diferente. Daqui e de lá é muito diferente. Quando eles fazem a comida deles, você tem que comer, você não pode falar que não. Se você falar "não", então "não tem outra comida" (Ivone, nº 8, 29/11/2017).

Antes de articularmos com referenciais teóricos e apresentarmos as opiniões dos funcionários das organizações da sociedade civil, importa mencionar a perspectiva das entrevistadas que relataram não sofrer preconceitos no Brasil. Este é o caso de Ari (nº 10):

Dirce: Você falou que na rua, às vezes, as pessoas olham diferente pra você pelo fato de ser de outro país. Já passou por algum episódio assim, de discriminação, algo além do olhar?

Ari: Não, discriminação não. Só uma curiosidade. Porque chama a atenção: "Ah, você é da onde?". E quando você já fala, [a pessoa diz] "você é angolana, angolano também fala português!". [As pessoas perguntam] "mas porque você chegou?" essa pergunta nunca falta. Nunca falta. E quando você fala, [continuam perguntando] "mas porque você veio cá, ta gostando daqui, como que é teu país e tal".

Dirce: Mas nunca nada além disso?

Ari: Não.. (Ari, nº 10, 11/12/2017).

Pela fala de Ari percebemos que a interpretação da abordagem das pessoas em contextos públicos perpassa questões muito subjetivas, à medida em que, para a entrevistada os olhares que recebia na rua eram de curiosidade. Ari demonstra ter uma percepção muito positiva do Brasil, assim como Luiza (nº18):

Luiza: Não, Brasil é um país bom, no continente da América. É um país que nós chegamo, gostamo do Brasil, o jeito que os brasileiro trata os migrante, trata as pessoa. Tem bom atendimento, pode ir no hospital. Não é um país, você vai, ignora as pessoa. Nós todo que tamo aqui, tamo a gostar do Brasil. Não tamos a trabalhar, mas tamo a viver na Casa do migrante, tamos a comer. Tipo assim, eu (...) não to trabalhando, não tem dinheiro, minha casa, me da fralda do bebê, a fralda, me da roupa do bebê. É memo um país memo, gostamo muito. Tem muito... não tem muito... tem bom atendimento. É um país que gosta das pessoa. Nós (...) somos as negra, os branco, tamos a viver bem conosco. Gostamo memo muito do Brasil.
 Dirce: Aqui não tem racismo, você não teve nenhum...
 Luiza: Não, não vi memo nada. (Luiza, nº 18, 29/03/2018).

Contudo, considerando como veremos nos relatos das assistentes sociais da Missão Paz e do CAEMI Palotinas e de pesquisadores como Bógus e Fabiano (2015), o preconceito e o racismo estão presentes na vida da maioria dos imigrantes que buscam o Brasil como país de nova moradia. Em se tratando de imigrantes negras e africanas, tal realidade se acentua. Vejamos o relato de M.A.:

Dirce: Quais eram os principais desafios nos primeiros anos de existência da casa?

M.A.: Então, um dos desafios é esse, da inserção no mercado de trabalho, a discriminação dessas mulheres por parte da sociedade, porque essa historia de dizer que o Brasil é um país acolhedor, que o brasileiro é “bonzinho”, acho que isso tem que ser desmistificado. De bonzinho e de acolhedor não tem nada, tanto é que em 2006 não havia um centro de acolhida para essas mulheres. Esqueci de falar, mas a gente coloca agora, no início nós atendíamos também brasileiras, egressas do sistema prisional, brasileiras. Porém, as mulheres brasileiras atendidas no projeto, elas começaram a discriminar as estrangeiras, e a obrigar as estrangeiras [a fazer o trabalho delas no centro de acolhida] (M.A.,24/11/2017).

M. A. destacou as dificuldades de convivência entre as brasileiras e as mulheres imigrantes que são acolhidas no CAEMI Palotinas, ainda que compartilhassem os mesmos motivos para viverem no abrigo. Além disso, M. A. questiona e desmistifica a ideia de que o Brasil é um país acolhedor, como o senso comum costuma afirmar. Como já apresentamos anteriormente, ao tratar da questão da empregabilidade retomamos o que M. A. declarou que as mulheres acolhidas no CAEMI Palotinas enfrentam dificuldades de conseguir emprego por serem mulheres, negras, africanas e estarem grávida e/ou terem filhos.

A assistente social M. P. da Missão Paz também declarou que, em sua visão e experiência de trabalho, o preconceito, o racismo e a xenofobia são realidades enfrentadas pelos imigrantes no Brasil. Quando perguntada sobre o assunto, M. P.

respondeu que a discriminação vivida por essas pessoas é “camufladinha” (sic). Segundo ela, “sempre houve preconceito e eu imagino que com o decorrer da história toda a existência dessa congregação, deste trabalho, é o preconceito. Porque a xenofobia e o racismo são muito presentes no Brasil desde que ele foi colonizado, né?” (M. P., 27/03/2018).

M. P. ainda nos conta as adversidades que a própria Missão Paz, enquanto entidade de apoio a imigrantes internacionais, sofre na atualidade em relação a brasileiros xenófobos:

M.P.: Então é aquela coisa como até hoje passa brasileiro e fala ‘ah, por que que vocês ficam ajudando essa gente? Essa gente que volte para o país deles’, então assim, além de não ajudar ainda vem com pensamentos... [...] Dirce: E você acha que melhorou esse preconceito? M.P.: Não, não. Pelo contrário. [...] Às vezes eu tô lá atendendo e toca o telefone e [...] tem uma pessoa nervosa do outro lado: “eu estou sabendo que estão chegando os venezuelanos aqui em São Paulo, por que que não deixa lá onde tá?” [Eu digo] “Boa tarde, qual o seu nome?” [A pessoa no telefone diz] “Não interessa, eu quero dizer para vocês que eu sou contra o trabalho de vocês” [Eu respondo] Então, mas como é que eu posso conversar com o senhor? Meu nome é M.P. e o do senhor?” “Não importa” [Tento perguntar] “Por que o senhor não vem aqui conhecer a gente? A porta vai tá aberta, vem conhecer nosso trabalho”. (M.P., 27/03/2018).

No depoimento acima, M.P. conta uma experiência vivida recentemente devido ao aumento da imigração de venezuelanos, mas a hostilidade de brasileiros em relação à Missão Paz é uma realidade constante e se fez presente também com a chegada de haitianos no início da década de 2010. Ela relatou que “brasileiros, os vizinhos, inconformados do porquê que a igreja “tava” ajudando, alimentando, procurando trabalho para essas pessoas se o próprio brasileiro não tinha. Isso passou, agora tá voltando com os venezuelanos” (M.P., 27/03/2018).

Durante a entrevista, perguntamos a M.P. se a Missão Paz também é questionada quando atende imigrantes africanos e, sobre isso, a assistente social negou explicando:

Não porque não aconteceu uma chegada em massa, eles chegam diariamente, isso é fato. Sempre tem alguém chegando aí no Brasil, mas não tem, eu não sei se por, pela distância, né, geográfica, tem um oceano aí no meio, então eles chegam mais diluídos. Então não tem imprensa, não tem essa comoção toda aí de rádio, TV e jornal, internet, então não incomoda as pessoas [...], o maior número hoje na casa em nacionalidade é de angolanos, mas todos são negros, daí o pessoal fala ‘esse bando de haitiano que tá aí’, eu falo ‘não, o senhor tá enganado, não são todos haitianos. Ah, para mim não interessa, é negro é haitiano. Não, não é, inclusive não sei se o senhor é brasileiro como eu, então, olha, nós temos muitos negros no Brasil, o senhor

não sabia? O senhor nunca conheceu nenhum negro brasileiro?', né, a gente vai conversando, vai conversando, mas o preconceito e o racismo são muito pesados, muito pesados. Eu acho que no geral é a maior dificuldade de todos os setores (M.P., 27/03/2018).

Considerando a fala de M.P., a chegada dos imigrantes africanos ocorre espaçadamente e por isso não causa comoção na população que também termina desconhecendo a realidade da vinda dessas pessoas para o Brasil. Isso, entretanto, não significa que eles não sofrem preconceito, discriminação, racismo e xenofobia quando chegam no país. Sobre esse tema, Bógus e Fabiano (2015) afirmam:

O cotidiano dos imigrantes no Brasil enfrenta uma série de dificuldades decorrentes da ineficiência dos serviços burocráticos, do preconceito, do despreparo dos serviços e dos servidores públicos responsáveis pela garantia de seus direitos, além do desconhecimento da sociedade em geral sobre os seus direitos de cidadania. Existe no Brasil uma proliferação de manifestações ofensivas, racistas e xenófobas dirigidas aos imigrantes e refugiados, seja com ataques à sua integridade física ou por mensagens pelas redes sociais, principalmente destinadas aos negros, africanos e sul americanos. Infelizmente, os imigrantes que sofrem discriminação e preconceito vivem em situação de alta vulnerabilidade e, em muitos casos, sofrem violações de direitos. Devido a sua condição irregular no país, muitos evitam procurar a Polícia, o Ministério Público ou os Consulados por temerem sofrer represálias ainda mais graves (BÓGUS; FABIANO, 2015, p. 133).

Essas questões discriminatórias são evidentes no Brasil, como notamos a partir da emergência do tema que tem sido cada vez mais debatido na atualidade e também nos dados e depoimentos coletados nas entrevistas com as mulheres angolanas e, principalmente, com os especialistas.

Quadro 31 – Benefícios

#	Nome Fantasia	Benefícios atuais que recebe do Estado Brasileiro	Benefícios equivalentes em Angola à entrevistada	Benefícios equivalentes em Angola aos filhos	Fontes de renda particular	Renda suficiente para manutenção familiar
1	AMINATA	- Bolsa Família (R\$ 202,00); - Renda Cidadã (R\$ 80,00); - Escola gratuita; - Alimentação aos filhos na escola; - Concessão uniforme; - Dentista	Não	Não	R\$ 800,00 - salário do marido; R\$ 100,00 por dia - entrevistada com venda informal de roupas	Não
2	MARIA	- Bolsa Família (valor não especificado)	Não	Não	R\$ 1.000,00 - salário do marido	Não

#	Nome Fantasia	Benefícios atuais que recebe do Estado Brasileiro	Benefícios equivalentes em Angola à entrevistada	Benefícios equivalentes em Angola aos filhos	Fontes de renda particular	Renda suficiente para manutenção familiar
3	TANIA	Bolsa Família (R\$165,00)	Não	Não	Venda informal de roupas (valor não especificado)	Não
4	NATALINA	Bolsa Família (R\$200,00)	Não	Não	R\$ 50,00/semana - trabalho informal do companheiro ; Marido da tia efetuava pagamento do aluguel e ocasionalmente a ajudava	Não
5	ANGELA	- Bolsa Família (R\$212,00); - Escola gratuita; - Alimentação aos filhos na escola; - Consultas médicas gratuitas	Não	Não	Adquire remédios com a Missão Paz - Cáritas; Recebe doações de roupas e alimentos	Não
6	PIA	Bolsa Família (R\$250,00)	Não	Não	Membros da igreja prestam auxílio	Não
7	MAIA	- Não possui bolsa-família (não fez pedido); - Consultas médicas gratuitas; - Remédios gratuitos	Não	Não	Não possui	Não
8	IVONE	- Bolsa Família (R\$85,00); - Escola gratuita; - Consultas médicas gratuitas; - Remédios gratuitos;	Não	Não	Membros da igreja prestam auxílio	Não
9	TEREZA	- Não possui bolsa-família (não fez pedido); - Escola gratuita; - Consultas médicas gratuitas; - Remédios gratuitos; - Fornecimento de leite	Não	Não	Não possui	Não

#	Nome Fantasia	Benefícios atuais que recebe do Estado Brasileiro	Benefícios equivalentes em Angola à entrevistada	Benefícios equivalentes em Angola aos filhos	Fontes de renda particular	Renda suficiente para manutenção familiar
10	ARI	- Não possui bolsa-família (fez pedido); - Escola gratuita; - Consultas médicas gratuitas; - Remédios gratuitos	Não	Não	Membros da igreja prestam auxílio	Não
11	MACKENZIE	Não possui bolsa-família (fez pedido);	Não	Não	Não possui	Não
12	ALICE	- Bolsa Família (valor não especificado); - Consultas médicas gratuitas	Não	Não	Não possui	Não
13	MARCIA	- Bolsa Família (R\$ 70,00); - Consulta médica gratuita	Não	Não	Venda informal de roupas - valor não especificado; U\$50,00/mês - marido envia valor; Padrinho do filho presta auxílio	Não
14	ELISA	- Bolsa Família (R\$222,00); - Escola gratuita	Não	Não	Venda informal de roupas - valor não especificado	Não
15	MARIANA	- Não possui bolsa-família (fez pedido); - Consultas médicas gratuitas	Não	Não	Amiga presta auxílio	Não
16	FALI	- Bolsa Família (R\$117,00); - Escola gratuita; - Consultas médicas gratuitas; - Remédios gratuitos; - Cesta básica;	Não	Não	Venda informal de roupas - valor não especificado; Ex: empregador a presta auxílio	Não
17	LINDA	- Não possui bolsa-família (fez pedido); - Escola gratuita; - Consultas médicas gratuitas; - Remédios gratuitos;	Não	Não	Não possui	Não

#	Nome Fantasia	Benefícios atuais que recebe do Estado Brasileiro	Benefícios equivalentes em Angola à entrevistada	Benefícios equivalentes em Angola aos filhos	Fontes de renda particular	Renda suficiente para manutenção familiar
19	ISABEL	- Bolsa Família (R\$ 98,00); - Escola gratuita; - Consultas médicas gratuitas	Não	Não	Não possui	Não

Fonte: Elaboração própria.

Para estudo e avaliação dos benefícios fornecidos pelo governo brasileiro foram elaboradas cinco perguntas relativas ao tema. As perguntas foram: a) os benefícios atuais que recebe do Estado Brasileiro; b) benefícios equivalentes em Angola à entrevistada; c) benefícios equivalentes em Angola aos filhos; d) fontes de renda; e) percepção se a renda é suficiente para manutenção familiar.

Quanto aos benefícios recebidos, o bolsa família é o principal. É recebido por 13 do total de mulheres, com valores diferentes em relação ao número de filhos, o maior valor declarado foi de R\$250,00 e o menor foi de R\$70,00. Seis delas não solicitaram o benefício. A renda cidadã é recebida por apenas uma das mulheres.

As mulheres também valorizaram outros benefícios gratuitos, tais como: educação, alimentação dos filhos na escola, concessão de uniformes, assistência dentária, consultas médicas, remédios, fornecimento de leite e cesta básica.

Quanto às segunda e terceira perguntas, isto é, se existiam benefícios equivalentes em Angola à entrevistada e aos filhos, as respostas foram 100% negativas para as duas perguntas.

Na quarta pergunta foi relativa às fontes de renda particular e foram obtidas as seguintes respostas: sete das mulheres afirmaram não possuir outra renda; três recebiam auxílio da igreja; uma de uma amiga; e outra recebe doações de roupas da Cáritas e adquire remédios através da Missão Paz.

As outras sete mulheres informaram que existia renda paralela, mas somente quatro declararam valores aproximados e três não declararam valores. Dentre as quatro que declararam valores foram: Aminata (nº 1) que disse receber R\$800,00, salário do marido e R\$100,00 por dia na venda informal de roupas; Maria (nº 2) relatou

R\$1.000,00 salário do marido; Natalina (nº4) informou R\$ 50,00 por semana devido ao trabalho informal do companheiro, e o apoio do marido da tia que pagava o aluguel e ocasionalmente a auxiliava; Márcia (nº 13) falou que sua renda provém de venda informais de roupas, mas não especificou a renda recebida, e ainda falou que seu marido envia 50 dólares mensais e o padrinho do filho presta auxílio.

Quanto à última pergunta se a renda mensal era suficiente para a manutenção da família, todas responderam que não.

Dentre todas as mulheres, a renda declarada de maior valor é a de Aminata (nº 01), pois ela informou que ganha R\$100,00 por dia de trabalho. Tendo em vista o cálculo médio de 23 dias trabalhados no comércio informal – estimativa válida para o trabalhador brasileiro – a renda mensal do casal, quando acrescido o salário do marido, a bolsa família e a renda cidadã, seria em torno de R\$3.300,00. Entendemos que este valor é muito baixo para a manutenção digna deste grupo familiar constituído por cinco membros: pai, mãe e três filhas adolescentes.

Como vimos no quadro 18 dentre as mulheres estudadas, oito vivem em abrigos, sendo Ivone (nº 8), Tereza (nº 9), no CAEMI Gilsa Peloso e Ari (nº10), Mackenzie (nº 11), Alice (nº 12), Mariana (nº 15), Luiza (nº 18) e Isabel (nº 19) no CAEMI Palotinas. Estas não declararam renda. Acrescentamos também que as que não estão em abrigos pagam aluguel, luz, água, dentre outros valores. Considerando que o valor do salário-mínimo do Brasil em 2018 era de R\$954,00, podemos afirmar que tais mulheres precisam de uma maior renda para garantir o seu sustento e de sua família.

4.8 Relação com Angola pós-migração

Nesta seção investigamos a relação com Angola na pós-migração a partir dos relatos das mulheres migrantes que fizeram uma avaliação do Brasil, como país de imigração.

Quadro 32 – Relações com o país de origem

#	Nome fantasia	Pretensão De Retorno À Angola	Saudades Angola	Quando Pensa Em Angola Do Que Se Recorda
1	AMINATA	Apenas para visita à família	Não se aplica	Não se aplica
2	MARIA	Apenas no futuro	Não se aplica	Não se aplica
3	TANIA	Não sabe	Não se aplica	Não se aplica
4	NATALINA	Não	Não se aplica	Não se aplica
5	ANGELA	Não	Não se aplica	Não se aplica
6	PIA	Não	Não se aplica	Não se aplica
7	MAIA	Apenas para passear e buscar filho	Não se aplica	Não se aplica
8	IVONE	Não	- Filhos; - Não tem saudades do país	Estar com filhos em Angola
9	TEREZA	Não	Marido, mãe e filha	Dia em que bandidos chegaram em casa e bateram em seu marido
10	ARI	Não, mas não declarou as razões	Música, família e namorado	Sente um vazio no coração
11	MACKENZIE	Apenas para visitar Angola	Não se aplica	Não se aplica
12	ALICE	Apenas para visitar Angola	Saudades de Angola	Família
13	MARCIA	Apenas se as condições no país melhorarem	Marido e família	Situação econômica; Vivia bem em Angola
14	ELISA	Não	- Trabalho; - Vida tranquila com pai e mãe	Família; Pai; Filha
15	MARIANA	Não	- Família; - Não tem saudades do país	Casa dos pais
16	FALI	Não	- Família; - Não tem saudades do país	Sufrimento
17	LINDA	Não, mas o marido pretende voltar caso não consiga trabalho	Saudades de Angola	Facilidade na obtenção de trabalho

#	Nome fantasia	Pretensão De Retorno À Angola	Saudades Angola	Quando Pensa Em Angola Do Que Se Recorda
18	LUIZA	Apenas para passear	Filhos	Família; Pai e mãe que estão vivos
19	ISABEL	Não sabe	Irmãos e mãe	Saudades dos irmãos e da mãe (entrevistada ficou emocionada quando falou de sua solidão no Brasil e chorou quando falou da separação do marido e da mãe)

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 32 pretendemos apontar razões e sentimentos das mulheres entrevistadas nesta tese sobre sua relação com Angola na pós-migração. Esse tema foi abordado visando compreender os significados que essas mulheres atribuem a sua decisão de migrar e ao modo como estão vivendo no Brasil e, assim, buscamos verificar como elas se relacionam emocionalmente com seu país de origem mesmo à distância.

Os fatores sociais e emocionais relatados por elas envolvem suas relações familiares, a saudades da pátria, da família e sobretudo os sentimentos pelo abandono de filhos. Tais elementos são fatores importantes que podem determinar sua permanência ou não no Brasil e dialogam com um sofrimento importante definido por Sayad (1998), como o *Elghorba*²⁹, isto é, a frustração dos sonhos existentes na migração e a sensação de estar nos dois locais ao mesmo tempo:

Sobre a crise de identidade, Sayad faz referência à fala do pai de um emigrante: “Luta contra o impossível” como diz o pai de Zahoua, a vida do emigrante está inteiramente dividida entre essas duas contradições, Levados, quase que no mesmo ato ou no mesmo discurso, ora a queixar-se, ou a alegrar-se com sua emigração, ora a deplorar, ora a elogiar sua condição, os

²⁹ *Elghorba* significa exílio. É a marca registrada do livro: “A imigração – ou os paradoxos da alteridade”. (SAYAD, 1998, contracapa). Significa também isolamento, escuridão. Sayad declara ainda: “Todo discurso do emigrante se organiza em torno da tripla verdade da *elghorba*. Na lógica tradicional, a verdade da *elghorba* é a ser associada ao “poente”, à “escuridão”, à distância e ao isolamento (entre estranhos, logo a sua hostilidade e ao seu desprezo): ao exílio, ao terror (aquele que é provocado pela noite e que o faz perder numa floresta ou numa natureza hostil); à perda (por perda do sentido de direção); à infelicidade etc. Na visão idealizada da emigração, fonte de riqueza e ato decisivo de emancipação, *elghorba*, intencional e violentamente negada em seu significado tradicional, tende (sem todavia conseguir completamente) a trazer uma outra verdade que a identificaria com a felicidade, a luz, alegria, a insegurança etc. A experiência da realidade da emigração vem desmentir a ilusão e estabelecer a *elghorba* em sua verdade original. Podemos dizer que é toda experiência devida do emigrante que oscila sem cessar entre essas duas verdades contraditórias da *elghorba*. Por não conseguir resolver a contradição em que se encontra encerrado, pois deveria então renunciar a emigrar, ele só pode mascará-la”. (SAYAD, 1998, p. 44).

emigrantes conhecem situações e momentos de crise que os fazem sentir de forma mais aguda a experiência dessas contradições”. (SAYAD, 1998, p.225-226)

Acrescenta, o mesmo autor:

Cada volta ao país é para ela o momento de uma “crise”, de um “drama”, pois, verdadeiro “mergulho nas fontes” – ela é desejada e vivida como tal -, aparece o sentimento da emigração (*elghorba*) que acreditavam dissolvidos pelo tempo e desperta feridas que acreditavam estarem cicatrizadas. (SAYAD, 1998, p. 226).

Tendo isso em vista, elaboramos três perguntas que consideramos importantes para entender essas questões, a dizer: se tem pretensão de retornar a Angola, se sentem saudades de Angola e quando pensam em Angola do que se recordam.

Em relação à primeira pergunta, sobre a pretensão de retorno a Angola, apenas Maria (nº 2) considerou retornar “no futuro” (sic), todas as demais, as 18 mulheres, declararam que não pretendem voltar em definitivo, exceto se for para viagens temporárias, que incluem a busca de seus filhos, passeios ou visitas à família.

Na segunda pergunta, buscamos entender se as mulheres entrevistadas sentem saudades de Angola. Para tanto, é importante mencionar que “saudades” é uma palavra usada com o mesmo significado nos dois países, Brasil e Angola, que têm a língua portuguesa como a língua oficial e que fazem parte dos 9 países que falam português (CPLP, 2021). A palavra saudades tem, dentre outros, um forte significado de ausência, de pessoa ausente, de tempo vivido e de passado que não volta mais.

Sobre isso, a maioria das mulheres relatou que as saudades se referem às pessoas de seu entorno familiar e afetivo. Elas declararam sentir muita falta dos filhos, dos pais (especialmente da mãe), dos maridos, dos companheiros e da família como um todo. Só duas informaram sentir saudades de Angola de um modo geral, enquanto três disseram não ter nenhuma saudade do país. Com oito mulheres, a resposta a essa pergunta não foi registrada, pois durante nossa conversa, foram priorizados outros elementos da vida pessoal das entrevistadas.

Quanto à terceira pergunta “quando pensa em Angola do que se recorda?”, coletamos as seguintes respostas:

Várias mulheres falaram sobre a dubiedade da existência e tiveram dificuldade de falar da migração e de todos os sentimentos que esse processo evoca, conforme o conceito de *Elghorba* nos permite refletir (SAYAD, 1998). As respostas incluíram a casa, os filhos, o marido, a mãe, o pai, os irmãos e a família. Notamos um enfoque muito especial ao lado materno da família, assunto recorrente entre as entrevistadas.

Destacamos a resposta de Ari (nº 10) que disse que sente um vazio no coração quando recorda de Angola. Vale lembrar que Ari veio apenas com seu filho angolano de sete anos, não é casada com o pai de seu filho e não quis dar muitas informações sobre o assunto: “Isso mesmo. Eu não posso falar nisso porque meu coração fica... Meu coração... não falo muito nessas coisas, senão...” (Ari, nº 10, 11/12/2017).

Perguntamos se ela poderia nos contar um pouco mais sobre esse sentimento e ela nos relatou sobre as dificuldades enfrentadas quando chegou no Brasil:

“É. Não foi fácil o primeiro dia aqui. Não foi. Isso eu não posso negar não...Porque ainda não tem emprego né? Imagina uma pessoa que já tava trabalhando, ficar assim todo dia, passar um dia inteiro em casa, não é fácil (Ari, nº 10, 11/12/2017).

Quando perguntamos se ela mantinha contato com seus familiares, Ari respondeu: “Difícil. Saudade, mas tem que se cuidar, porque você tá lá sozinha, não tem uma família aí” (Ari, nº 10, 11/12/2017). Complementou dizendo que além da família, também sente falta da música do país. Ademais, declarou que veio para o Brasil para oferecer melhores oportunidades de vida para seu filho de sete anos: “prefiro que meu filho seja criado no Brasil”. Perguntada o que veio buscar aqui no Brasil, Ari relatou:

Acho que eu vou dizer a paz. Se a pessoa for à procura de uma paz, vou dizer que é aqui. E, que o filho está bem e que .. “aqui tá melhor. Aqui também. Ele não reclamou de nada, desde o primeiro dia que ele foi na escola, gostou da escola. (Ari, 11/12/2017).

Sobre o mesmo tema, Isabel (nº 19) quando perguntada do que se lembrava ao falar de Angola, disse sentir saudades dos irmãos e da mãe e ficou emocionada quando falou de sua solidão no Brasil e chorou falando da separação do marido e da mãe. Relatou momentos de solidão e dificuldades no momento do registro de seu filho nascido no Brasil:

Eu não podia registrar o meu filho, porque ele me... eu separei (do marido), disseram que eu não tenho família, separei, então registrei o meu filho sozinha. Não sei se... não to informada nisso.. Então, ainda não sei, to ainda

aqui a pensar. Se eu (...) coisa que me fez vir... o problema de eu... eu me separei né? (Isabel, nº 19, 04/04/2018).

Além da solidão sentida por estar sozinha no Brasil, Isabel também se emocionou quando falou da morte de sua mãe:

E conforme vim aqui, né, to (...) que as coisas pra mim ta... ta assim, mais ou menos, enrolado, porque Angola, conforme eu vivia com a minha mãe, e eu gostava muito da minha mãe. E... deu muita... quando eu falo na minha mãe eu choro, desculpa (...).Então, lá tem muita lembrança da minha mãe, e... quando me encontro mais assim com pessoas que eram amiga da minha mãe, (...) filha da fulana, e... eu sempre choro, que me dói mesmo. Agora aqui, conforme ninguém conhece minha mãe, vou (...) assim, mais... mais (...) preferi memo só ficar aqui. Não sei ainda né, porque... (...) tem sempre novos planos, Não sei de momento, de momento ainda não sei se vou ficar aqui, se vou (...) (Isabel, nº 19, 04/04/2018).

Quando perguntada “do que você mais gostava em Angola?”, Isabel respondeu:

Gosto quase tudo. Só que é assim um pouco... Vontade, gosto de Angola, quando perdi a minha mãe, então... tinha muita lembrança, porque a nossa vida toda foi em Angola, ia na igreja com a minha mãe, tamo a ir no mercado, e... tinha muita lembrança com a minha mãe, aquilo tava a me fazer mal, queria você sair, agora vou voltar, to a voltar a chorar. Se encontrou pessoa, me pergunta... tem pessoa às vez que a minha mãe faleceu, não sabia que a minha mãe faleceu “o Isabel, ta aí sozinha (...) tua mãe morreu? Morreu quando, eu não ouvi isso” (Isabel, nº 19, 04/04/2018)

Isabel chorou muito de tristeza durante a entrevista e revelou sua dor e a saudade da falecida mãe. Apesar de muito intenso e ainda presente em sua vida, o luto de sua mãe também contribuiu para sua decisão de emigrar de Angola, pois sentia-se muito triste de ter que reviver a morte de mãe toda vez que encontrava conhecidos e tinha que explicar o que havia ocorrido. Com a herança deixada por sua mãe, Isabel decidiu vir para o Brasil.

Quadro 33 – Avaliação do Brasil como país de imigração

#	Nome fantasia	Qual o melhor país para viver	Razões dessa Escolha	Encontrou o que Veio buscar no Brasil	Reivindicações
1	AMINATA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Escola gratuita; - Atendimento médico gratuito; - Melhor assistência médica; - Melhores condições para educar seus filhos 	Não (não encontrou trabalho)	Trabalho
2	MARIA	Angola	Porque no Brasil enfrenta dificuldades em encontrar trabalho	Sim (queria morar em um país longe de Angola)	Trabalho
3	TANIA	Angola	Porque no Brasil enfrenta: <ul style="list-style-type: none"> - Alto custo de vida; - Valor baixo dos benefícios concedidos; - Dificuldades em encontrar trabalho 	Não respondido	Trabalho
4	NATALINA	Brasil	Benefícios concedidos	Não buscava nada no Brasil, pois não conhecia o país	Trabalho
5	ANGELA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Benefícios concedidos; - Assistência prestada por terceiros e pelo Estado; - Em Angola não há assistência, pois todos são pobres; - Escola gratuita; - Atendimento médico gratuito; 	Não (não encontrou trabalho)	Trabalho
6	PIA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Visto mais barato; - Assistência prestada pelo Estado; - Escola gratuita; - Hospital gratuito; - Não pretende voltar para Angola; 	Não buscava nada no Brasil, pois não conhecia o país	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho; - Melhores condições financeiras para tratar saúde do filho com anemia falciforme
7	MAIA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Escola gratuita; - Atendimento médico gratuito; - Desejo do africano de viajar; - Facilidade obtenção do visto (não conseguiu visto americano) 	Não (não encontrou trabalho)	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho; - Vaga em creche próxima a sua residência
8	IVONE	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência prestada pelo Estado; - Viver em paz no país; - Reclamava bastante das condições atuais 	Sim (buscava paz)	Melhor tratamento médico para sua doença atual e diagnóstico dos filhos

#	Nome fantasia	Qual o melhor país para viver	Razões dessa Escolha	Encontrou o que Veio buscar no Brasil	Reivindicações
9	TEREZA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Escola gratuita; - Atendimento médico gratuito; - Assistência prestada pelo Estado; - Melhor assistência médica; - Melhores condições para educar seus filhos 	Não (não encontrou trabalho)	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho; - Vaga em creche
10	ARI	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Viver em paz no país; - Melhor assistência médica; - Melhores condições para educar seus filhos; - Assistência prestada pelo Estado; 	Sim (buscava paz)	Trabalho
11	MACKENZIE	Angola	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade de vida; - Boas lembranças de Angola; 	Não se aplica	Não têm reivindicações
12	ALICE	Brasil	Viver em paz no país	Não (busca paz e trazer a família para viver no Brasil "o plano não deu certo" (sic), pois a morte do bebê atrapalhou)	Trazer filhos e marido ao Brasil
13	MARCIA	Brasil	Facilidade no idioma	Não	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho; - Moradia; - Melhor condição financeira para solicitar CRNM
14	ELISA	Brasil	Vive em paz no país, pois está longe de bandidos	Não (não encontrou trabalho, moradia e a vida é muito difícil)	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho; - Moradia
15	MARIANA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Melhores condições para educar seus filhos; - O motivo básico para ficar no Brasil são os filhos; - Melhor assistência médica; - Visto no Brasil, pois para Portugal não obteve êxito; - Facilidade idioma 	Inicialmente não sabia o que buscava no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho; - Moradia
16	FALI	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Facilidade idioma; - Melhor assistência médica; - Atendimento médico gratuito; - Melhores condições para educar seus filhos; 	Não (não encontrou trabalho e a vida é muito difícil, mas em relação às crianças está muito bem)	Trabalho

#	Nome fantasia	Qual o melhor país para viver	Razões dessa Escolha	Encontrou o que Veio buscar no Brasil	Reivindicações
17	LINDA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Melhores condições para educar seus filhos; - Filhos gostam do Brasil; - Melhor assistência médica; 	Não (pensou que a vida no Brasil seria mais fácil e que conseguiria trabalho e não conseguiu; para o filho, o Brasil é bom)	Trabalho
18	LUIZA	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Melhores condições para educar seus filhos; - Tratamento dos brasileiros em relação aos imigrantes; - Qualidade do atendimento do abrigo; - Não sofre racismo; - Creche gratuita 	Sim (para criar os filhos)	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor condição financeira para buscar filhos e marido; - Vaga em creche para o filho para poder procurar emprego
19	ISABEL	Angola	<ul style="list-style-type: none"> - Saudades da família; - Separação do marido no Brasil foi muito sofrida 	Sim (para criar os filhos, mas também veio aprimorar conhecimentos de estética e ainda não conseguiu)	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho; - Estudo

Fonte: Elaboração própria.

Neste quadro pretendemos apresentar os dados coletados acerca da avaliação que as mulheres entrevistadas fazem da escolha do Brasil como país de imigração. Para tanto foram feitas quatro perguntas. A primeira foi: “qual o melhor país para viver?”, na qual quatro mulheres responderam Angola e as demais, quinze, responderam que era o Brasil.

Na segunda pergunta, questionamos o porquê desta escolha e as respostas foram bastante variadas: a maioria das mulheres relatou que no Brasil elas têm melhores condições para criar seus filhos, por isso o Brasil é o melhor país para se viver. Elas justificaram devido a maior oferta de serviços públicos de qualidade oferecidos no país, como por exemplo, o acesso à saúde, à educação e a benefícios sociais, melhor condição para educar os filhos e, ainda, assistência prestada pelo Estado e também por organizações da sociedade civil. Algumas das entrevistadas também relataram que “o africano deseja migrar” e nesse sentido, ressaltaram a facilidade de obter o visto brasileiro para viajar. Comentaram também que no Brasil

conseguem viver “em paz” (sic), diferentemente das condições de vida que tinham em Angola, marcadas, segundo elas, por maiores dificuldades econômicas e violência. Além disso, a facilidade e aproximação com a língua portuguesa também foi um critério apontado.

Quatro das entrevistadas, entretanto, disseram que Angola é o melhor país para se viver. Duas delas justificaram a escolha de Angola ao comparar com o Brasil, explicando que no Brasil tem enfrentado muitas dificuldades para encontrar trabalho, que há alto custo de vida no país, além do baixo valor dos benefícios concedidos. As outras duas mulheres comentaram que preferem Angola, porque têm lembranças afetivas e muita saudade da vida que tinham em Angola, bem como sentem falta da família.

Na terceira pergunta, tínhamos o propósito de compreender se as mulheres consideravam que seu projeto migratório estava sendo bem-sucedido, para isso questionamos se elas “encontraram o que vieram buscar no Brasil”. Registramos as seguintes respostas: “não” foi dito por seis entrevistadas, pois estas não encontraram trabalho; duas não souberam responder, porque não tinham expectativas em relação ao Brasil, visto que não conheciam o país; “sim” foi relatado por seis mulheres, mas por motivos distintos. “Encontrar paz” (sic) foi um objetivo mencionado por três entrevistadas, “criação dos filhos” constou duas vezes. Ademais, acerca desta resposta, destacamos que Alice disse que “seu plano não deu certo” (sic), pois seu filho nascera morto e por consequência, “atrapalhou” (sic) o projeto migratório de sua família que dependia de sua autorização de residência por filho nascido no Brasil.

Quanto ao trabalho, é importante considerar que esse fator não parecia importante no projeto migratório das mulheres entrevistadas antes delas darem à luz. Após este fato, muitas vão morar em abrigos ou alugam uma moradia, momento em que essas mulheres se veem sozinhas precisando garantir a manutenção de sua família. Por conta disso, o fator trabalho foi citado frequentemente quando questionamos se o projeto migratório delas foi alcançado, ainda que, como vimos nos dados anteriores, elas tenham alegado vir para o Brasil primordialmente por questões relacionadas à maternidade, criação e educação de seus filhos.

A questão do trabalho foi recorrente também na última pergunta sobre este tema que tratou das reivindicações que essas mulheres têm no Brasil. Nessa questão, além do trabalho, apareceu constantemente a procura por moradia, bem como vagas

em creche, tratamento de saúde para doenças dos filhos, apoio financeiro para, dentre outras demandas, solicitar a CRNM, e o desejo de estudar e trazer o marido e filhos para o Brasil.

Sobre o mesmo tema, destacamos os depoimentos de Elisa (nº 14). Ela tem três filhos, um brasileiro e dois angolanos. Viajou para o Brasil com um filho de nove anos e deixou uma filha que foi raptada antes da viagem em Angola. Perguntada “porque é melhor você viver no Brasil?”, Elisa responde:

Porque é melhor, porque aqui, primeiramente to em paz, do condição do... do que, do... do bandido. Pra mim não tem. Pra morar aqui, to tranquilo. Mas muito ruim, porque estou aqui sem trabalho, estou aqui sem apoio do governo, sem casa. É muito ruim. Muito ruim (Elisa, nº 14, 24/01/2018).

A respeito das reivindicações, Elisa menciona o desejo de ter uma casa própria no Brasil e afirma que, na sua opinião, o governo brasileiro deveria ajudar os imigrantes a conseguir moradia e se estabelecer no país:

Elisa: Só queria falar sobre nossa situação, imigrante. O governo tem que nos apoiar muito, pra nós vir morar também aqui, com facilidade. Pra ter nosso casa própria, para os estrangeiro, pra ter a vida boa, porque aí na Angola nós também tava a viver de boa. Não tava a pagar casa, não tava a pagar luz e tudo, mas aqui a gente paga. Nós como estrangeiro, não tem como viver com a família sem apoio do governo. Se pelo menos, pra nós, governo pode ajudar nós, dar casa, vai ser melhor. A gente vamo começar a procurar... se da pra... ajudar as criança, comida, roupa, isso tudo vai ser bom pra nós. Mas a preocupação, que custa caro, pra nós, só a casa de aluguel. Dirce: Ta. Você acha que o governo tinha que dar casa pra vocês? Elisa: Pra mim memo, é importante pra mim ter a minha própria casa (Elisa, nº 14, 24/01/2018).

O apelo de Elisa (nº 14) nos remete ao filósofo francês Gaston Bachelard (1978) que apresenta a importância da casa como sendo um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Ele acrescenta:

Nesta integração, o princípio que faz a ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que frequentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro. A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da terra. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “atirado ao mundo”, como o professam os metafísicos apressados, o homem é colocado no berço da casa. E sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço (BACHELARD, 1978, p.23)

Podemos interpretar, a partir da poética de Bachelard e dos relatos das entrevistadas, que, de certa forma, a imigração das mulheres angolanas para o Brasil representam também a busca por uma nova casa, um novo *locus* de oportunidades para ressignificarem suas vidas e de seus filhos, garantindo um novo destino às suas famílias.

Além do grande berço citado por Bachelard, podemos afirmar que quando comparamos às razões que levaram essas mulheres a migração – isto é, a procura por melhores condições de educação e saúde para seus filhos, os serviços oferecidos pelo Estado brasileiro, como o acesso gratuito à escolha, creche, remédios, tratamentos médicos, alimentação escolar, dentre outras – é possível concluir que as hipóteses desta pesquisa foram contempladas e comprovadas.

Por fim, importa dizer que no presente capítulo buscamos apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada neste trabalho, incluindo os relatos coletados pelas pessoas entrevistadas (mulheres angolanas e os especialistas pesquisadores e representantes das instituições de acolhida). Ao comparar esses dados com os referenciais teóricos discutidos nos capítulos anteriores, identificamos a importância das redes migratórias para que essas mulheres consigam migrar e se estabelecer no país. Os vínculos mantidos com familiares no país de origem demonstram a existência da migração transnacional e o trabalho que elas frequentemente ocupam está relacionado com o que foi definido pela teoria do mercado segmentado/dual, na medida em que trabalham em posições de menor prestígio social. Além disso, a constituição de famílias monoparentais se mostra presente em praticamente toda a análise do movimento migratório das angolanas para São Paulo.

Fizemos também correlações entre os conteúdos das entrevistas com dados comparativos entre Brasil e Angola, apresentados no capítulo 3, e, assim, podemos identificar que a busca por melhores condições de saúde (tanto para crianças como para as mulheres adultas) parecem justificar a imigração das mulheres entrevistadas para o Brasil.

No capítulo a seguir, “Considerações Finais”, realizaremos uma síntese dos conteúdos estudados, elaborados e desenvolvidos ao longo da pesquisa, com intuito

de verificar se as hipóteses e os objetivos previstos inicialmente foram alcançados e também identificar caminhos para pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os fatores sociais, políticos e econômicos que impulsionaram a imigração de mulheres angolanas grávidas para a cidade de São Paulo, a partir de 2013. Buscou também compreender o papel que os filhos nascidos no Brasil ocupam na regularização migratória dessas mulheres no país e se, de algum modo, esta foi uma estratégia utilizada por elas para se estabelecer no Brasil. Além disso, tínhamos a proposta de verificar o que a imigração significa para essas mulheres em termos de acesso à saúde, educação e melhores condições de vida para si próprias e seus filhos.

Para cumprir tais objetivos, foi realizada uma pesquisa de campo na Missão Paz e no Centro de Atendimento Especial para Mulheres Migrantes (CAEMI PALOTINAS). Foram entrevistadas 19 mulheres angolanas grávidas e/ou com filhos que chegaram em São Paulo entre 2013 e 2018³⁰, por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade com um roteiro de questões abertas para que as mulheres narrassem livremente suas experiências.

Durante o trabalho de campo investigamos a constituição das famílias, a influência da Guerra Civil Angolana em suas trajetórias, as razões da escolha do Brasil como *locus* da imigração, o percurso feito para sair de Angola e chegar ao Brasil, bem como as redes sociais nos dois países que, de alguma forma, auxiliaram nesse trajeto e na manutenção da vida dessas migrantes em São Paulo. Ademais, foram feitas questões relativas ao trabalho, moradia, comunidade, discriminação, relacionamentos sociais cotidianos, saudades e vínculos com seu país de origem.

Sobre o perfil das 19 mulheres entrevistadas, verificamos que sua média de idade era de 29,4 anos. A maioria das entrevistadas era evangélica, e a respeito de sua escolaridade, verificamos que todas elas frequentaram a escola e/ou o ensino superior, por mais tempo do que indica a Agência das Nações Unidas para Desenvolvimento (UNDP, 2019), contrariando também os especialistas pesquisadores que apontaram que a mulher angolana possui baixa escolaridade. Apesar da boa escolaridade, todas estavam desempregadas ou trabalhavam com

³⁰ Com exceção da entrevistada Mackenzie (nº 11) que chegou no Brasil em 2010. Como ela já estava grávida na data da entrevista, resolvemos manter seus relatos.

comércio informal na data da entrevista. Juntas tinham um total de 38 filhos entre os nascidos no Brasil e em Angola (tabela 17).

Declararam como razão da escolha do Brasil como país de destino migratório a busca por saúde e educação (gratuitas e de qualidade) para seus filhos. Todas vieram de avião, desembarcando no Rio de Janeiro ou São Paulo com vistos de turistas e solicitaram refúgio no momento da chegada. A despeito de 11 mulheres terem declarado que são casadas, apenas duas vieram com seus maridos, e 15 das 19 (ou 78,9%) vieram sozinhas (quando desconsiderada a companhia de seus filhos). Dentre as entrevistadas, 14 mulheres migraram grávidas, sendo oito no último trimestre de gestação. Deram a luz em hospitais públicos de São Paulo e quase todas moram em bairros da zona leste da cidade. Várias viveram por um tempo nas casas de acolhida de instituições da sociedade civil, e na data da entrevista, seis mulheres ainda estavam abrigadas no CAEMI Palotinas.

Um dos temas que se destacou nas entrevistas semiestruturadas com as mulheres angolanas foi a importância dada à educação infantil, ao desenvolvimento educacional e a qualidade das condições de saúde para os filhos e elas próprias. Estas pautas sobressaíram especialmente, porque trata-se, em sua maioria, de famílias monoparentais (BERQUÓ, 1989), em que as mulheres migrantes são as responsáveis pelo sustento, criação e manutenção da família no Brasil. Desse modo, a qualidade da educação e dos serviços de saúde, a gratuidade das consultas, o acesso a medicamentos, creches, escolas e benefícios de assistência social representam maiores possibilidades de viverem um futuro melhor, mais próspero, seguro e saudável do que aquele que elas acreditam que teriam em Angola.

A esse respeito, buscamos neste trabalho, especialmente no terceiro capítulo, comparar os indicadores de organismos internacionais sobre Brasil e Angola com vistas a fundamentar e subsidiar as análises das motivações alegadas pelas mulheres entrevistadas. Investigamos, em cada um dos países, questões populacionais (como registro de nascimento, expectativa de vida e pobreza); diversas taxas de mortalidade infantil e de adultos; condições de saúde (como a quantidade de médicos, acesso a serviços sanitários básicos, desnutrição infantil, parto e uso de contraceptivos); informações sobre trabalho (como renda per capita, desemprego, informalidade, empregos em zonas rurais, indústrias e serviços); dados sobre educação (como

tempo de permanência e grau de escolaridade da população), além de outros parâmetros que tratam de crianças e adolescentes.

De modo geral, tais índices revelaram melhores resultados do Brasil em praticamente todos os critérios avaliados, o que corrobora os relatos das entrevistadas acerca das circunstâncias que as incentivaram a migrar em busca de oferecer melhores condições e perspectivas de vida para seus filhos e para si mesmas. Além disso, elas destacaram também que as facilidades da época para viajarem (visto, passagem e documentação) foram fatores determinantes na escolha, sem contar, de igual modo, a língua portuguesa e outros conhecimentos prévios que tinham em relação à cultura brasileira.

Uma outra variável que emergiu durante as entrevistas com as mulheres angolanas e que nos chamou a atenção foi a dificuldade de comunicação entre algumas entrevistadas e a pesquisadora. Por serem angolanas, esperávamos que a comunicação fosse fluida devido à língua compartilhada. Contudo, algumas, mais precisamente 8 das 19 mulheres, demonstraram não ter domínio da língua portuguesa, o que se fez notar por suas dificuldades de compreender as perguntas propostas e respondê-las. As imigrantes que apresentaram essas dificuldades foram aquelas cujas famílias fugiram de Angola durante a guerra de libertação e da guerra civil e foram residir na República Democrática do Congo (RDC) com a finalidade de educar seus filhos e proteger a família.

Este fato não estava no enfoque inicial do projeto de pesquisa ou do roteiro de entrevista, mas foi importante sua identificação para compreender as histórias de vida das mulheres entrevistadas. Isso porque, essas oito mulheres angolanas que viveram na RDC por muitos anos, lá fizeram seus estudos iniciais e por isso dominavam mais o francês do que o português. Como consequência, notamos que apesar de terem um bom nível de escolaridade, a falta de domínio da língua portuguesa se tornou um empecilho significativo para elas na busca de emprego e na sua inserção no mercado de trabalho no Brasil. De igual modo, pode influenciar a relação de dependência que essas mulheres possuem com as instituições da sociedade civil que atendem imigrantes, visto que, por não falarem português fluentemente, têm sua autonomia comprometida.

Como mencionado, identificamos durante a pesquisa que todas as entrevistadas percorreram caminhos semelhantes no que diz respeito aos meios de regularização migratória no Brasil. Todas migraram para o país com visto de turismo e, assim que chegaram a São Paulo, buscaram instituições da sociedade civil e solicitaram refúgio na Polícia Federal. Pelas entrevistas, pudemos perceber que elas vieram para o Brasil sabendo que deveriam seguir esses passos logo que estivessem no país. Fato que nos permite concluir que existe uma rede de informações, como explicam Truzzi (2008) e Sasaki e Assis (2000), que guia a mulher angolana no Brasil quando da sua chegada e possivelmente em Angola antes de emigrar.

Apesar deste rumo em comum, constatamos que as diferenças entre solicitar refúgio, os diferentes tipos de visto, ser refugiada ou ser imigrante não eram claras para as mulheres. O que predominava nas entrevistas era a certeza de que sendo mãe de filho brasileiro, sua regularização e permanência no país estaria garantida, ainda que os meios para tanto não fossem compreendidos em profundidade. O relato de Elisa (nº 14) demonstra essa convicção: “porque se a pessoa teve nenê, ninguém manda embora” (Elisa, nº 14, 24/01/2018).

A partir do relato das entrevistadas, notamos que entre a chegada dessas mulheres no país até a solicitação de reunião familiar com base em prole brasileira elas têm dificuldades para se regularizar no Brasil, pois, não raro, elas não se enquadram nas hipóteses de regularização previstas no revogado Estatuto do Estrangeiro, nº 6.815/1980, e na Lei de Migração, nº 13.445/2017. Estes ordenamentos jurídicos possuem exigências rigorosas de documentação, estão frequentemente associados a contratos de trabalho prévios, requisitam altas taxas, além de terem outros severos critérios para acesso à residência permanente. Tal situação se deve ao fato de que há um desconhecimento acerca desses procedimentos legislativos por parte das mulheres entrevistadas, mas também porque as possibilidades legais não contemplam a realidade delas.

Nesse sentido, enquanto não se regularizam por prole brasileira, a permanência dessas mulheres no Brasil se torna inviável em face do rigor dos instrumentos normativos acima citados. Diante deste cenário, é legítimo que as mulheres imigrantes que se encontram nesse limbo jurídico busquem alternativas que se adequem a seu projeto migratório, exercendo sua agência, empoderando-se e se apropriando de outros recursos legais disponíveis pelo Estado para se regularizarem.

No caso das mulheres angolanas grávidas, identificamos que uma solução para este impasse foi recorrer à solicitação de refúgio e se manter no *status* de solicitante até que houvesse condições de obter a regularização com base em filho nascido no Brasil. Esta situação se mostra como mais viável considerando que os trâmites dos pedidos de refúgio no Brasil costumam se prolongar por pelo menos três anos (MORTARI A.C.; MARTINO, 2019), tempo este que, em tese, é suficiente para que mulheres consigam se estabelecer e modificar sua condição migratória de regularização provisória (solicitante de refúgio) para autorização de residência por reunião familiar (mãe de filho brasileiro).

A despeito de ser legítimo que as mulheres se apropriem dos instrumentos disponíveis, percebemos durante a pesquisa que esse movimento ainda ocorre com muito suporte das redes de apoio que essas mulheres possuem. Tais redes, como mostramos, são compostas por instituições da sociedade civil, por colegas, amigas e conhecidos, bem como outros relacionamentos que elas possuíam antes de chegarem ao Brasil e os constituídos no país de destino. Isso se fez notar porque ao longo das entrevistas, elas demonstraram desconhecimento dos detalhes desses procedimentos de regularização e fizeram menções a essas redes que as auxiliaram neste processo.

As nuances dos variados tipos de migração, como as diferenças e os requisitos para cada um deles e seus respectivos trâmites jurídicos nos parece que escapavam do domínio das entrevistadas. O objetivo maior é permanecer no Brasil com seus filhos, criar suas crianças, ter estabilidade e segurança para uma vida melhor.

Apesar disso, nos chamou atenção que apenas três mulheres das 12 que são mães de filhos brasileiros possuíam a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) na data da entrevista. As demais estavam com o protocolo de solicitação de refúgio a despeito de, em tese, já terem direito a recorrer à autorização de residência com base em prole. Sobre esta questão, elas justificaram alegando que não tinham condições financeiras para dar entrada na documentação requerida e/ou para pagar as taxas exigidas pela Polícia Federal.

Como em 2018, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) publicou a Portaria nº 218, de 27 de fevereiro, que permite a isenção de pagamento de taxas para os imigrantes que declarassem a hipossuficiência econômica (BRASIL, 2018),

esperamos que essa portaria tenha facilitado e promovido a regularização de imigrantes na situação das mulheres entrevistadas, contudo, não foi possível averiguar as consequências dessa regulamentação nesta pesquisa, tema este que pode ser estudado em trabalhos futuros.

Durante a pesquisa, algumas perguntas foram suscitadas em relação ao papel que os filhos representaram no projeto migratório das entrevistadas: a imigração ocorre pela procura de melhores condições de vida para seus filhos ou seus filhos, nascidos no Brasil, conferem a oportunidade de concretizar seu projeto migratório visto que com eles a regularização se torna mais viável? Se a mãe emigra de Angola para melhorar a qualidade de vida de seus filhos, como ficam esses valores em relação aos filhos deixados no continente africano?

Mostra-se impraticável responder tais indagações com precisão, muito embora, o que permanece após a pesquisa, entrevistas e análises é que tais dinâmicas são muito emaranhadas, de modo que não é possível separá-las. Identificamos que para algumas entrevistadas o foco era o seu projeto migratório (que está, invariavelmente, relacionado às possibilidades legais de regularização migratória), fato constatado a partir das 10 mulheres entrevistadas que vieram para o Brasil no último trimestre da gestação (quadro 22 e gráfico 12). O caso de Alice (nº 12), como vimos, ilustra bem essa situação em emblemático depoimento quando fala sobre a morte de seu bebê: “o plano não deu certo, a morte do bebê atrapalhou”.

Entretanto, seus projetos migratórios não se apresentam somente através da literalidade da lei, do debate das categorias migratórias e das vias de permanência no país, mas sim, no desejo de melhor sua qualidade de vida, busca por melhores oportunidades e a possibilidade de dar outro rumo e significado para as trajetórias de seus filhos e suas famílias.

Sobre as crianças que ficaram, elas demonstraram afeto, angústia e culpa pela ruptura familiar dolorosa e pela distância que os acomete. Tais temas foram muitas vezes motivos de tristeza e lágrimas durante as entrevistas. Elas nos contaram que se comunicam constantemente com as crianças e com os familiares que ficaram responsáveis por elas e que à medida que se estabelecerem no Brasil, pretendem trazer os filhos deixados no local de origem. Dinâmica semelhante foi descrita por Nina Glick-Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton-Blanc (2019) como “migração

transnacional”, em que os imigrantes mantêm laços sociais entre seu local de origem e de destino. Esta teoria foi discutida ao longo desta pesquisa também amparada por trabalhos de Rodrigues e Maisonave (2013) e Marinucci (2007).

Vale retomar que as mulheres entrevistadas possuem um total de 38 filhos (incluindo brasileiros e angolanos) e, no momento da entrevista, apenas 26 estavam vivendo com elas em território brasileiro, 11 ainda estavam em Angola e uma estava na República Democrática do Congo com o pai (Angela, nº 5). Tal situação nos fez pensar ainda que é possível que essas mulheres estejam esperando a reunião familiar pelo filho nascido no Brasil para trazerem o(s) filho(s) que ficou(aram) no continente africano, assunto que não foi analisado neste trabalho, mas que merece novas pesquisas como as de Martuscelli (2019) sobre o fenômeno da reunião familiar para imigrantes que vivem no Brasil.

O movimento dessas imigrantes nos possibilita reconhecer a coragem, a luta e o desejo que movem essas mulheres a reconstruírem suas vidas mesmo distantes de seu local de origem, o que se articula com o conceito de empoderamento estudado por Berth (2019). As entrevistadas demonstraram ser agentes de seu processo migratório conduzindo suas trajetórias no Brasil em busca de seus sonhos, realizações e uma vida melhor para si, seus filhos e suas famílias (MARINUCCI, 2007; PERES; BAENINGER, 2012), ainda que vivenciem os efeitos decorrentes da interseccionalidade do racismo, da xenofobia e da misoginia (AKOTIRENE, 2019). Isso porque, pelo fato de serem negras, imigrantes, mulheres e mães de filhos pequenos, as entrevistadas enfrentam maiores dificuldades de inserção laboral e social na cidade de São Paulo que se somam às barreiras linguísticas das angolanas escolarizadas na RDC, apesar de terem boa escolaridade conforme já mencionado.

Identificamos que por trás desses projetos migratórios, existe uma questão cultural que ampara a migração dessas mulheres mesmo sob condições precárias em busca de uma vida melhor fora de Angola. Em outras palavras, a emigração de angolanas é um movimento incentivado socialmente em seu país de origem ainda que, no caso das entrevistadas, elas estejam, em sua maioria, sozinhas, na condição de solicitantes de refúgio, em situação provisória, com poucos recursos e repertórios acerca da realidade brasileira e paulistana, dependentes do apoio de instituições e redes, e responsáveis pelo sustento de crianças pequenas. A entrevistada Maia (nº 7)

nos relatou que a emigração é uma questão cultural em Angola e em outros países africanos:

Nós africano tem hábito. A gente já nasce também com o costume de viagem, tem que viajar, tem que sair do país. Isso tudo que da coragem pra gente ficar fora, que da mais motivo pra gente ficar fora. [...] Então é um costume da África toda. Tem que viajar. Pra nós, a pessoa ficar só no mesmo sítio é quase pecado, então... por isso hoje também é melhor ficar aqui (Maia, nº 7, 18/11/2017).

Nessa mesma direção, a pesquisadora angolana I.M. declarou que parece haver uma visão compartilhada de que é “melhor sofrer longe, do que aqui [em Angola]” (I.M., 29/03/2018). O pesquisador C.L. também explicou essa visão comum às mulheres angolanas:

Eu entendo como uma questão que é própria da mulher angolana, isso é próprio dela, é uma característica da mulher, que é essa questão mesmo de se organizar. Ela não fica esperando, ela corre atrás, isso é muito interessante, é muito lindo nelas. A mulher angolana é uma mulher de luta, ela é de fibra, e se ela decidiu vir pra cá, ela decidiu assumindo correr todos os riscos possíveis e imagináveis, todos (C.L., 07/05/2018).

Esse movimento da imigração de angolanas mencionado pelos pesquisadores acima também foi identificado por autoras como Santos, Novaes e Chaves (2018) que analisaram as motivações da mulher angolana para vir ao Brasil. O exercício da maternidade e a esperança que depositam no futuro de seus filhos impulsionam a migração dessas mulheres mães ainda que o façam sob muita dor e sofrimento de ter que deixar alguns de seus filhos para trás com a promessa de buscá-los assim que se estabilizarem no novo país de destino.

Elas esperam que ao conquistar seus desejos e planos no Brasil possam ter recursos para desenvolver com maior dignidade suas próprias vidas, a dos filhos que estão aqui com elas, quer sejam os brasileiros ou os angolanos, e assim prosperem para que, um dia, possam trazer e reunir seus filhos que ficaram em Angola. A procura por um berço seguro, de aconchego e acolhida parece ser o que essas mulheres pretendem em seus projetos migratórios. Nesse sentido, retomamos Bachelard (1978) que discorre sobre a importância da casa para a manutenção, integralidade e proteção da família, sobretudo, seus filhos.

Por meio desta pesquisa, pudemos verificar alterações nos padrões familiares em relação aos fenômenos migratórios. A maioria dos teóricos (BAENINGER, 2015, 2016; MARINUCCI, 2007, 2015; PEIXOTO, 2004; SANTOS *et al.*, 2010) apontava que, via de regra, quem se deslocava em busca do sustento, melhores condições de vida e envio de remessas para a família que permanecia no local de origem era o homem. A mulher normalmente ficava com a responsabilidade de cuidar dos filhos e dos demais familiares. Quando a mulher migrava, ela era apenas vista como acompanhante deste homem, quer seja seu marido ou pai. Ao longo do tempo, a mulher foi ocupando outros papéis nos estudos migratórios, inclusive, o de protagonista em alguns fluxos.

Consequentemente, pesquisas passaram a focar no fenômeno da “feminização da migração” (BERTOLDO, 2018; MARINUCCI, 2007; OLIVEIRA, 2017). Segundo Marinucci (2007), o conceito representa o aumento numérico de mulheres migrando, mudanças nos critérios de análise das pesquisas e transformações no perfil dessas mulheres imigrantes. Em outras palavras, revelou-se que há uma vasta migração feminina que se realiza em diversos movimentos migratórios, não apenas como acompanhante.

Com o desenvolvimento das redes sociais de apoio a imigrantes, com a ascensão da globalização e da informática e com a manifestação de novos formatos de família – inclusive, as monoparentais, como descreve Berquó (1989) –, as mulheres também passaram a protagonizar esses fluxos que anteriormente eram vistos somente como masculinos. Atualmente, também ocorre que pais e mães se deslocam juntos para o mesmo local ou para locais diferentes, ou somente um dos membros, como apontaram as pesquisas de Rodrigues e Maisonave (2013) e Schuler (2015). Este fenômeno foi conceituado como “maternidade e paternidade transnacionais”.

Rodrigues e Maisonave (2013) explicam que se trata do exercício da maternidade ou paternidade à distância, quer seja porque as crianças ficaram no país de origem e os pais (ambos ou só a mãe ou só o pai) migraram ou porque os filhos viajaram com outros familiares para estudar fora e, logo, distanciaram-se de seus pais que ficaram no país de origem ou não, podendo estar ainda em um terceiro local. Os autores demonstram que há um arranjo de possibilidades familiares que se

configuram nas famílias transnacionais como estratégias para assegurar sua sobrevivência.

As autoras Schuler e Dias (2018) ao analisarem mais especificamente o movimento de emigração das mães apontam que quando o pai migra, normalmente os cuidados dos filhos ficam com as mães, e quando ambos se deslocam (ou só a mãe), essa responsabilidade recai para os avós ou outros parentes. Schuler (2015) definiu conceitualmente essas crianças como “órfãos da mobilidade”, situação que vem sendo contornada por meio de contatos frequentes e vínculos que são mantidos por meio das novas tecnologias que possibilitam a comunicação e a manutenção do relacionamento familiar, mesmo que distante.

Assim como descreveram os autores mencionados, essa dinâmica também ocorre com as mulheres entrevistadas e seus filhos que ficaram em Angola. Elas planejam enviar remessas, falam constantemente com as crianças e suas famílias, gerindo-as emocionalmente, acompanhando e mantendo seus papéis maternos.

Ademais, importa ressaltar que esta pesquisa se situa no âmbito das Migrações Sul-Sul (BAENINGER *et al*, 2018) fenômeno migratório em que pessoas do Sul Global se deslocam para outros países também do Sul, especialmente, devido às dificuldades de acessar os países do Norte Global que, cada vez mais, impõem medidas restritivas, securitárias e discriminatórias para os imigrantes que buscam esses territórios como local de destino. Além dos obstáculos impostos pelo Norte, destaca-se a emergência de alguns países do Sul como potências regionais, o que também impulsiona a escolha do deslocamento Sul-Sul.

Nesse contexto e durante os anos estudados nesta pesquisa (2013-2018), o Brasil desponta como um país possível para imigrantes à procura de melhores oportunidades, especialmente devido aos resultados dos indicadores de organismos internacionais sobre população, qualidade de vida, saúde, emprego e educação, dentre outros. Ademais, Baeninger (2018) afirma que em virtude das possibilidades de se realizar uma imigração documentada, o Brasil se torna o país possível, não necessariamente sendo o mais desejado. Como vimos no trabalho, isso se deve, principalmente, por conta do papel que as solicitações de refúgio no Brasil têm desempenhado como forma de garantir uma regularização acessível e gratuita, ainda que sob condições precárias e provisórias.

Assim sendo, o país passou a atrair migrantes do Sul Global, principalmente, de países africanos e asiáticos que vêm ao Brasil como solicitantes de refúgio, buscando trabalho e melhores condições de vida. É nesta conjuntura que notamos a vinda de mulheres angolanas grávidas para o país.

Em termos das hipóteses estabelecidas no início deste trabalho, podemos concluir que as três foram confirmadas: (1) as mulheres angolanas adotam estratégias migratórias para conseguir a permanência no Brasil o que envolve a decisão de migrar grávida ou aqui engravidar para poder conseguir a permanência com base na prole brasileira; (2) a migração de mulheres angolanas para São Paulo pode ser explicada também devido ao atendimento à saúde precário no país de origem e à crença de que no país de chegada encontrarão melhores condições de saúde e educação para elas, seus filhos e suas famílias; e (3) o desejo de alcançar melhores condições de vida a partir da reprodução e regularização migratória no Brasil são fatores que precedem a busca por trabalho.

Podemos afirmar que o ato de migrar grávida, dar à luz no Brasil e regularizar a situação migratória, é uma hipótese verdadeira, o que pode ser verificado, especialmente, pelo número de imigrantes que chegaram grávidas e no último trimestre da gestação (quadro 22 e gráfico 12). A segunda hipótese também foi atestada, quer seja pelos dados comparativos dos indicadores internacionais que mostram que as condições de saúde e educação no Brasil são superiores a Angola, quer seja pelos relatos das entrevistadas que mencionaram frequentemente a gratuidade e a qualidade dos hospitais, dos postos de saúde, das creches, das escolas existentes em São Paulo (quadros 23 e 24).

Comprovamos também, no tocante à terceira hipótese, que o trabalho se torna um fator importante somente a partir do período pós-parto, quando a mulher precisa garantir o sustento da família, considerando que muitas delas são as únicas responsáveis pela casa (família monoparental) e não recebem remessas de Angola. As únicas exceções foram as entrevistadas Angela (nº 5) e Maia (nº 7) que, durante a entrevista, afirmaram que vieram para o Brasil também para buscar emprego. Todas as demais revelaram que a motivação para a emigração foi primordialmente a procura de melhores condições de vida para seus filhos, elas próprias e suas famílias (quadro 16).

Buscamos trabalhar, ao longo da pesquisa, as narrativas de mulheres angolanas com intuito de ouvi-las e compreendê-las em termos dos sonhos, objetivos, motivações e expectativas que elas tinham em relação a imigração para o Brasil. Constatamos que muitos dos objetivos foram alcançados, considerando, especialmente, aqueles que dizem respeito à saúde e educação de seus filhos. Todavia, outros relacionados a condições de moradia, emprego e regularização migratória ainda não haviam sido resolvidos no momento da entrevista. Apesar disso, somente uma das 19 mulheres declararam ter vontade de retornar para Angola. Todas as demais, quando foram perguntadas, preferiram ficar no Brasil, não obstante sentirem saudades, pois acreditavam que as condições de vida estariam piores no local de origem.

Esperamos que este trabalho contribua para futuras pesquisas sobre migração feminina e para a elaboração de políticas públicas de atendimento e acolhimento de mulheres imigrantes grávidas ou que aqui engravidaram, que têm necessidades específicas relativas à maternidade e às etapas do crescimento e desenvolvimento dos filhos desde o nascimento até a vida adulta, além do direito de viverem com dignidade, saúde e alegria.

Encaminhando para o final, importa ainda registrar questionamentos e dúvidas que não foram inicialmente previstos, mas foram se manifestando ao longo da pesquisa de campo. Algumas perguntas que julgamos que mereceriam ser aprofundadas em trabalhos futuros são:

a) No longo prazo, as mulheres grávidas ou que aqui engravidaram conseguiriam se regularizar e com base em reunião familiar? Quais as diferenças entre deterem ou não a CRNM? Esse projeto migratório possibilitará uma vida melhor para elas e seus filhos? As mulheres estarão mais independentes das instituições e do Estado e com maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho?; b) Mesmo com as dificuldades econômicas e laborais reveladas pelas entrevistadas, essas mulheres terão possibilidades financeiras de enviar remessas e trazer seus filhos para o Brasil?; c) O que explica a redução do número de mulheres que chegaram ao Brasil após 2017 (gráficos 2, 3 e 11); d) Existe alguma rede de coitotes ou de intermediários que atua, de alguma forma, na vinda dessas imigrantes para São Paulo?; e) Como é a realidade das crianças e adolescentes que ficaram em Angola, cujas mães migraram para o Brasil? Quais as dificuldades, os problemas enfrentados, os sentimentos, a

qualidade de vida e qual a relação familiar que essas crianças “órfãs da mobilidade” mantêm com suas mães? f) A Portaria que permite a isenção de pagamento de taxas da Polícia Federal para imigrantes hipossuficientes economicamente (Portaria nº 218, de 27 de fevereiro de 2018, do MJSP) facilitou, de fato, a regularização de imigrantes? Poderia ser, de alguma forma, um fator que influenciaria o fluxo de mulheres para o Brasil? g) Como a relação histórica entre Angola e RDC e a migração entre os dois países influenciam na vida das mulheres angolanas no Brasil?

Por fim, gostaríamos de nos despedir deste trabalho, resultado de anos de pesquisa, dedicação e envolvimento com as mulheres angolanas mães e seus filhos na esperança de contribuir substancialmente para os estudos migratórios brasileiros, bem como para o incremento de políticas de acolhida e promoção de políticas migratórias para essa população em específico.

O fenômeno da migração de mulheres grávidas, que no Brasil não se restringe apenas à nacionalidade angolana, é complexo, multifacetado, e também atravessado por afetos, sensibilidades, emoções, sonhos, expectativas, saudades e lágrimas. Tendo isso em vista, esta pesquisa não esgota o tema, portanto, esperamos que a realidade de mulheres imigrantes, responsáveis por famílias monoparentais, grávidas ou não, com ou sem filhos, se constitua e se mantenha como uma pauta de preocupações permanentes do Estado brasileiro, das instituições da sociedade civil e da comunidade acadêmica. De igual modo, é importante resguardar e direcionar atenção às crianças filhas de imigrantes, quer sejam brasileiras ou não. Assim sendo, sugerimos que futuras pesquisas sejam realizadas para complementar, aprofundar e continuar os estudos sobre os temas debatidos nesta tese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS). **Cessação para refugiados angolanos e liberianos pode alterar perfil do refúgio no Brasil.** 3 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2012/07/03/cessacao-para-refugiados-angolanos-e-liberianos-pode-alterar-perfil-do-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

_____. **Convenção da União Africana sobre a Proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África (Convenção de Kampala).** 10 set. 1969. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/convencao_de_kampala.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

_____. **Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados.** 28 jul. 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_a_o_Estatuto_dos_Refugiados.pdf> Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **Declaração de Cartagena.** 22 nov. 1984. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **Fridtjof Nansen.** 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/campanhas-e-advocacy/premio-nansen/fridtjof-nansen/>> Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. **Protocolo de 1967 Relativo Ao Estatuto Dos Refugiados.** 31 jan. 1967. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** Editora Pólen, São Paulo, 2019.

ANGOLA. Portal Oficial do Governo de Angola. **A História.** 2020. Disponível em: <<https://www.governo.gov.ao/historia.aspx>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

ARAUJO, Felipe. **Boeres.** INFOESCOLA, 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/africa-do-sul/boeres/>. Acesso em: 14 set. 2019.

ARAÚJO, Maria de Fátima de. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a04.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; KOSMINSKY, Ethel V. Gênero e migrações contemporâneas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 695-697, set-dez, 2007. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300012>. Acesso em: 30 mar. 2021.

AYDOS, Mariana Recena. **Migração Forçada**: uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006). 2010. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Livraria Eldorado Tijuca Ltda. Rio de Janeiro, 1978.

BAENINGER, Rosana. Governança das Migrações: Migrações Dirigidas de Venezuelanos e Venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana. SILVA, João Carlos Jarochinski (Coord). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 135-141.

_____. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al. **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 13-43.

_____. Migrações internacionais: elementos para o debate no século XXI. In: CUTTI, Dirceu, BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho, PEREIRA, José Carlos, BÓGUS, Lúcia Maria Machado (orgs.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo: EDUC, 2015, p. 17-48.

BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. Migração na metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, n. 17, fev. 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8766/6491>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A razão africana**: Breve história do pensamento africano contemporâneo. São Paulo: Todavia, 2020.

_____. **História da África**: uma introdução. Biblioteca Entre Livros, v.6, 2007.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto. **Breves comentários à Lei Brasileira de Refúgio**. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BARRICARTE, Jesus Javier Sánchez. **Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado**. Madrid: Editora Biblioteca Nueva, 2010.

BERQUÓ, Elza. A família no século XXI: um enfoque demográfico. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v.6, n. 2, p. 1-16, jul/dez, 1989.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Polén, 2019.

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Rev. katálysis**, vol.21, n.2, p.313-323, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p313>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BETTS, Alexander. **Survival Migration**: failed governance and the crisis of displacement. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; BAENINGER, Rosana. **A nova face da emigração internacional no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2018.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; FABIANO, Maria Lucia Alves. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, nº18, p.126-145, 2º sem, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806/20723>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; MOZINE, Viviane. Imigração e Refúgio no Brasil Contemporâneo: 1930-2012. In: CUTTI, Dirceu. **Migração, Trabalho e Cidadania**. São Paulo: Educ, 2015, p.243-263.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; RODRIGUES, Viviane Mozine. Os refugiados e as políticas de proteção e acolhimento no Brasil: História e Perspectivas. **Dimensões**, vol. 27, p. 101-114, 2011. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2585/2081>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BÓNIFACE, Pascal; VÉDRINE, Humbert. **Atlas do Mundo Global**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, Presidência da República, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília: Poder Executivo, 21 nov. 2017b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada, de estrangeiros no território nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília: Poder Executivo 6 mai. 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10406.htm>. Acesso em 15 fev. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: Poder Executivo 06 out. 1945. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126587/decreto-lei-7967-45>. Acesso em 15 fev. 2020.

_____. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial da União**, Brasília: Poder Executivo, 21 ago. 1980. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 01 abr. 2021.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Poder Executivo, 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. Lei nº 9.474, de 22 julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: Poder Executivo, 23 dez. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília: Poder Executivo, 25 mai. 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. Portaria nº 218, de 27 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre o procedimento de avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamento de multas. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 28 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/cedula-de-identidade-de-estrangeiro/portarias-interministeriais/PORTARIAN218DE27DEFEVEREIRODE2018DirioOficialdaUnioImprensaNacional.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. Resolução Normativa nº 18, de 30 de abril de 2014. Estabelece os procedimentos aplicáveis ao pedido e tramitação da solicitação refúgio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes1/refugio/anexos/resolucao-18-dou-pdf.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. Resolução Normativa nº 23, de 30 de setembro de 2016. Estabelece procedimentos de solicitação de passaporte e viagem ao exterior para pessoas refugiados e solicitantes de refúgio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/rn-no-23-alterada-pela-28.pdf/view>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 137-156, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 fev. 2020.

CAMPOS, Marden Barbosa de. A Dimensão Espacial das Redes Migratórias. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 20, nº 3, p. 14 - 30, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6547573.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. **Cadernos Pagu**, n. 49, p. 80-114, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n49/1809-4449-cpa-18094449201700490012.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2020.

CARREIRA, Filomena. **Angola: entre o amor e o ódio**. São Paulo: Editora Harbra, 1998.

CASP (CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO). **Centro de Referência para Refugiados**. 2020. Disponível em: <<https://www.caritassp.org.br/centro-de-referencia-para-refugiados/>> Acesso em> 05 nov. 2020.

_____. **Relatório do setor de Acolhida indica perfil de pessoas refugiadas atendidas pela Caritas SP em 2020**. 2021. Disponível em: <https://caritassprefugio.wixsite.com/casp/single-post/relat%C3%B3rio-do-setor-de-acolhida-indica-perfil-de-pessoas-refugiadas-atendidas-pela-caritas-sp-em-2020?fbclid=IwAR2K7VCcvcuOBzvQ6J1gIT3SY7GNaagsdYVXmLD8HsOCqjGaBQilTE_vtj8>. Acesso em: 27 mar.2021.

COSTA, Emily. Ao menos 7 venezuelanas dão à luz por dia na maternidade de RR; número é quase o dobro de 2018. **G1**. Roraima, 29 ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/08/29/ao-menos-7-venezuelanas-dao-a-luz-por-dia-na-maternidade-de-rr-numero-e-quase-o-dobro-de-2018.ghtml>> Acesso em: 05 nov. 2020.

CPLP (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA). **Estados-Membros**. 2021. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-2597.aspx>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CRAI (CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO PARA IMIGRANTES). **Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes**. 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/crai/> Acesso em> 05 nov. 2020.

CULTURA MIX. Quem são os bosquímanos: homens do bosque. **CULTURAMIX**, 2013. Disponível em: <https://meioambiente.culturamix.com/natureza/quem-sao-os-bosquimanos-homens-do-bosque>. Acesso em: 4 set 2019.

CUNHA, Anabela. Processo dos 50: memórias da luta clandestina pela independência de Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 8, p. 87-96, 2011. Disponível em <http://journals.openedition.org/ras/543>. Acesso em 25 set. 2019.

DIÓGENES, Juliana. Mães angolanas buscam São Paulo e obrigam a Prefeitura a criar abrigo, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,maes-angolanas-buscam-sp-e-obrigam-prefeitura-a-criar-abrigo,10000026903>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

DORINGNY, Marcel; GAINOT, Bernard. **Atlas das escravidões: da Antiguidade até nossos dias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

DUDH (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS). 1948. Disponível em <https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf> Acesso em: 13 mar. 2021.

DUTRA, Délia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 21, n.40, p. 177-193, jan/ jun. 2013. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17676/1/ARTIGO_MulheresMigrantesTrabalhadoras.pdf>. Acesso em 28 jul. 2020.

ENRICONI, Louise. A HISTÓRIA MUNDIAL É UMA HISTÓRIA DE MIGRAÇÕES. 25 jun. **Politize**. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/migracoes-historia-mundial/>> Acesso em: 27 jul. de 2020.

FALCI, Bruno; SANTAFÉ, Maíra. A Revolução dos Cravos, as flores da liberdade. **Jornalistas Livres**, Lisboa, 25 Abr. 2018. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/revolucao-dos-cravos-comemorada-em-lisboa/>. Acesso em 28 Set. 2019.

FERNANDES, Cláudio. O Reino de Axum. **BRASILESCOLA**, 2019. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/o-reino-axum.htm>. Acesso em: 04 set. 2019.

FITUNI, L. L. Angola. **Angola: natureza população economia**. Moscovo: Progresso, 1985.

FRANCISCO, Alberto André Carvalho. **A política externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14727/1/2013_AlbertoAndreCarvalhoFrancisco.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

FURTADO, Sofia Caselli. Fluxo Migratório de Mulheres Refugiadas: O Caso das Angolanas em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepe/Unicamp, 2018, p. 782-783.

FURTADO, Sofia Caselli. **Migração Internacional em São Paulo: Jingas de Angola, Mulheres Angolanas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/349351/1/Furtado_SofiaCaseIli_M.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional. **Cadernos CERU**, v. 30, n. 1, p. 349-394, 5 jun. 2019.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**, volume I. 1ª ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOVERNO DE ANGOLA. **Sobre Angola**. 2021. Disponível em: <<https://governo.gov.ao/ao/angola/sobre-angola/>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

HARE, Paul. **A última grande oportunidade para a paz em Angola**. Porto: Campo das Letras, 1999.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Eles partiram as casas”**: Desocupações forçadas e insegurança da Posse da Terra para os pobres de Luanda. Maio 2007. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0507ptwebwcover_0.pdf> Acesso em: 05 nov. 2020.

INCARNAÇÃO, Iuri Duque da. Sociologia das Migrações: correntes teóricas e perspectivas. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 23-25 set. 2015. Congresso. Vitória, Espírito Santo: UFES, 2015.

IOM (INTERNATIONAL ORGANIZATION OF MIGRATION). **Glossary on Migration** nº 34. 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

_____. **World Migration Report 2020**. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf> Acesso em: 04 ago. 2020.

IPOLE (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS). **As 9 Línguas mais faladas em Angola**. 18 fev. 2017. Disponível em: <<http://ipole.org.br/as-9-linguas-mas-faladas-em-angola/>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

JORGE, Elianah. Grávidas Venezuelanas cruzam a fronteira para dar à luz em Roraima. **RFI**. 03 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/br/brasil/20161203-venezuelanas-vao-ao-brasil-dar-luz>> Acesso em: 05 nov. 2020.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

KURAMOTO, Cintia. **Assistência ao parto de mulheres imigrantes**: a vivência do enfermeiro obstetra/obstetriz. 2016. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-30092016-164021/>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

LEE, E. S. A Theory of Migration. **Demography**, Seattle, v. 3, n. 1, p. 47-57, Jan. 1966.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, p.49-90, Jun. 1974. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101974000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LOPES, Claudio Bartolomeu. **Trabalho feminino em contexto angolano**: um possível caminho na construção de autonomia. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18031>. Acesso em: 18 set. 2019.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de Imigração: O Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Editora Nuria Fabris, 2009.

MACHADO, Igor José de Renó; KEBBE, Victor Hugo; SILVA, Cristina Rodrigues da. Notas sobre família transnacional. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 16, n. 30, p.79-98, 2008. Disponível em: <<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/778/613>> Acesso em: 28 jul. 2020.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração Haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, Rosana (org). **Migração Haitiana no Brasil**. Paco Editorial: Jundiaí, 2016, p. 229-251.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of Migration? **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, v.15, n.29, p. 5-22, 2007. Disponível em: <<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55/47>> Acesso em 28 jul. 2020.

MARTIN, Susan; WEERASINGHE, Sanjula; TAYLOR, Abbie. What is crisis migration? **Forced Migration Review**, n. 45, p. 5-9, 2014. Disponível em: <<http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/crisis/martin-weerasinghe-taylor.pdf>>. Acesso em: 12 abr.2020.

MARTINO, Andressa Alves. CORREA, Paulo Mortari. Solicitantes reconhecimento da condição de refugiado e suas alternativas de permanência: percepções a partir da experiência como voluntários no Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). **TRAVESSIA - Revista do migrante**. São Paulo, ano XXXI, n. 83, p. 37-68, mai. – ago. 2018.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **“Refúgio significa saudades”**: A Política Brasileira de Reunião Familiar de Refugiados em Perspectiva Comparada (1997-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. **Revista Serrote**, n. 31, 2019. Disponível em: <<https://www.revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/>> Acesso em: 28 jul. 2020.

MEDINA, Maria do Carmo. **Angola: processos políticos da luta pela independência**. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2013.

MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v.10, n.10, 2015, p.53-82. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-10_Ref%C3%B4gio-Migra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MISSÃO PAZ. **Angolanas e Angolanos Atendidos na Missão Paz** – 2013 a abril 2020. Dados de migração obtidos junto à Missão Paz, 2020. E-mail datado de 30/04/2020.

MJSP (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA). **Refúgio em Números**. 1ª Edição. Brasília: Comitê Nacional para os Refugiados, 2016. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. **Refúgio em Números**. 2ª Edição. Brasília: Comitê Nacional para os Refugiados, 2017. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/2deg-edicao-refugio-em-numeros-2010-2016-v-5-0-final.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. **Refúgio em Números**. 3ª Edição. Brasília: Comitê Nacional para os Refugiados, 2018. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/refugio-em-numeros_1104.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. **Refúgio em Números**. 4ª Edição. Brasília: Comitê Nacional para os Refugiados, 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/RefugioemNumeros_2018.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. **Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em 23 de novembro de 2020**. Brasília: Comitê Nacional para Refugiados, 2020b. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/SITE.CSV>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

_____. **Tabela com decisões sobre pedidos de reconhecimento da condição de refugiado - ACNUR (1993-1997) e Conare (1998 a dezembro de 2020)**. Brasília: Comitê Nacional para Refugiados, 2020a. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/CpiadeDeciesConarehistoricoCompletoate02122020_site2.xlsb>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MONTEIRO, Indira Lazarine Catoto. **Modos de vida e de trabalho das mulheres que zungam em Luanda**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17590>>. Acesso em: 18 Set. 2019.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Idade Moderna (século XV-XVIII) *In*: RAMOS, Rui (Coord.). **História de Portugal**. 8ª Ed. Lisboa, Portugal: Esfera dos Livros, 2015, p.199-425.

MOREIRA, Julia Bertino. Pesquisando migrantes forçados e refugiados: reflexões sobre desafios metodológicos no campo de estudos. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 154-172, jul./dez. 2017. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/download/53079/25586>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MORTARI A.C., Paulo; MARTINO, Andressa A. Solicitantes de refúgio no Brasil: tempo de permanência na condição migratória, suas implicações e ponderações sobre

o panorama atual. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, p. 28-43, 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/51030>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Países da África**. 2021. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/paises-da-africa.htm>> . Acesso em: 06 abr. 2021.

OLIVEIRA, Márcia Maria. Feminização das Migrações nas Fronteiras da Amazônia. *In*: 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS. 2017. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503857327_ARQUIVO_FEMINIZACAODASMIGRACOESNASFRONTEIRASDAAMAZONIA.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

ONU NEWS. **Número de migrantes internacionais no mundo chega a 272 milhões**. 27 nov. 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

ORSOLINI, Alba Valéria Penteado; OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta. Estudo de Caso como Método de Investigação Qualitativa: Uma Abordagem Bibliográfica. *In*: FADEL, Bárbara (org). **Cultura e Desenvolvimento**. Franca: UNIFACEF, 2013, p.1-18.

PARISE, Paolo. A Missão Paz e a acolhida a imigrantes haitianos e haitianas em São Paulo. *In*: BAENINGER, Rosana (org). **Migração Haitiana no Brasil**. Paco Editorial, Jundiaí, 2016. p. 409- 425.

PEARCE, Justin. **A guerra civil em Angola (1975-2002)**. Lisboa: Tinta da China, 2017.

PEIXOTO, João. **As Teorias Explicativas das Migrações**: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. SOCIUS Working Papers, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2020.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. África pré-colonial: ambiente, povos e culturas. *In*: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 15-55.

PEREIRA, José Carlos. Acolhida a migrantes e refugiados: a ética da pastoral do migrante e desafios para a democracia no Brasil. **Travessia: revista do migrante**. São Paulo - Ano XXIX, n. 79, p. 101-126, jul.- dez./2016.

PERES, Roberta Guimarães. Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espaço de fronteira em perspectiva histórica. *In*: BAENINGER, Rosana (org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012, p. 35-74.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS ABEP*, XVIII, 19-23 nov. 2012. **Encontro**. Águas de Lindóia – São Paulo, 2012.

PETRUS, Regina. Jovens imigrantes no Rio de Janeiro: imagens, relatos e diálogos. **Travessia: Revista do migrante**, São Paulo, n. 37, p. 17-24, mai.-ago./2000.

PETRUS, Maria Regina. **Emigrar de Angola e imigrar no Brasil**: jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 - 1974). **História**, Franca, v. 28, n. 1, p. 445-482, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000100016&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 set. 2019.

PINTO, Tales dos Santos. Cultura Nok Africana. 2019. **MundoEducação**. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/cultura-nok.htm>. Acesso em: 4 set. 2019.

RAMOS, Rui. Idade contemporânea (séculos XIX-XXI) *In: RAMOS, Rui (Coord.). História de Portugal*. 8ª Ed. Lisboa, Portugal: Esfera dos Livros, 2015, p.439-773.

RAVENSTEIN, Ernest G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, vol. 48, p. 167-235, 1885.

RIBAS, João Vithor Ribeiro. A guerra civil em Angola e a presença de refugiados angolanos no Brasil. *In: REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luis Augusto Bittencourt (coords.) Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas*: Curitiba: Ed. Juruá, 2015, p. 302-310.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann. Pobreza em Angola: efeito da guerra, efeitos da paz. **Revista Angolana de Sociologia**, nº. 9, p.113- 123, 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/ras/451>>. Acesso em: 19 out. 2019.

RODRIGUES, Fernando Barbosa; MAISONAVE, Almudena Cortés. **Estudo sobre a feminização da migração cabo-verdiana e o seu impacto nas famílias**: Um estudo de caso na Ilha de Santiago, Cabo Verde. ONU MULHERES. Março, 2013. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/36400/1/%5BRodrigues%3BCort%C3%A9s%5D%20CV_MigG%20ender.pdf> Acesso em 28 jul.2020.

ROSSA, Lya Amanda. **Identidade Entre Fronteiras**: Migração transgeracional e trajetórias educacionais de mulheres angolanas em São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018.

ROSSA, Lya Amanda; MENEZES, Marilda A. Entre migrações e refúgio: migrações Sul-Sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. *In*: BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 383-401.

_____. Mulheres Angolanas em São Paulo: “novos” contornos de imigração e refúgio. *In*: 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN’S WORLDS CONGRESS. 2017. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499354940_ARQUIVO_LyaAmandaRossaartigoCompleto.pdf> Acesso em: 05 ago. 2020.

SÁ, Patrícia Rodrigues Costa de; FERNANDES, Duval Magalhães. Amazonian Gateways: A Rota de Acesso de Imigrantes até o Brasil pela Região Norte. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS. 12 abr. 2016. **Seminário**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/30_PRCs.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SANTOS, Aline Lima; NOVAES, Dirce Trevisi Prado; CHAVES, Maria de Fátima Guedes. Mulheres Angolanas no Brasil: reflexões sobre migrações, gênero e maternidade. **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 33, n. 2, jul/dez.2018.

SANTOS, Mauro Augusto dos *et al.* **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. 2010. Texto para Discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2020.

SÃO PAULO. **CIC do Imigrante visa promover a inserção social do estrangeiro**. 25 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/cic-do-imigrante-visa-promover-a-insercao-social-do-estrangeiro/>> Acesso em: 09 out. 2020.

SARTORETTO, Laura. Ampliação da Definição de Refugiado no Brasil e sua Interpretação Restritiva. *In*: BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 383-401.

SASAKI, Elisa; ASSIS, Gláucia. Teoria das migrações internacionais. XII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, out. 2000. **Anais Eletrônicos**. Caxambu, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf> Acesso em: 28 jul. 2020.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Ed. da USP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia: Revista do Migrante**, ano XIII (número especial), 2000, p. 7-32.

SCHULER, Flavia de Maria Gomes. **“Órfãos da Mobilidade”**: As repercussões da migração da mãe na vida dos filhos que ficaram. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015.

SCHULER, Flavia de Maria Gomes; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Migração feminina: um estudo das repercussões na vida das mães e dos filhos. *In*: BÓGUS, Lúcia; BAENINGER, Rosana (Orgs). **A Nova Face da Emigração Internacional no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2018, p.341-357.

SEBASTIÃO, André Kizua Monteiro. **O processo de paz em Angola**: a dimensão internacional do conflito armado de Gbadolite à Luena. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Évora, Évora, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/13383>>. Acesso em: 19 out. 2019.

SECRETARIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. Coordenadoria de Planejamento em Saúde. Assessoria Técnica em Saúde da Mulher. **Atenção à gestante e à puérpera no SUS – SP**: manual técnico do pré-natal e puerpério / organizado por Karina Calife, Tania Lago, Carmen Lavras – São Paulo: SES/SP, 2010. 234p.

SILVA, Allan Rodrigo De Campos. **Imigrantes africanos solicitantes de refúgio no Brasil**: cooperação para o desenvolvimento e humanitarismo no Atlântico Sul. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

_____. Mobilidade do Capital e Imigração Entre Brasil e Angola: Dinâmicas Territoriais no Sul Global no Início do Século XXI. **Revista Tempos Históricos**, vol. 24, n. 1, 2020. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/24935/16406>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SILVA, Caroline Caldeira da. Legislação angolana: mais do mesmo. *In*: REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luis Augusto Bittencourt (coords.) **Imigrantes no Brasil**: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas. Curitiba: Ed. Juruá, 2015, p. 229 -236.

SILVA, Daniel Neves. Salazarismo. **HISTORIADOMUNDO**, 2019. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/salazarismo.htm>>. Acesso em 25 Set. 2019.

SILVA, Hannah Waisman Motta da. **Os direitos dos refugiados(as) no Brasil**: Reflexões sobre a grave e generalizada violação de direitos humanos na prática do reconhecimento da condição de refugiado(a). Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, João Carlos Jarochinski; BÓGUS, Lucia Maria Machado; SILVA, Stéfanie-Ângélica Gimenez. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.15-30, jan - abr. 2017.

SISMIGRA (SISTEMA DE REGISTRO NACIONAL MIGRATÓRIO). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. **Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPOUNICAMP - CNPq/MPT**, 2020. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/>> Acesso em: 05 nov. 2020.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. Idade Média (século XI - XV). In: RAMOS, Rui (Coord.). **História de Portugal**. 8ª Ed. Lisboa, Portugal: Esfera dos Livros, 2015, p. 17-192.

THE WORLD BANK. **Gender Data Portal**. Angola, 2020b. Disponível em: <<http://datatopics.worldbank.org/gender/country/brazil>> Acesso em: 06 nov. 2020.

_____. **Unemployment, female (% of female labor force) (modeled ILO estimate)**, 2020a. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.FE.ZS>> Acesso em: 06 nov. 2020.

TORRES, Daniel Bertolucci. Os novos refugiados de Angola. **Nexo**, 13 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2016/Os-novos-refugiados-de-Angola>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2020.

UN (UNITED NATIONS). **Department of Economic and Social Affairs population Dynamics**. 2020. Disponível em: <<https://population.un.org/wpp/>> Acesso em: 06 nov. 2020.

UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). **Human Development Data**. 2019. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>> Acesso em: 06 nov. 2020.

UNFPA (UNITED NATIONS POPULATION FUND). **World Population Dashboard Angola**. 2020a. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/data/world-population>> Acesso em: 06 nov. 2020.

_____. **World Population Dashboard Brazil**. 2020b. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/data/world-population/BR>> Acesso em: 06 nov. 2020.

UNHCR (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES). **Global Trends**. Forced Displacement in 2019. United Nations High Commissioner for Refugees, 2020. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5ee200e37/unhcr-global-trends-2019.html>> Acesso em: 22 jun. 2020.

UNIGME (UN INTER-AGENCY GROUP FOR CHILD MORTALITY ESTIMATION). **Country under-five, infant, child and neonatal mortality**. 19 set. 2019. Disponível em: <https://childmortality.org/wp-content/uploads/2019/09/UNIGME-Rates-Deaths_Under5.xlsx> Acesso em: 06 nov. 2020.

VENTURA, Pedro Paulo Ramos. Contribuição intelectual da mulher angolana no processo da independência da Angola. **Identidade!** São Leopoldo, v. 19 n. 2, p. 100-109, jul.-dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2384>. Acesso em: 11 set. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. As independências, o neocolonialismo e a Guerra Fria. *In*: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. São Paulo, Editora Vozes, 2014, p. 99-144.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. São Paulo, Editora Vozes, 2014.

WHEELER, Douglas. A expansão de uma soberania estéril. *In*: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. 6ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2016c, 89-134.

_____. Angola é a casa de quem? *In*: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. 6ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2016d, p. 135-166.

_____. Angola e a República. *In*: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. 6ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2016e, p. 167-192.

_____. Descobrindo Angola. *In*: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. 6ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2016f, p. 193-228.

_____. Mãe negra e pai branco. *In*: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História**

_____. Território, povos e reinos. *In*: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. 6ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2016a, p.25-58.

_____. Uma Breve História de Angola entre 1971 e 2008. *In*: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. 6ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2016g, p. 355-375.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **Key Country Indicators**: Angola. 2020a. Disponível em: <<https://apps.who.int/gho/data/node.cco.ki-AGO?lang=en>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

_____. **Key Country Indicators**: Brazil. 2020b. Disponível em: <<https://apps.who.int/gho/data/node.cco.ki-BRA?lang=en>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2020**. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf> Acesso em: 06 nov. 2020.

ZETTER, Roger. More labels, fewer refugees: remaking the refugee label in an era of globalization. **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 20, n. 2, p. 172-192, 2007.

APÊNDICE A
RELAÇÃO DE MULHERES ENTREVISTADAS

#	Nome Fantasia	Data da Entrevista
1	AMINATA	24/08/2017
2	MARIA	01/11/2017
3	TANIA	01/11/2017
4	NATALINA	01/11/2017
5	ANGELA	08/11/2017
6	PIA	08/11/2017
7	MAIA	17/11/2017
8	IVONE	29/11/2017
9	TEREZA	29/11/2017
10	ARI	11/12/2017
11	MACKENZIE	11/12/2017
12	ALICE	11/12/2017
13	MARCIA	24/01/2018
14	ELISA	24/01/2018
15	MARIANA	20/03/2018
16	FALI	22/03/2018
17	LINDA	22/03/2018
18	LUIZA	28/03/2018
19	ISABEL	04/04/2018

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B

RELAÇÃO DE ESPECIALISTAS ENTREVISTADAS

	Iniciais	Característica	Data da entrevista
Especialistas pesquisadores	I.M.	Angolana doutoranda PUC-SP	29/03/2018
	C.L.	Mestre PUC-SP e trabalhou em Angola	07/05/2018
	D.B.	Professora de inglês em Angola	14/02/2018
	A.B.	Angolano doutorando USP	14/08/2018
	B.C.	Angolana doutoranda PUC-SP	08/05/2018
Especialistas representantes de instituições	J.F.	Coordenador SEFRAS	17/07/2017
	F.A.	Coordenador CRAI	16/11/2017
	M.D.	Assistente Social CRAI	16/11/2017
	E.C.	Assistente Social CRAI	16/11/2017
	M.A.	Diretora CAEMI Palotinas	24/11/2017
	M.P.	Assistente Social Missão Paz	27/03/2018
	S.P.	Coordenadora do CIC	17/07/2017
	W.R.	Advogado Cáritas	15/08/2018
	H.M.	Pastor Igreja Ebenezer	20/03/2018

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE C

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Considerando o objeto da pesquisa e a busca para verificar se as hipóteses estabelecidas eram verdadeiras ou não, foram construídos três roteiros para guiar as entrevistas semiestruturadas com as mulheres migrantes angolanas, com os pesquisadores especialistas em Angola e com os representantes das instituições governamentais e da sociedade civil que atuam na acolhida, no atendimento e na assistência às mulheres angolanas em São Paulo.

O roteiro para a entrevista com as angolanas foi dividido em 4 blocos em que foram inseridas perguntas sobre diversos quesitos, tais como: questões demográficas, religião, origem, deslocamento, residência atual, escolaridade, trabalho, benefícios atuais, situação migratória, sociabilidade em São Paulo, razões migratórias, saúde, assistência ao parto, educação, relações com o país de origem e escolha do Brasil como país de imigração. No roteiro para pesquisadores, por sua vez, buscamos saber detalhes sobre sua formação, o que faziam no Brasil, qual experiência tinha com as mulheres angolanas e o que eles pensavam sobre os objetivos desta pesquisa. Já o roteiro com funcionários das instituições foi elaborado para conhecer o trabalho e as atividades desenvolvidas na instituição, se trabalhavam com mulheres angolanas e como era feito o acolhimento e assistência a essas migrantes e qual a percepção e opinião acerca da migração de angolanas grávidas ou com filhos para o Brasil.

O roteiro foi utilizado apenas como guia para orientar a entrevista, mas por se tratar de uma entrevista semiestruturada, algumas perguntas foram adaptadas para melhor compreensão dos entrevistados e aprofundamento dos temas elencados. Assim sendo, a depender da relação entrevistadora-entrevistado algumas questões foram feitas em uma ordem diferente da que consta no roteiro, mas o conteúdo foi priorizado e não foi alterado. Além disso, algumas perguntas não foram respondidas por todos os entrevistados por não se aplicarem ao assunto, não saberem ou não quererem responder.

I. ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AS MULHERES ANGOLANAS

Perfil das entrevistadas:

- Número da Entrevista:
- Data:
- Nome:
- Nome Fantasia:
- Data Nascimento:
- Idade:
- Endereço:
- Telefone:

BLOCO 01

- Quantos filhos tem? Teve algum filho nascido no Brasil? Idade dos filhos? Local de nascimento dos filhos?
- Quando chegou ao Brasil já estava grávida? De quantos meses?
- Onde você nasceu? Fica no interior ou próximo à capital Luanda?
- Como era sua comunidade? Seu bairro? Como era sua casa?
- Como é sua família? Tem pai e mãe vivos? Tem irmãos, quantos? Eles moram onde? Seu pai e sua mãe trabalham? O que eles fazem? E seus irmãos trabalham? O que eles fazem? Eles migraram?
- Como era Angola quando você vivia lá? Como era sua cidade quando você era menina e quando era jovem? Sua família sofreu muito com a guerra civil?
- Quando saiu de Angola?
- Data da saída.
- Data de chegada ao Brasil.
- Data de chegada a São Paulo.
- Alguém estava te esperando no aeroporto?
- Em que cidade morava quando veio para o Brasil?
- Você morava na zona rural ou urbana?
- Você veio para o Brasil sozinha? Quem veio com você?
- Por quais motivos escolheu o Brasil para migrar?
- O seu marido ou companheiro veio junto com você? Se não, pode explicar os motivos? Eles pretendem vir ao Brasil? Quando?
- Deixou filhos em Angola? Que idade eles têm? Com quem eles ficaram? Pretende ir buscá-los? Quando?
- Em Angola é muito importante ter filhos? Qual é a aceitação pela família do marido e pela família da mulher, quando o casal não tem filhos? O que acontece quando um casal não tem filhos?
- Você estudou? Em que país? Em que cidade? Em que escola? Quantos anos de escolaridade? Fez algum curso superior? Que curso fez?
- Você trabalhava em Angola? O que fazia? Na zona urbana ou rural? Que profissão exercia? A mesma que estudou?
- Conte como era a sua vida antes de você vir para o Brasil?
- A qual etnia (tribo) pertence?
- Qual é a sua religião? Frequentava alguma igreja em Angola? E no Brasil, continua a frequentar a mesma igreja? Mudou de religião? Com qual regularidade que vai a igreja?
- A sua igreja ajudou você a vir para o Brasil? Como foi essa ajuda? Recebeu algum empréstimo da sua igreja? De quem? Você já está pagando esses empréstimos?

BLOCO 02

- Em São Paulo, quem mora com você?
- Alguém ajudou você a vir para o Brasil? Você tinha dinheiro ou alguém ajudou você a pagar sua viagem? Ficou devendo para alguém? Já está conseguindo pagar?
- Veio para o Brasil com visto? Teve dificuldade em obter o visto no Consulado Brasileiro? Quanto custou o visto? Teve que pagar algum valor? Quanto? Para quem?
- Você conhecia alguém no Brasil, antes de vir? Tinha amigos no Brasil? Morou na casa de alguém quando veio para o Brasil?
- Você ficou em algum abrigo da cidade? Qual abrigo? Quantos dias ficou? Sabe o endereço?

- Está com sua situação migratória regularizada?
- Tem visto permanente obtido pelo nascimento de seu filho no Brasil? (CRNM Carteira de Registro Nacional Migratório).
- Tem protocolo de refúgio (DPRNM – Documento provisório de registro nacional migratório)?
- Atualmente é refugiada ou imigrante? Por que você saiu de Angola? Explique os motivos? (razões do refúgio).
- Por que escolheu o Brasil para migrar? Explique os motivos?
- Além do trabalho doméstico, faz algum tipo de trabalho fora de casa? O que faz? Desde quando? Tem carteira de trabalho assinada? Quanto ganha?
- Onde as crianças ficam enquanto trabalha? Quem cuida das crianças?
- O que você ganha é suficiente para viver? Dá para comprar o que precisa?

BLOCO 03

- Você já deu à luz em São Paulo? Qual hospital deu à luz? Sabe o endereço? Conte como foi o atendimento?
- Se estiver grávida, em que Unidade de Saúde faz pré-natal? Conte como foi ou está sendo o seu atendimento pré-natal? Quantas consultas fez?
- Você já deu à luz em Angola? Como foi o atendimento ao parto em Angola? Foi atendimento particular ou público? Conte como foi? Se tivesse que comparar com o atendimento prestado no Brasil, o que diria?
- Quando voltou para casa após dar à luz, quem te ajudou a cuidar do bebê e da casa (no Brasil e em Angola)?
- Tem algum filho doente que precise de tratamento? Que tipo de doença ele tem? Como ele está sendo tratado aqui? Em que unidade de saúde ou hospital? Sabe o endereço? Conte como seria o tratamento dele em Angola. Se tivesse que comparar, o que diria?
- Qual unidade de saúde você leva seus filhos quando têm algum problema de saúde? Nome e endereço.
- No caso de precisar de remédios, como são obtidos?
- Como é a assistência à saúde que seus filhos recebem no Brasil? E as que recebia em Angola? Sabe dizer que tipo de assistência? Se tivesse que comparar, o que diria?
- Que benefícios você tem no Brasil? Em Angola teria os mesmos benefícios? Se tivesse que comparar, o que você diria?
- Você recebe assistência de alguma instituição aqui no Brasil? Qual? De que instituição?
- Que benefícios seus filhos têm no Brasil? Em Angola teria os mesmos benefícios. Se tivesse que comparar, o que você diria?
- Como era o atendimento de seus filhos quanto à saúde em Angola? Pode dizer como é aqui? Pode dizer se tem diferenças? Quais?
- Seus filhos estão na escola? Eles gostam da escola? Qual escola que eles frequentam? E você gosta da escola que eles frequentam? Pode dizer o nome e endereço da escola? Foi fácil encontrar vaga para seu filho?
- Você tem algum filho na creche? Me conta sobre a creche? Em Angola, tem creches para as crianças menores? Me conte como é ter filhos pequenos e trabalhar em Angola e no Brasil?

BLOCO 04

- O que você sabia sobre o Brasil quando escolheu vir para cá? Foi você quem escolheu o Brasil para migrar ou foi outra pessoa?
- Conte as razões pelas quais escolheu o Brasil para migrar. Por que veio para o Brasil?
- Você passou por algum outro país antes de vir para o Brasil? Qual e por quanto tempo?
- Sente falta de Angola? Conte se pretende voltar para Angola? Por quais motivos? Se não pretende voltar, conte os motivos.
- Do que se lembra quando pensa em Angola?
- Você encontrou no Brasil o que veio procurar? Explique o que veio buscar?
- Você pretende viver no Brasil, ou em outro país? Qual país?
- Gosta do Brasil como lugar para viver e criar os filhos?

II. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PESQUISADORES

- Qual o seu nome?
- Qual sua nacionalidade?
- Qual o seu endereço?
- Quanto tempo está no Brasil?
- Já residiu em Angola? Por quanto tempo?
- O que fazia em Angola?
- Qual o grau de sua formação acadêmica?
- Em qual Instituição de Ensino?
- Em qual país?
- Nome e objetivo da dissertação ou tese, ou pós-doutorado.
- O que faz no Brasil, atualmente?
- Quais suas atividades em Angola?
- Tem trabalhado ou estudado a mulher angolana? Sob qual aspecto?
- Tem escrito artigos ou livros? Quais?
- Trabalhou ou trabalha com mulheres angolanas?
- Estudou mulheres angolanas? Sob que perspectivas?
- Quais são suas expectativas futuras, quanto a seus estudos?
- Tem trabalhado com mulheres angolanas grávidas? Onde e quando?
- Tem trabalhado com migrantes? Onde? Faz o que?
- Na sua opinião por quais motivos as mulheres angolanas têm vindo dar à luz no Brasil?
- Por que escolhem o Brasil como lugar de chegada no seu processo migratório?

III. ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES:

- Nome da Instituição:
- Endereço:
- Nome do(a) Entrevistado(a):
- Função do(a) Entrevistado(a):

- Como e quando foi criada a Instituição?
- Como era a rede de acolhimento das mulheres migrantes e refugiadas no momento da criação da Instituição?
- Que espaço a Instituição veio ocupar?
- Qual era o perfil dos primeiros atendidos pela Instituição?
- Quais eram os principais desafios nos primeiros anos de existência da Instituição?
- Que ações a Instituição desenvolve atualmente?
- Que articulações /apoios são recebidos para o atendimento dos migrantes e refugiados?
- Qual o perfil atual dos atendidos pela Instituição: nacionalidade, sexo, idade, são migrantes ou refugiados? Qual a proporção?
- Qual o tempo de permanência na Instituição? Com filhos ou sem filhos? Grávidas ou não?
- Há algum registro ou banco de dados sobre todos os atendimentos já realizados pela Instituição? Se sim, o que revelam esses dados?
- A atual crise econômica do país afetou o perfil dos atendidos ou mesmo a capacidade de trabalho da Instituição?
- A Instituição recebe muitas mulheres angolanas? Grávidas? Com filhos pequenos? Nascidos no Brasil?
- A Instituição está preparada para recebê-las? Especialmente depois de 2013? Tiveram que ser feitas muitas modificações? Especificamente o que mudou?
- Que demandas as mulheres angolanas trouxeram?
- A Instituição recebe algum apoio governamental? Da sociedade civil?
- Como se deu e se dá a interação das mulheres angolanas com os demais grupos atendidos pela Instituição?
- Atualmente, qual a maior demanda da Instituição?
- Qual é a proporção das mulheres angolanas na Instituição desde o seu início?
- As mulheres que residem aqui, trabalham na Instituição e fora dela?
- Quais os serviços oferecidos pela Instituição: de saúde, de assistência social e burocrático?
- É oferecido algum serviço de saúde para as mulheres e crianças?
- É oferecido algum serviço pré-natal para as mulheres?
- Para que unidade de saúde as mulheres são encaminhadas para fazer o pré-natal e dar à luz?
- Para que unidade de saúde as crianças são encaminhadas para atendimento médico?
- Há alguma demanda específica por nacionalidade? Quais?
- Há atendimento psico-social? Qual? Qual o profissional que atende? É da Instituição?
- Nestes e em outros tratamentos há articulação com serviços públicos? Quais?
- A nova lei da migração irá impactar a Instituição? Como?
- Quais deverão ser os maiores desafios da Instituição nos próximos anos?
- Como se espera que a Instituição esteja daqui a 5 anos? Há algum tipo de planejamento de médio ou longo prazo?

APÊNDICE D

CADERNO DE CAMPO

Apresentamos a seguir o caderno de campo relativo às entrevistas realizadas com as mulheres angolanas durante o período de 24 de agosto de 2017 e 04 de abril de 2018.

ENTREVISTA Nº 1 - 24/08/2017

Nome fantasia: Aminata

Idade na data da entrevista: 34 anos

Local da entrevista: Residência da entrevistada - Zona Leste da cidade de São Paulo

Chegou no Brasil em 15 de janeiro de 2013 no Rio de Janeiro e três dias depois veio para São Paulo no dia 18 de janeiro. Veio para o Brasil com o marido e os três filhos que, na época, tinham de 6 a 10 anos. Foi para a Cáritas e depois para a Casa do Migrante, onde ficou por 09 meses e conheceu pessoas que a auxiliaram. Tem poucos amigos.

Nasceu na província de Banzakon em Angola, longe de Luanda, capital do país. Era zona urbana. Morava em Banzakon antes de emigrar para o Brasil. Em Banzakon, vivia em uma casa pequena, com 02 cômodos, com banheiro fora e um quintal para 05 casas. Sua família era numerosa, tinha 11 irmãos. Seu pai é comerciante e pescador. Teve um tio que morreu na Guerra Civil, cujo término ocorreu quando ela tinha 13 anos. Em Angola, Aminata estudou por 3 anos, trabalhava como ambulante e vendia churrasco na praia.

No Brasil ela pertence à religião Assembleia de Deus, em Angola pertencia ao Simon Tocu, vertente evangélica. A igreja que frequentava não a ajudou a vir para o Brasil. Não fez empréstimos. Conseguiu os vistos e comprou as passagens em promoção em 1,5 mês.

Durante a entrevista, relatou que o que ganha no Brasil não dá para viver. Ela paga aluguel de R\$600,00, recebe bolsa família (R\$200,00) e renda cidadã (R\$80,00). Ainda não encontrou trabalho formal, por esta razão é vendedora de pano de prato e bermudas para homens, no bairro Brás em São Paulo.

Enquanto trabalha, as duas crianças menores ficam sob cuidados da filha mais velha. Os três filhos frequentam escolas públicas. A filha mais velha estuda à tarde. Os menores vão para a escola de manhã e à tarde vão para o Centro Cultural da Juventude próximo a sua casa e recebem alimentação (café da manhã e almoço) nas instituições.

Aminata leva seus filhos para consulta médica nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Assistência Médica Ambulatorial (AMA) próximos à sua residência. Recebe remédios em farmácia popular. Avalia que o atendimento médico das crianças é muito melhor no Brasil do que em Angola, pois seus filhos têm mais assistência e os tratamentos são gratuitos, inclusive o dentário. Quando perguntada se prefere viver

no Brasil ou Angola, respondeu: “mil vezes o Brasil, a escola é de graça, hospital é de graça e o hospital é melhor”.

A entrevista foi feita na sua casa, um local pequeno, mas em ordem. A filha mais velha estava em casa, uma adolescente bem cuidada e bem arrumada. Ela ajuda a mãe cuidando dos outros dois filhos e da casa também. Estava com o celular ouvindo música.

ENTREVISTA Nº 2 – 01/11/2017

Nome fantasia: Maria

Idade na data da entrevista: 28 anos

Local da entrevista: Missão Paz

Maria nasceu em Luena, na província Luna Sul, é uma região de zona urbana, longe de Luanda, a quase 1 dia de carro de distância. Seus irmãos trabalham. O pai é professor e a mãe morreu. Estudou na República Democrática do Congo (RDC), na capital Kinshasa, onde morava na casa da avó. Era um local de zona urbana. Maria fez o curso de Analista de laboratório e trabalhava em um hospital como laboratorista. Saiu do emprego por questões trabalhistas e não quis contar os motivos. Pertence à etnia ishoko. É evangélica e frequentava a Igreja Ebenézer em Santana, bairro de São Paulo.

Precisou fugir de seu local de origem, foi morar em Luanda onde se casou e ficou por 2 meses antes de vir para o Brasil. Não revelou os motivos para migrar. Chegou em 14 de março de 2016 de avião. Veio sozinha grávida de 06 meses. Seu marido ficou em Angola e veio para o Brasil depois de 7 meses.

Pagou sua viagem, sozinha. Tinha economizado dinheiro. Não teve problemas com o Consulado Brasileiro em Angola. Veio para o Brasil porque estava fugindo. Segundo ela o Brasil é longe de Angola, para ela era melhor. Disse que escolheu o Brasil para morar porque é longe da África. Ao chegar, inicialmente, seguiu o caminho: aeroporto, hotel, Cáritas e Amparo Maternal. Posteriormente, foi morar com uma amiga e quando o marido chegou foi morar com ele.

Na data da entrevista, Maria morava na Zona Leste de São Paulo. Seu filho, que é brasileiro e tinha 1 ano e cinco meses na data da entrevista, é atendido no AMA próximo a sua casa. Ela diz que ele é atendido muito bem. Relatou que em Angola, só atende com dinheiro, a saúde é privada. No Brasil é melhor, atende melhor, falou que “em Angola morre muita criança” (sic). Em Angola não teria o mesmo atendimento. O Amparo Maternal ajudou a cuidar de seu filho. Na sua opinião, os filhos têm mais assistência no Brasil que em Angola, mencionando remédios, consultas e leite gratuitos.

No Brasil, Maria recebe benefícios assistenciais. É bolsista do Programa Bolsa Família desde julho de 2016. Trabalhou como faxineira em shoppings e recebia R\$1.000,00. Paga R\$500,00 de aluguel, além dos custos com luz e comida. Disse que é muito apertado. Atualmente não consegue trabalho formal. Seu marido trabalha como ajudante de cozinha desde março de 2017.

Quando perguntada o que estava precisando, declarou que “precisa de ajuda para os angolanos arrumarem emprego” (sic). Quando perguntada se as famílias aceitam uma mulher casada que não tenha filhos, respondeu que não. É importante para o povo angolano que a mulher tenha filhos.

ENTREVISTA Nº 3 – 01/11/2017

Nome fantasia: Tania

Idade na data da entrevista: 20 anos

Local da entrevista: Missão Paz

Tania nasceu em Luanda, capital de Angola. Estudou em uma escola francesa até a 8ª série, disse que pretende continuar a estudar. Ajudava uma irmã em um hotel em Luanda. Falavam em família a língua lingala, dialeto do Congo Brazzaville. A família da sua avó materna era da etnia Bakongo. Morou na Namíbia por 1 ano. Tem uma família grande, com 5 irmãos, três são imigrantes, e estão vivendo no Congo e no Canadá. O irmão que está no Canadá, está estudando. Seu pai trabalhava em uma empresa e a mãe era mascate, tem 73 anos e ainda trabalha.

Declarou que estava grávida e doente, com apendicite, e seu marido falou para ela vir para o Brasil se tratar e ter o bebê. Além do problema de saúde, o marido era diretor de uma loja e foi acusado de roubo. Depois ficou um mês preso, ele foi libertado e fugiu para a Namíbia.

Tania chegou sozinha ao Brasil em 26 de outubro de 2016, grávida de 08 meses. O marido ajudou a pagar a viagem, mas hoje não ajuda mais. Não foi difícil conseguir o visto, porque estava doente e o marido sofrendo pressão e ameaça.

Quando chegou, foi para a casa de uma amiga que a pegou no aeroporto, depois foi para um centro de acolhida no bairro Belém, zona leste de São Paulo. Deu à luz no Hospital Itaquera, hospital público. Sua filha nasceu em 15 de novembro. Disse que foi muito bem atendida e que ficou no hospital por 03 dias. Estava doente e continuou em tratamento depois do parto. A criança é atendida na AMA.

Depois de ficar no centro de acolhida do Belém por 8 meses, se mudou para outro no Pari, onde ficou 7 meses, até que foi para casa de uma amiga. A amiga fica com a criança para ela trabalhar. Procurou a Cáritas para obter informações sobre regularização migratória. É solicitante de refúgio. Relatou que vai requerer sua permanência com base em prole brasileira, mas ainda não o fez devido a falta de dinheiro.

Na data da entrevista, trabalhava no Brás, vendendo roupas. A polícia já pegou duas vezes suas coisas. Relatou “é muito difícil, sem trabalho é muito difícil”. Falou que procura emprego, mas não acha. Frequenta o Poupa Tempo, tem Carteira de Trabalho e CPF. Quando perguntada, disse que não sabe se pretende voltar para Angola.

ENTREVISTA Nº 4 - 01/11/2017

Nome fantasia: Natalina

Idade na data da entrevista: 23 anos.

Local da entrevista: Missão Paz

Nasceu em Luanda em 25 de dezembro de 1993, e morava na zona urbana. É da etnia Kanza Sul. Estudou em Luanda em escola particular e tem o ensino médio completo. O pai pagava sua escola. Sua família era composta por pai, mãe e 3 irmãos. Os três irmãos que faleceram de febre amarela por volta de 2015. A mãe era vendedora de objetos.

Saiu de Luanda em 24 de março de 2016. Veio para o Brasil com uma tia e por influência dela. Não tinha mais irmãos, estava sozinha. Quando veio para o Brasil não tinha filhos. Sua tia ajudou com o visto brasileiro. Quando chegou foi morar com a tia em Guaianazes. Um amigo do pai ajudou a arrumar uma casa.

Quando arrumou emprego, foi morar sozinha. Trabalhou em um restaurante como ajudante geral e como secretária em um escritório por 2 meses. Recebia R\$1.100,00/mês. Tem um companheiro congolês, que está atualmente desempregado e que faz bicos aos sábados. Na data da entrevista, estava grávida de uma menina, com 8 meses de gravidez. Quando engravidou foi morar no Amparo Maternal onde ficou por um mês e depois foi morar com o seu companheiro no bairro Penha, zona leste da cidade de São Paulo.

Natalina tem protocolo de refúgio, CTPS e CPF.

É uma imigrante jovem, muito bem arrumada, estava sem trabalho e faltando poucas semanas para dar à luz. Não teve condições de responder às demais questões por não ter filhos.

ENTREVISTA Nº 5 – 08/11/2017

Nome fantasia: Angela

Idade na data da entrevista: 44 anos.

Local da entrevista: Missão Paz

Nasceu em Angola, na região urbana. Seu pai é belga e a mãe é angolana. O pai tinha posses e depois perdeu tudo e quando morreu não deixou nenhum dinheiro. Tem quatro irmãos, dois estão em Paris. Sua família pertence à etnia Chitato. É católica. Estudou até o ensino médio completo na República Democrática do Congo em uma escola pública. Morou na RDC por 05 anos.

Trabalhou em Angola como Aeromoça e como arrumadeira de 3 a 4 anos em um hotel. Era vendedora de roupas e objetos da China. Migrou para o Brasil porque ficou sem emprego e não conseguia nada para fazer. Veio para o Brasil para trabalhar. Não precisou emprestar dinheiro para viajar. Viajou sozinha, ela pagou os vistos. Declarou que foi fácil obter os vistos.

Saiu de Angola em 05 de junho de 2013, chegou com os dois filhos e grávida para dar à luz. Na data da entrevista, um estava no Congo e tinha 18 anos; os demais estavam com ela no Brasil, sendo dois nascidos em Angola com 11 e 8 anos e um no

Brasil com 4 anos. O filho mais velho é de um pai e os outros são de outro pai. O quarto filho nasceu vinte dias depois que chegou no Brasil em 26 de junho, em um hospital público.

Assim que chegou foi para uma pensão, saiu para dar à luz e voltou para a mesma pensão. As pessoas ajudavam. Quando precisa de remédio e não tem nos postos de saúde, solicita para a Cáritas. O pai das crianças veio há quatro meses, considerando a data da entrevista. Ele chegou doente, veio se tratar, está sendo atendido em uma UBS.

Relatou que no Brasil o atendimento de hospital é melhor. Disse que é melhor criar filhos no Brasil, mencionou que as crianças comem na Escola. Veio para que seus filhos estudassem no Brasil, falou que nos hospitais não paga e não paga atendimento de saúde. Seus filhos estudam em escolas públicas. Afirmou “no Brasil o ensino é gratuito e em Angola é tudo pago. No Brasil a escola, a saúde e as consultas são de graça” (sic).

Angela recebe bolsa família e muita ajuda. “Em Angola não, pois todos são pobres” (sic). Tem carteira de residência permanente, CPF e Carteira de Trabalho. Está com a situação migratória regularizada. Veio para o Brasil influenciada por uma amiga. Inicialmente pediu refúgio, mas agora tem RNM permanente.

Faz alguns bicos no Brasil, mas disse que atualmente está difícil. Quando precisa trabalhar e as crianças não estão na escola, elas ficam sozinhas em casa. O que ganha não é suficiente, mas em Angola é pior. Para ela falta trabalho no Brasil.

Imigrante mais velha e bem segura ao falar. Está com bastante dificuldade por falta de trabalho, mas está bem inserida e usando todos os recursos que o Brasil oferece.

ENTREVISTA Nº 6 - 08/11/2017

Nome fantasia: Pia

Idade na data da entrevista: 23 anos

Local da entrevista: Missão Paz

Pia é natural de Luanda, tem 7 irmãos, sendo 5 vivos, todos moram em Luanda. Sempre viveu na zona urbana. Sua família pertence à etnia Luba. É evangélica. Frequentou a escola em Luanda até a 6ª série e terminou seus estudos em Kinshasa na República Democrática do Congo, onde viveu dos 12 aos 16 anos por causa da guerra civil.

Em Angola trabalhava como faxineira em uma empresa, até vir para o Brasil. Saiu de Luanda no dia 18 de dezembro de 2016, e chegou ao Rio de Janeiro no dia seguinte. Uma amiga evangélica foi buscá-la no aeroporto e ficou com ela por uma semana. Depois veio para São Paulo e ficou na casa do Imigrante do Pari por oito meses. Atualmente, mora só com os filhos no bairro Artur Alvim, zona leste de São Paulo.

Viajou com um filho de 1 ano e grávida de 03 meses de uma criança que nasceu no Brasil. Seu marido pagou as passagens e os vistos. Não precisou emprestar dinheiro de ninguém para a viagem. Mas ele ainda não veio e não sabe quando virá.

Deu à luz em hospital público. O bebê nasceu com anemia falciforme e precisa de acompanhamento e remédios constantemente. Na data da entrevista, a criança tinha cinco meses.

Tem protocolo de refúgio e não pediu visto permanente por não ter dinheiro para pagar as taxas.

Apesar das duas crianças ficarem na creche, Pia não trabalha, porque não conseguiu emprego. Tem bolsa família no valor de R\$250,00, recebe ajuda da igreja evangélica e da Missão Paz. Disse que o que recebe não dá para sustentar os filhos, precisa de dinheiro e de ajuda. Tem CPF e Carteira de Trabalho.

Está esperando vaga em uma escola para o filho mais velho. Leva as crianças na AMA perto de sua casa. Enfrenta dificuldades com o filho que precisa de remédio. No dia da entrevista, Pia apresentava uma situação bem dramática. Estava desesperada, pois não tinha medicação nas farmácias dos Posto de Saúde. Ela estava na Missão Paz e foi encaminhada para a Assistente Social da instituição para verificar a possibilidade de ajuda na compra do remédio.

Declarou que em Angola tem o mesmo atendimento de saúde que no Brasil, só que lá é necessário pagar por tudo. No Brasil é de graça. Ela falou que gosta mais do Brasil e que “aqui é melhor”. Não pretende voltar para Angola.

ENTREVISTA Nº 7 - 17/11/2017

Nome Fantasia: Maia

Idade na data da entrevista: 26 anos.

Local da entrevista: Missão Paz

Maia nasceu em Cabinda, em Angola. Relatou que veio para o Brasil, pois seu pai, mãe e toda a família (composta por cinco irmãos) foram perseguidos pelo governo por pertencerem à Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Eles fugiram várias vezes e depois se mudaram para Luanda, onde ficaram 3 anos, até que ela viesse para o Brasil. Sofreram com a guerra civil e foram morar em Puenta Negra, Província de Malanje. A família pertence à etnia Lindi.

Maia estudou até o ensino médio em Cabinda. Trabalhou em um restaurante e deu aulas de italiano e francês. Acumulou um pouco de dinheiro.

Antes de vir para o Brasil foi para a África do Sul, com suas economias, onde ficou por alguns meses, pois acreditava ser mais fácil conseguir visto para os Estados Unidos. Seu pai queria que ela deixasse Angola. Voltou para Luanda e seu pai foi ao Consulado Americano tentar o visto, mas não conseguiu. Então decidiu enviá-la para o Brasil. O preço do visto era mais barato e foi fácil conseguir. Seu pai financiou sua vinda, pagando sua passagem.

Chegou no Rio de Janeiro em 01 de julho de 2016, onde ficou por mais de 1 ano na casa de uma amiga. Atualmente, está em São Paulo residindo como uma amiga no bairro Artur Alvim, zona leste da cidade.

Veio com visto de turista e atualmente tem protocolo de refúgio.

Quando veio para o Brasil não estava grávida. No Rio de Janeiro morava na favela, onde conheceu um homem brasileiro e engravidou. Era casado e a mulher dele a ameaçou e ela veio para São Paulo. Na data da entrevista, estava grávida de 6 meses.

Em Angola, deixou um filho de 09 anos que ficou com o pai da qual é separada e que trabalha em perfuração de petróleo. Pretende voltar para buscar o filho, pois o marido se casou e constituiu outra família e não sabe como seu filho é cuidado. O filho já morava com o pai antes dela vir para o Brasil.

Pertence à religião católica, mas não frequenta no Brasil.

Em São Paulo, frequenta um posto de saúde perto de sua casa para fazer o pré-natal. Já fez uma consulta e está marcada outra no dia 24 de novembro. Os remédios indicados pelo médico na consulta foram dados gratuitamente no AMA. Não sabia ainda em qual hospital vai dar à luz. Recebeu enxoval para o bebê da Missão Paz gratuitamente.

Quanto à saúde, apontou que a grande diferença entre Angola e o Brasil é que aqui tudo é de graça e em Angola tem de pagar tudo. A consulta médica em São Paulo foi igual às que fez quando estava grávida em Angola, só que lá tinha que pagar.

Relatou que em Angola a sociedade não aceita casamento em que a mulher não tenha filhos. A mulher precisa ter filhos, se não tiver o marido procura outra mulher para ter.

Perguntada se tem saudades de Angola, disse que tem do filho e da família. Perguntada do que se lembra quando pensa em Angola, respondeu que lembra de sair, passear, ir em boate. Lá era feliz porque trabalhava.

Não escolheu o Brasil para migrar, quem escolheu foi seu pai. Veio para o Brasil, porque não conseguiu ir para os Estados Unidos. Escolheu o Brasil porque aqui poderia procurar trabalho. Perguntada se no Brasil encontrou o que veio buscar, respondeu que veio procurar trabalho e não saúde.

Escolhe o Brasil quando perguntada qual país prefere, mesmo sem ter trabalho por aqui. Queixou-se que sem emprego, não tem como viver, pois fica dependente de outros para morar e para comer.

Foi orientada a procurar uma vaga em creche próxima da sua casa para poder deixar seu filho e ir trabalhar. Durante a entrevista, estava com uma amiga com quem reside e que conhece melhor a cidade de São Paulo.

ENTREVISTA Nº 8 - 29/11/2017

Nome fantasia: Ivone.

Idade na data da entrevista: 30 anos.

Local da entrevista: Missão Paz.

Nasceu em Casenga, zona urbana, bairro de Luanda. Antes de vir para o Brasil morava no bairro Vila Flor. Sua família pertence à etnia Bankon. A sua família era numerosa, seus pais tiveram 08 filhos, dois morreram. Viviam em uma casa com dois quartos. O pai era vendedor de carregador de celular e TV na rua, fazia comércio.

Sofreram muito com a guerra civil, as irmãs contaram a ela que muita gente morreu e muitos ficaram mutilados. Fugiram para a República Democrática do Congo e depois voltaram para Angola. Quando fugiram para a RDC sua mãe estava grávida dela. Durante o período que a família fugiu para a RDC, um avião caiu em cima da casa da família em Angola e quando voltaram não tinham mais onde morar. A sua mãe morreu quando ela era pequena. Ivone foi criada pelas irmãs, que estão em Angola.

Estudou seus anos completos. A escola era paga por um irmão. Quando o irmão morreu ela precisou parar de estudar. Mais tarde fez curso de pastelaria e culinária, trabalhou por um mês como cozinheira.

Chegou no Brasil em 15 de agosto de 2017, com 8 meses de gravidez e uma filha de 11 anos. Deixou 2 filhos com as irmãs em Angola, uma filha de 5 anos e um filho de 7 anos. Não precisou emprestar dinheiro de ninguém para viagem, pois tinha economias. Disse que foi fácil tirar o visto e comprar as passagens, demorou duas semanas para sair o visto.

Ao contar sua história sobre o que a levou a vir para o Brasil, explicou que seu marido trabalhava em uma empresa de construção civil. Foi despedido e com o dinheiro montou uma lanchonete e começaram a vender. Jovens bandidos vinham sentar na lanchonete e não consumiam nada. O marido reclamou, os jovens não gostaram e brigaram. Um amigo do marido veio ajudar na briga e machucaram um dos bandidos e o grupo prometeu vingança. Os bandidos eram perigosos e o marido fugiu. Ela estava grávida e sozinha, não encontrou seu marido. Os bandidos começaram a ameaçá-la. Por medo dos bandidos e de que eles estupassem sua filha, fugiu e resolveu migrar. Veio para o Brasil sem saber onde estava o marido e sem falar com ele.

Quando chegou em São Paulo, tinha um amigo de seu marido esperando-a no aeroporto. Ivone ficou na casa dele por dois dias e depois, em 17 de agosto de 2017, foi para o Abrigo Gilsa Peloso onde vive até hoje. Não tem condições econômicas de sair do abrigo. A única renda que tem é a bolsa família, no valor de R\$85,00, por mês. Atualmente procura qualquer emprego, mas como está grávida é muito mais difícil.

Queixou-se do abrigo, pois tem brigas, é sujo, principalmente os banheiros, e tem muito barulho. Como não tem dinheiro para comprar roupas, tem que receber roupas usadas. Não gosta da comida do Brasil, a comida do Brasil é diferente da de Angola. Mas não tem como sair do abrigo, pois o aluguel custa caro. Precisa de creche para os filhos.

Não quer ir para o abrigo da Penha, pois lá as mulheres têm que trabalhar. Declarou “imagine trabalhar [tendo feito] cesárea”. Disse que sofre discriminação no abrigo em que vive por ser angolana, as brasileiras falam “volte para Angola”.

É Pentecostal. Continua frequentando a religião no Brasil. A pastora da igreja, em São Paulo, busca e leva de perua os fiéis do Abrigo todos os domingos. Não soube declarar o nome da pastora e nem o endereço da igreja.

No Brasil, deu à luz em um hospital público da zona leste de São Paulo. Quando o bebe precisava ser registrado o marido ligou e como não podia registrar a criança sozinha, seu marido veio de Angola e ficou no Brasil por apenas uma semana. Não tinha dinheiro para ficar e nem para solicitar documentos para regularização permanente. Ele só conseguiu vir porque teve ajuda de amigos.

Frequenta postos de saúde (AMA e UBS) públicos para cuidar de sua saúde e de seus filhos. No Brasil, Ivone foi diagnosticada com hepatite tipo B, tendo sido encaminhada para consulta específica, tratamentos e exames. Na data da entrevista, relatou estar insatisfeita com os atendimentos e com a demora nos serviços públicos para tratar de sua hepatite. Afirmou que em Angola é mais rápido que no Brasil.

Em Angola levava os filhos e frequentava o atendimento gratuito e não fizeram o diagnóstico de hepatite. Disse que não tem diferença entre o atendimento em Angola e no Brasil no que se refere ao atendimento médico dos filhos. A filha de 11 anos estuda em uma escola pública. Ela leva e busca, todos os dias.

Disse que tem diferença entre Brasil e Angola, pois aqui tem bolsa família e em Angola não tem. Gostou daqui visto que no posto de saúde, deram remédios e roupa para o seu bebê. Perguntada se prefere o Brasil ou Angola, afirmou que veio para o Brasil para ficar e que não tem como ir embora. Reclamou novamente da demora em ser atendida da hepatite. Quer que seus dois filhos que estão em Angola venham para o Brasil. Quanto ao seu atendimento ao parto disse que no Brasil foi bem atendida, foi rápido, as pessoas foram gentis e as atenderam bem. Foi cesárea. Em Angola teve duas cesáreas e um parto normal.

Quando perguntada se e do que sente saudades de Angola, Ivone disse que sente falta dos filhos e não do país. Segundo ela, os filhos precisam da mãe próximo. Ao pensar em Angola, disse que lembra dos filhos.

Quando perguntada por que escolheu o Brasil para migrar, respondeu muita gente de Angola vem para o Brasil e tinha uma amiga de seu marido que mora aqui. Veio encontrar paz. Está bem agora. Relatou que antes Angola era um país bom para viver, mas agora não mais, pois é um país muito pobre. Disse que prefere o Brasil, apesar de não ter tudo o que precisa. Quer ter dinheiro para viver melhor.

Ivone tem CTPS e CPF. No momento da entrevista era solicitante de refúgio.

O que mais está afligindo esta senhora é o tratamento da hepatite B e o diagnóstico dos filhos. Parece ser diferenciada e exigente. Está muito sofrida com sua situação atual, Veio com uma amiga para fazer a entrevista e trouxe o bebê. A entrevista foi agendada para às 14h, porém ela veio às 10h. Almoçou na Missão, mas não gostou da comida e nem dos talheres de uso comum. Prefere as comidas angolanas.

ENTREVISTA Nº 9 - 29/11/2017

Nome fantasia: Tereza

Idade na data da entrevista: 39 anos

Local da entrevista: Missão Paz

Tereza nasceu na província de Uíge, zona urbana, longe de Luanda. Morava com o pai, a mãe e cinco irmãos. Relatou que era um lugar tranquilo e não tinha bandido. Sua casa tinha 3 cômodos. Seu pai morreu, sua mãe ainda é viva e reside em Uíge. Três irmãos residem no mesmo local. O pai era enfermeiro, trabalhava em hospital. Tereza foi viver em Luanda com um irmão mais velho, que fazia comércio. Seu marido é vendedor.

Foi para a República Democrática do Congo para estudar, por lá estudou 16 anos. Terminou o colegial completo e se graduou em jornalismo, porém não tem licenciatura. Fez estágio na RTNC – Rádio e Televisão Nacional do Congo.

Antes de vir para o Brasil, residia em Luanda, onde viveu por 15 anos. Era vendedora de apliques de cabelo.

É católica, mas não pratica no Brasil.

Saiu de Luanda no dia 02 de outubro de 2017 e chegou em São Paulo no dia seguinte. Veio grávida de oito meses e trouxe uma filha de 3 anos. Também deixou uma filha de 13 anos, em Angola, com a sua mãe. Quando chegou ao Brasil ficou uma semana na casa de um amigo de seu marido e depois, em 10 de outubro, foi para o abrigo Gilza Peloso, onde vivia até a data da entrevista.

É solicitante de refúgio e disse que justificou o pedido devido a perseguição de gangues. Explicou que seu marido era gerente de transporte de peruas que transportavam mercadorias para venda. Eles saíam muito cedo para trabalhar, ela o acompanhava. Uma manhã, bandidos assaltaram a perua e levaram a perua e as mercadorias. Ela foi deixada na estrada por estar grávida e seu marido foi deixado muito longe.

A dona da empresa quer que o marido pague todo o prejuízo, como não tinham dinheiro, mandou bandidos ameaçá-los com prazo de 23 dias. Tereza fugiu com as filhas para a casa da mãe em Uíge. Seu marido fugiu. Não denunciou para a polícia, pois é pior. Esclareceu que em Angola tem muitas gangues e se for na polícia vai piorar. O marido não veio com ela para o Brasil por não ter dinheiro. Foi para a casa da irmã em Luanda e fez vistos e comprou as passagens. A mãe aconselhou fugir bem longe, para o Brasil.

Quem pagou sua passagem foi sua mãe e Tereza não tem dívidas com ela. O visto foi fácil, custou 43.200 kwanza (ou aproximadamente R\$391,00). Quando chegou no Brasil foi roubada, ficou sem dinheiro. Come no abrigo e quando precisa andar de ônibus, empresta dinheiro. Não está trabalhando fora de casa.

Seu nenê nasceu 01 mês depois de sua chegada no Brasil. Deu à luz em hospital público. Sobre o atendimento, respondeu que aqui as mulheres e as crianças são muito bem atendidas. Fez apenas uma consulta de pré-natal em um AMA e

também foi muito bem atendida. Em Angola os funcionários ofendiam se não dessem dinheiro. Em Angola não tem o mesmo tratamento, inclusive, as vacinas eram pagas.

Já saiu do hospital, sabendo de todos os encaminhamentos. Cuidou sozinha do bebê. A filha de 3 anos, ainda não levou ao médico, vai agendar. Está esperando a vaga na creche. Não recebe nenhum benefício em espécie. No Brasil, as crianças têm benefícios que não têm em Angola: escola, creche e leite. Em Angola não tem. Prefere criar os filhos no Brasil. A escola e a saúde são gratuitas. Em Angola é caro.

Perguntado do que tem saudades quando lembra de Angola, respondeu que sente falta do marido, mãe e filha. Sobre o que se lembra quando pensa em Angola, disse que lembra dos bandidos chegando em sua casa e batendo em seu marido. Perguntado por que escolheu o Brasil para migrar, respondeu que quem escolheu foi sua mãe. A mãe gosta do Brasil e do futebol. Perguntado se encontrou o que veio buscar no Brasil, disse que ainda não. Não tem trabalho, mas tem a esperança de que seu marido venha com a filha. Disse que é melhor viver no Brasil e que quer criar os filhos aqui, pois estudo e hospital são gratuitos.

Veio para a entrevista, com uma amiga que também ia ser entrevistada. Trouxe o bebê e a filha de 3 anos. Muito simpática, bem orientada e respondia todas as perguntas com atenção. Carinhosa com os filhos e atenciosa com a entrevista. A filha de 3 anos estava bem arrumada e era muito alegre e simpática. Parte da entrevista fiquei com o bebê no colo, pois a menina dormiu e ficou no colo da mãe. A entrevista foi marcada para às 14 horas, mas ela chegou às 10h e depois almoçou na Missão.

ENTREVISTA Nº 10 - 11/12/2017

Nome fantasia: Ari

Idade na data da entrevista: 29 anos.

Local da entrevista: CAEMI Palotinas – Penha

Natural de Maquela do Zombo, na província de Uíge, distante de Luanda. Seu pai está vivo, sua mãe morreu há muito tempo. Tem cinco irmãos. Pertence à etnia Bakongo. Foi criada pelo pai e pela madrastra. Atualmente o pai e um irmão moram na República Democrática do Congo (RDC). Durante a guerra civil angolana, o pai fugiu com a família para a RDC. Sempre morou em zona urbana. Tem o primeiro grau completo e o ensino médio, tendo estudado na RDC. Não fez curso superior. Em 2006 voltou para Angola. Trabalhou em Lunda no comércio com vendas de roupas femininas.

Chegou ao Brasil em 27 de setembro de 2017. Veio com um filho de 7 anos que nasceu em Angola. O pai de seu filho sabia que ela ia migrar e não se opôs que trouxesse o filho.

Antes de vir para o Brasil morava em Luanda. Ela mesmo comprou sua passagem e obteve o visto para vir para o Brasil. Pagou 43.000 Kwanzas (aproximadamente R\$389,00). Não emprestou dinheiro e não teve ajuda de ninguém, com exceção do namorado, que não é o pai do seu filho. Tinha economias. Quando estava decidindo, pensou em voltar para a RDC, mas desistiu e resolveu vir para o Brasil.

Quando chegou em São Paulo foi levada para o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI), que a encaminhou para o abrigo do CAEMI Palotinas Penha.

É solicitante de refúgio e quando indagada sobre as justificativas de seu pedido, se recusou a dizer. Quando chegou em São Paulo, foi à Cáritas onde declarou as razões de seu pedido de refúgio. Tem Carteira de Trabalho, CPF e tem protocolo de solicitação de refúgio.

Na data da entrevista, não estava grávida. Não é casada com o pai do seu filho. Não quis falar sobre este assunto.

É Pentecostal. No Brasil também frequenta esta igreja. Disse que o pastor paga a passagem para ela ir a igreja. A igreja fica no bairro de Sapopemba, zona leste de São Paulo.

Seu filho está estudando em uma escola pública na Vila Matilde. Leva seu filho, quando tem problemas de saúde, ao posto de saúde próximo a sua casa. Contou que o filho estava com anemia e recebeu remédio de graça. Em Angola tem atendimento de saúde público e privado, mas o público tem que chegar de madrugada. No Brasil o atendimento público é melhor. Perguntada respondeu que está satisfeita com o tipo de assistência médica que recebe no Brasil. Recebeu remédios gratuitamente. Quanto ao atendimento ao parto, disse que em Angola é pior. Também está muito satisfeita com a escola que seu filho frequenta, ela é gratuita e seu filho gosta muito.

Não conseguiu emprego e não tem dinheiro para viver fora do abrigo. Fez solicitação de bolsa família e vai receber.

Perguntada qual país prefere, afirmou que gosta dos dois: Brasil e Angola. Quando lembra de Angola, pensa na música, família e no namorado.

Afirmou que escolheu o Brasil para migrar por gostar do futebol, dança e prefere que seu filho seja criado no Brasil. Relatou que veio buscar paz e que quer dar uma vida melhor para seu filho.

A entrevistada entrou na sala para entrevista, com “a cara brava e amarrada”, não gostando nem um pouco de ter sido chamada. Ao informarmos sobre o objeto da pesquisa, solicitou cartão de apresentação e disse que não queria falar de vários assuntos. Estava muito bem-vestida e arrumada com um vestido bonito.

Com o passar da entrevista, foi ficando mais calma e mais agradável, inclusive sorrindo. Foi conversando e respondendo às perguntas com voz mais alta, pois no início precisamos solicitar que falasse mais alto.

No final da entrevista quando estava mais à vontade disse que não pode voltar para Angola, pois precisa salvar a vida dela. O namorado não decidiu se vem para o Brasil. Ao término, ela perguntou se eu poderia ajudá-la, principalmente a arrumar emprego. Ela estava na Missão Paz para verificar a possibilidade de conseguir trabalho. Ela já conhecia a Missão Paz, tinha ido na reunião sobre a lei da migração.

Na saída da instituição a entrevistada estava sentada no jardim de frente da casa com outras mulheres e conversando alegremente.

ENTREVISTA Nº 11 - 11/12/2017

Nome fantasia: Mackenzie

Idade na data da entrevista: 21 anos

Local da entrevista: CAEMI PALOTINAS – Penha

Quando ela entrou na sala para entrevista, me deparei com uma “adolescente” bem jovem, magra, simpática, com duas garrafas de água na mão, que se dirigiu para mim com cordialidade e desenvoltura. Parecia destemida, feliz e decidida. Falava o português fluentemente e quando indagada respondia rapidamente e com facilidade, sem titubear. Parecia uma pessoa muito experiente pela sua vida já vivida em Angola e São Paulo.

Ela nasceu na região rural de Luanda, denominada Bengo. Seu pai teve relacionamentos com cinco mulheres e teve 10 filhos. Da sua mãe, Mackenzie foi a primeira filha e a segunda de seu pai. Viveu com a mãe por 2 anos, depois foi “dada” para outra pessoa cuidar, que chamava de mãe. Seu pai veio para o Brasil onde permaneceu por 10 anos, tinha um comércio de apliques de cabelo. Em 31 de agosto de 2010, quando ela tinha 14 anos, seu pai a trouxe para São Paulo, onde residia, no bairro do Canindé. Seu pai a trouxe, pois queria que ela estudasse no Brasil. Ela foi trazida por um tio, junto com um irmão. Não sabe a que etnia pertence.

No início não estudou em ensino regular, aprendia em casa, depois estudou por três anos, em uma escola no bairro onde morava. Ainda pretende continuar seus estudos no Brasil. Nessa época morava com dois irmãos de mães diferentes. Preferia viver em Angola, tinha uma vida boa. Disse que no Brasil era um “inferno” (sic), pois tinha que trabalhar fazendo aplice no tempo livre.

Seu pai voltou para Angola e a deixou no Brasil. Foi expulsa de casa, passou por humilhações e passou fome. Trabalhava fazendo bicos e recebia o combinado. Trabalhou como babá, empregada doméstica, ajudante de cozinha. Não morava nas casas onde trabalhava. Algumas vezes vivia na rua.

Na data da entrevista, estava grávida de quatro meses de seu namorado, que é angolano, que mora em Campinas e é estudante de engenharia em uma Universidade Pública. Ficou grávida por acaso, não foi para ter direito a permanência no Brasil e nem por paixão. Seu pai sabe que ela está grávida e ficou feliz.

Está no abrigo CAEMI PALOTINAS há um mês, tem que se acostumar. Gosta de onde está, tirando as regras. Explicou que a casa é limpa, a comida é boa, por isso concordou que precisa ajudar na manutenção da casa.

Vinha procurando trabalho, mas fala que é muito difícil, por estar grávida, buscava um trabalho mais leve, menos pesado. Atualmente parou de procurar emprego. Como estava com documentação irregular e tinha medo de ser deportada, Mackenzie pediu refúgio. Tem protocolo de refúgio.

Frequenta a igreja Mundial do Poder de Deus, no Brás. Perguntada o nome do pastor, disse que existem muitos bispos e que não sabe o nome deles. Vai por conta e vai em uma igreja perto do abrigo.

Faz pré-natal em uma UBS próxima ao abrigo. Disse que gosta do pré-natal.

Perguntada como planeja sua vida, afirmou que pretende sair do abrigo, estudar e fazer faculdade. Tem Carteira de trabalho e CPF. Disse que pretende voltar para Angola para passear e afirmou que não escolheu o Brasil como lugar para morar, foi seu pai que a trouxe quando tinha 14 anos. Sobre Angola, disse que gosta da comida e dos familiares. No Brasil gosta de algumas comidas: baião de dois e cuscus.

Uma adolescente muito sofrida, com história familiar triste e desajustada. Fiquei com um sentimento de “pena” pelas adversidades enfrentadas. Entretanto, é muito decidida e muito resolvida, apesar das suas dificuldades. Tive uma sensação de tristeza.

ENTREVISTA Nº 12 - 11/12/2017

Nome fantasia: Alice

Idade na data da entrevista: 29 anos

Local da entrevista: CAEMI PALOTINAS - Penha

Nascida em Angola, Alice veio sozinha, deixou o marido com uma filha de 5 anos e três sobrinhos que ela cria, de 19, 15 e 6 anos. Migrou grávida de oito meses. Chegou no Brasil no dia 10 de outubro de 2017. Seu o bebê nasceu morto em 25 de novembro de 2017. Informou que, segundo autópsia, foi por falta de oxigênio.

Antes do parto o bebê se mexia bem, sem problema. Quando veio para o Brasil não esperava a morte do bebê. Relatou que queria trazer os filhos e o marido para residir no Brasil e aqui criar os filhos. Queria e quer reunir a família, mas não sabe como fazer. Agora está sozinha no Brasil, mas vai ficar em São Paulo. Quem a ajudou vir ao Brasil foi o marido. Seu marido precisa conseguir dinheiro para 05 passagens e 05 vistos. Ele trabalha como vendedor na rua, vende alimentos no mercado durante o ano e, no final de ano, vende roupas. Vendia bem, dava para viver.

Chegou em São Paulo e um táxi a levou ao Centro de Referência e a Atendimento a Imigrantes (CRAI), que a encaminhou para o CAEMI PALOTINAS, onde está atualmente.

Alice nasceu no interior de Luanda, capital de Angola. Seu pai, por pertencer à UNITA, teve que fugir com a família para a República Democrática do Congo (RDC). Depois da guerra, Alice voltou para Angola, com 15 anos. Estudou o ensino médio, que começou na RDC e finalizou em Angola. Pertence à etnia Bakongo. Todos os seus filhos (filha e os sobrinhos que cuida) estudam em colégio particular em Angola.

Afirmou que para atendimento médico e pré-natal é melhor médico particular.

Pertence à igreja Cristã Pentecostal.

Disse ainda que não foi discriminada no Brasil.

Deu à luz em uma maternidade no Belenzinho, bairro da zona leste de São Paulo, e foi bem atendida. O abrigo onde mora fez o enterro do bebê, não sabe em qual cemitério está enterrado.

Frequenta a UBS próxima ao abrigo. Gosta muito da casa. Acha a comida muito diferente. Fez a solicitação de bolsa família e vai receber este próximo mês.

Tem CTPS e CPF. Tem protocolo de solicitação de refúgio e quando perguntada sobre as razões alegadas no pedido, respondeu que como viveu muito tempo na RDC, pertence à etnia Bakongo, e fala duas línguas (kikongo e lingala) é discriminada nos dois países. São discriminados na RDC por ser angolana e falar português e em Angola sofre por ter vivido na RDC e por falar a língua desse país. Além disso, os bakongos são perseguidos pelos angolanos por já terem vivido na RDC. Ela disse que policiais agridem e maltratam e que é muito difícil viver dessa forma. Por isso, ela e o marido decidiram migrar.

Quando perguntada se pretende voltar para Angola, disse que só para visitar e que sonha com uma vida em Paz. Falou que tem saudades de Angola, porque é seu país e quando pensa em Angola lembra da sua família.

Perguntada por que as mulheres angolanas escolhem o Brasil para migrar, respondeu que se deve a perseguição em Angola, melhores condições para os filhos e busca de trabalho.

Encerrou a entrevista dizendo que quer os filhos e o marido perto. Sente saudades. O plano não deu certo, queria e quer trazer os filhos (os que cria e a sua filha) e o marido para o Brasil. Afirmou que “a morte do bebê atrapalhou”.

Não soube dizer se seu bebê morreria, caso estivesse em Angola. Declarou que “foi a vontade de Deus”. Alice pede a Deus para conseguir trazer seus filhos e seu marido para o Brasil para ficar com eles. Sozinha, não consegue e é muito triste.

A entrevistada estava bem-vestida, falava baixinho, porém aceitou a entrevista sem perguntar nada e disse que o que aconteceu com ela foi um fatalismo. “Não deu certo, mas foi a vontade de Deus”. O óbito da criança me causou bastante perplexidade, por ser um fato surpreendente e não esperado, tendo em vista que as mulheres angolanas vêm para o Brasil com sonhos e a certeza de que seus projetos migratórios vão ser realizados e assim poderão oferecer melhores condições de vida para suas famílias.

Alice continua com o objetivo de trazer sua família para o Brasil para aqui viver, mas no momento o marido não tem dinheiro. Estava com aparência entristecida e aparentando ainda estar no período pós-parto, postura diferente do que vimos quando saímos da instituição. Ela estava sentada no jardim da casa com mais três mulheres conversando alegremente.

ENTREVISTA Nº 13 - 24/01/2018

Nome fantasia: Márcia

Idade na data da entrevista: 28 anos

Local da entrevista: Missão Paz

Márcia nasceu em Angola, onde sempre residiu. Seu pai e sua mãe morreram em um acidente de carro. Eram comerciantes de comida. Ela e seus irmãos foram

morar com a avó materna. Tem um irmão que continua em Angola e que lá estuda. A irmã da mãe paga os seus estudos. Seu pai sofreu muito com a guerra civil angolana, tinha cicatrizes de bala nos braços. Ele foi ferido pela UNITA. Sua família pertence a etnia Bakongo (sul). Sempre morou em Luanda, estudou até os 18 anos, mas não fez curso superior. Era cabeleireira em Luanda. É católica.

Casada há quatro anos, tem dois filhos do mesmo marido. Uma menina nascida em Luanda em 2014 e um menino nascido no Brasil em 2016.

Explicou que precisou vir para o Brasil devido a conflitos familiares. Ela disse que se casara com dote que seu marido entregou para seu pai. Quando seus pais morreram, a casa onde residiam ficou para ela e seu irmão. A família do pai brigou muito com ela e com seu irmão por causa da herança da casa. Por isso, colocaram feitiço (macumba) nela que a fez ficar doente. Estava amamentando sua filha mais velha e teve inflamação nas duas mamas a ponto de ser operada. Ao falar disso na entrevista, muito ansiosa, Márcia abaixou a blusa e mostrou as duas mamas que realmente tinham cicatrizes. Afirmou várias vezes que a doença que teve nas mamas foi resultado da macumba, dos feitiços que colocaram nela. Ficou com medo de morrer, seu marido também ficou com medo de que ela morresse. Ela já estava grávida do segundo filho, que nasceu no Brasil, e então decidiram que ela deveria fugir de Angola, para não mais pegar feitiço. Além disso, consideraram migrar para o Brasil por conta da língua.

Seu marido e o pai de seu marido ajudaram na compra das passagens e dos vistos. Veio para o Brasil só com sua filha maior, saiu de Angola grávida de 1 mês. Ela chegou ao Brasil em 19 de março de 2016. Foi para o Rio de Janeiro, tendo sido encaminhada para vir para São Paulo. Uma amiga foi buscá-la na rodoviária. Ficou três meses na casa da amiga e depois alugou um quarto para morar por R\$250,00 por mês. Depois foi morar perto do padrinho de seu filho, um homem brasileiro dono do imóvel onde reside e que Márcia conhecera pouco depois de chegar no Brasil. Ele batizou o filho de Márcia. Seu marido não veio porque não tinha dinheiro para pagar sua passagem e visto. Márcia não sabe quando ele virá. Ele trabalha em Luanda, como vendedor de roupas.

No Brasil, Márcia vive sozinha em uma casa alugada com seus dois filhos. O padrinho de seu filho ajuda bastante. Para ela essa ajuda é muito importante, pois não conseguiu trabalho e não tem dinheiro para arcar com suas despesas de comida, aluguel, perua para levar as crianças para escola e creche. Como não tem dinheiro para pagar a perua, as crianças não estão indo na creche e nem na escola. Está tentando mudar as crianças da escola para poder levar sem precisar da perua. Não tem como trabalhar, pois não tem onde deixar as crianças

Ela vive com poucos recursos. Seu marido envia 50 dólares por mês. Ela vende roupas no Brás. Disse que recebeu bolsa família só uma vez e não sabe os motivos pelos quais não recebeu mais.

Deu à luz em hospital público, onde foi muito bem atendida. O atendimento foi melhor que o parto da filha mais velha, que nasceu em Luanda. Em Luanda pagou para ser atendida no parto. No Brasil não. Leva seus filhos na AMA do bairro Penha, zona leste de São Paulo. Afirmou que em Angola precisa pagar para eles ter um bom atendimento. Nem sempre tem remédios prescritos na farmácia da AMA e, como ela não tem dinheiro para comprar, as crianças ficam sem tomar o remédio.

Perguntada se prefere viver no Brasil ou Angola, respondeu que se Angola melhorar ela pode voltar, pois tem saudades do marido e da família. Quando lembra de Angola pensa no dinheiro que tinha, na comida boa que comia.

Tem CPF, CTPS e conta bancária. Tem protocolo de refúgio.

Respondeu que ainda não encontrou nada do que veio buscar no Brasil. Assim mesmo, como pergunta final respondeu que é melhor ficar no Brasil.

A entrevistada estava ansiosa, falava muito, se lamentava muito, repetiu várias vezes que o governo precisa dar casa para as famílias de refugiados e imigrantes. Ressaltou que precisa de emprego, pois só assim poderiam viver no Brasil. Não soube responder o endereço correto da sua casa e o nome da escola e creche das crianças e nem o nome dos locais de atendimento de saúde dos filhos. Falou muito sobre o medo da macumba. Aparência aflita, acima do peso, e vestindo calça e blusa simples. Quer ganhar dinheiro para cuidar de sua família. Não sabe se seu marido vai conseguir vir para o Brasil.

Apesar de ter filho brasileiro, não solicitou o RNM, pois não tem dinheiro para pagar a taxa exigida.

Mostrou várias vezes suas marcas para a entrevistadora, reafirmando que foi vítima de feitiço e de macumba e por esse motivo não pode retornar para Angola, pois pode morrer.

O menino, de dois anos, era ativo, andava por tudo, com muita curiosidade e que de tempos em tempos voltava para mamar no peito da mãe. Apesar do pai não estar presente, o nome dele consta na certidão de nascimento do filho. Márcia explicou que é porque ela tinha alguns documentos dele. A filha mais velha era bonita, bem arrumada, educada, independente, alegre e falante. A entrevistadora teve que parar a entrevista para levar a menina ao banheiro.

ENTREVISTA Nº 14 - 24/01/2018

Nome fantasia: Elisa

Idade na data da entrevista: 33 anos

Local da entrevista: Missão Paz

Nasceu em Angola e sempre morou em Luanda. Morava em uma casa grande, era bom, tinha muitos amigos. Seus pais faleceram, teve seis 6 irmãos, sendo que dois já morreram. Seu pai era motorista de caminhão, vendedor e lutou na guerra civil pelo MPLA.

Em Luanda morava com o pai, a mãe e o namorado. Seus pais morreram antes dela vir para o Brasil. A família pertence à etnia Bantum. É católica. Elisa tem ensino médio completo. Em Angola trabalhou como operadora de caixa, em supermercado, por seis anos. Deixou o trabalho seis meses antes de vir ao Brasil.

Sobre a vinda para o Brasil, Elisa explicou que seus pais tinham duas filhas e quatro filhos. Depois que os pais morreram, um outro filho, fora do casamento, quis vender a casa onde eles moravam para dividir o dinheiro. Como eles não quiseram vender a casa, vieram os bandidos e os ameaçaram de morte. Eles fugiram com medo

dos bandidos. O companheiro mudou-se para longe de Angola, na fronteira da Zâmbia. Pouco tempo depois, dois dos seus irmãos foram encontrados mortos. Os outros dois irmãos foram para o Marrocos e sua irmã foi para a República Democrática do Congo.

Elisa tem dois filhos que nasceram em Angola, um menino de 9 anos e uma menina de 6 anos. Chegou em São Paulo no dia 15 de junho de 2015, grávida de 7 meses de uma criança que nasceu no Brasil e na data da entrevista já tinha 3 anos. Um amigo de seu companheiro pagou a viagem e os vistos dela e de seus dois filhos. Ficou devendo para este amigo e ainda não teve como pagar.

Quando chegou em São Paulo, ficou em um hotel por dois dias e em seguida foi para a Cáritas que a encaminhou para a casa Nossa Senhora da Aparecida das Irmãs Palotinas, na Penha, onde ficou por 06 meses.

Contudo, somente o filho veio com ela, pois a filha de 6 anos, foi raptada pouco antes dela viajar. Como não achava a filha, migrou só com o filho. Foi encontrada em uma floresta em 2016, quando ainda tinha 4 anos. Ela está sendo criada em uma igreja católica, em Angola. A polícia a avisou quando ela foi achada. Elisa disse que pretende ir buscá-la.

Deu à luz em uma maternidade pública da zona leste de São Paulo. Foi muito bem atendida. Os filhos, quando precisam, são atendidos em um posto de saúde em Piratininga. Fez pré-natal em um posto de saúde, mas não se lembrava do nome. O nome do pai não consta na certidão de nascimento do bebê que nasceu no Brasil. Declarou que não houve diferença entre o atendimento aos três partos que já fez, quer seja em Luanda ou em São Paulo.

Cuidou sozinha do nenê quando ele nasceu. Os remédios para os filhos são dados no posto. As crianças frequentam creches e escolas públicas. Vão de perua. Em Angola é preciso pagar por saúde e educação. Perguntada disse que os filhos são melhores atendidos, em saúde, no Brasil do que em Angola.

Vende roupa no Brás. Relatou que policiais já pegaram seus materiais várias vezes. Recebe os benefícios da bolsa família no valor de R\$222,00, por mês. Paga R\$500,00 de aluguel da casa, tem a perua das crianças e demais gastos com comida. Vive com muitas dificuldades econômicas. Não conseguiu pagar sua dívida de Angola e não conseguiu pedir o RNM, apesar do filho brasileiro. Pediu refúgio por conta dos conflitos, ameaças e violências familiares e urbanas. Tem CPF, CTPS e conta em banco.

Perguntada se prefere viver no Brasil, afirmou que aqui vive em paz, não quer voltar para Angola. Tem saudade de Angola, do trabalho, da família e de sua mãe. Só fez referência à filha, depois que a entrevistadora perguntou. Quando perguntada sobre as razões para as mulheres grávidas virem para o Brasil, Elisa mencionou o RNM, a escola e a saúde gratuitas. Disse ainda que a língua favorece e que é fácil conseguir visto.. Perguntada em que país prefere viver, afirmou “sem dúvidas, no Brasil, pois aqui não tem perseguição, aqui está em paz, longe de bandidos”.

Falou ainda que não encontrou no Brasil o que veio buscar. Falta casa, não encontrou trabalho e a vida é muito difícil. Pedia para o governo brasileiro trabalho e casa para morar. Afirmou que a casa é o mais importante.

A entrevistada tinha um aspecto sério, era bonita, com excelente postura, bem arrumada, bem-vestida e decidida. Reivindicou casa e emprego para poder viver no Brasil mais calmamente e sem ansiedade. Seu filho circulou pela sala durante toda a entrevista, mas ela estava calma. Tem letra muito bonita, entendeu todas as perguntas e respondeu corretamente sobre todos os locais onde frequenta em São Paulo. Fala pouco com a filha que ficou em Angola, mas fez referência que quer ir buscá-la. Como ainda não tinha dinheiro para solicitar o RNM e, como tem uma filha de 6 anos em Angola, morando em uma igreja católica, foi encaminhada para a assistência de advogada da Missão para conseguir excluir a taxa.

ENTREVISTA Nº 15 - 20/03/2018

Nome fantasia: Mariana

Idade na data da entrevista: 28 anos

Local da entrevista: Missão Paz

Nasceu em Luanda, sempre viveu em Luanda e gosta de Luanda. É de uma família humilde, tem 5 irmãos, duas mulheres e três rapazes. Os pais sofreram com a guerra civil, fugiram para a RDC. Dois irmãos mais velhos nasceram no Congo (RDC). Os outros quatro filhos nasceram em Angola. Todos estão vivos, incluindo pai e mãe. Todos os irmãos trabalham, com exceção da menor que estuda. Seu pai trabalha. Seus irmãos trabalham: um em estacionamento, outro é pastor da Igreja Pentecostal e o outro trabalha em uma empresa de festa. Uma das irmãs trabalha como recepcionista e a menor estuda. O pai trabalha como técnico de consertos de TV e rádio. Mariana estudou em Luanda, fez o ensino médio, não fez faculdade, pois não tinha dinheiro, tinha que trabalhar. Foi caixa de supermercado, depois deixou e foi vender na praça. A sua vida em Angola era normal, sem luxo. Ela explicou que “quem trabalha come, quem não trabalha, não come”. Sua família pertence à etnia Bakongo. Era católica, depois pentecostal.

Veio direto de Luanda para São Paulo. No aeroporto trocou dólares por reais, tomou um táxi que a levou a um hotel, onde permaneceu por três dias. Localizou uma amiga e até hoje vive com ela. Essa amiga vive há dois anos no Brasil. Já gastou todo o dinheiro que tinha. Sua amiga trabalha com comércio no Brás. Seus pais ajudaram um pouco ela vir, com dinheiro.

Chegou no Brasil em 30 de outubro de 2017. Veio grávida, mas não sabia disso. No dia da entrevista, estava grávida de 5 meses. Não sabia corretamente a data que chegou ao Brasil. Tem duas filhas, uma de 7 anos e outra de 5 anos, que estão em Angola, com a avó materna.

Não era casada, vivia com o pai de suas duas filhas. Moravam juntos, porém, não se entendiam bem, ele batia nela, vinha para casa bêbado, ela não podia reclamar de nada. Ela voltou três vezes para a casa da mãe dela. Ele ameaçava tirar as crianças dela. Não batia nas crianças, mas as filhas eram muito assustadas por causa das brigas. Ele era malandro. Nem sempre dava dinheiro para as despesas da casa.

Mariana não queria mais viver com um marido que sempre a maltratou. Não queria mais viver com ele e sofrer. Juntou dinheiro e planejou fugir de Angola. Sua mãe mudou-se para uma casa onde o seu companheiro não sabia o endereço. Seus pais ficaram com as crianças. Ela comprou passagem e pagou o visto e veio sozinha

para o Brasil. As crianças já são acostumadas com os avós e as tias, pois elas sempre ficavam na casa da avó. Já guardava dinheiro, pois viu que o relacionamento não tinha futuro. As crianças estudam, os pais e as irmãs cuidam delas em Angola.

Inicialmente queria ir para Portugal. Como não conseguiu o visto português, escolheu o Brasil, por causa da língua e pela facilidade de conseguir o visto. O visto custou 45 mil kwanza (aproximadamente R\$415,00). Quando descobriu que estava grávida, telefonou para a mãe que a aconselhou a permanecer no Brasil, pois com esse marido não dava certo.

Quando chegou foi na Polícia Federal e fez a solicitação de refúgio. Tem CPF, CTPS e não tem conta em banco. Ela falou que não sabia que podia regularizar sua situação migratória por filho brasileiro e obter o RNM através da reunião familiar. Como sua amiga explicou isso a ela, ela ficou tranquila e vai esperar o nenê nascer. Não está pensando no assunto agora. Fez documentos para obter bolsa família, mas ainda não recebeu nada.

Ela contou que ficou sabendo por sua amiga que no Brasil não se paga hospital. O tratamento de saúde dos filhos, em Angola, sempre foi pago. Em Angola tem que comprar os remédios. Angola tem escolas boas, mas tem que pagar. Se quer uma boa escola tem que pagar muito dinheiro. Uma escola simples custa menos.

Já foi ao médico no Brasil, fez 3 ou 4 consultas pré-natal. No início da gravidez teve dor no abdômen e fez um ultrassom. Em breve, no dia 27/03/18, vai fazer novo exame para ver sexo do bebê, posição, etc. Sente que sofreu racismo no posto de saúde, mas apesar disso foi bem atendida.

Respondeu que quer uma vida econômica estável, encontrar um lar e um bom emprego. Afirmou que se soubesse que estava grávida não teria vindo para o Brasil. Apesar disso, pretende ficar aqui, pois se encantou com o país Segundo Mariana, “se se esforçar no Brasil, você pode fazer tudo o que fazia em Angola. É só se dedicar”.

Ela disse que “não sabia o que ia encontrar. No pouco tempo que vivi aqui, vale a pena tentar. Se der certo, pretendo viver no Brasil. Saúde e escola são favoráveis para as crianças no Brasil. É o que me fez vir para o Brasil. O convívio das crianças é o que eu pretendo no Brasil. Crianças é o motivo básico de ficar no Brasil”.

Queixou-se que no Brasil não tem ninguém, nem pai, mãe ou filhos. Não sabia que tinha direito à reunião familiar com base em prole brasileira. Disse que sente falta da família, mas não de Angola. Quando fecha os olhos lembra da casa de seus pais.

Disse com muito pesar e tristeza, que veio grávida do marido quem ela fugiu, pois ele a maltratava muito e não tinha mais como viver com ele. Ela até riu da situação. Inicialmente, a entrevistada estava com um aspecto desinteressado, sempre se movimentando, passando a mão na barriga e se espreguiçando lentamente, como estivesse entediada, aborrecida e insatisfeita. Com o passar da entrevista foi ficando mais alegre e interessada. Passou a responder com mais alegria, sendo bem articulada e simpática. Fez críticas a ela mesma, sobre a terceira gravidez de um homem com quem não queria mais viver, mas acrescentou que filhos são bons e necessários.

ENTREVISTA Nº 16 - 22/03/2018

Nome fantasia: Fali

Idade na data da entrevista: 32 anos.

Local da entrevista: Missão Paz

Nasceu em Luanda, disse que a vida era boa na sua infância e juventude. Os pais morreram, tem quatro irmãos, três mulheres e um homem. Sua mãe morreu em janeiro de 2014. O pai era eletricista, trabalhava em instalações de casas. A mãe não trabalhava fora. Na data da entrevista, não tinha notícias de seus irmãos. Moravam em Luanda, zona urbana. Fez ensino médio completo em Angola, em escola particular. O pai pagou escola para os filhos.

Em Luanda tinha um salão de beleza há oito anos, antes de se casar. Suas irmãs trabalhavam com ela. Faziam aplique, cabelo e manicure. Falou que a vida era boa. Estava satisfeita com o trabalho.

Sua família pertence à etnia Bakongo. É católica, frequentava a igreja em Angola. No Brasil frequenta a Igreja de Santo Antônio, no Brás.

Casou-se com 23 anos. Seu marido foi embora de casa quando ela estava com um mês de gravidez, arrumou outra mulher. Ela foi morar com a mãe que estava doente. Quando a mãe morreu, em janeiro de 2014, ela ficou muito triste. Nessa época conheceu um homem que fazia viagens para o Brasil e então ele a orientou, não pagou nada para ele.

Decidiu migrar para o Brasil grávida junto com a filha que tinha 1 ano na época. Fez o passaporte da filha, tirou os vistos, vendeu o salão e veio para o Brasil. Ela fez tudo sozinha. Não pediu dinheiro a ninguém. Veio para o Brasil, com U\$1500,00. Preferia o Brasil por causa da língua e também porque gostava do jogador de futebol Neymar.

Chegou no Brasil no dia 21 de maio de 2014, com a filha e grávida de oito meses. Soube que eram gêmeos somente na hora de dar à luz no hospital em São Paulo, pois em Angola, fez ultrassom e disseram que era um bebê grande. Quando soube que eram gêmeos, Fali chorou muito, pois a sua vida era muito difícil, mas depois aceitou.

Não conhecia ninguém no Brasil. Quando chegou no aeroporto, sua filha estava doente e o policial a levou para um hospital. Depois que a menina foi atendida, o policial a levou para um hotel no Brás. Pagou R\$50,00 por dia. O policial pagou dois dias e ela outros dois dias. Foi para a Cáritas, no bairro Bela Vista, no quarto dia após sua chegada. Depois do hotel, foi para a Casa de Apoio Maria-Maria, no bairro Armênia, zona norte de São Paulo, onde ficou por oito meses.

Depois deste período, alugou uma casa em Itaquera, zona leste da cidade, onde estava até a data da entrevista. Explicou que no Brasil, não abriu seu salão de beleza, porque não tem dinheiro. Tentou atender na casa das pessoas, fazia tranças, como “bico”. A creche ajuda com a cesta básica. Recebe bolsa família no valor de R\$116,00 por mês. Sua filha maior está na escola e os gêmeos na creche.

Quando estava na Casa Maria-Maria, conheceu uma senhora brasileira que a ajudou muito com roupas, comida, leite e fraldas. Ela a contratou para ser doméstica em sua casa, por onde trabalhou por três meses. Essa senhora a ajudou, inclusive, a regularizar sua situação migratória pagando as taxas. Por conta disso, ela e sua filha têm RNE permanente. Fali mostrou os documentos na entrevista.

Deu à luz na Santa Casa e disse que foi muito bem atendida. Fez cesárea. Cuidaram muito bem dela, A primeira filha, nasceu em Angola, foi parto normal. Também foi bem atendida.

Fali leva os filhos na UBS Posto UPA, no bairro onde mora. Recebe remédios e já internou os gêmeos na Santa Casa quatro vezes por pneumonia. Evidenciou que em Angola não teria isso, pois lá é só particular. Também declarou que no Brasil a assistência à saúde das crianças é muito melhor. Em Angola é “mais ou menos”. Em Angola a creche é particular.

Disse ainda que na África tem muita doença. A filha mais velha nunca ficou doente no Brasil. Ela vai para a escola das 13h às 17h, estuda em uma escola estadual. A filha gosta da escola. Os gêmeos vão para a creche das 7h às 17h. Ficam perto da sua casa. Gosta da creche. Tem uma vizinha brasileira que pode pegar as crianças para ela, quando ela não pode.

Quando veio para o Brasil, não sabia que aqui era melhor. Veio para ficar, para deixar os filhos crescerem bem. Ressaltou que não pretende migrar para outro país. Quer “ficar velha no Brasil”. Mencionou que o Brasil é bom, por isso se for casar de novo, vai ser com brasileiro.

Sente falta da família, porque está muito sozinha. Só conhece a vizinha brasileira. Não tem saudades de Angola, só da sua família. Trabalhou quatro meses como empregada doméstica. Tem CTPS e CPF. Está procurando trabalho, frequentemente vem à Missão Paz. Relatou que as crianças estão bem, mas é preciso trabalhar para sustentar os filhos e ter uma vida melhor. Declarou ainda que nunca tinha ouvido falar no RNE antes de vir para o Brasil.

A entrevistada estava alegre, muito bem articulada, respondeu todas as perguntas de forma rápida, sabia os nomes e o CEP das ruas. Falava dos filhos com carinho. Estava bem-vestida, me encontrou pela manhã e me deu um longo abraço, muito amoroso. Parecia aflita por causa da falta de trabalho.

ENTREVISTA Nº 17 - 22/03/2018

Nome fantasia: Linda

Idade na data da entrevista: 22 anos.

Local da entrevista: Missão Paz

Nasceu na província de Uíge, zona urbana, perto de Luanda. Era bom morar em Uíge. Seus pais tiveram sete filhos, dois homens e cinco mulheres. Pai e mãe já faleceram. O pai era militar e morreu na guerra. Todos os irmãos trabalham em Angola. As mulheres são vendedoras e um dos irmãos é militar. Nenhum deles migrou. Pertencem à etnia Bakongo. Sua religião em Angola era Kimbunduista. No Brasil não achou esta igreja.

Linda é casada há cinco anos. O marido era comerciante, vendia leite em Lufo. Vinha ao Brasil comprar coisas para revender na província de Luanda, conhecia o Brasil e gostava do país. Ela conhecia o Brasil pela TV e gostava das novelas. Não procuraram outro país para ir morar. Vieram direto ao Brasil. Vive bem com o marido, estão bem. Decidiram juntos migrar para o Brasil. Não sabiam da regularização migratória pelo nascimento de filho brasileiro. Não tem notícias da família. O marido e ela pagaram os vistos e as passagens, ninguém ajudou. Vieram com um pouco de dinheiro. O dinheiro já acabou.

Chegou ao Brasil, junto com seu marido, com quem vive, no dia 23 de julho de 2017. Ficou grávida em Angola, chegou em São Paulo com oito meses de gravidez. Não tinha ninguém esperando-os no aeroporto. Não conheciam ninguém. Foram para um hotel onde ficaram uma semana, depois foram para a Casa do Migrante no Pari, onde ficaram quatro meses. Ela ficou até o nenê ter três meses, pois como tinha feito cesárea, tinha medo de pegar infecção. No hospital do Belenzinho, zona leste de São Paulo, onde deu à luz, foi bem atendida.

Na data da entrevista, ela e o marido moravam na ocupação do Tietê, zona norte de São Paulo, em um quarto e banheiro. No quarto, eles cozinham e no banheiro lavam as roupas. Pagam R\$250,00 por mês de aluguel. Pagam para um brasileiro que fica na portaria. Linda leva seu nenê no Posto de Saúde da Armênia. Ela gosta do posto, pois lá dão remédios. O marido está tratando a tuberculose também no Posto de Saúde, ele recebe remédios e é bem atendido. Ela disse que em Angola é assim, mas tem que pagar. Tem hospital público, mas tem muita gente. O filho fica em uma creche próxima a casa deles, no horário das 7:30 até às 18:00 horas. Gosta da creche.

Seu marido, quando chegou no Brasil, arrumou trabalho como “tapa buraco” e como respirava muita poeira ficou com muita tosse e foi diagnosticado tuberculose. Ela e o bebê não pegaram. Ela disse que foi por causa da poeira do trabalho e que ele não veio doente de Angola. Estava há 5 meses no Brasil quando pegou tuberculose. Ele parou de tossir, mas está em casa.

Ela estava procurando qualquer trabalho (doméstica, restaurante, esteticista), mas não achou. Contou em Angola era esteticista, fez o curso de estética e quer continuar a fazer no Brasil.

São solicitantes de refúgio, pretendem regularizar a situação migratória, mas não têm dinheiro para as taxas. O marido precisa trabalhar. Afirma que agora não podem voltar para Luanda e pretendem morar aqui, pois podem ter os documentos.

Linda gosta do Brasil, mas está muito difícil sem trabalho. Não tem comida para o nenê, solicitou cesta básica, mas ainda não recebeu. Não ganham o suficiente para viver.

Linda veio espontaneamente à entrevista, porém tinha aparência de muito entediada, desolada, queixava-se que precisa muito de emprego, o marido está se recuperando de tuberculose e não trabalha, não tem comida em casa.

Apresentou muita dificuldade em responder às perguntas, tais como: idade do único filho, a data da chegada no Brasil, endereços e nomes do Hospital onde deu à luz, centro de saúde onde seu marido se trata e onde leva seu filho. Devido à

dificuldade em entender as questões, tive que repetir algumas vezes a mesma pergunta e explicar a pergunta. Falava muito baixo, por várias vezes tive que solicitar que falasse mais alto.

Ela afirmou que não quer ir embora para Angola, mas está muito difícil viver no Brasil. Estava na Missão Paz procurando emprego, tem vindo regularmente procurar. Estava bem arrumada e cabelo comprido e alisado. Estava bem-vestida.

ENTREVISTA Nº 18 - 28/03/2018

Nome fantasia: Luiza

Idade na data da entrevista: 34 anos.

Local da entrevista: CAEMI- Palotinas, Penha

Nasceu na cidade de Maquela do Zombo, que se localiza na província de Uíge, longe de Luanda. Sua mãe teve oito filhos. Todos os irmãos estão vivos e nem todos estão trabalhando. Durante a guerra precisaram mudar para a República Democrática do Congo (RDC). Quando acabou a guerra, eram regressados da guerra. Pertence à etnia Bakongo. Fez o ensino médio na RDC.

Inicialmente disse que não trabalhava, depois disse que, em Angola, era cabeleireira e que trabalhava em um salão de beleza. Morava com o marido e os filhos. Na data da entrevista, explicou o marido que ficara em Angola, está sem trabalho. Ela pertence à religião Pentecostal. A igreja não ajudou na sua vinda. Foi o marido que pagou a passagem e o visto.

Luiza informou que veio sozinha para o Brasil, não tinham dinheiro para comprar as passagens e os vistos. Veio pela situação difícil em Angola e queria criar o filho em um lugar mais seguro. Quer criar os filhos no Brasil e se conseguir dinheiro manda buscar os filhos e marido. Tem quatro filhos, três ficaram em Angola: um menino de 16 anos e duas meninas de 8 e 4 anos. O filho ficou com a família de seu marido e as duas meninas com suas irmãs. O menino está estudando e as meninas não, pois a família não tem dinheiro para pagar. Tem notícias frequentes dos filhos.

Chegou ao Brasil em dezembro de 2017 e o bebê nasceu em 4 de março de 2018. Chama-se Daniel. Deu à luz em hospital público. Veio direto para São Paulo, não conhecia ninguém. Teve muita dificuldade em explicar como chegou na Bela Vista e na Missão Paz, algumas vezes se contradizia. Finalmente chegou no abrigo do CAEMI PALOTINAS na Penha, onde estava até a data da entrevista. O bebê não tinha um mês de idade. Vai esperar o bebê fazer quatro meses para colocar na creche.

Solicitou refúgio, por isso tem protocolo. Perguntou sobre os documentos para permanência no Brasil, sabia perfeitamente que poderia pedir e regularizar sua situação migratória, mas insistiu em dizer que só soube desse direito após chegar ao Brasil.

Seus três partos em Angola foram em hospitais públicos e ela foi bem atendida. No Brasil também foi bem atendida, não apontou diferença entre os dois países. O bebê foi bem atendido, já tomou a vacina do BCG. Gosta do abrigo, ajudam muito e atendem bem. Fez pré-natal em Angola, muitas consultas. Afirmo que fez 5 ou 6

consultas de pré-natal na UBS da Penha, zona leste de São Paulo. Quer que os filhos estudem no Brasil. Ressaltou que no Brasil tem creche gratuita e em Angola tem que pagar. Solicitou bolsa família e recebeu R\$87,00 em março de 2018. Ainda não procurou emprego. Vai esperar o filho ir para creche para procurar trabalho. Vai procurar Missão Paz para pedir o RNM.

Escolheu vir para o Brasil, pois é um país muito bom. Não passou por outro país antes de vir para o Brasil. Gosta do Brasil, gosta do jeito como os brasileiros tratam os imigrantes. Está muito bem instalada, tem comida. Tem fraldas para o bebê e as pessoas são atenciosas. Afirmou que não tem racismo. Quer viver no Brasil e quer criar os filhos aqui. Tem saudades dos filhos e se lembra da família, pai e mãe, quando pensa em Angola.

Entrevistada estava com aparência de enfado e de não querer colaborar, apesar de ter consentido e assinado o termo. No início da entrevista estava com aparência alegre, mas teve muita dificuldade em responder algumas perguntas. Foi contraditória em relação a várias informações sobre seu conhecimento acerca dos direitos no Brasil, o que nos fez supor que sabia dos seus direitos, porém não quis falar sobre isso. Talvez por receio de ser prejudicada. Com o passar da entrevista, ficou sorridente, simpática e alegre. Quando terminou a entrevista, a funcionária da Instituição me convidou para um café e Luiza estava lá, completamente diferente da sua postura no início da entrevista.

ENTREVISTA Nº 19 – 04/04/2018

Nome fantasia: Isabel

Idade na data da entrevista: 35 anos.

Local da entrevista: CAEMI- Palotinas, Penha

Isabel é angolana, nascida em Cucoa, bairro de Luanda. Em Angola, vivia em um bairro bom, calmo, com sua família. Disse que era bom viver lá. Cresceu só com a mãe, uma irmã, um irmão e a família da mãe. Seu irmão faz jornalismo. Sua mãe era negociante, comprava roupas e colchas na Namíbia e vendia em Luanda e interior. A entrevistada ajudava nas vendas. Sua família pertence à etnia Soyo.

Fez o ensino médio completo e estudou estética. Uma professora sua de estética dizia bem do Brasil, ela veio para conhecer outros métodos de massagem e aprimorar seus conhecimentos. Relatou que quer aprender a fazer massagem em cima da roupa, em Angola fazia na própria pele. Quando a mãe faleceu em 2016 recebeu sua herança. A mãe faleceu um ano antes de decidir vir para o Brasil. Gostava muito da mãe e ficou muito triste com sua morte. Com o dinheiro deixado pela mãe, comprou passagem, fez o visto de turista e veio.

Isabel disse que chegou sozinha ao Brasil, em 8 de agosto ou setembro de 2017 (ela não soube precisar a data), grávida de 02 meses. Deixou uma filha de 8 anos e o companheiro, pai do bebê, em Angola. O pai da filha mais velha é outro homem. Isabel disse que o bebê nasceu há aproximadamente três meses, em dezembro de 2017. O bebê se chama Daniel. Notamos imprecisões na data da chegada e nos acontecimentos precedentes à entrevista que foram mencionadas por Isabel. Como estive com ela e com o bebê, foi possível ver que, na data da entrevista

(em abril de 2018), o bebê tinha por volta de 3 a 4 meses, por isso é incompatível com a chegada grávida de 2 meses em agosto ou setembro de 2017.

Depois que chegou, foi procurar um amigo do companheiro, um estudante, e permaneceu algum tempo na casa dele em Santana, zona norte de São Paulo. Era um prédio onde residem muitos angolanos. Sua filha veio com uma amiga. O seu companheiro veio depois e quando ele chegou alugaram uma casa, mas separaram-se após algum tempo de sua chegada. Devido a separação, foi morar no CAEMI PALOTINAS - Penha, onde está há um mês.

Isabel disse que o dinheiro já acabou. Agora está em situação econômica muito difícil. Recebia bolsa família, desde 2017, referente a cinco pessoas (companheiro, dois filhos dele, a filha dela e ela) por isso o valor era de R\$241,00. Agora após a separação a bolsa será só para ela e os dois filhos no total de valor de R\$98,00.

Para ela não há diferença no atendimento médico do Brasil e Angola. Em Angola foi parto normal. No Brasil, como estava com pressão alta, foi cesárea. Gostou mais de dar à luz em Angola, pois lá tinha sua família e sua mãe. Aqui ficou muito sozinha, sem a mãe e a família. Sua filha gosta muito da escola no Brasil, e isto é um ponto que a faz pretender ficar no Brasil para a filha estudar. A filha gostou muito daqui. Gostou do Brasil. Relatou que o Brasil é acolhedor, é a mesma língua. Pertence à religião Combate Espiritual, cuja igreja frequenta no país.

Solicitou refúgio e tem protocolo. Falou duas vezes que não sabia da obtenção do RNM, quando tem filho brasileiro. Perguntada se pretende viver no Brasil, disse que não sabe e não pensa sobre o assunto, mas a escolha da filha é um fator importante.

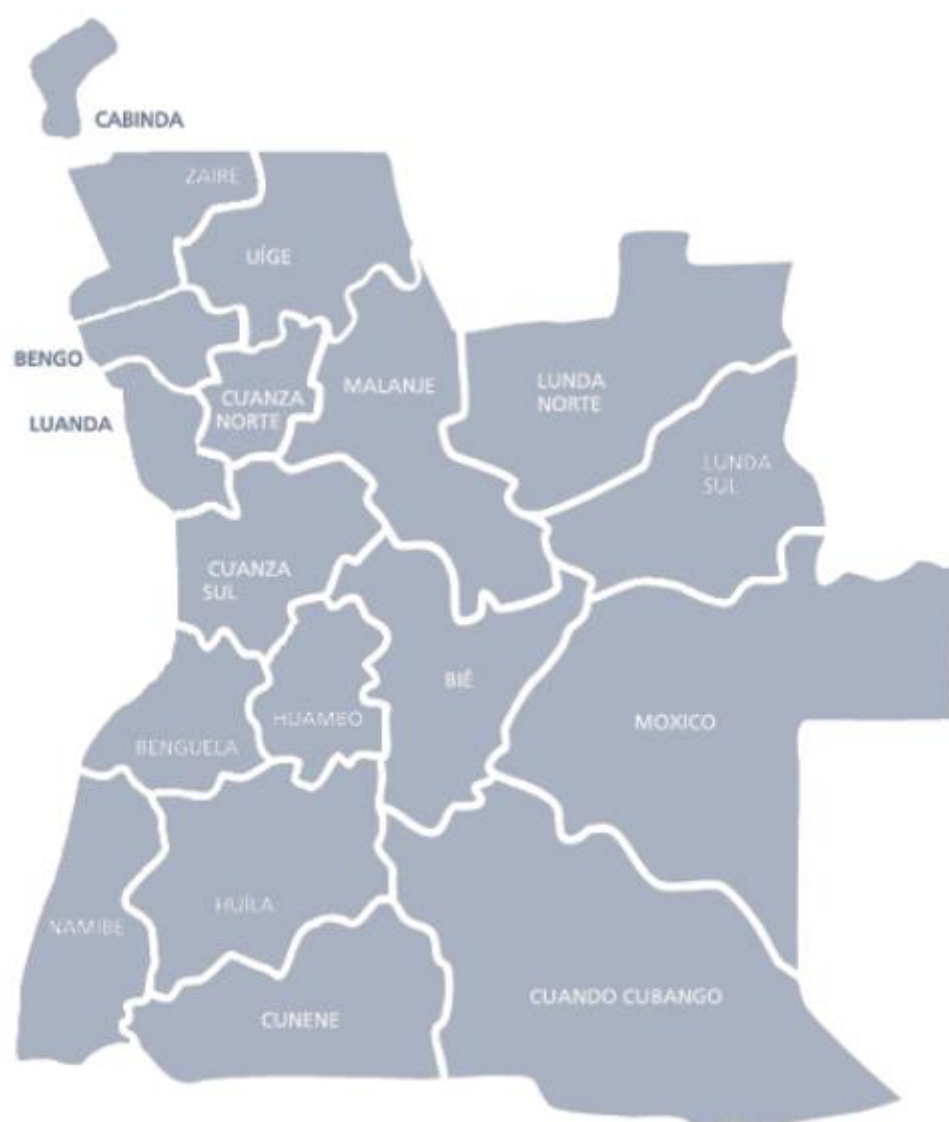
A entrevistada começou a falar aborrecida e enfadonha, com o passar do tempo, ficou mais solta, falou mais e colaborou mais. Ficou emocionada quando falou de sua solidão no Brasil e chorou quando falou da separação e da mãe. Isabel explicou que a morte da mãe foi muito difícil para ela. Prefere ficar no Brasil, porque fica mais distante da morte da mãe. Declarou que tem muita saudade da mãe, dos irmãos, da casa, dos lugares. Está se adaptando no Brasil, mas se sente muito só, sente muita saudade e ficou muito triste pela separação do companheiro. Depois da entrevista, a encontrei na sala de café, ela estava falando e sorridente.

ANEXO A
MAPA DO CONTINENTE AFRICANO



Fonte: Mundo Educação (2021)

ANEXO B
MAPA DAS PROVÍNCIAS DE ANGOLA



Fonte: Governo de Angola (2021)